



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO LXIII — 36º DA REPUBLICA — N. 205

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1924

SUMMARIO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO:

Decreto n. 16.561, que regulamenta o decreto n. 4.848, de 13 de agosto de 1924, na parte em que dispõe sobre o processo e julgamento dos crimes contra a Constituição da Republica a fórma de seu Governo, contra o livre exercicio dos poderes politicos, de conspiração e de sedição.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Decretos de 25 e 26 do corrente.

Ministerio da Marinha — Decretos de 23 do corrente.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Portarias — Expediente das Directorias da Justiça, do Interior e da Contabilidade, do Departamento Nacional de Saude Publica, da Policia do Districto Federal e do Instituto Medico Legal do Rio de Janeiro.

Ministerio da Fazenda — Circular — Portarias — Expediente da Directoria Geral do Thesouro Nacional, da Contadoria Central da Republica, das Directorias da Receita e Despesa Publicas e do Patrimonio, da Inspectoria Geral dos Bancos, da Imprensa Nacional e *Diario Official* e da Caixa de Amortização.

Ministerio da Marinha — Portarias — Expediente.

Ministerio da Guerra — Despachos — Portarias — Expediente.

Ministerio da Viação e Obras Publicas — Circulares — Portarias — Expediente das Directorias Geraes do Expediente e Correios, da Estrada de Ferro Central do Brasil e da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio — Portarias — Expediente das Directorias Geraes de Agricultura, da Propriedade Industrial, Industria e Commercio, Contabilidade, do Serviço de Industria Pastoral, do Povoamento, da Directoria de Meteorologia e da Superintendencia do Abastecimento.

Tribunal de Contas — Diario dos tribunales — Termos de contracto — Noticiario — Parte commercial — Rendas publicas — Editais e avisos — Sociedades anonymas — Annuncios.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 16.561 — DE 20 DE AGOSTO DE 1924 (*)

Regulamenta o decreto n. 4.848, de 13 de agosto de 1924, na parte em que dispõe sobre o processo e julgamento dos crimes contra a Constituição da Republica e fórma de seu Governo, contra o livre exercicio dos poderes politicos, de conspiração e de sedição.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 48, n. 1, da Constituição Federal, decreta:

DA COMPETENCIA

Art. 1.º Os crimes definidos nos arts. 107 a 118 do Codigoo Penal e os com elles connexos serão processados e julgados pelos juizes de secção (decreto n. 4.848, de 13 de agosto de 1924, arts. 1º e 2º, paragrapho unico).

(*) Reproduz-se por ter sido publicado com incorrecções.

§ 1.º Na secção em que houver mais de uma vara federal, será competente o juiz da primeira (decreto n. 4.848, art. 2º, paragrapho unico).

§ 2.º No seu impedimento ou falta, será o juiz substituido no processo e julgamento dos crimes referidos, pelo da secção cuja sede fór de mais rapida communicação, ficando em exercicio neste cargo enquanto durar a ausencia do respectivo juiz, o seu substituto legal (decreto n. 4.848, art. 2º).

§ 3.º Havendo mais de uma vara, a substituição se fará na ordem numerica. Esgotada esta, observar-se-ha o disposto no paragrapho anterior (decreto n. 4.848, art. 2º, paragrapho unico).

Art. 2.º Quando for impedido o procurador da Republica na secção da culpa, o Governo designar-lhe-ha substituto (decreto n. 4.848, art. 3º).

Paragrapho unico. O Governo poderá, quando convier aos interesses da justiça, designar para funcionar, tão somente nos processos de que trata este decreto, qualquer membro do Ministerio Publico de outra secção (decreto n. 4.848, art. 3º).

DA FORMAÇÃO DA CULPA

Art. 3.º A formação da culpa será iniciada pela denuncia apresentada ao juiz de secção e deverá estar concluida no prazo de quinze dias, salvo motivos justificados de demora, que serão consignados nos autos por despacho do juiz (decreto n. 4.848, art. 1º; decreto n. 4.780, art. 41, paragrapho unico).

Art. 4.º A denuncia deverá conter:

- a) a narração do facto criminoso, com todas as circunstancias;
- b) o nome do delinquente, ou os signaes caracteristicos, se fór desconhecido;
- c) as razões de convicção ou presumpção;
- d) a nomeação de testemunhas e informantes;
- e) o tempo e o lugar em que o crime foi commettido (decreto n. 4.780, art. 42; decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890, artigo 53).

§ 1.º Na denuncia poderá o representante do Ministerio Publico arrolar até dez testemunhas numerarias (decreto n. 4.848, art. 4º).

§ 2.º O representante do Ministerio Publico poderá deixar de indicar testemunhas, quando considere sufficientes, para prova da imputação criminosa, os documentos que offerecer (decreto n. 4.848, art. 4º).

Art. 5.º Recebendo a denuncia, fará o juiz citar o réo para assistir á formação da culpa, designando dia, hora e lugar para o inicio desta (decreto n. 4.848, art. 5º).

§ 1.º Se o réo não estiver preso e não fór encontrado na sede da secção, o que será verificado pelo official da diligencia, a sua citação far-se-ha por edital, publicado na mesma sede, com o prazo de oito dias, decreto n. 4.848, art. 5º).

§ 2.º Se o réo fór militar em serviço activo, será a sua presença requisitada, por meio de officio, á autoridade militar competente, que deverá attender no prazo de cinco dias, findos os quaes, será citado por edital na fórma do paragrapho anterior (decreto n. 4.848, art. 5º paragrapho unico).

Art. 6.º No dia designado para a formação da culpa, verificado que o réo está ausente, o juiz nomear-lhe-ha curador, que o representará até o ultimo julgamento, na superior instancia, ou até que o réo compareça, cabendo-lhe praticar todos os actos de defesa (decreto n. 4.848, arts. 5º, 6º e 9º).

§ 1.º Sendo menor o réo presente, o juiz dar-lhe-ha curador, para funcionar na fórma da lei.

§ 2.º Quando fór indiciado mais de um delinquente e as testemunhas do summario não depuzerem contra algum delles, a cujo respeito haja vehementes suspeitas, poderão ser inquiridas mais duas ou tres testemunhas, somente a respeito desse réo (decreto n. 4.848, art. 4º; decreto n. 3.084, de 5 de novembro de 1893, parte segunda, art. 181).

§ 3.º Cada vez que duas ou mais testemunhas divergirem em suas declarações, o juiz as repetirá, em face umas das outras, mandando que expliquem as contradicções ou divergências, se assim lhe fôr requerido por alguma das partes (decreto n. 848, art. 57).

§ 4.º Serão inqueridas, sempre que fôr possível, as pessoas ás quaes se referam em seus depoimentos as testemunhas que houverem d' posto (decreto n. 3.084, parte segunda, art. 183).

§ 5.º O juiz poderá ser auxiliado pelo seu substituto e sup- p'tentes nos exames, corpo de delicto, buscas, apprehensões e mais diligencias necessarias ao descobrimento da verdade (decreto n. 4.780, art. 42).

Art. 7.º Concluída a producção das provas, serão interrogados o réo preso e o solto que haja comparecido, podendo o juiz fazer-lhes as perguntas que julgar convenientes (decreto n. 4.848, art. 6º).

§ 1.º Feitos os interrogatorios, o juiz dará ao réo, ao curador do menor e ao do ausente o prazo conjuncto de cinco dias, para offerecer cada um, em cartorio, defesa escripta e juntar documentos (decreto n. 4.848, art. 6º).

§ 2.º Entregue a defesa, ou sem ella, se não fôr apresentada no prazo legal, terá o representante do Ministerio Publico o mesmo prazo de cinco dias, para adduzir as suas razões (decreto n. 4.848, art. 6º).

§ 3.º Apresentadas estas, ou sem ellas, se não forem offere- cidas no prazo legal, serão os autos immediatamente conclusos ao juiz, que poderá ordenar, por despacho proferido dentro em vinte e quatro horas, as diligencias que reputar necessarias para supprir as faltas de formalidades legais, que produzam nullidade ou que prejudiquem o esclarecimento da verdade (decreto n. 4.848, art. 10).

Art. 8.º Não havendo diligencias a decretar ou concluídas as ordenadas, o juiz proferirá, no prazo de quinze dias o despacho de pronuncia ou não pronuncia (decreto n. 4.848, art. 10).

§ 1.º Esse despacho será immediatamente intimado ao réo preso, ao seu curador, se menor o réo, e ao curador do ausente.

§ 2.º Dessa decisão caberá recurso voluntario, com effeito meramente devolutivo, para o Supremo Tribunal Federal, a cuja instancia subirão os autos em original (decreto n. 4.848, art. 10).

§ 3.º Terá curador o réo solto que não fôr encontrado na sede da secção para ser preso por motivo da pronuncia.

§ 4.º O recurso será interposto no prazo de cinco dias, tendo o recorrente prazo legal, contado da interposição, para offerecer em cartorio suas razões e documentos (decreto n. 4.780, art. 43; decreto n. 3.084, parte segunda, arts. 332 e 333).

§ 5.º O recorrente poderá apresentar razões e documentos, tambem dentro em cinco dias, contados daquelle em que findarem os do recorrente (decreto n. 4.780, art. 43; decreto n. 3.084, parte segunda, art. 333).

§ 6.º No Supremo Tribunal Federal o recurso será julgado na forma do respectivo regimento.

DO JULGAMENTO

Art. 9.º Findo o prazo legal, sem que haja sido interposto recurso da pronuncia ou não pronuncia, ou decidido este pelo Su- premo Tribunal Federal e devolvidos os autos á primeira instan- cia, o juiz mandará logo dar vista ao representante do Minis- terio Publico, para na primeira audiencia offerecer o libello, com o rol das testemunhas e documentos que tiver (decreto n. 4.780, art. 45).

Art. 10.º Recebido o libello, deverá o escrivão entre- gar, immediatamente, a respectiva cópia, assim como a do rol das testemunhas e dos documentos, ao réo preso, e, se menor este, tambem ao seu curador, e ao curador do ausente, no- tificando-os ao mesmo tempo para offerecerem, em cartorio, no prazo improrogavel de tres dias, a sua contrariedade, com in- dicação das testemunhas que tiverem de apresentar. E-lhes facul- tado juntar documentos, e pedir, independentemente de despacho, traslado dos existentes nos autos (decreto n. 4.780, arts. 46 e 47).

Paragrapho unico — Da entrega das cópias, exigirá o escri- vão recibo, para juntar aos autos, devendo ser este assignado por duas testemunhas, quando o accusado, seu curador ou o do au- sente, não possa ou não queira assignar-o.

Desses actos passará o escrivão certidão no feito (decreto n. 4.780, art. 46).

Art. 11.º Findo o prazo de que trata o artigo anterior, mandará o juiz citar o representante do Ministerio Publico, o réo preso, seu curador, si o tiver, e o nomeado ao ausente, para a audiencia de julgamento, em dia, hora e lugar designados, sendo tambem citado, na forma do art. 5º, § 1º, e com o prazo de vinte dias, o réo que não fôr encontrado na sede da secção (decreto n. 4.848, art. 7º).

Paragrapho unico. Não comparecendo o réo citado por edital, será elle julgado á revelia, produzindo sua defesa o curador, a quem se dará substituto, si deixar de comparecer sem motivo justi- ficado (decreto n. 4.848, arts. 8º e 9º).

Art. 12. A audiencia de julgamento será publica, presentes, o juiz de secção, representante do Ministerio Publico, escrivão, réo preso, seu advogado ou curador, sendo menor, e o curador do réo ausente (decreto n. 4.848, arts. 8º e 9º; decreto n. 4.780, art. 48).

§ 1.º Aberta a audiencia, o juiz mandará proceder á leitura das principais peças do processo, salvo se fôr esta dispensada a requerimento de uma das partes, concordando a outra. Si houver mais de um réo, a concordancia deverá ser de todos (decreto n. 4.843, art. 14; decreto n. 4.730, art. 48).

§ 2.º Finda ou dispensada a leitura, o juiz procederá ao inter- rogatorio do réo presente. Si houver dois ou mais réos, os inter- rogatorios serão feitos separadamente, de modo que não possam uns ouvir as respostas dos outros (decreto n. 4.780, art. 48).

§ 3.º Terminado o interrogatorio, o juiz inquirirá as testemu- nhas, separadamente, permitindo ás partes que se lhes façam per- guntas que tenham relação directa com os factos submettidos a julgamento (decreto n. 4.780, art. 48).

§ 4.º O interrogatorio e os depoimentos, escriptos pelo escri- vão, serão assignados: o interrogatorio, pelo juiz, que tambem o rubricará em suas folhas, réo, e por duas testemunhas, caso este não possa ou não queira assignar; os depoimentos, pelo juiz, com sua rubrica, testemunhas, réo, representante do Ministerio Publico, curador e advogado, fazendo-o outrem pelo depoente ou pelo réo, verificada a impossibilidade ou recusa, deste ou daquelle, de es- crever o nome (decreto n. 4.780, art. 48).

§ 5.º Em seguida será iniciado o debate oral, a começar pela accusação, e findo elle serão os autos conclusos ao juiz da secção, para proferir a sentença (decreto n. 4.780, art. 49).

§ 6.º Quando os réos forem em tal numero que a audie cia de julgamento não possa terminar dentro em vinte e quatro horas, po- drá o juiz interromper a quantas vezes forem necessarias, para dis- cussão ou ordenação do serviço (decreto n. 4.848, art. 13).

§ 7.º A sentença será publicada em audiencia e intimada ás partes, pelo escrivão ou official de justiça, cabendo della applicação para o Supremo Tribunal Federal, que a julgará na forma do seu regimento (decreto n. 4.780, art. 49).

§ 8.º Se o curador do réo menor ou do ausente não arrazoar a apellação na primeira instancia e não estiver na Capital Federal, para arrazoar na segunda, o ministro relator nomeará outro cura- dor, o que tambem fará sempre que fôr necessaria a intervenção do curador e este não fôr encontrado.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 13. Os crimes definidos nos arts. 107 a 118 do Código Penal são inafiançaveis (decreto n. 4.848, art. 12).

Art. 14. A acção penal e a condemnação, pelos crimes referi- dos, não prescreverão em tempo algum em favor do réo domiciliado ou homiziado em paiz estrangeiro (decreto n. 4.843, art. 12).

Art. 15. Os processos pendentes, em que ainda não houver culpa formada, serão remettidos ao juiz de secção para concluir- os na forma dos artigos antecedentes (decreto n. 4.848, art. 11; de- creto n. 4.780, art. 50).

Art. 16. Os processos em que já houver culpa formada e que não houverem sido ainda submettidos ao jury, serão apresentados ao juiz da secção para as diligencias de julgamento, e aquelles em que houver sentença do jury pendente de applicação seguirão os termos ulteriores desse recurso, mas se o Supremo Tribunal Fe- deral mandar proceder a novo julgamento, este terá logar na con- formidade do presente decreto (decreto n. 4.848, art. 11; decreto n. 4.780, art. 51).

Art. 17. Ao juiz de secção que substituir o da secção da culpa (art. 1º § 2º) e ao representante do Ministerio Publico designado pelo Governo para funcionar em commissão nos processos de que trata este decreto (art. 2º, para grapho unico), serão abonados os respectivos vencimentos e a quantia necessaria para viagem e estada, de accordo com as leis e regulamentos em vigor (decreto n. 4.848, arts. 2º e 3º, § 1º).

§ 1.º Na substituição de juizes de secção do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro, entre si, não terão elles direito a abono de estada (decreto n. 4.848, art. 2º).

§ 2.º Ao representante do Ministerio Publico designado pelo Governo para substituir interinamente o que tenha de funcionar em outra secção, será abonada remuneração igual aos vencimentos do effectivo (decreto n. 4.848, art. 3º, § 2º).

Art. 18. Os casos omissos serão regulados pelas disposições legais applicaveis em geral ao processo e julgamento dos crimes communs da competencia dos juizes de secção.

Art. 19. Este decreto entrará em execução desde já, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1924, 103ª da Independência e 36ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES

João Luiz Alves.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Por decreto de 25 do corrente mez foram promovidos, no Corpo de Bombeiros do Districto Federal, os seguintes officiaes e inferiores:

A major, por merecimento, o capitão Manoel Tenreiro Corrêa;

A capitão, por merecimento, os primeiros-tenentes Manoel Gonçalves dos Santos e Frederico da Costa Nogueira;

A primeiros-tenentes os segundos-tenentes Manoel Augusto Moreira Sabido, por antiguidade, e Julio de Moura Bastos, por merecimento;

A segundos-tenentes, os sargentos Cesarino Couto, Diogenes Cesar Coutinho e João Athauazio Baptista.

— Por outro da mesma data foi nomeado, por merecimento, o official da Bibliotheca Nacional, Fernando Luiz Travassos, para o lugar de sub-bibliotecario, de accordo com o art. 28 do regulamento approved pelo decreto numero 15.670, de 6 de setembro de 1922.

— Por outro de 26 do corrente foram promovidos na Policia Militar do Districto Federal:

Ao posto de tenente-coronel, por merecimento, o major Carlos da Silva Reis e o tenente-coronel graduado João Augusto de Azevedo Coutinho;

A majores, por merecimento, o major graduado Alfredo dos Santos Cunha e os capitães Arthur Soares, José Estanislão Barbosa da Silva, Hormino de Azevedo Müller, Abilio Antonio Dias, Augusto José Ferreira e Silva, Euclides Guimarães e Benedicto Ferreira de Assumpção.

No quadro do Serviço de Saude:

Ao posto de capitão, por merecimento, o primeiro-tenente medico Dr. Eduardo Ferreira de Barros;

Ao posto de primeiros-tenentes medicos, por merecimento, o primeiro-tenente medico graduado Dr. Licinio Ribeiro Dias, e por antiguidade, o segundo-tenente medico Dr. Paulo Gomes Calaza;

Ao posto de primeiro-tenente pharmaceutico, por merecimento, o primeiro-tenente pharmaceutico graduado Augusto Aguiar Corrêa.

— Por outros ainda de igual data:

Foram graduados: No posto de primeiro-tenente medico o segundo-tenente medico Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida Filho;

No posto de primeiro-tenente pharmaceutico o segundo-tenente pharmaceutico Camerino Nascimento Lima.

Foram nomeados, o pharmaceutico João Climaco da Silva para o posto de segundo-tenente pharmaceutico, de accordo com o art. 1º da lei n. 4.774 A, de 26 de dezembro de 1923, e o Dr. Oscar Chaves Faria para o posto de segundo-tenente medico da Policia Militar, de accordo com o art. 20 da lei numero 4.793, de 7 de janeiro de 1924.

Ministerio da Marinha

Por decretos de 23 de agosto de 1924:

Foi exonerado o capitão de corveta Leopoldo Nobrega Moreira do cargo de

commandante do contra-torpedeiro *Alagôas*;

Foram transferidos de accordo com a legislação em vigor, para o quadro supplemantar os capitães-tenentes Luiz Alves de Oliveira Bello e Marcos Autran de Alencastro Graça.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Directoria da Justiça

Por portaria de 25 do corrente mez, foi nomeado o 3º supplente do juiz da 5ª Pretoria Criminal, bacharel Milton Barcellos, para o lugar de 2º supplente do juiz da 7ª Pretoria Criminal do Districto Federal.

— Por outra da mesma data, foram concedidos a Manoel Fernandes de Oliveira, guarda da Colonia de Alienados, em Jacarépaguá, á vista do resultado da inspecção de saude, sei, mezes de licença, com a diaria integral, visto contar mais de dez annos consecutivos de serviço, devendo entrar no gozo da mesma licença dentro do prazo de oito dias.

— Por outras ainda da mesma data, foram concedidas as seguintes licenças para tratamento de saude:

De seis mezes, com todos os vencimentos, á engommadeira da Escola 15 de Novembro, Josepha Abrantes;

De dous mezes, em prorrogação, á guarda civil de 3ª classe Francisco Pereira Pinto;

De dous mezes, em prorrogação, á cabo de esquadra do Corpo de Bombeiros Oscar da Fonseca Nobrega.

Requerimentos despachados

Mario da Costa e Silva, pedindo cancelamento de nota. — Deferido.

Manoel Ferreira dos Santos, 1º sargento do Corpo de Bombeiros, pedindo averbação de serviços. — Deferido.

Directoria do Interior

Por portarias de 25 do corrente mez, foram nomeados, por merecimento, na Bibliotheca Nacional, de accordo com o art. 28 do regulamento approved pelo decreto n. 15.670, de 6 de setembro de 1922; o amanuense Arthur de Lima Franco, para o lugar de official, e o auxiliar Henrique Péter, para o de amanuense.

Requerimento despachado

Dia 25 de agosto de 1924

José Machado Mendonça. — Indeferido.

Directoria da Contabilidade

ACTOS DO SR. MINISTRO

Requerimento despachado

Additamento ao expediente de 22 de agosto de 1924

Bacharel Manoel Xavier Paes Barreto, solicitando pagamento, de 23 de novembro a 15 de dezembro de 1922, dos ven-

cimentos que deixou de receber como

juiz federal na secção de Matto Grosso. — Este ministerio, por aviso numero 3.244 C, de 23 de agosto corrente, transmittiu ao da Fazenda cópia do officio do ex-juiz federal na secção de Matto Grosso e actualmente na do Amazonas, no qual consta haver fallecido o 1º supplente que substituiu o juiz federal em Matto Grosso, no periodo indicado, solicitando-se providencias no sentido de que, pela Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional em Matto Grosso, seja attendida a recommendação constante no aviso n. 1.404 C, de 29 de março ultimo.

Additamento ao expediente de 23 de agosto de 1924

Ao Tribunal de Contas solicitaram-se os seguintes pagamentos, no Thesouro Nacional, das importancias:

De 592\$257, para pagamento do soldo e de mais uma quota da gratificação de 2 %, que competem a João Narciso Ribeiro, capitão do Corpo de Bombeiros do Districto Federal, de 5 a 31 de agosto corrente (aviso n. 3.266 C);

De 552\$772 a Francisco de Souza Camillo, 1º tenente reformado do Corpo de Bombeiros desta capital, do soldo e mais seis quotas da gratificação de 2 %, que lhe compete, de 5 a 31 de agosto corrente (aviso n. 3.267 C).

Expediente de 25 de agosto de 1924

Ao Tribunal de Contas solicitou-se reconsideração do despacho denegatorio de registro á despeza, cujo pagamento foi requisitado pelo aviso n. 2.481 C, de 21 de junho ultimo, e restituíram-se os documentos que acompanharam o officio n. 1.579, de 31 de julho ultimo (aviso n. 3.237 C).

— Ao mesmo tribunal solicitaram-se os seguintes pagamentos, no Thesouro Nacional, das importancias:

De 100\$255 ao official da secretaria da Universidade do Rio de Janeiro, Oswaldo Joyce Paranhos da Silva, de differença de vencimentos, que, por substituições, lhe compete, de 8 de janeiro a 7 de abril do corrente anno (aviso numero 3.268 C);

De 100\$ a Honório da Cunha e Mello, conservador-restaurador de escultura da Escola Nacional de Bellas Artes, de differença de vencimentos, que, por substituições, lhe compete, em julho ultimo (aviso n. 3.269 C);

De 200\$ a Nicanor Luiz Vianna, de serviços prestados na conservação do ascensor da Escola Nacional de Bellas Artes, em julho ultimo (aviso numero 3.270 C);

De 47:364\$026, de fornecimentos feitos ao Corpo de Bombeiros, em junho ultimo (aviso n. 3.271 C);

De 420\$ a cinco funcionarios da Escola Nacional de Bellas Artes, da differença de vencimentos que lhes compete, por substituição em julho ultimo (aviso n. 3.272 C);

De 1:107\$500, de fornecimentos feitos ao Instituto Medico Legal do Rio de Janeiro em julho ultimo (aviso numero 3.273 C);

De 30\$ á menor Irene, de gratificação que lhe compete pelo serviço de extracção de cedulas da urna do Tribunal do Jury, em julho ultimo (aviso numero 3.274 C);

De 500\$ á Cooperativa Civil «A Pedra do Lark», do aluguel do prédio occupado pelo Juiz Federal na secção do Rio de Janeiro, em julho ultimo (aviso numero 3.275 C).

ACTOS DO SR. DIRECTOR GERAL

Requerimentos despachados

Additamento ao expediente de 22 de agosto de 1924

Gastão do Pilar Alves de Souza, pedindo pagamento de 300% de exames periciaes, feitos para a Policia do Districto Federal em 1923. — A divida foi relacionada de conformidade com o artigo 97 do Codigo de Contabilidade, e cujo pagamento será feito opportunamente.

Dia 25 de agosto de 1924.

Montepio:

Silverio Rodrigues Doria Jaqueira, procurador de Manoel e Emilia, pedindo pagamento do funeral e das respectivas pensões, na qualidade de filhos do alferes reformado do Exercito, Trazibulo da Rocha Castor. — Dirija-se ao Ministerio da Fazenda.

Departamento Nacional de Saude Publica

Secretaria Geral

SECÇÃO DE EXPEDIENTE

Por portarias de 23 do corrente, do Sr. ministro da Justiça, foram concedidas, de accordo com o decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, as seguintes licenças:

De um anno, de accordo com o art. 17, a Justino Candido Pereira de Vasconcellos, servente de 1ª classe da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia, devendo entrar no goso da mesma, dentro do prazo de oito dias;

De dous mezes, nos termos do art. 21, o a partir de 1 do mesmo mez, a Natalia Meirelles de Castro Lima, dactylographa do Hospital Geral de Assistencia;

De um mez, a partir de 4 do corrente e na conformidade do n. 1 do art. 8º, a Raul Saturnino Pimentel cocheiro de 2ª classe da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia.

Por outras de 25 do corrente, ainda do Sr. ministro da Justiça, foram concedidas mais as seguintes:

De seis mezes, na conformidade do art. 16, a Abilio Camillo Fernandes, guarda de 3ª classe do Serviço de Saneamento Rural no Estado de Matto Grosso, devendo entrar no goso da mesma em 1 de setembro do corrente anno;

De seis mezes, a contar de 13 do corrente e de accordo com o art. 16, a Fausto Balgas, cocheiro de 2ª classe, da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia;

De dous mezes, em prorrogação, e na conformidade do art. 16, ao Dr. Sebastião Avellar de Azevedo, medico auxiliar do Serviço de Saneamento Rural no Estado do Pará;

De tres mezes, em prorrogação e de accordo com o n. 2 do art. 8º a Eduardo Carneiro da Silva Jordão, servente de 2ª classe da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia.

Expediente de 23 de agosto de 1924

Solicitaram-se providencias ao director geral de Obras e Viação, da Prefeitura do Districto Federal, no sentido de ser, com a possivel urgencia, vistoriado o predio n. 10, da rua S. Roberto, por se achar o mesmo em más condições de estabillidade (officio n. E 1.477).

Restituiu-se ao director geral da Propriedade Industrial, devidamente informado, o memorial descriptivo da invenção de «um capuz gelatinoso fuzivel, para uso prophylactico das molestias venereo-syphiliticas, denominado — Prophylax», para que pretendem privilegio Graciano & Caccuri (officio n. E 1.476).

Transmittiu-se ao director de Hygiene do Estado de Santa Catharina, pedindo a esclarecida attenção daquella autoridade, no sentido de serem tomadas as medidas necessarias á repressão do delicto assignalado, a denuncia apresentada a este departamento, pelo Dr. Godofredo Guilherme Lutz Luce, contra Ernesto Mauricio Carlos Arndt, por estar exercendo illegalmente a medicina naquello Estado (officio n. E 1.475).

Dia 25

Communicou-se:

Ao Sr. ministro da Fazenda, que, em consideração ao aviso n. 116, de 31 de julho ultimo, foram determinadas providencias a este departamento e ao marechal chefe de Policia, na esphera da competencia de cada qual, para que as visitas de navios passem a ser feitas como anteriormente (aviso n. E 93);

Ao marechal chefe de Policia que, tendo em vista o aviso n. 116, de 31 de julho ultimo, do Ministerio da Fazenda, convém providenciar no sentido de tornar sem effeito o systema de visitas de navios em conjunto com a Alfandega e a Saude, passando o serviço a ser feito como anteriormente (aviso n. E 92).

Solicitaram-se providencias ao secretario do prefeito do Districto Federal, no sentido dos empregados do Serviço de Limpeza Publica não mais depositarem lixo proveniente das varreduras de ruas, no terreno devoluto comprehendido entre as ruas Sattamini e Campos Salles (officio n. E 1.480).

Agradeceu-se ao secretario da Faculdade de Medicina de Porto Alegre a remessa do exemplar n. 10, da Revista dos Cursos (officio n. 1.479).

Requerimentos despachados

Dia 23 de agosto de 1924

Pelo Sr. director geral:

Mario dos Santos Segundo (680-924).

— Indeferido, por já ter gosado a licença durante os 15 dias justificados pelo laudo de inspecção de saude.

Dia 25

Dr. Waldemar Murgel Dutra (684-924). — Deferido, nos termos da informação.

J. Goulart Machado (643-924). — Approvo.

DIRECTORIA DOS SERVIÇOS SANITARIOS DO DISTRICTO FEDERAL

Expediente de 25 de agosto de 1924

Remetteram-se:

Ao Sr. Dr. director geral, devidamente informado pela Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia, o requerimento de Mauricio José da Silva, enviado a esta directoria com o officio n. 644, do Sr. inspector de Prophylaxia da Lepre e das Doenças Venereas, que devolve, também, a V. Ex. (officio n. 1.654);

Ao mesmo, o requerimento em que D. Maria Perdigão, auxiliar de pharma-

cia da Inspectoria de Prophylaxia da Tuberculose, solicita ao Exmo. Sr. ministro da Justiça e Negocios Interiores, mais tres mezes de licença em prorrogação (officio n. 1.659);

Ao Sr. Dr. director geral, por cópia, o officio n. 625, de 20 de agosto f'iente, do Sr. inspector dos Serviços de Prophylaxia, em referencia ao assumpto de que trata o officio n. E 1.371, da Secretaria Geral do Departamento (officio n. 1.656);

Ao Sr. Dr. secretario geral, acompanhado de duas telhas e da informação n. 723 da Inspectoria de Engenharia Sanitaria, o requerimento em que Gastão Cardoso, solicita a S. Ex. Sr. Dr. Director geral, a approvação desse producto (officio n. 1.657);

Ao Sr. Dr. director geral da Propriedade Industrial, devidamente informado o memorial descriptivo e desenho da invenção de «uma cassarola sanitaria e processo de fabrical-a», a que se refere o vosso officio n. 431 do corrente anno (officio n. 1.658).

Solicitaram-se providencias.

Ao Sr. Dr. inspector de Engenharia Sanitaria, no sentido de ser designado um engenheiro para o proximo dia 1 de setembro, ás 13 horas, procede vistoria sanitaria no predio n. 36, da rua Moraes Valle. Acompanham os necessarios quesitos (officio n. 1.655).

Communicou-se:

Ao Sr. director da Directoria de Contabilidade do Thesouro Nacional que, por despacho de 12 de julho proximo passado, desta directoria, foi indeferida a petição em que Pires Coelho & Comp., multado em 1:000\$, pela Inspectoria de Fiscalização de Generos Alimenticios, na qual pediam relevação da mencionada multa. O talão da Thesouraria Geral tem os ns. 4.435/3.848 (officio numero 1.650);

Ao mesmo, que por despacho de 30 de junho proximo passado, desta directoria, foi indeferida a petição em que Eduardo Ferreira Lobo, multado em 1:000\$, pela mesma inspectoria, na qual pedia relevação da referida multa. O talão da Thesouraria Geral tem os numeros 4.132/3.587 (officio n. 1.649);

Ao mesmo, que por despacho de 18 de julho proximo passado, desta directoria, foi deferida a petição em que Ribeiro & Marques, multado em 1:000\$, pela mesma inspectoria. O talão da Thesouraria Geral tem os ns. 4.703/4.093 (officio n. 1.651).

Ao mesmo, que por despacho de 18 de julho proximo passado, desta directoria, foi indeferida a petição de Henrique Martins, multado em 1:000\$, pela mesma inspectoria. O talão da thesouraria geral tem os ns. 4.750/4.134 (officio n. 1.652).

Ao mesmo, que por despacho de 21 de julho proximo passado, desta directoria, foi indeferida a petição de Costa & Coelho, multado em 100\$, pela mesma inspectoria. O talão da Thesouraria Geral tem os ns. 4.573/3.916 (officio n. 1.653).

Ao mesmo, que por despacho de 19 do corrente, foi deferida a petição de Oscar Guimarães Sant'Anna, multado em 500\$, pela 4ª delegacia de saude. O talão da Thesouraria Geral tem os ns. 5.155/4.495 (officio n. 1.645).

Ao mesmo, que por despacho de 26 do mez de julho proximo passado, desta directoria, foi deferida a petição de Oscar Guimarães Sant'Anna, multa-

do em 100\$, pela mesma delegacia. O talão da Thesouraria Geral tem os números 4.973/4.332 (officio n. 1.644).

Ao mesmo, que a Inspectoria de Fiscalização de Gêneros Alimentícios, impoz as seguintes multas, de 1.000\$, a Reynaldo Rodrigues de Figueiredo, por infracção do art. 831 paragrapho unico do regulamento em vigor e em 100\$, a F. S. Frick, por infracção do art. 510 § 5º do mesmo regulamento (officios ns. 1.613 e 1.618).

Ao mesmo, que a 1ª delegacia de saúde, impoz ao Dr. Clovis Dunshee de Abranches, a multa de 200\$, por infracção do art. 1.084 § 1º do mesmo regulamento (officio n. 1.647).

Ao mesmo, que a 4ª delegacia de saúde, impoz as seguintes multas, de 300\$, a Antonio Dantas, por infracção do artigo 1.090 do mesmo regulamento e em 100\$, a Manoel Pereira de Souza, por infracção do art. 1.084 do mesmo regulamento (officios ns. 1.642 e 1.646).

Ao Sr. Dr. secretario geral, que por despacho de 26 do mez proximo passado, foi deferida a petição de Oscar Guimarães de Sant'Anna, multado em 100\$, pela 4ª delegacia de saúde. O talão de deposito tem os ns. 4.973/4.332 (officio n. 1.644 A).

Ao mesmo, que por despacho de 19 do corrente, foi deferida a petição de Oscar Guimarães de Sant'Anna, multado em 500\$, pela mesma delegacia. O talão de deposito tem os ns. 5.155/4.495 (officio n. 1.645 A).

Foram multados:

Pela Inspectoria de Fiscalização de Gêneros Alimentícios, em 1.000\$, Reynaldo Rodrigues de Figueiredo, em 100\$, F. S. Frick; pela 1ª delegacia de saúde, em 200\$, Dr. Clovis Dunshee de Abranches; pela 4ª delegacia de saúde, em 300\$, a Antonio Dantas e em 100\$, Manoel Pereira de Souza.

Requerimentos despachados

Inspectoria de Fiscalização de Gêneros Alimentícios:

Miguel de Souza (3.195-3.738). — Deferido.

José Gonçalves & Companhia (3.196-3.737). — Deferido.

Antonio de Freitas Bastos (3.137-3.736). — Deferido.

Inspectoria de Hygiene Industrial e Profissional:

Manzollillo & Companhia (2.021-168). — Deferido á vista do despacho dado em 25-8-422., a petição 3.188.

Manzollillo & Comp., (3.188-181). — Deferido.

A. C. Aguiar & Comp. (3.190-187). — Indeferido.

Khair, Maksoud & Saadi (3.198-185). — Indeferido.

Manoel Soares & Comp. (3.199-189). — Deferido nos termos da informação.

Rodrigues Junior & Teixeira (3.208-196). — Sim, por 60 dias.

1ª Delegacia de Saúde:

Bernardino Esteves de Almeida (3.200-382). — Deferido, enquanto mantiver o estado actual de occupação da referida saleta.

Tancredo de Azevedo Macodo (3.209-383). — Deferido.

Manoel de Almeida Figueiredo (3.212-373). — Deferido.

Beatriz Burle de Figueiredo (3.211-380). — Deferido até a primeira vacancia do predio

André de Faria Pereira (3.214-378). — Deferido; em tempo opportuno substituir a cimentação por ladrilhos.

Inspectoria de Fiscalização de Gêneros Alimentícios:

Fernandes & Irmãos (3.194-3.742). — Deferido.

2ª Delegacia de Saúde:

Machado & Santos (3.191-391). — Deferido.

Francisco Marques da Silva (3.193-392). — Sim, por 30 dias.

3ª Delegacia de Saúde:

Bernardino Esteves de Almeida (3.138). — Deferido até a primeira vacancia.

Willemann & Comp. (3.185-280). — Sim, por 60 dias.

Joaquim de Figueiredo (3.202-287). — Deferido, até a proxima vacancia.

João Goulart (3.215-281). — Concedo 45 dias de prorrogação.

Augusto Francisco da Silva (3.216-286). — Concedo 60 dias de prorrogação.

4ª Delegacia de Saúde:

Geno German (3.031). — Indeferido.

José Moreira Pequeno (3.187-368). — Sim, por 90 dias.

Henrique Corrêa de Mello e outros (3.206-367). — Sim, por 90 dias.

Anna Victoria (3.207-369). — Mantenho o despacho anterior.

Anna Nobre (3.236-382). — Sim, por 60 dias.

1ª Delegacia de Saúde:

José Peixoto da Rocha (3.213-377). — Concedo 60 dias de prorrogação.

Inspectoria de Hygiene Industrial e Profissional:

Eugenio & Gazzaneo (3.192-186). — Sim, por 40 dias.

INSPECTORIA DOS SERVIÇOS DE PROPHYLAXIA

Expediente de 25 de agosto de 1924

Remetteram-se:

Ao Sr. presidente da Sociedade Beneficente Unitiva — Becco do Rosario n. 2, B — Accusando o recebimento do officio n. 143, de 23 de agosto corrente e informando que só mediante requerimento devidamente sellado, poderá ser tomado em consideração o objecto do officio acima citado (officio n. 640).

Ao Sr. secretario geral — A relação nominal, em duplicata, dos serventes desta inspectoria residentes nos subúrbios da Estrada de Ferro Central do Brasil, relativa ao mez de setembro proximo vindouro e com direito a passe de 75 % de abatimento (officio n. 641).

Ao mesmo — Apresentando o representante da firma Cruz Lemos & Comp., afim de pagar na secção de Contabilidade deste departamento, a quantia de 15\$, para occorrer ás despesas a serem feitas com a desinfecção de 300 kilos de saccos de aniagem (officio n. 642).

Ao mesmo — Apresentando o representante da firma Lino & Comp., afim de pagar na secção de Contabilidade deste departamento, a quantia de 15\$, para occorrer ás despesas a serem feitas com a desinfecção de 270 kilos de saccos de aniagem (officio n. 643).

Ao Sr. director do Hospital Hahnemanniano — Accusando o recebimento da vossa circular datada de 15 de agosto corrente, em que me communicastes assumido o cargo de director desse hospital, agradeço a gentileza dessa communicação e aproveito o ensejo para vos desejar felicidades nesse honroso cargo que vos foi confiado (officio n. 644).

Ao Sr. secretario geral — O attestado de frequencia, em duplicata, de doctores sanitarios destacados nesta inspectoria, referente ao corrente mez (officio n. 645).

Ao mesmo — Apresentando o Sr. Antonio Pereira, afim de pagar na secção de Contabilidade deste Departamento, a quantia de 5\$, para occorrer ás despesas a serem feitas com a desinfecção de 15 kilos de saccos de aniagem (officio n. 646).

DIRECTORIA DE DEFESA SANITARIA MARITIMA E FLUVIAL

Expediente de 25 de agosto de 1924

Remetteu-se:

Ao director geral do Departamento, o requerimento do guarda sanitario maritimo Leonidio Fonseca, pedindo certidão de tempo de serviço (officio n. 1.495).

Ao secretario geral do Departamento, as contas das despesas feitas pela Inspectoria de Saúde de Fortaleza com o material e aluguel de casa, referentes ao periodo de janeiro a abril deste anno (officio n. 1.496).

Ao mesmo, as contas das despesas effectuadas pela Inspectoria de Saúde dos Portos do Pará, nos mezes de abril a junho do corrente anno (officio n. 1.497).

Ao mesmo, o requerimento do desinfector de 1ª classe Antonio Magalhães Alves, acompanhado da copia da informação prestada pela Inspectoria de Prophylaxia Maritima, onde tem exercicio (officio n. 1.498).

Ao mesmo, o officio da Companhia Lloyd Brasileiro sob n. 735, informando que esta directoria já tomou as providencias relativas ao mesmo (officio n. 1.499).

Ao mesmo, as demonstrações da renda eventual e de fundo especial, verificada nas sub-inspectorias de saúde dos portos de S. Luiz, Parnahyba e Natal, durante o mez de julho proximo passado (officio n. 1.500).

Ao almoxarife geral do Departamento, os pedidos desta directoria, de n. 192, o de ns. 193 a 198, relativos ao mez corrente, assim como o pedido n. 53, do Lazareto da Ilha Grande, e um conhecimento da Companhia Lloyd Brasileiro (officio n. 1.504).

Ao inspector de Saúde do Porto de Recife, um talão de cartas de saúde (officio n. 1.503).

Communicou-se:

Ao inspector dos Serviços de Prophylaxia, que, durante este mez, não devam faltas ao serviço os empregados dessa inspectoria Joaquim Manoel de Castro Alves, desinfector de 1ª classe; José Villar Rabello, carpinteiro, assim como os serventes de 2ª classe, José Martins, Januario Victorino de Andrade, Joaquim Antonio Rodrigues Filho, Moysés da Fonseca Luiz e Henrique Ferreira dos Santos, este desincorporado em 16, do Batalhão Patriótico "Dr. Arthur Bernardes" (officio n. 1.502).

Ao director do Hospital Paula Cândido, que o Sr. director geral, designou para ter exercicio no Hospital São Sebastião, o Dr. Silval Augusto Lins, medico dos Hospitais deste Departamento, que trabalha no referido hospital (officio n. 1.501).

Aos Srs. Berenguer & Comp., que esta directoria aguarda até 31 do corrente mez, um representante dessa firma, para tratar do accordo a ser celebrado para fornecimento de luz electrica no estabelecimento industrial, no Abrahão, Ilha Grande (officio n. 1.494).

Requerimentos despachados

N. 63, de 1924 — Benjamin Amóz de Brito, marinheiro da Inspectoria da Policia Maritima, pedindo averbação de consignação. — Deferido, dentro do termo dos respectivos vencimentos.

N. 64, de 1924 — Waldemar Clemente França, da mesma inspectorio. — Idem, idem, idem.

N. 65, de 1924 — Jayme Martinho de Oliveira, da Inspectoria de Prophylaxia Maritima. — Idem, idem, idem.

INSPECTORIA DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA MEDICINA

Requerimentos despachados

N. 988 — Irio Vignoli. — Certificado-se (despacho de 2 de maio de 1924.)

N. 1.570 — Elpidio Duarte dos Santos. — Satisfaga as exigiências regulamentares.

N. 2.019 — Maria Candida da Cruz Leite. — Compareça nesta inspectorio.

N. 1.046 — Gabriella de Mello. — Compareça nesta inspectorio.

N. 563 — João Scala. — Compareça nesta inspectorio.

N. 1.271 — Romeu Ribeiro de Castro. — Indeferido.

N. 1.607 — Camerino Nascimento de Lima. — Archive-se.

N. 1.283 — Valencio da Silveira Maciel. — Deferido.

N. 1.433 — Adolf Lejenne. — Deferido nos termos da informação.

N. 1.284 — Valencio da Silveira Maciel. — Deferido nos termos da informação.

N. 1.417 — Adol Lejenne. — Deferido nos termos da informação.

N. 119 — Hermann Kaelble. — Compareça nesta inspectorio.

N. 1.606 — Carlos Emilio Antunes. — Deferido nos termos da informação.

N. 1.498 — Alberto Eloy da Costa. — Compareça nesta inspectorio.

N. 1.260 — Elixir da vida Brahma. — Indeferido.

N. 1.188 — Francisco Castilhos de Revoredo Barros. — Compareça nesta inspectorio.

N. 1.576 — Assuero dos Santos Maranhães. — Deferido.

N. 1.242 — Deferido nos termos da informação.

N. 1.224 — Jorge Braga Pinheiro. — Archive-se.

N. 1.285 — Valencio da Silveira Maciel. — Deferido.

N. 1.287 — Valencio da Silveira Maciel. — Deferido.

N. 1.746 — Gilberto de Macedo Soares. — Archive-se.

N. 562 — João Scala. — Deferido.

N. 561 — João Scala. — Indeferido.

N. 560 — João Scala. — Deferido nos termos da informação.

N. 893 — Gustavo Cipparrone. — Deferido nos termos da informação.

N. 888 — Gustavo Cipparrone. — Deferido nos termos da informação.

N. 1.751 — Alfredo Joaquim de Oliveira. — Archive-se.

N. 1.515 — Alfredo Joaquim de Oliveira. — Deferido, nos termos da informação.

N. 1.752 — Alfredo Joaquim de Oliveira. — Archive-se.

N. 1.499 — Alberto Eloy da Costa. — Não ha que deferir.

N. 37 — Affonso Augusto de Andrade. — Indeferido.

N. 1.286 — Valencio da Silveira Maciel. — Indeferido.

N. 1.500 — Alberto Eloy da Costa. — Deferido, nos termos da informação.

N. 1.288 — Valencio da Silveira Maciel. — Deferido.

N. 1.440 — Julio da Silva Souza. — Deferido.

N. 1.441 — Julio da Silva Souza. — Indeferido.

N. 1.497 — Alberto Eloy da Costa. — Não ha que deferir.

N. 1.186 — Jurandyr Cardoso. — Deferido.

N. 1.370 — Raoul Cauzard. — Compareça nesta inspectorio.

N. 1.495 — Paul Bruyère. — Deferido.

N. 1.566 — José Adolpho Saboia de Mello. — Deferido.

N. 1.565 — Manoel Garcia Fernandes. — Archive-se.

N. 1.564 — Agniello da Silva Souto. — Deferido.

N. 1.442 — Araujo Freitas & Comp. — Indeferido, por não estar de accordo com as instruções de 22 de janeiro de 1924.

N. 1.703 — Raul Soutto Mayor. — Deferido.

N. 1.511 — Aureo Moraes. — Deferido.

N. 1.469 — Jacomo Pelosi. — Deferido, nos termos da informação.

N. 2.184 — Francisco Caetano de Jesus. — Compareça nesta inspectorio.

N. 603 — Tito Livio Teixeira. — Compareça nesta inspectorio.

N. 748 — Octavio Duprat Ribeiro. — Compareça nesta inspectorio.

N. 1.003 — Mario Taveira. — Compareça nesta inspectorio.

N. 1.005 — José Bulhões Carvalho. — Deferido.

N. 1.004 — Alfredo Rocha. — Archive-se.

N. 559 — João Scala. — Deferido, nos termos da informação.

N. 1.415 — Adolf Lejenne. — Deferido, nos termos da informação.

Polícia do Distrito Federal

Por acto de 26 do corrente foi nomeado commissario de policia de 2ª classe, com exercicio no 17º districto policial, o cidadão Benvidio Alves Pereira.

Instituto Medico Legal do Rio de Janeiro

Expediente de 23 de agosto de 1924

Foram expedidos os seguintes officios:

N. 462 — Ao Juiz da Setima Pretoria Criminal, communicando que exame a que refere o officio n. 945, de 19 do corrente, não se realizou por não ser en-

contrado no local indicado o alludido paciente.

N. 463 — Ao Dr. Juiz de Menores do Districto Federal, remetendo o laudo de exame requisitado com o officio numero 1.087, de 21 do corrente mez.

Dia 25

Foram expedidos os seguintes officios:

N. 464 — Ao Juiz da Oitava Pretoria Criminal declarando que o exame requisitado com o officio datado de 20 do corrente mez não se realizou por não ser encontrado no local indicado o paciente em questão.

N. 465 — Ao Juiz da Setima Pretoria Criminal, remetendo a resposta aos quesitos constantes de seu officio n. 582.

Dia 26

Foram expedidos os seguintes officios:

N. 466 — Ao delegado do 23º Districto Policial, agradecendo a communicação de haver assumido o exercicio do mesmo cargo.

N. 467 — Ao Juiz da 6ª Pretoria Criminal respondendo ao officio n. 619, de 25 do corrente mez.

N. 468 — Ao Dr. 2º delegado auxiliar communicando que o exame requisitado com officio n. 347, de 25 do corrente, não se realizou por ter a menor recusado submeter-se ao mesmo.

N. 469 — Ao Dr. Juiz de Menores no Districto Federal, remetendo o laudo de exame requisitado com o officio numero 1.091, de 23 do corrente mez.

Ministerio da Fazenda

Ministerio da Fazenda — Circular n. 49 — 26 de agosto de 1924:

Declaro aos Srs. chefes das repartições subordinadas a este ministerio, para seu conhecimento e devidos fins, que, tendo em vista os termos da mensagem do Poder Executivo, publicada no *Diario Official* de 3 de março ultimo, resolvi autorizar o despacho nas alfândegas, livres de direitos, mediante assignatura de termo de responsabilidade, dos utensilios,apparelhos e seus pertences, destinados á industria de lacteínios, que forem importados no corrente anno, bem como a permittir que a baixa dos referidos termos e dos que já tenham sido assignados anteriormente para desembaraço dos indicados objectos, possa ser promovida até 31 de dezembro futuro, si até essa data não houver o Congresso Nacional deliberado sobre o assumpto — R. A. Sampaio Vidal.

— Por portarias de 22 do corrente, foram concedidas as seguintes licenças:

De dois mezes, nos termos do art. 15 do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, ao 2º official aluaneiro, extintivo, da Alfandega de Sant'Anna do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, Sylvio Taborda Ribas, ficando-lhe marcado o prazo de oito dias para entrar no gozo da mesma licença;

De dois mezes, com o vencimento a que tiver direito, na forma da lei, ao agente fiscal do imposto de consumo no interior do Estado de Mato Grosso, Francisco Pereira dos Santos, para tratar de sua saúde, onde lhe convier, ficando-lhe marcado o prazo de oito dias.

para entrar no gozo da mesma licença;

De noventa dias, na forma da lei, ao collectôr das rendas federaes na capital do Estado de Goyaz, Benedicto Ribeiro de Freitas, para tratar de sua saúde, onde lhe convier, ficando-lhe marcado o prazo de oito dias para entrar no gozo da mesma licença;

De tres mezes, com os vencimentos a que tiverem direito, na forma da lei ao conferente da Mesa de Rendas da Foz do Iguaçu, Ignacio de Sá Sottomaior Ramos e ao fiel do armazem da Alfandega de Uruguayana, no Estado do Rio Grande do Sul, Affonso Pinto de Azevedo, para tratarem de sua saúde, onde lhes convier, ficando-lhes marcado o prazo de oito dias para entrarem no gozo das mesmas licenças;

De seis mezes, nos termos do art. 17, do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, ao empregado da secção fiscal de impressão da Casa da Moeda, Francisco Pereira de Carvalho, ficando-lhe marcado o prazo de oito dias para entrar no gozo da mesma licença;

De seis mezes, em prorrogação, com o vencimento a que tiver direito, na forma da lei, ao auxiliar do Laboratorio Chimico da Casa da Moeda, Braz Duarte, para tratar de sua saúde, onde lhe convier.

— Por outras de 23 do corrente, foram concedidas as seguintes licenças:

De noventa dias, com os vencimentos a que tiverem direito, na forma da lei, ao 1º escripturário da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado de Goyaz, Elyseu Augusto de Souza e á auxiliar do Laboratorio Chimico da Casa da Moeda, Maria Eugenia Gonçalves Ferreira, para tratarem de sua saúde, onde lhes convier, ficando-lhes marcado o prazo de oito dias para entrarem no gozo das mesmas licenças;

De noventa dias, na forma da lei, ao conferente da Mesa de Rendas de Assigua, no Estado do Rio Grande do Sul, Cypriano Arteche; ao encarregado effectivo do Posto Fiscal de Alegrete, no referido Estado do Rio Grande do Sul, Frederico Azambuja e ao collectôr das rendas federaes em Santo Antonio do Machado, no Estado de Minas Geraes, Oscar Fernandes, para tratarem de sua saúde, onde lhes convier, ficando-lhes marcado o prazo de oito dias para entrarem no gozo das mesmas licenças;

De tres mezes, na forma da lei, ao escriptão da Collectoria das Rendas Federaes de Rezende Costa, no Estado de Minas Geraes, Alayde de Rezende Maia, para tratar de sua saúde, onde lhe convier, ficando-lhe marcado o prazo de oito dias para entrar no gozo da mesma licença;

De tres mezes, com os vencimentos a que tiverem direito, na forma da lei, ao porteiro da Alfandega do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, Joaquim da Fonseca Torres, e ao guarda da policia aduaneira da Alfandega do Estado do Pará, Francisco Barreira, para tratarem de sua saúde, onde lhes convier, ficando-lhes marcado o prazo de oito dias para entrarem no gozo das mesmas licenças;

De seis mezes, na forma da lei, ao escriptão da Collectoria das Rendas Federaes em Divinopolis, no Estado de Minas Geraes, José Amancio de Rezende, para tratar de sua saúde, onde lhe convier, ficando-lhe marcado o prazo de oito dias para entrar no gozo da mesma licença;

De seis mezes, na forma da lei, ao collectôr das rendas federaes em Santo Angelo, no Estado do Rio Grande do Sul, Zeferino da Silva Monteiro; ao escriptão da Collectoria das Rendas Federaes em Goyanna, no Estado de Pernambuco, José Cavalcanti da Cunha Vasconcellos, e ao guarda do serviço de repressão de contrabando na fronteira do Apa, Horacio Vaz Guimarães, para tratarem de sua saúde, onde lhes convier, ficando-lhes marcado o prazo de oito dias para entrarem no gozo das mesmas licenças;

De seis mezes, na forma da lei, ao escriptão da Collectoria das Rendas Federaes de Rosario, no Estado do Maranhão, Adalberto Oliveira, para tratar de seus interesses particulares, onde lhe convier, devendo a mesma licença ser gosada a partir da data em que a repartição competente tiver conhecimento official desta concessão;

De seis mezes, com o vencimento a que tiverem direito, na forma da lei, ao consultor juridico da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Piahy, bacharel Thomistocles Avelino, e ao 3º escripturário da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional, no Estado de Pernambuco, Othon Coelho Bastos, para tratarem de sua saúde, onde lhes convier, ficando-lhes marcado o prazo de oito dias para entrarem no gozo das mesmas licenças;

De seis mezes, nos termos do § 2º, do art. 17 do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, aos 1º e 4º escripturários, respectivamente, da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Amazonas, e da Alfandega do Estado da Bahia, Miguel Alves Dantas de Araujo e Sergio Martins da Costa, ficando-lhes marcado o prazo de oito dias para entrarem no gozo das mesmas licenças;

De seis mezes, nos termos do art. 17, do decreto n. 14.663 citado, ao 2º escripturário da Alfandega de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, José Antonio Vera Cruz; ao commandante da policia aduaneira da Alfandega do Corumbá, no Estado de Mato Grosso, Aureo Atagiba; ao servente da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Amazonas, Luiz Pio de Freitas; e ao remador da Alfandega do Estado do Ceará, José Cunegundes da Silva, ficando-lhes marcado o prazo de oito dias para entrarem no gozo das mesmas licenças;

De oito mezes, na forma da lei, ao collectôr das rendas federaes em Belmonte, no Estado da Bahia, Ceciliano Siqueira, para tratar de sua saúde, onde lhe convier, ficando-lhe marcado o prazo de oito dias para entrar no gozo da mesma licença;

De um anno, nos termos do referido art. 17, do mencionado decreto numero 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, ao 4º escripturário da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Paraná, Tibureio Ferreira Lucas, ficando-lhe marcado o prazo de oito dias para entrar no gozo da mesma licença.

Directoria Geral do Thesouro Nacional

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 25 de agosto de 1924

Sr. ministro da Guerra:

N. 130 — Declarando que aos auditores Paulino Martins Coelho do Almeida e Julio A. Fontoura Guedes Filho assiste direito ao abono do aumento provisorio sobre todos os vencimentos, não podendo, porém, no cor-

rante exercicio, o dito augmento exceder de 225% *ex-vi* da alinea I do artigo 258 da vigente lei orçamentaria da Despesa, combinada com a alinea V do mesmo artigo, e restituindo os papéis transmitidos.

N. 131 — Devolvendo o processo referente ao requerimento em que o general de brigada reformado Sylvestro Rocha pede o empréstimo de 60:000\$, para aquisição de um predio, e comunicando que o requerente deva aguardar oportunidade.

N. 132 — Devolvendo o processo relativo ao requerimento em que o tenente-coronel intendente da Guerra, Heitor Abrantes pede o empréstimo de 40:000\$ para a construção ou compra de um predio, e comunicando que o requerente deve aguardar oportunidade.

N. 133 — Solicitando audiencia relativamente ao aforamento perpetuo do terreno de marinhãs e seus accrescidos, situados em S. Torquato, do municipio do Espirito Santo, naquelle Estado, requerido por Pedro José Abondib.

— Sr. ministro da Marinha:

N. 120 — Solicitando providencias com relação ao processo transmittido com o officio da Inspeção de Repartições de Fazenda, referente ao criterio adoptado pelo Ministerio da Marinha quanto á cobrança do sello proporcional nas contas de obras por administração, afim de que seja cobrado o sello de que se trata sobre a importancia global das contas apresentadas pelo contractante.

— Sr. ministro da Viação e Obras Publicas:

N. 155 — Transmittindo o processo anexo a uma planta do projecto de permuta do terreno da Estrada de Ferro Central do Brasil com o terreno de dona Amelia Guimarães Mascarenhas, em Juiz de Fora, Minas Geraes, e mais duas referentes a terrenos de José Dias Tavares, também naquella cidade, e solicitando providencias no sentido de serem apresentados esclarecimentos a respeito pela directoria da referida estrada.

— Sr. ministro presidente do Tribunal de Contas:

N. 110 — Restituindo os processos que vieram com o officio n. 1.475, de 26 de julho ultimo, e transmittindo o processo em que foi autorizado o pagamento de diferença de vencimentos ao 4º escripturário da Recebedoria do Districto Federal Sergio Ferreira da Veiga.

— Sr. prefeito do Districto Federal:

N. 35 — Solicitando providencias no sentido de ser arrecadado nos termos exactos do art. 13 do decreto n. 14.339, de 1 de setembro de 1920, o sello dos contractos celebrados pela Prefeitura com particulares.

— Sr. director-gerente da The Leopoldina Railway Company Limited:

N. 180 — Agradecendo a remessa de um folheto contendo o relatório da companhia relativo ao anno de 1923.

— Sr. Dr. Joaquim dos Reis Magalhães, provedor da Casa Pia e Collegio dos Orphãos de S. Joaquim — Bahia.

N. 5 — Agradecendo a comunicação da recleição da Mesa Administrativa que tem de servir no triennio de 1924 a 1927.

Contadoria Central da Republica

EXPEDIENTE DO SR. CONTADOR GERAL

Dia 26 de agosto de 1924

Officios:

Ns. 623 a 638 aos Srs. delegados fiscaes do Thesouro Nacional, remettendo uma chave da machina para calculo «Burroughs», enviada para o serviço daquellas delegacias.

Portaria n. 29 — O contador geral resolve designar o auxiliar-technico Gastão de Lima Chaves para exercer as funções de chefe da 1ª secção, emquanto durar o impedimento do funcionario effectivo

Directoria da Receita Publica

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Requerimentos despachados

Dia 7 de julho de 1924

Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, de 11 de junho do corrente anno, pedindo isenção de direitos para vinte e quatro (24) fardos de lona de linho, vindos pelo vapor italiano «Ardito». — Indeferido, em face do parecer. P. 29.416/24.

Dia 10

Sociedade de Mineração do Morro do Fraga, de 7 de abril ultimo, pedindo isenção de direitos para uma machina operatriz. — Designo para passar o certificado o engenheiro civil Waldemar Seabra, mediante a remuneração de oitenta mil réis (80\$000), que deverão ser recolhidos previamente pela requerente a Thesouraria Geral do Thesouro. P. 31.951/24.

Dia 9 de agosto

Companhia Brasileira de Araranguá, de 12 de julho ultimo, pedindo isenção de direitos mediante assignatura de termo de responsabilidade, para materiaes vindos de Antuerpia pelo vapor allemão «Okemos». — De accôrdo com o parecer, indeferido. P. 36.409/24.

Dia 11

Sociedade Anonyma Frigorifico «Anglo» e Companhia Frigorifica de Santos, de 5 de julho ultimo, pedindo transferencia de materiaes. — Designo o engenheiro Waldemar Seabra para certificar, arbitrando em trescentos mil réis (300\$000) seus honorarios, importancia que deverá ser previamente recolhida a Thesouraria Geral do Thesouro. P. 38.411/24.

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 23 de agosto de 1924

Officios:

Ao Sr. delegado fiscal em Pernambuco:

N. 136 — Devolvendo o processo numero 26.335, para os fins convenientes.

— Ao Sr. inspector da Alfandega do Porto Alegre:

N. 18 — Comunicando que o Sr. ministro concedeu isenção de todas as taxas para um harmonium e accessorios destinados á Igreja do Bom Principe, do Montenegro.

— Ao Sr. delegado fiscal em São Paulo:

N. 474 — Devolvendo o processo numero 32.886, do corrente anno, afim de que aquella delegacia proceda de accôrdo com o parecer de fls. 23 verso.

N. 475 — Remettendo o processo numero 11.514, para os devidos fins.

— Ao Sr. delegado fiscal em Minas Geraes:

N. 250 — Remettendo o processo numero 35.974, para os fins convenientes.

— Ao Sr. delegado fiscal no Pará:

N. 38 — Devolvendo o processo numero 34.649, para os devidos fins.

— Ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 567 — Comunicando que o Sr. ministro concedeu isenção de direitos para duas caixas contendo uma imagem de marmore e um modelo em gesso, destinadas ao Carmelo de S. José, em Petropolis.

Portaria

Ao Sr. administrador da Mesa do Rendas de Macahé:

N. 20 — Devolvendo o processo numero 31.889, para os devidos fins.

Dia 25

Officios:

Ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 568 — Comunicando que o Sr. ministro concedeu isenção de direitos para material destinado á Companhia Nacional de Navegação Costeira.

— Ao Sr. delegado fiscal no Rio Grande do Sul:

N. 187 — Comunicando que o Sr. ministro deferiu o pedido da Companhia Armour do Rio Grande do Sul, para reexportar para Buenos Ayres cinco caixas formando um guindaste, despachadas com isenção de direitos na Alfandega de Livramento

Dia 26

Ao Sr. delegado fiscal no Espirito Santo:

N. 21 — Remettendo o processo numero 28.752, afim de que seja satisfeita a exigencia do despacho de fls. 3 verso.

— Ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro:

Ns. 570 e 571 — Comunicando que o Sr. ministro concedeu isenção de direitos para material destinado á The Rio de Janeiro City Improvements Company Ltd.

N. 572 — Comunicando que o Sr. ministro concedeu isenção de direitos para um automovel marca «Citroen», pertencente ao secretario da Legação do Perú, Sr. Oscar Barrenseheal.

— Ao Sr. inspector da Alfandega de Santos:

N. 143 — Comunicando que a isenção concedida para 500 amarrados de folhas de Flandres, destinados á cobertura do armazem regulador da entrada de café em Cruzeiro, de que trata a ordem n. 138, comprehende tambem a taxa de expediente.

— Ao Sr. director da Recbedoria do Distrito Federal:

N. 459 — Remettendo uma petição do inspector fiscal Alfredo Mallet Soares, acompanhada do processo a que o mesmo se refere.

— Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 489 — Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro da Fazenda, tendo presente o processo relativo ao requerimento em que The Rio de Janeiro City Improvements Company, Ltd., pede autorização para receber nos depositos tanques da Anglo Mexican Petroleum Company, Ltd., 50.000 kilos de gazolina, para os quaes obteve isenção de direitos pela ordem desta directoria n. 911, de 15 de dezembro de 1923, donde a requerente irá retirando a medida das suas necessidades, resolveu, por despacho de 12 do corrente, deferir o pedido, mediante as providencias que acautelam os interesses do fisco, obrigada a peticionaria a fazer nessa alfandega a prova das retiradas parciais do material em questão.

Portaria

N. 26 — O director da Receita Publica do Thesouro Nacional recommenda ao collector das rendas federaes em Parahyba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro, que determine ao escrivão da referida exactoria:

a) que seja elle proprio quem faça a escripturação dos livros da collectoria, por ser isso de sua competencia;

b) que anote no livro de matricula dos contribuintes do imposto sobre a renda os pagamentos realizados desde junho de 1923, á vista das segundas vias das guias existentes.

— Sr. delegado fiscal em Pernambuco:

N. 137 — Em resposta ao vosso telegramma n. 146, de 27 de julho proximo findo, communico-vos que as repartições arrecadoras nos Estados devem tambem adoptar o modelo publicado no *Diario Official* de 29 de maio do corrente anno, o qual substituiu o modelo numero 3, a que se refere o art. 17 do decreto n. 14.737, de 23 de março de 1921.

Portaria

N. 8 — O director da Receita Publica do Thesouro Nacional declara ao collector da 2ª Collectoria das Rendas Federaes em S. Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, que o Sr. ministro da Fazenda, no processo restituído com o seu officio n. 68, de 30 de junho deste anno, relativo á consulta formulada pelos agentes fiscaes do imposto de consumo Americano da Cunha Lopes e José Alves da Cunha Junior, quanto a irregularidades encontradas no lançamento de estampilhas de contas assignadas adquiridas por meio de guias em data posterior e empregadas nos livros de vendas á vista em quinzenas anteriores, exarou, a 28 de julho ultimo, o seguinte despacho:

“De accôrdo com o parecer. O assumpto de que trata o presente processo já foi objecto de deliberação deste ministerio, conforme consta da ordem n. 21 á Alfandega do Rio Grande, publicada no *Diario Official* de 18 de junho do corrente anno.”

O parecer que emitti a 22 do referido mez de julho e a que se refere o Sr. ministro é o seguinte:

"Segundo a exposição de fls. 2, ha realmente infracção do § 2º do art. 26 do decreto n. 16.275 A, de 22 de dezembro de 1923. No entanto, o art. 30, numero 2, do mesmo decreto, sómente pune essa infracção na parte relativa á inutilização das estampilhas. A estampilha só se comprehende inutilizada, quando datada e assignada a sua inutilização no devido tempo, isto é, no primeiro dia útil de cada quinzena mensal. No caso em estudo absolutamente assim não se procedeu, porque as estampilhas, adquiridas posteriormente áquella época e em seguida appostas no respectivo livro de registro das vendas á vista, só podiam ser inutilizados posteriormente também e não como o foram, com uma data falsa, uma vez que a inutilização foi antedatada.

A pena de revalidação, no meu entender, tem perfeita applicação no caso.

Submetto á deliberação do Exmo. Sr. ministro da Fazenda."

— Sr. delegado fiscal no Piahy:

N. 12 — Com o officio n. 101, de 20 de maio de 1919, encaminhastes ao Thezouro o recurso interposto pelo escrivão da collectoria das rendas federaes dessa capital, Manoel Moreira Leão, do acto dessa delegacia indeferindo o requerimento a que se julga com direito sobre importaneias do sello de patente da Guarda Nacional, recolhida aos cofres dessa delegacia.

O Sr. ministro da Fazenda deu sobre o caso a 11 de junho deste anno o seguinte despacho:

"O decreto n. 9.285, de 30 de dezembro de 1911, em seu art. 7º, letra I, paragrapho unico, revalidou a lei numero 1.313, de 30 de dezembro de 1904.

Assim, considerando que o sello das patentes da guarda nacional podia ser pago nas delegacias fiscaes; e, ainda, que o art. 59 do decreto n. 9.285, citado, não revogou a disposição anterior;

Resolvo, de accordo com o parecer do Dr. consultor da Fazenda, negar provimento ao recurso, para o fim de ser mantido o despacho da delegacia fiscal."

O parecer do Dr. consultor da Fazenda a que se refere o Sr. ministro da Fazenda foi accorde com a informação do escripturario Guilherme Malaquias dos Santos, prestada nos seguintes termos:

"No requerimento de fls. 4, Manoel Leão, escrivão da collectoria federal de Therozina, requereu á delegacia fiscal a liquidação, por exercícios findos, da percentagem de 23\$800 a que se julgou com direito, calculada sobre a quantia de \$50\$ recolhida á delegacia fiscal a título de patentes da extincta guarda nacional.

O interessado juntou certidão da propria delegacia comprovando a effectividade do recolhimento.

Esta ultima repartição indeferiu o pedido, com fundamento nas ordens numeros 16 á Collectoria do Carmo e Sumidouro (*Diario Official* de 31 de maio de 1910) e 468 á Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul (*Diario Official* de 16 de dezembro de 1913).

A primeira ordem se acha concebida nos termos seguintes:

"Declaro-vos, para os fins convenientes, que a Sr. ministro, por

despacho de 20 do corrente, exarado no vosso officio sem numero, de 10 de setembro do anno proximo passado, e tendo em vista, do accordo com o parecer da Directoria da Contabilidade, que seria irregular abonar percentagem ao collector por haver julgado o auto de infracção, impondo multa cuja arrecadação foi feita por outra repartição, resolveu indeferir o vosso requerimento encaminhado com o citado officio, no qual pedistes pagamento de percentagem sobre a multa imposta a Bernardo Dias & Companhia, em 1907, e por estes recolhida ás Collectorias de Nova Friburgo e Sant'Anna de Japuhya, nesse Estado."

A segunda ordem é do teor seguinte: "Declaro-vos para os devidos fins, que o Sr. ministro da Fazenda, tendo presente o processo transmitido á Directoria da Receita Publica com o vosso officio n. 14, de 17 de janeiro de 1911, e em que Marcellio Castilho de Andrada e Olympio José Monteiro, collector e escrivão das Rendas Federaes em Taquara do Mundo Novo, nesse Estado, recorrem do acto pelo qual negastes direito á percepção do percentagens sobre a metade das multas que haviam sido impostas pelo primeiro dos requerentes e foram recolhidas á alfandega dessa capital, devido á circumstancia de residirem ahí os infractores, resolveu, por despacho de 20 de setembro ultimo, negar provimento ao recurso interposto, pelo fundamento do acto recorrido, em face da doutrina firmada pela resolução de que trata a ordem dessa directoria n. 16, de 30 de maio de 1910, á Collectoria do Carmo e Sumidouro, Estado do Rio de Janeiro."

Os pareceres do Thezouro manifestados pelas Directorias da Receita e Despeza são unanimes a favor do provimento do recurso.

Taes pareceres se fundam no dispositivo do art. 59, 2ª parte das Instruções approvadas pelo decreto numero 9.285, de 30 de dezembro de 1911.

De facto, dispõe o artigo invocado que:

"O sello de patentes da guarda nacional só poderá ser pago na collectoria do municipio em que estiver localizado o corpo para que fôr nomeado o official ou na collectoria da capital."

A primeira vista a leitura de semelhante disposição, sem estudo de confronto com os artigos anteriores, parece mostrar a improcedencia do acto da delegacia fiscal e o consequente direito do recorrente.

Si o sello só poderá ser pago na collectoria do municipio ou da capital, é de concluir-se que não o poderá ser na delegacia.

Vejamos, porém, qual a receita que incumba ás collectorias arrecadar.

Diz-nos o art. 7º das Instruções referidas que a mesma receita abrange os impostos, rendas e contribuições que enumera.

O paragrapho unico do semelhante artigo se refere exclusivamente ao sello de patentes de officiaes da guarda nacional:

"O sello de patentes de officiaes da guarda nacional será arrecadado

nos termos do art. 18 da lei numero 1.313, de 30 de dezembro de 1904 e art. 11 da lei n. 1.452, de 30 de dezembro de 1905, art. 9º da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, art. 19 da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900, e circular da Fazenda n. 3, de 24 de janeiro de 1903."

Torna-se necessario, agora, para bem interpretarmos o dispositivo transcripto, que examinemos os termos dos artigos mencionados pelo mesmo.

Estabeleceu o art. 9º da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898:

"Nenhuma patente da guarda nacional será expedida sena que o nomeado tenha pago os direitos em qualquer repartição arrecadadora da Republica."

O art. 18º da lei n. 1.313, de 30 de dezembro de 1904, declarou:

"O sello das patentes dos officiaes da guarda nacional nos Estados onde não houver delegacia fiscal, será pago nas collectorias dos municipios a que pertencerem,"

Dispoz o art. 11 da lei n. 1.452, de 30 de dezembro de 1905:

"O sello de patentes dos officiaes da guarda nacional também poderá ser pago nas collectorias dos municipios a que pertencerem."

Os demais artigos não dizem respeito ao estudo destes papeis.

Em vista do exposto forçoso será concluir que o sello de patentes da extincta guarda nacional, que antes só podia ser pago nas collectorias, quando não existisse delegacia fiscal no Estado, passou a ser também arrecadado «pelas collectorias dos municipios», por concessão da lei de 1905, que, como vimos, usou da expressão:

«tambem poderá ser pago nas collectorias».

As palavras «tambem poderá» mostram que a permissão dada pela lei não excluiu de forma alguma o direito de arrecadação pelas delegacias fiscaes.

O art. 59, já transcripto, se harmoniza perfeitamente com o paragrapho unico do art. 7º.

Não quiz aquelle artigo dizer que só nas collectorias poderá ser pago o sello; o que elle visou foi esclarecer, para afastar, naturalmente, reclamações que, quando o dito sello não fôr satisfeito na delegacia, só o poderá ser «na collectoria do municipio em que estiver localizado o corpo para que fôr nomeado o official ou na collectoria ou na capital».

O que pretendeu, pois, o art. 59 fôr prohibir o recolhimento nas collectorias dos municipios a que pertencerem os interessados.

Pelas razões expostas, somos pelo não provimento do recurso."

— Sr. director da Recbedoria do Distrito Federal:

N. 457 — Com o officio n. 1.337, de 20 de junho do corrente anno, encaminhastes a estas directorias o recurso interposto pela firma Fuysaki & Comp. do acto dessa recbedoria, que lhe impoz multa de 150\$ por infracção do regulamento annexo ao decreto n. 14.648, de 26 de Janeiro de 1921,

O Sr. ministro da Fazenda, em data de 29 de julho proximo findo, proferiu o seguinte despacho:

«Nego provimento ao recurso, de accordo com o parecer.»

O parecer que emitti e com o qual concordou o Sr. ministro da Fazenda foi o seguinte:

«Sou de parecer que se negue provimento ao recurso, visto como só depois de notificado foi que o recorrente pagou a diferença da patente de registro do sua casa commercial.»

O que vos communico para os devidos fins.

N. 458 — Com o officio n. 1.472, de 3 de julho do corrente anno, encaminhastes a esta directoria o recurso interposto pela firma J. A. Rodrigues & Companhia, do acto dessa recebedoria, que o multou em 200\$, por infracção do regulamento anexo ao decreto n. 14.648, de 26 de janeiro de 1921.

O Sr. ministro da Fazenda, em data de 29 de julho proximo findo, proferiu o seguinte despacho:

«Nego provimento ao recurso, de accordo com o parecer.»

O parecer que emitti e com o qual concordou o Sr. ministro da Fazenda foi o seguinte:

«De accordo com as considerações financeiras do officio de fls. 21, sou de parecer que se negue provimento ao recurso, para ser mantida a decisão recorrida, pelos seus fundamentos.»

O que vos communico para os devidos fins.

Portaria

N. 14 — O director da Receita Publica do Thesouro Nacional, no intuito de tornar assidua e efficaz a fiscalização do imposto de consumo e de outras rendas o consequentemente que seja a arrecadação uma expressão da verdade, de modo a que abranja todos os contribuintes, sem distincção alguma, resolve recomendar ao collecter das rendas federaes em Recife que, para o effeito da mesma fiscalização, seja dividida a circumscripção em duas secções fiscaes, para o que offerece as seguintes sugestões:

O 1º districto desse municipio, que comprehende a cidade, deverá ficar a cargo dos respectivos agentes fiscaes Wilson Bakker de Araujo Costa e Almir Guimarães, cuja divisão, terá como base a ponte metallica, partindo dali pela rua da Ladeira Dr. Luiz Barreto e rua Quinze de Novembro até a antiga caixa de agua.

Isto posto, caberá ao primeiro daquelles agentes fiscaes a fiscalização do lado direito do quem sobe as mesmas ruas, inclusive as fazendas cujas estradas estejam no mesmo sentido, ficando a outra parte da cidade e adiacencias, isto é, o lado esquerdo, na mesma direcção, a cargo do segundo daquelles agentes fiscaes.

Os 2º, 3º e 4º districtos ficarão sob a fiscalização do agente fiscal Wilson Bakker de Araujo Costa e os 5º, 6º e 7º districtos sob a fiscalização do agente fiscal Almir Guimarães.

Outrosim, recommenda a conveniência de serem as mercadorias, nas estradas de ferro, desembarçadas simultaneamente por ambos os agentes fiscaes.

— Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional em S. Paulo:

N. 476 — Em resposta ao vosso officio n. 826, de 29 de junho do corrente anno, communico-vos que o assumpto

constante da 1ª parte do officio n. 109, da Comissão Permanente de Inspeção de Fazenda junto a essa delegacia, depende ainda de solução da autoridade superior, no processo numero 17.510, do corrente anno; quanto á 2ª parte do referido officio, está o caso resolvido pela circular do Ministerio da Fazenda, n. 37, de 4 de julho proximo findo.

Requerimentos despachados

Dia 31 de julho de 1924

Fidelis Pillar Peixoto Guimarães, procurador da Fazenda Publica, pedindo restituição da importancia de 100\$, recobida a mais. — Exiba o conhecimento P.19.001/21.

Dia 14

Companhia Siderurgica Belgica Mineira, do 7 deste mez, pedindo isenção de direitos para varios materiais vindos de Hamburgo no vapor *Steigerwald*. — Satisfaca a exigencia da 1ª Sub-directoria, P.39.003/21.

Dia 18

Manoel Antonio Pacheco Guimarães, de 6 de fevereiro de 1920, á extincta procuradoria da Fazenda Publica, pedindo restituição da quantia de 90\$. — Satisfaca a exigencia da 3ª Sub-directoria, P.38.909/21.

Directoria da Despesa Publica

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Requerimentos despachados

N. 10.321 — União Beneficente dos Funcionarios Publicos, sobre desconto em folha de pagamento de seus associados. — De accordo com o disposto no art. 3º do decreto n. 14.728, de 16 de março de 1921, somente os emprestimos estão sujeitos á fiscalização dos Bancos. Resolve, por isto, deferir, á vista do parecer, a petição de fls.

N. 57.785 — Agente fiscal João José de Souza Medeiros, sobre abono de gratificação. O caso do requerente não é o previsto no § 2º do artigo 486, do decreto n. 14.648, de 26 de janeiro de 1921; trata-se de substituição referida no § 2º do artigo 26 do decreto numero 11.663, de 1 de fevereiro de 1921. Nestas condições e pelos fundamentos do parecer nego provimento ao recurso.

N. 25.507 — Antenor Coimbra, sobre contribuições. — De accordo com o parecer, nego provimento.

N. 23.257 — Osman Procoro, pedindo para continuar o pagamento de contribuições para o montepio. — Indeferido.

N. 24.543 — Benedicto Roriz, pedindo pagamento de diarias. — Nego provimento ao recurso, de accordo com o parecer, para ser mantido o acto da Delegacia Fiscal no Paraná.

Dia 20

Officios:

Ao Sr. delegado fiscal na Bahia:

N. 250 — Concedendo, por conta do decreto n. 16.323, de 19 de janeiro de 1924, o credito de 1:482\$676, para pagamento á D. Maria Amelia Fabricio de Barros e fillos.

N. 249 — Remettendo a guia passada a favor do thesoureiro da Alfandega desse Estado, Dr. Valentin Antonio da Rocha Bittencourt e concedendo o credito necessario.

N. 251 — Remettendo os titulos dos menores Adelina, Raymundo e José Maria e Maria, fillos do telegraphista de 1ª classe dos Telegraphos, Tobias Friedmann, concedendo o credito de 1:200\$, para o exercicio corrente e 3:066\$666 de exercicios findos.

N. 352 — Remettendo os titulos de D. Aldeira Galvão Cautois e do menor Manoel, concedendo os creditos necessarios.

N. 253 — Concedendo o credito de 161:460\$ para os fins suggeridos no aviso n. 1.483, de 28 junho ultimo, do Ministerio da Viação.

N. 254 — Remettendo os titulos de D.D. Rita Cesar Berenguer, Francisca Cesar Berenguer e Heloisa Cesar Berenguer, concedendo os creditos necessarios.

N. 255 — Concedendo o credito de 4:864\$, para pagamento da gratificação de um escriptuario e das diarias de um trabalhador da sub-comissão da Bahia dos Proprios Nacionais.

N. 256 — Concedendo o credito de 400:000\$, para os fins constantes do aviso n. 3.430, de 31 de julho ultimo, do Ministerio da Agricultura.

N. 257 — Declarando para os devidos fins que os processos referentes ao pedido do escriptuario Octavio Mascarenhas Telles, foram remettidos á Delegacia Fiscal em São Paulo, visto a despeza de que trata estar comprehendida na letra c, § 2º do art. n. 402, do Codigo de Contabilidade.

N. 258 — Concedendo o credito de 600\$, para os fins a que allude o aviso numero 1.513, de 5 de julho de 1924, do Ministerio da Viação.

N. 259 — Concedendo o credito de 600\$, para pagamento ao serventuario do culto catholico, padre Marcolino Francisco de Souza Madureira.

N. 250 — Idem, idem, de 600\$, ao padre Pedro dy Alcantara y Albuquerque.

— Ao Sr. delegado fiscal no Ceará:

N. 127 — Remettendo para os devidos fins os titulos de D. Maria Justa da Costa e de dous fillos menores, concedendo os creditos necessarios.

— Ao Sr. delegado fiscal no Espirito Santo:

N. 78 — Concedendo o credito de 5:000\$, para as despezas de reparos de que carece o predio da Inspectoria Agricola.

— Ao Sr. delegado fiscal no Maranhão:

N. 101 A — Concedendo o credito de 52:790\$, para os fins a que allude o aviso n. 1.514, de 5 de julho de 1924, do M. da Viação.

N. 102 A — Concedendo o credito de 25:000\$, para os fins a que allude o aviso n. 3.429, de 31 de julho ultimo, do M. da Agricultura.

— Ao Sr. delegado fiscal no Pará:

N. 192 — Concedendo o credito de 87:600\$, para attender ao pagamento da construcção de seis lanchas para o Arsenal de Marinha desse Estado.

N. 193 — Restituindo, apostillado, o titulo das pensões de montepio de Dona Nila Burges Xavier e concedendo o credito necessario.

N. 194 — Recommendando seja expedido com urgencia, e a ordem desta directoria n. 3, de 14 de janeiro de 1924.

N. 195 — Concedendo o credito de 360\$, para os fins constantes no aviso

n. 3.124, de 5 de julho ultimo, do M. da Agricultura.

N. 196 — Restituindo o título de D. Erathostenes Cordeiro de Freitas, concedendo o credito necessario.

— Ao Sr. delegado fiscal na Parahyba:

N. 81 — Remettendo os títulos de D. Maria da Gloria de Abreu Lima e filhos, concedendo os creditos necessarios.

N. 82 — Idem, idem, de D. Maria Rosa Monteiro de Oliveira e filho, concedendo o credito de exercicios findos de réis 3:096\$774 e 1:600\$, para 6 corrente.

N. 83 — Concedendo o credito de réis 44:750\$, para os fins constantes do aviso n. 1.603, de 17 de julho de 1924, do M. da Viação.

— Sr. delegado fiscal em Pernambuco:

N. 227 — Concedendo o credito de 1:353\$, para pagamento a D. Rosa Adolphina Hasemann Spencer Netto e filhos.

N. 228 — Idem, o credito de 2:400\$, para pagamento ao juiz de direito em disponibilidade bacharel Francisco da Costa Maia.

N. 228 — Comunicando haver o Sr. ministro deferido o requerimento do es-1:353\$573 para pagamento a D. Rosa Monteiro, referente ao officio dessa delegacia, n. 729 de 10 novembro de 1923.

N. 229 — Comunicando haver o Sr. 1:785\$375 para pagamento de acrescimo do vencimentos ao Dr. Francisco Tavares da Cunha Mello.

— Ao Sr. delegado fiscal no Rio Grande do Norte:

N. 84 — Concedendo o credito de 2:500\$ para a Escola Domestica do Natal.

N. 85 — Concedendo o credito de 300\$, para os fins contidos no aviso numero 1.474, de 26 de junho de 1924, do M. da Viação.

N. 86 — Remettendo o título de Dona Aurelia Aurora Seabra de Mello, e concedendo o credito de 400\$, para o exercicio corrente e 1:344\$081 de exercicios findos.

— Ao Sr. delegado fiscal em São Paulo:

N. 346 — Restituindo os títulos de D. Maria Alves de Farias e filhos concedendo o credito de 1:296\$ para o exercicio corrente e 2:875\$612 de exercicios findos.

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Requerimentos despachados

N. 3.589 — Société Anonyme du Gaz, solicitando pagamento. — Aguarde-se requerimento da interessada.

N. 1.769 — Idem. — Satisfaca a exigencia da informaçao.

N. 5.244 — Idem, idem.

N. 57.821 — Idem, idem.

N. 9.426 — Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, sobre pagamento de contas. — Requerira o pagamento por exercicios findos.

N. 46.770 — Alfredo Pires Biltencourt. — Idem, idem.

N. 9.426 — Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, pagamento de conta. — Satisfaca a exigencia.

N. 23.819 — Idem, idem.

N. 2.998 — Idem, idem.

N. 18.355 — Idem, idem.

14.405 — Francisco H. Cordeiro, agente fiscal, sobre pagamento de ajuda de custo. — Aguarde-se requerimento do interessado.

N. 31.517 — Camillo Raul Prates, pagamento de Odou Oliva. — Junte certidão de obito.

N. 35.062 — Henrique F. Palur, sobre pagamento da importancia de réis 500\$000. — Dirija-se, querendo, a Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul.

Requerimentos dos collectores de Cantagallo, S. Pedro da Aldeia, Sapucaia, Rio Claro, S. Francisco de Paula, Cabo Frio e S. João Marcos, no Estado do Rio de Janeiro, Eugenio Martins Mello, Antonio Homem Cardoso Motta, Joaquim Pinto dos Santos, Manoel Gonçalves de Souza Portugal, Ludgero Sabino Pinho, Domingos Marques de Gouveia e José Maria Dantas, respectivamente, de 21 de março de 1917 e 29 de maio, 10 de abril, 2 de abril, 11 de abril, 5 de janeiro e 28 de janeiro, tudo de 1918, sobre pagamento de percentagens.

— Tratando-se de divida que só pôde ser liquidada mediante provisao do Tribunal de Contas, archive-se.

Requerimentos dos escrivães das Collectorias de S. Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Mangaratiba, Parahyba do Sul, Maricá, S. Francisco de Paula, Petropolis, Iguaçu, Rio Bonito e Ilacára, no Estado do Rio de Janeiro, Henrique Manoel da Silveira, Antonio da Cunha Azevedo, Carlos Alberto Lopes, Randolpho de Mattos, Manoel Marianno de A. Baptista, Octavio M. de Almeida, Fernando da Rocha Miranda, Reynaldo de Paula Marques, Francisco Moreira Damasco, Clemente P. de Carvalho, respectivamente, de 29 de janeiro de 1917, 6 de janeiro, 28 de janeiro, 17 de abril, 24 de abril, 11 de abril, 9 de março, 27 de março, 23 de janeiro e 22 de janeiro, tudo de 1918. — Tratando-se de divida que só pôde ser liquidada mediante provisao do Tribunal de Contas, archive-se.

Directoria do Patrimonio Nacional

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Requerimento despachado

Dia 26 de agosto de 1924

Severo Dantas & Comp., pedindo restituição de documentos que acompanharam o processo de inscriçao. — A entrega dos documentos pedidos poderá ser feita directamente ao interessado ou a quem legitimamente o represente. A prova de que o funcionario a que alludem os supplicantes tem autorizaçao para representá-los é a procuraçao. Esta não está junta ao processo e de tal modo não podem ser attendidos os requerentes.

Contracto 'que com a Fazenda Nacional assigna a Companhia Locativa e Constructora para execucao de obras de que carece o proprio nacional á rua Monte Alegre n. 255, nesta Capital:

Aos 16 dias do mez de junho do anno de 1924, na Directoria do Patrimonio Nacional, presente o Sr. Angelo de Oliveira Bevilacqua, director, compareceu a Companhia Locativa e Constructora, com sede nesta capital, á rua Sant'Anna numeros 147 e 149, representada neste acto pelo procurador da mesma companhia, Sr. Fernando Pereira Gomes, conforme procuraçao que exhibiu, e que neste contracto será denominada «A contractante» e pela mesma foi dito que, de accordo com o despacho do Sr. ministro da Fazenda, de 26 de maio ultimo, exa-

rado no processo n. 3.805, originado pelo requerimento de D. Aracy Constant Botelho de Magalhães, e por ter sido a sua proposta julgada a mais vantajosa na concorrência aberta por este ministerio para a execucao das obras de que carece o proprio nacional sito á rua Monte Alegre n. 255, nesta capital, vinha assignar o presente contracto sob as seguintes condições:

Primeira — A contractante obriga-se a iniciar os trabalhos dentro de cinco dias após o registro do presente contracto pelo Tribunal de Contas, sob pena de caducidade e perda da caução de réis 500\$ por ella já recolhida aos cofres da Thesouraria Geral do Thesouro Nacional.

Segunda — A contractante fica obrigada a fazer no predio da rua Monte Alegre n. 255, as obras de que o mesmo carece e de accordo com a especificação feita no quadro organizado pela 2ª Sub-directoria tecnica do Patrimonio Nacional e constante das folhas 3 a 5 do respectivo processo, quadro esse que fica fazendo parte integrante do presente contracto.

Tercera — A contractante obriga-se a empregar pessoal habilitado e materiais de primeira qualidade nos trabalhos que vac executar.

Quarta — A contractante manterá no recinto da obra um empregado de sua inteira confiança para receber instruções ou reclamações sobre detalhes do serviço.

Quinta — Pelo preposto da 2ª Sub-directoria tecnica do Patrimonio Nacional, ao qual se acham affectos os serviços referidos no presente edital, serão refugados os materiais que não correspondam ás exigencias. Este fiscal terá todo o direito de reger qualquer trabalho executado, obrigando-se a contractante a substituí-lo em parte ou no todo, conforme lhe fôr ordenado, não representando as obrigações acima qualquer direito a pedido de indemnização administrativa ou judiciarimente.

Sexta — Será fixado o prazo de sessenta (60) dias para a conclusão dos trabalhos. Esgotado esse prazo será deduzida da importancia a receber a quantia de cem mil réis (100\$), por dia que ultrapassar aquelle limite. Uma vez iniciados os trabalhos não poderá a contractante paralyzál-os sob pretexto algum, ficando sujeita ao disposto na ultima parte da clausula anterior.

Sétima — As despesas com a execucao do presente contracto na importancia de 7:800\$ (sete contos e oitocentos mil réis) correrão por conta da consignação — Material, sub-consignação — Diversas obras, da verba n. 28 do orçamento vigente na qual foi feito previamente o empenho da despesa.

Oitava — A importancia ajustada de sete contos e oitocentos mil réis será paga depois de promptas e acceitas as obras.

Nona — O presente contracto só entrará em vigor depois de registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o governo por indemnização de especie alguma si aquelle instituto denegar o registro. E pelo Sr. director do Patrimonio Nacional foi dito que em nome e por parte da Fazenda Nacional da Republica dos Estados Unidos do Brasil e para isso, autorizado pelo citado despacho do Sr. ministro da Fazenda accetivava o presente contracto e as obrigações que nelle se contém, mandando, para constar, lavrar este que, sendo lido e achado conforme, assigna com o representante da companhia contractante e as testemunhas abaixo. E

eu, *Indalecio Constancio Ferreira Junior*, terceiro escripturario do Thesouro Nacional com exercicio na Secretaria da Directoria do Patrimonio Nacional, o escrevi.

Inspectoria Geral dos Bancos

Portaria n. 86 — Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924.

Designe-se para fiscalizar a firma *F. Siqueira & Cia. Ltd.*

Para e se fim podereis usar de todas as faculdades conferidas pela legislação vigente, e especialmente pelo decreto n. 14.728, de 16 de março de 1921, nos termos das instruções e ordens desta inspector-a.

O inspector geral dos Bancos, interino. — Ao Sr. fiscal de Bancos no Distrito Federal, Dr. José Gomes Coimbra.

EXPEDIENTE DO SR. DR. INSPECTOR GERAL

Dia 26 de agosto de 1924

Officio n. 799 — Ao director geral do Thesouro Nacional, devolvendo cópia da certidão anexa ao officio n. 371 M. A., de 19 de julho último, do Banco Hypothecario e Agricola do Estado de Minas Geraes.

Officio n. 800 — Ao delegado regional dos Bancos no Estado de Minas Geraes, remetendo o processo com a carta-patente numero 246, do Banco de Arceburgo com sede na villa do mesmo nome, naquella estado.

Officio n. 801 — Ao director geral da Contabilidade do Thesouro Nacional, devolvendo o processo relativo á consulta feita pelo Banco dos Funcionarios Publicos Civis.

Officio n. 802 — Ao delegado regional dos Bancos no Estado de Pernambuco, devolvendo o processo com o officio n. 83, de 12 do corrente, relativo á denuncia do fiscal de bancos, Dr. Apollinario da Trindade Henriques, contra o National City Bank e a firma Rossbach Brasil Company, daquela praça.

Officio n. 803 — Ao delegado regional dos Bancos no Estado de Pernambuco, devolvendo o processo com o officio n. 84, de 14 do corrente, relativo á denuncia apresentada pelo fiscal de bancos, dr. Apollinario da Trindade Henriques, contra o The London and South America e a firma Rossbach Brasil Company, daquela praça.

Imprensa Nacional e "Diario Official"

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR GERAL

Dia 26 de agosto de 1924

Foram expedidos os seguintes officios:

N. 2.052 — Ao Sr. director geral do Departamento Nacional de Saude Publica, solicitando inspecção de saude para Maria Emilia de Lima.

N. 2.053 — Ao Sr. juiz presidente do Tribunal do Juiz, comunicando ter sido dada sciencia ao Sr. Augusto Loureiro de haver sido sorteado para servir como jurado na sessão de setembro.

N. 2.054 — Ao Sr. director da Despesa Publica do Thesouro Nacional, encaminhando uma folha de pagamento de Joaquim Francisco da Silva.

N. 2.055 — Ao Sr. intendente da Estrada de Ferro Central do Brasil, solicitando esclarecimentos a respeito de um officio daquelle intendencia.

N. 2.055 — Ao Sr. director da Despesa Publica do Thesouro Nacional, encaminhando uma folha de pagamento de Emerena da Silva Oliveira.

N. 2.057 — Ao Sr. Dr. Alvaro B. de Souza Lima, agradecendo a comunicação

feita de haver assumido a direcção da Estrada de Ferro Noroest. do Brasil.

N. 2.058 — Ao Sr. coronel A. L. Teixeira de Freitas, agradecendo a comunicação feita de haver assumido o commando da Escola de Estado Maior.

N. 2.059 — Ao Sr. director geral do Thesouro Nacional, encaminhando o requerimento em que Evaristo Rodrigues da Costa solicita licença para tratamento de saude.

N. 2.060 — Ao Sr. director do Serviço de Informaes, solicitando a remessa do material necessario á ultimação de uma encomenda citada a esta repartição.

N. 2.061 — Ao Sr. secretario do Departamento Nacional de Saude Publica, informando o custo de obras á venda na thésauraria desta repartição.

N. 2.062 — Ao Sr. director geral do Thesouro Nacional, solicita do empenho de despesa.

Requerimentos despachados

Lino Peçanha, Ambrosina Menezes de Pinho Gomes e Horacio Couto Dias. Como requerim.

Francisco Rodrigues dos Santos, Hermegildo da Costa, Antonio de Mallo Ventura Filho. — Sim, em termos

Regino José de Oliveira Filho — Sim, com assentimento previo do respectivo mestre Carlo Alberto Ribeiro de Mendonça. — Sim, mediante recibo.

Caixa de Amortização

EXPEDIENTE DO SR. INSPECTOR

Dia 26 de agosto de 1924

175 C — Carlos Gomes Xavier. — Deferido

51 I — Ignacio Carneiro de Andrade e Silva. — Deferido.

580 A — Albano Vianna & Comp. — Deferido.

183 E — Elisa da Costa Pinto. — Cumpra-se o alvará.

579 A — Antonio da Rocha Lima. — Deferido.

162 L — Ludovico de Miranda Góes. — Deferido.

181 E — Elisa Borba Pinto Teixeira. — Deferido.

85 S — Sophia Gui hermina de Souza Pires. — Satisfaca a exigencia.

585 A — Antenor Augusto Costa. — Deferido.

Ministerio da Marinha

Por portarias de 25 de agosto de 1924:

Foram nomeados:

O capitão de corveta Euzébio Rosario Cardoso para exercer, interinamente, o cargo de commandante do contra-torpedeiro *Alagôas*.

O capitão de corveta Leopoldo Nobrega Moreira para servir no Estado Maior da Armada.

O capitão tenente Marcellino José Jorge Filho para exercer, interinamente, o cargo de capitão do porto do Estado de Parahyba.

Foram concedidos:

Nos termos do art. 17 do decreto numero 14.633, de 1 de fevereiro de 1921, um anno de licença ao capitão tenente Alberto Pereira de Lucena, para tratar de sua saude onde lhe convier, devendo entrar no goso desta licença dentro do prazo de 30 dias a contar desta data.

Nos termos do art. 17 do decreto numero 14.633, de 1 de fevereiro de 1921, um anno de licença, ao capitão tenente Annibal Coutinho Marques, para tratar de sua saude onde lhe convier, devendo entrar no goso desta licença dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data.

De accôrdo com o parecer da junta medica, 30 dias de licença, na forma da lei, ao 1º tenente Heitor Doy e Maia, para tratar de sua saude onde lhe convier; devendo entrar no goso desta licença dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data;

Nos termos do art. 17 do decreto numero 14.633, de 1 de fevereiro de 1921, seis mezes de licença, ao operario de 3ª classe da officina de caldeirões de ferro do Arsenal da Marinha desta Capital Henrique Alves de Almeida, para tratar de sua saude, onde lhe convier devendo entrar no goso desta licença dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data.

Foram prorogadas:

De accôrdo com o parecer da junta medica, por 60 dias, na forma da lei, a licença concedida em 28 de maio ultimo ao 1º tenente engenheiro machinista Matias de Bitencourt Carvalho, para tratar de sua saude, onde lhe convier;

De accôrdo com o parecer da junta medica, por 9 dias, na forma da lei, a licença concedida em 28 de junho ultimo ao operario de 4ª classe do quadro fixativo da officina de caldeirões de ferro do Arsenal da Marinha desta Capital Manoel Rodrigues de Souza Almeida, para tratar de sua saude, onde lhe convier.

Por outra de 25 foi nomeado o capitão-tenente Arthur Murtinho para exercer, interinamente, o cargo de commandante da Escola de Aprendiz es Marinheiros do Estado de Sergipe.

Directoria do Expediente

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 25 de agosto de 1924

Sr. presidente do Estado do Maranhão: N. 3.407 — Assumpto: Impostos sobre embarcações.

1. Em referencia ao officio n. 1.304, de 24 de maio ultimo, da presidencia de Estado, tendo a honra de passar ás mãos de V. Ex. a copia do officio n. 27, de 24 de julho proximo passado, da Capitania do Porto do mesmo Estado, tres talões de cobrança passados pela Reitoria do Estado e Municipalidades de Pindamon e Arary, pelos quaes se verifica a existencia do tributo de re embarcações.

2. A vista do exposto, cabe-me reiterar a V. Ex. a solicitação contida no aviso deste ministerio n. 1.425, de 21 de março do corrente anno.

— Sr. ministro da Fazenda:

N. 3.403 — Assumpto: Pagamento de dívida de exercicios findos.

1. Rogo a V. Ex. as necessarias providencias no sentido de ser effectuado, pelo Thesouro Nacional, o pagamento da importância de 27 \$00, de que é credor o foguista, invalido, de 2ª classe Manoel da Silva Segundo, correspondente ao pagamento de diferença de etapas que deixou de receber no periodo de 1 de agosto de 181 a 31 de dezembro de 1919, conforme consta do processo de exercicios findos numero 7.955, que a e te acompanha.

N. 3.10 — Assumpto: Cinhagem de uma medalha.

1. Tendo sido instituido pelo professor Mario Ramos o premio «Paraday», constante de uma medalha de ouro, destinada ao

alumno da Escola Naval que mais se distinguir nas aulas de electricidade da mesma escola, tenha a honra de solicitar a V. Ex. as necessárias providencias afim de que a Casa da Moeda seja autorizada não só a preparar os respectivos cunhos como a effectuar a cunhagem da referida medalha obrigando-se aquelle estabelecimento a fornecer o ouro necessario e a pagar a taxa de cunhagem.

2. O respectivo desenho será apresentado opportunamente á Casa da Moeda, com todos os detalhes.

— Sr. ministro da Guerra:

N. 3.408 — Assumpto: Informa sobre a pretensão do veterano da guerra do Paraguay José Pereira Dativo.

1. Accuso o recebimento do aviso n. 82, de 26 de julho ultimo, em que V. Ex. solicita esclarecimentos sobre os postos que tinham duran e a guerra contra o Governo do Paraguay os machinistas da Marinha, para poder resolver o requerimento do voluntario d. Patria José Pereira Dativo, pedindo o abono de soldo vitalicio.

2. Acerca desse assumpto de que tambem trata o aviso desse ministrio n. 86, de maio deste anno, cabe-me declarar de novo a V. Ex., como já tive a honra de fazer pelo aviso n. 3.05, de 22 do mez proximo passado, que, tendo em vista o parecer do Conselho do Almirantado, emitido em consulta n. 196, de 10 do mesmo mez, a funcção de 4º machista que o referido voluntario exercia a bordo dos navio de guerra da nossa esquadra em operações, quando regressou daquella campanha, correspondia ao posto de sargento ajudante.

3. Incluso restituo a V. Ex. todos os papéis referentes a essa pretensão.

N. 3.411 — Assumpto: Apresentação de sorteados.

1.—Rogo a V. Ex. as necessarias providencias no sentido de serem apresentados a este ministerio afim de servirem em um dos corpos de Marinha, de accordo com o art. 526 do Regulamento das Capitanias dos Portos annexo ao decreto n. 16.197, de 31 de outubro de 1923, os pescadores abaixo mencionados, matriculados na Capitania dos Portos desta Capital:

Gaudencio M. Tavares, filho de Manoel Tavares, matricula o sob n. 1.35, em 30 de junho de 1921, com 30 annos de idade.

Benedicto Luiz Virissimo, filho de Benedicto Luiz Virissimo, matriculado sob numero 1.734, em 30 de junho de 1921, com 24 annos de idade.

Marcelino Barbosa, filho de paes incognitos matriculado sob n. 10.763, em 15 de dezembro de 1923, com 38 annos de idade.

Evaristo Victorino Maciel, filho de Victorino Maciel Maciel, matriculado sob numero 1.786, em 30 de julho de 1921, com 26 annos de idade.

Hiario José Braga, filho de José A. de Aaujo, matriculado sob n. 1.186, em 16 de junho de 1921, com 35 anno de idade.

Juvenal do Nascimento, filho de João V. Ferreira, matriculado sob n. 1.182, em 16 de junho de 1921, com 18 annos de idade.

Benedicto Francisco Rosa, filho de Benedicto Francisco Rosa, matriculado sob numero 1.317, em 20 de junho de 1921, com 32 annos de idade.

Deocicio Manoel de Oliveira, filho de Manoel Joaquim de Oliveira, matriculado sob n. 1.217, em 20 de junho de 1921, com 29 annos de idade.

Waldomiro Rosas, filho de Honorio Rosas matriculado sob n. 1.214, em 16 de junho de 1921, com 18 annos de idade.

Benedicto Honorio da Rosa, filho de Honorio da Rosa, matriculado sob numero 1.187, em 16 de junho de 1921, com 30 annos de idade.

José Abreu, filho de Antonio Abreu, matriculado sob n. 1.418, em junho de 1921, com 22 anno de idade.

Leonardo Vianna, filho de Ezequiel Vianna, matricula o sob n. 179, em 8 de junho de 1921, com 18 annos de idade.

Dyonisio José de Souza, filho de Calixto José de Souza, matriculado sob n. 166, em 8 de junho de 1921, com 21 annos de idade.

Be tholdo Manoel de Oliveira, filho de Joaquina Anna da Conceição, matriculado sob n. 147, em 19 de maio de 1921, com 27 annos de idade.

Laudeli o Baptista de Oliveira, filho de Francisco Baptista de Oliveira, matriculado sob n. 121, em 19 de maio de 1921, com 23 annos de idade.

João Adolpho de Andrade, filho de Antonio Luzia, matriculado sob n. 6.946, em 24 de janeiro de 1921, com 30 annos de idade; e

Serafin Manoel Luzia, filho de Manoel Luzia, matriculado sob n. 6.944, em 24 de janeiro de 1921, com 22 annos de idade.

2.—Cumpra-me esclarecer a V. Ex. que os 13 primeiros pescadores s. foram convocados pelo 1º Districto de Alistamento Militar da 2ª Circumscripção de Recrutamento da 1ª Região Militar de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, e os quatro ultimos foram convocados pelo 20º Districto de Alistamento Militar da 2ª Circumscripção de Recrutamento da 1ª Região Militar de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro.

— Sr. chefe do Estado Maior da Armada:

N. 3.333 — Assumpto: Elogio ao commandante e commandados do C. T. *Alagôas*,

1. A acção calma, energica e intelligente do capitão de corveta Leopoldo Nobrega Moreira, commandante do C. T. *Alagôas* na suffocação do levante militar de Sergipe, vencendo todas as difficuldades surgidas com notavel pertinacia e decidida vontade de superal-as, como provam as referencias altamente elogiosas do general de brigada Maçal de Faria, chefe das forças em operação contra os amotinados, merece todos os encomios e o franco applauso do Governo.

2. Os officiaes, sub-officiaes, inferiores e praças do navio, que mostraram secundar com lealdade e patriotismo sem descanso nem esmorecimento, a acção proficua do commandante, tornaram-se dignos das mesmas palavras de louvor e da attenção do palz pelo auxilio prestado á defesa da ordem e da lei.

3. Assim sendo deveis elogiar em ordem do dia, em nome do Sr. Presidente da Republica, o citao commandante e nominalmente os seus commandados, afim de que a Armada Nacional tome conhecimento de mais esse motivo de justo regosjo.

N. 3.395 — Assumpto: Baixa de uma praça.

1. Declaro-vos, para os devidos effeitos, que ora resolvo mandar dar baixa ao marinheiro nacional n. 6.769 PF carvoeiro, José Melles de Menezes, por ter sido julgado invalido para o serviço da Armada, conforme consta do termo de inspecção de saude a que foi o mesmo submettido.

N. 3.395 — Assumpto: Baixa de uma praça.

1.—Declaro-vos, para os devidos fins, que ora resolvo mandar dar baixa ao soldado do Balho Naval n. 53 da 5ª companhia, Manoel Camillo de Oliveira, jug do invalido para o serviço da Armada, conforme consta do termo de inspecção de saude a que foi submettido.

—Sr. presidente do Tribunal de Contas:

N. 3.392—Assumpto: Distribuição de credito.

1.—Rogo a V. Ex. as necessarias providencias no sentido de ser distribuido a Di-

rectoria Gerl de o habilidade deste ministerio e ditos p. le. a n. importante total de 200:000\$, para a compra o pagamento da de pe a que devem correr á conta da verba 1—Reparticoes de Marinha —X III— Su e i te e ci de Navegação Maritima de cos m —665—P r a q isição do p. te ia etc.

N. 3.412 — Assumpto: Transercia de credito.

1.—Solicito a V. Ex. as necessarias providencias no sentido de ser transferido a Delegacia Fiscal do Territorio Nacional, no Estado do Amazonas para a mesma de recas do Territorio do Acre o credito na importância de 200\$ annuaes, destinando o pagamento de assento de casa e despesas minis a Capitania do Porto do referido territorio.

— Ao Sr. engenheiro civil Dr. Octavio Penna:

N. 3.413 — Assumpto: Fiscalisação de Obras do Ministerio da Marinha.

1. Declaro-vos, para os fins convenientes, ter resolvido incumbir-vos da fiscalisação das obras do Centro de Aviação da Ilha do Governador, no Galeão, e da da ala principal do edificio deste ministerio.

Dia 26

Sr. chefe do Estado Maior da Armada:

N. 4.416—Assumpto: Elogio ao 1º tenente engenheiro machinista Mario de Oliveira Guimarães.

1. Elogiae em ordem do dia o 1º tenente engenheiro machinista Mario de Oliveira Guimarães pelos serviços prestados junto á Missão Naval Norte Americana, mostrando-se sempre zeloso e de uma capacidade de trabalho acima da commun, conforme sollicito-me o vice-almirante chefe da referida missão, em officio de 20 de agosto corrente.

N. 3.417—Assumpto: Praças com o curso de motores da Escola de Aviação, creado por ordem do Estado Maior da Armada em officio n. 287, de 5 de agosto de 1921.

Referencias: Officio do Commando Geral do Corpo de Marinheiros ao E. M. A., n. 3.030, de 23 de junho de 1924.

Officio do E. M. A., capeando o anterior, sob n. 219, de 31 de julho de 1924.

1. Os carvoeiros que possuem o curso pratico de motores, creado por ordem do Estado Maior da Armada na Escola de Aviação, em 5 de agosto de 1921, deveo ser promovidos á 2ª classe nas vagas existentes e classificados como praticantes-motoristas, na forma do art. 53 do Regulamento para o Pessoal Subalterno do Serviço Geral de Maquinas, a que se refere o decreto n. 16.518, de 25 de junho de 1924.

2. As praças que possuirem o mesmo curso e tiverem a gradação de marinheiro nacional de 2ª classe deverão ser classificadas tambem na citada companhia, porém com a mesma classe.

3. As praças de classe superior á 2ª, só poderão ser classificadas depois de prestado o exam a que opportunamente poderão ser submettidas, si o requererem, e que abrangerá todos os assumptos que fazem parte da especialidade de «motorista» e cem-creada, excepto a materia referente a motores de explosão, que lhes será dispensada em virtude de já possuirem o curso correspondente.

4. Fica, assim, solucionado o assumpto que deu motivo ao vosso officio n. 219, de 31 de julho ultimo.

N. 3.418—Assumpto: Elogio aos capitães-tenentes engenheiros machinistas Flavio de Oliveira Machado e Antonio Alves Vianna Sá.

1. Elogiae em ordem do dia os capitães-tenentes engenheiros machinistas Flavio de

Oliveira Machado e Antonio Alves Vianna Sá, pelos excellentes serviços prestados em auxilio aos trabal-os da Missão Naval Norte Americana, conforme solicitação que me fez em officio o vice-almirante e chefe da referida missão.

Ministerio da Guerra

Rectificação

E' Frederico Trotta, e não Manoel Trotta como foi publicado no *Diario Official* de 26 do corrente, o nome do 2º tenente classificado, por despacho de 16 deste mez, no 2º regimento de infantaria (Villa Militar).

— Por portarias de 26 do corrente:

Foi exonerado o capitão de engenharia Salvador de Mello Cardoso do cargo de chefe do 1º grupo da Fabrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra.

Foram nomeados:

O capitão de engenharia Hildeberto de Albuquerque, chefe do 1º grupo da Fabrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra;

O coronel de engenharia Vicente dos Santos chefe da 2ª divisão da Directoria de Engenharia;

O 1º sargento reformado do Exército Torquato Tasso de Queiroga Rosa porteiro do Hospital Militar de Porto Alegre;

Foram concedidos tres mezes de licença para tratamento de saúde ao inspector de 2ª classe do Collegio Militar do Rio de Janeiro José Emiliano do Amaral, de accordo com o art. 8º, I, do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921.

Requerimentos despachados

Antonio Augusto, soldado, pedindo soldo vitalicio. — Expeça-se o titulo de soldo vitalicio.

Antonio Joaquim Geraldles, pedindo patente. — Satisfaca as exigencias do aviso de 5 de janeiro de 1922.

Arthur Mendes, capitão, pedindo certidão. — Certifique-se, na forma da lei. Benjamin-Lamarão, pedindo patente. — Prove a sua nacionalidade.

Cesar Augusto da Costa Avila, pedindo baixa da Escola Militar. — Indeferido.

Guilherme Fernandes da Silva, pedindo certidão. — Compareça á secretaria da Guerra para esclarecimentos.

João Evangelista de Oliveira Junqueira, pedindo abono de razão. — Indeferido, á vista da informação da Contabilidade da Guerra.

João Paulo de Lima, alferes, pedindo pagamento. — Satisfaca antes a exigencia do parecer da Contabilidade da Guerra.

Luiz Baptista de Lima, capitão, pedindo rectificação de nome. — Como requer.

Luiz Estevão de Oliveira, pedindo patente. — Satisfaca as exigencias do aviso de 5 de janeiro de 1922.

Manoel Antonio Corrêa, pedindo patente. — Satisfaca antes as exigencias do aviso de 5 de janeiro de 1922.

Operarios da Directoria Geral de Intendencia da Guerra, pedindo averbação de consignações. — Indeferido, pelos motivos constantes da informação da Contabilidade da Guerra.

Oscar Macarenhas, 1º tenente, e Pedro Alvaro de Bittencourt, pedindo pagamento. — Expeça-se o titulo de dívida.

Raul Alves Campos, 1º tenente, pedindo transferencia para a 2ª linha do Exército. — Annexe as certidões do telegrammas, querendo.

Sebastião Xavier da Silva, pedindo contagem de tempo de 1907 a 1908. — Deferido, na forma da lei.

Tellino Chagastelles, 1º tenente, pedindo transferencia da arma de infantaria para a de engenharia. — Indeferido, de accordo com as informações.

Theodoro José dos Santos, pedindo outra caderneta. — Entregue-se, mediante pagamento legal.

Alcides dos Anjos Silveira, 3º sargento, pedindo estagio no Hospital Central do Exército. — Concedo permissão para praticar no Hospital Militar da guarnição em que serve.

Amado Menna Barreto, capitão, pedindo annullação de uma carga. — Indeferido.

Arthur Lopes de Castro Pinto, capitão, pedindo ser considerado com o curso geral pelo regulamento de 1898. — Indeferido.

Cícero Pinheiro Bezerra de Menezes, major, pedindo patente. — Satisfaca as exigencias do aviso de 5 de janeiro de 1922.

Cornelio da Costa Palmeira, 1º sargento, pedindo gratificação especial de 4:000\$000. — Deferido.

Fortunato José do Espírito Santo, capitão, pedindo patente. — Satisfaca as exigencias do aviso de 5 de janeiro de 1922.

João Firmino da Silva Filho, cabo, pedindo licença para ir a Pernambuco tratar de interesses. — Sim, correndo por sua conta as despesas de transporte.

José Antonio de Siqueira, pedindo inclusão no Asylo de Invalidos da Patria, com licença para residir na cidade do Guaratinguetá. — Deferido, de accordo com o aviso n. 1 de 5 de janeiro de 1923.

Laurenio Lago Junior, pedindo rectificação de nome para Roma da Costa Lago. — Deferido.

Oscar Botelho Marecondes, pedindo patente. — Satisfaca as exigencias do aviso de 5 de janeiro de 1922.

Segunda Circumscripção de Recrutamento

Requerimentos despachados

Município de Niteroy:

Manoel Ferreira. — Seja excluido do alistamento de 1924, por ser reservista de segunda categoria:

Honorio Ignacio Cardoso. — Declare o municipio pelo qual foi alistado e prove o que allega com os documentos exigidos pelo § 2º do art. 124 do R. S. M.

Elpidio de Paula Soares. — Junte certidão de idade e de obito de seu pae, attestado da policia e attestado das collectorias provando que nada recebe, nem paga ás mesmas e que tem rendas ou vencimentos com os quaes serve de arrimo.

Mario de Oliveira Barreira. — Junte certidão de idade e attestado de obito de seu progenitor.

Município de Barra Mansa:

Braulio Bastos. — Seja excluido do alistamento de 1922, por ser reservista de 3ª categoria, relacionado em 1921.

Município de Valença:

José Gonçalves Cantarino. — Continue visto ter satisfeito o disposto no § 4º do art. 119 do R. S. M.

Ataliba Pereira da Silva. — Seja excluido do alistamento de 1924, visto ser reservista de 3ª categoria.

Município de S. Pedro d'Aldeia:

Antonio da Silva Lobo Junlor. — Seja excluido da incorporação de 1924, por prevalecer a isenção obtida em 1923.

Antonio José Francisconi. — Seja excluido do alistamento de 1923 por ser pescador, isento nos termos do regulamento annexo ao decreto n. 16.184, de 25 de outubro de 1923.

Município de Barra do Pirahy:

Gabriel Portella Henriques. — Seja eliminado da relação de sorteados de 1923, por ter provado ser portuguez.

Augusto Rezende. — Seja excluido do alistamento de 1923, classe de 1900, por ter nascido em 25 de junho de 1893 dando-se conhecimento á junta para a sua inclusão em 1925.

Município de Magé:

Manoel José de Mattos. — Seja excluido do alistamento de 1923, por impoedencia da classe em que a junta o deveria incluir, devendo ser de novo incluído em 1925, na classe de 1839, em face da decisão publicada em 12 de fevereiro de 1923.

Município de Petropolis:

Alberto Chauffaille. — Exclua-se do alistamento de 1923, visto que pela mesma junta de Petropolis foi alistado em 1918 e é reservista desde 1919.

José Kappaun. — Seja excluido do alistamento de 1924, classe de 1838, por ter nascido em 1837, devendo ser incluído em 1925.

Município de Vassouras:

Mario Pessoa da Costa. — Declare os fins militares para que pede a certidão.

Município de Itaocara:

Florianio José Vellasco. — Seja excluido por ter provado haver nascido em 30 de abril de 1894, dando-se conhecimento para a sua inclusão no alistamento da 2ª linha, em 1925.

Município de Angra dos Reis:

Pedro Gomes de Oliveira. — Seja excluido de accordo com o art. 18 do regulamento approved pelo decreto n. 16.184, de 25 de outubro de 1923, por ser pescador de profissão.

Município de Rezende:

João Canuto Dias. — Seja excluido do alistamento de 1924, por ter nascido em 19 de janeiro de 1923, devendo ser incluído pela junta, na classe respectiva, em 1925.

Município de Itaboraí:

Antonio de Almeida Antas. — Certifique-se.

Ministerio da Viação e Obras Publicas

Directoria Geral de Expediente

Tercera secção

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR GERAL

Dia 26 de agosto de 1924

Sr. director-presidente da Companhia de Navegação Bahiana:

Passando ás vossas mãos o officio, junto por cópia, do Exmo. Sr. governador de Estado da Bahia, relativo aos ser-

Vícios prestados por essa empresa á causa da legalidade, durante a sedição irrompida no Estado de Sergipe, declaro-vos, de ordem do Sr. ministro, ser grato ao Governo Federal dar o seu testemunho da prestimosa cooperação que a empresa sob vossa direcção prestou á causa da ordem, a cujo serviço pôz, com a maior presteza, os seus meios de transporte (offício n. 167).

— Sr. director da Companhia Ferroviária Este Brasileiro — Avenida Rio Branco n. 46:

Passando ás vossas mãos o officio, junto por cópia, do Exmo. Sr. governador do Estado da Bahia, relativo aos serviços prestados por essa empresa á causa da legalidade, durante a sedição irrompida no Estado de Sergipe, declaro-vos, de ordem do Sr. ministro, ser grato ao Governo Federal dar o seu testemunho da prestimosa cooperação que a empresa sob vossa direcção prestou á causa da ordem, a cujo serviço pôz, com a maior regularidade e presteza, os seus meios de transporte (offício n. 168).

— Sr. director-presidente da Empresa de Navegação Lloyd (Brasileiro):

Passando ás vossas mãos o officio, junto por cópia, do Exmo. Sr. governador do Estado da Bahia, relativo aos serviços prestados por essa empresa á causa da legalidade, durante a sedição irrompida no Estado de Sergipe, declaro-vos, de ordem do Sr. ministro, ser grato ao Governo Federal dar o seu testemunho da prestimosa cooperação que a empresa sob vossa direcção prestou á causa da ordem, a cujo serviço pôz, com a maior regularidade e presteza, os seus meios de transporte (offício n. 169).

— Sr. director geral dos Telegraphos:

Do ordem do Sr. ministro, levo ao vosso conhecimento que a Inspectoria Federal das Estradas, em officio numero 719/S, de 13 do corrente, communicou a este ministerio que mandou entregar a essa repartição uma das linhas telegraphicas construidas entre Bomfim e Jacobina, na linha de Bomfim a Paraguassu, pela Companhia Ferroviária Este Brasileiro (offício n. 257).

Requerimentos despachados

Sociedade Nacional Radio-electrica, reclamando contra o acto da Directoria dos Telegraphos que exige o pagamento, em ouro, da taxa de cinco centimos de franco por palavra dos radio-telegrammas. — Tratando-se de taxa creada por lei (n. 489, de 15 de dezembro de 1897, art 1º, n. 13), que estipulou o pagamento em ouro e tem sido mandada observar nas leis da Recolta, não ha que deferir.

Bento Berillo de Oliveira & Companhia Industrial de Ilhéos — Promovam a publicação, por sua conta, no *Diário Official*, do decreto n. 16.541, de 13 agosto corrente, que autoriza a transferencia do contracto do primeiro á segunda.

Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes

Primeira secção

Requerimento despachado

Dia 22 de agosto de 1924

Porto D'Ave & Haring. — Não pôde ser attendido. Só a Companhia do Porto da

Victoria, concessionaria dos melhoramentos do referi'o porto, poderá fornecer as plantas e mais informes solicitados na presente petição.

Directoria Geral dos Correios

Directoria Geral dos Correios — Sub-Directoria de Contabilidade — Circular n. 16 C/3ª.

Comunico-vos que o Sr. director geral, por portaria n. 13.329, de 23 de agosto de 1924, resolveu autorizar a agencia do correio de 3ª classe de Assis, no Estado de S. Paulo, a executar o serviço de vales postaes nacionaes, sendo a mesma subordinada á administração de Botucatu.

Saude e fraternidade. — O sub-director, Francisco de Castro Junior.

Directoria Geral dos Correios — Sub-Directoria do Expediente — 1ª secção — Circular n. 60-E/1ª — Rio, 13 de agosto de 1924.

• Declaro-vos que, não tendo sido aceita uma proposta do correio argentino que estabelecia a taxa de um franco, ouro, para cada sacco ou cesta, pertencente áquelle correio, que fosse devolvido pelo nosso contendo «colis», resolvi revogar a circular n. 61-E-1ª, de 14 de novembro de 1917.

Nessas condições, deveis providenciar para que sejam devolvidos *vazios* os saccos ou cestas pertencentes ao correio argentino, devendo, igualmente, ser lavrado boletim de verificação quando for recebido qualquer sacco do nosso serviço com correspondencia procedente da Argentina.

Saude e fraternidade. — O director geral, Severino Neiva.

Sr. administrador dos Correios (S. Paulo — 255 A-E/917).

Directoria Geral dos Correios — Sub-Directoria do Expediente — 1ª secção — Circular n. 61-E/1ª — Rio, 13 de agosto de 1924.

Continuando esta directoria a receber reclamações dos correios estrangeiros contra o modo por que é feita em alguns correios brasileiros a expedição de pacotes de impressos e jornaes para o exterior, para mais de um destinatario, chamo a vossa attenção para o caso, declarando-vos, para os devidos effeitos, que não é permittido postar em um só pacote, para o exterior, jornaes ou impressos de qualquer natureza, a distribuir, destinados a diversas pessoas, embora pagas as respectivas taxas.

Saude e fraternidade. — O director geral, Severino Neiva.

Sr. administrador dos Correios «Portugal — 226 — 924».

— Por portaria de 25 do corrente foi exonerado, a pedido, Henrique Alberto de Medeiros, do logar de auxiliar da Administração dos Correios de Corumbá, no Estado de Matto Grosso.

— Por outra da mesma data foi nomeado praticante da Directoria Geral dos Correios, o auxiliar do praticante da mesma directoria Oswaldo Pimentel Pereira, percebendo os vencimentos que lhe competirem.

— Por outra de 26 do corrente foi exonerado, a pedido, do cargo de agente do Correio de Irajá, no Districto Federal, Jacintho Joaquim de Aquino.

— Por outra da mesma data foi nomeado D. Julia da Silva Wandek para o cargo de agente do Correio de Irajá, no Districto Federal.

— Por outra da mesma data foi nomeado Aliatar de Alencar Fialho para o cargo de ajudante da agencia do Correio de S. Felipe, no Estado do Amazonas.

— Por outra da mesma data foi exonerado, a pedido, do cargo de carreiro da agencia do Correio de Limeira, no Estado de S. Paulo, Casimiro de Abreu.

— Por outra da mesma data foi nomeado Jorge Frederico Kuhl para exercer, interinamente, o cargo de carreiro da agencia do Correio de Limeira, no Estado de S. Paulo.

— Ainda por outra da mesma data foi demittido do cargo que exerce de ajudante da agencia do Correio de São Felipe, como incurso no art. 505, numeros 9, 11, 12 e 13 do regulamento vigente, Odilon de Oliveira Sant'Anna.

— Por portaria de 25 do corrente foi removido o ajudante da agencia do Correio de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, Francisco Pereira da Rocha, para igual cargo na agencia do Correio de Paraty, no mesmo Estado.

— Por outra da mesma data foi nomeado Manoel Mauricio Costa para o cargo de ajudante da agencia do Correio de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento despachado

Dia 26 de agosto de 1924

Sociedade Anonyma Cooperativa Economica, pedindo pagamento de consignações de julho de 1924. — Não tendo havido descontos em favor da requerente, de accordo com o determinado pelo Sr. ministro, indeferido.

Ministerio da Agricultura,

Industria e Commercio

Directoria Geral de Agricultura

Primeira secção

METHODOS DE ANALYSE CHIMICA PARA INSECTICIDAS E FUNGICIDAS

Colheita das amostras

Em se tratando de productos vendidos em envolveros originas das fabrica que os produzem, com capacidade pequena, é preferivel tomar tantos quantos necessarios para completar o peso de 250 a 500 grs., para productos solidos, e 250 a 1.000 ccs., para os liquidos e remettel-os ao laboratorio para a analyse.

Em se tratando de productos vendidos a granel ou em grandes recipientes (barris, grades latas), é indispensavel verificar si se trata de materias homogeneas ou não. Nos casos de materias homogeneas, nenhuma difficuldade se apresenta para a colheita da amostra: basta tomar cerca de 300 grs. dos productos solidos ou 500 ccs. dos liquidos e transasa-os para recipientes adequados, rigorosamente assciados e secos e capazes de ser bem vedados. Productos de composição complexa e heterogenea devem fornecer amostras maiores, o duplo das quantidades indicadas. A co-

lhet'a de amostras de productos heterogeneos offere e, por vez, grandes difficuldades. E indispensavel homogeneizar o rigorosamente a tes de cohe-l-as. Para isso deve agitar-se com ba-tão, ou o tro objecto adequado, toda a massa durante tempo sufficiente te longo e, só então, rapidamente retirar a porção necessaria á analyse. Productos solidos s.rão collo ados sobre grandes folhas de papel, estendidas sobre mesa (ou no chão) para serem convenientemente misturados. Conviem não p rder de vista que as porções mais pe adas tendem sempre a accumular-se nas partes mais baixas.

Colhidas as amostras e collocadas nos envoltucros onde se devem conservar, cumpre, sem perda de tempo, applicar-s-lhes rotulo, escripto a tinta no qua se declare o nome do producto colhido, sua origem, dia, hora e local da colheita e seus fins, assignando-o a pessoa que as tiver colhido e as testemunha, si as houver.

Qualquer amostra que não se ache perfectamente identificada e p otegida de qualquer substituição fraudulenta durante o transporte até ao laboratorio, nenhum valor tem para fins de fiscalizaçã.

A amostra deve ser acompanhada de auto lavado por pessoa competente, no qual se declarem a origem, local, dia e hora da colheita, denominação e composição presumida do producto, ou indicada pela sua factura de venda ou pelos rotulos, alem de tudo mais que possa interessar.

Analyse chimica

1) Aceto arsenito de cobre, verde Paris, verde de Schweinfahrt, etc., theoreticamente, deve conter 41,42 % de cobre (CuO) e 52,78 % de anhydrido, mas nunca attinge taes totaes. Não deve conter mais de 2 % de anhydrido arsenioso livre. Os productos e mmerciaes devem encerrar, no minimo, 40 % de oxydo de cobre e 60 % de anhydrido arsenioso combinado.

a) Prova de solubilidade em ammoniaco. Tomam-se seis grammas da amostra finalmente pulverizada que se collo am em erlenmeyer de 100 ccs., juntand-se-lhes 25 ccs. de ammoniaco D.=0,918. Agita-se durante alguns minutos. A dissolução deve ser completa. Não o sendo ha addicção de materias esranhas inertes que se poderão separar por filtração.

Em geral, o que mais communmente adicionam, com fins fr uduentos, é argilla, carbonato de calcio, sulfato de calcio e sulfato de baryo. Querendo dosear este insolavel, basta separar-o por filtração atravez cadinho de Gooch ta ado, lavar o residuo com agua ammoniacal, seccal-o, em estufa a 200°C. e pesal-o.

b) Doseamento do anhydrido arsenioso. Reagentes necesarios. Gemma de amido obtida fervendo 100 ccs. de agua a que se tenha previamente adicionado 1 gr. de amido.

Soluto de acetato de sodio a 50 %.

Soluto de tartarato duplo de sodio e potassio a 6 %.

Soluto titulado de iodo preparado por dissolução, em balão com marca de aferição para 1.000 ccs., de 12 a 13 grs. de iodo puro e resubinado em cerca de 20 ccs. de agua encerrando 25 grs. de iodureto de potassio, completando-se depois o volume de 1.000 cc..

Para determinar o titulo dest: soluto pesa-se exactamente uma gramma de anhydrido arsenioso puro e secco a 100°C. que se dissolve, em capsula de porcellana, collocada em banho-maria, com 5 ccs. de agua destilada e o minimo necessario de lixivia de soda caustica a 33 %.

Depois de completa dissolução e a referencimento, juntam-se cerca de 40 ccs. de agua,

uma gota de methylorange a 0,1 % e acidula-se por addicção s de gotas de acido chlorhydrico concentrado. Neutraliza-se o excessos de acido p r meio de carbonato de sodio e passa-se t do para balão aferido de 250 ccs., lavando-se cuidadosamente a capsula e reunindo no balão as aguas de lava em. Completa-se com agua destilada o volume exacto de 250 ccs.

Dest: soluto arsenical medem-se 50 ccs. que se vazam para erlenmeyer de cerca de 500 ccs., dilue-se a 300 ccs. junta-se bicarbonato de sodio em excesso, de modo a ficarem alguns 10 grammas não dissolvidos; titula-se com o soluto de iodo (empregando 5 ccs. de gomma de amido, como indicador) até coloração azul persistente. O n mero de cents. cub. de soluto de iodo gasto que representa por n corresponde a 0,20 de anhydrido arsenioso.

0,2

Donde se conclue que—corresponde ao ao titulo do soluto de iodo em relação ao anhydrido arsenioso.

Determinação do anhydrido arsenioso livre

Para dosear o anhydrido arsenioso, não combinado, trituram-se finamente, em gral de agatha e com o devido cuidado, cerca de 20 grs. da amostra convenientemente homogeneizada que se conservam, para uso posterior, em pesa-filtro de folha bem esmerilhada. Desta porção de amostra triturada pesa-se exactamente um gramma que se passa para vaso de Jena onde vac tratado por 25 ccs. de soluto de acetato de sodio a 50 %, durante cinco minutos na temperatura de ebulição. Depois do arrefecimento até a temperatura ambiente, passa-se tudo para balão aferido em 100 ccs. Quem dispuzer de taes balões abricados com vidro de Jena, ou equivalente, pôde poupar esse transvasamento realizando ataque directamente no balão. Completa-se com agua destillada o volume de 100 ccs., agita-se e filtra-se por disco de papel de seie cents. de di metro. Do soluto filtrado, que encerra o anhydrido arsenioso livre contido na amostra, medem-se 15 ccs. neutraliza-se com carbonato de sodio; acidula-se, em presença de uma gota de methylorange, por acido chlorhydrico concentrado, dilue-se a 300 ccs., junta-se bicarbonato de sodio em excesso e titula-se com soluto de iodo em presença de gomma de amido.

Multiplica-se o numero de ccs. gastos pelo titulo do soluto e este resultado por 400 para obter a percentagem do anhydrido arsenioso livre contido na amostra.

Determinação do anhydrido arsenioso combinado

Lava-se com agua que te o residuo da operação anterior, colloca-se o funil, contendo o filtro, sobre o balão graduado em 100 ccs., já empregado na operação anterior (que ainda contém residuos de amostra) e adiciona-se-lhe acido chlorhydrico concentrado, gota a gota, afim de dissolver o arsenito, empregando tres a quatro gotas mais que o estritamente necessario.

Lava-se com agua quente recolhendo os liquidos no balão, completa-se, com agua destilada, o volume de 100 ccs., de ois de arrefecimento até a temperatura ambiente e agita-se.

Filtra-se; do filtrado medem-se exactamente 15 ccs. que, depois de vertidos para becher de cerca de 500 ccs. de capacidade, se diluem, com a ua, a 300 ccs.; alcaliniza-se com gotas de soluto concentrado de carbonato de sodio até apparecimento de nuvo de turvação persistente, que se faz desaparecer com o minimo d acido chlorhydrico. e addicção-se 50 ccs. de soluto

de tartarato duplo de potassio e sodio e de bicarbonato de sodio a é que tque no fundo do vaso, não dissolvidos, cerca de 10 grammas deste sal. Titula-se com o soluto de iodo, em presença de cinco ccs. de gomma de amido, até coloração azul persistente. Multiplica-se o numero de ccs. de iodo gasto p lo titulo e o resultado por 400 para obter a percentagem em As2O3

Em sendo presentes na amostra cerca de 2 % de anhydrido arsenioso livre, ou mais do que isso, deixa o methodo acima indicado de dar resultados exactos.

Convem, então, proceder do seguinte modo:

Pesa-se exactamente um gramma da amostra finamente pulverizada que se trata, por acido chlorhydrico concentrado, gota a gota, até exacta dissolução do aceto-arsenito de cobre. Este tratamento deixa o acido arsenioso livre inatacado. Filtra-se através de disco de papel de 7 cms. de diametro e lava-se o precipitado recolhendo todos os li uidos em balão graduado em 100 ccs.; completa-se es e vol me com agua. Do liquido filtrado dosea-se o anhydrido arsenioso combinado como ficou descripto anteriormente.

O anhydrido arsenioso livre, que se encontra no filtro, vai dissolvido em 5 ccs. de agua e o minimo necessario de lixivia de soda caustica a 33 % sobre banho-maria fervente (cerca 15 minutos). Passa-se tudo para balão graduado em 100 ccs., deixa-se arrefecer, completa-se o volume, filtra-se sobre papel secco e dosea-se o anhydrido arsenioso em 29 ccs. pelo nosso processo já anteriormente descripto.

As percentagens de anhydrido arsenioso serão sempre representadas em As2O3.

c) doseamento do cobre.

Reagentes necesarios

Lixivia de soda caustica a 2 %.

Acido nitrico D. 1,0 diluido com igual volume de agua.

Soluto de cyanureto de potassio obtido por dissolução de 20 grammas de cyanureto de potassio em agua, completando o volume de um litro. O titulo deste soluto em relação ao cobre de e ser cuidadosamente verificado do seguinte modo: Pesa-se cerca de 00 milligrammas de cobre e electrolytico quimicamente puro e isento de oxydo, polido por meio de lixa fina e camurça, que se dissolve em 5 ccs. de acido nitrico D.=1,40 diluido com igual volume de agua. Juntam-se 250 ccs. de agua, 1 ccs. de ammoniaco D.=0,980 e 5 ccs. de soluto a 10 % de carbonato de sodio e 10 % de carbonato de potassio. Enche-se uma bureta com o soluto de cyanureto e titula-se o cobre até desapparecimento exacto da coloração azul. Dividindo o peso do cobre p lo numero de ccs. gastos, obtem-se o titulo em relação ao cobre por ccs. de solu o.

Doseamento

Pesa-se meio gramma da amostra finamente pulverizada que se passa para becher de 250 ccs. juntand-se-lhe 100 ccs. da lixivia a 2 %; ferve-se por 10 minutos. Todo o cobre se precipita em estado de oxydo cuproso. Deixa-se clarificar completamente sobre banho-maria fervente e filtra-se empregando disco de papel de 7 cents. de diametro, de filtração rapida. Lava-se com agua quente fervida, não sendo necessario fazer passar todo o precipitado para o filtro.

Terminada a lavagem, colloca-se o funil com o precipitado sobre o vaso onde se deu a precipitação, dissolve-se todo o oxydo cuproso que se achar sobre o filtro em regando-se 5 ccs. de acido nitrico D.=1,40 diluido com igual volume de agua. E ta quantidade de acido deve ser sufficiente para dissolver

não só o precipitado que se encontrar no filtro, sinão também o que tiver ficado no vaso de precipitação. Lava-se o filtro cinco a seis vezes, com água fervente, reunindo as águas no becher onde se contém o sal de cobre, depois de adição de 10 ccs. de ammoníaco D. = 0,80 e 5 ccs. de um soluto encerrando 10 % de carbonato de sódio e 10 % de carbonato de potássio, titula-se com o soluto de teor conhecido de cyanuret de potássio até exacto desaparecimento de coloração azul. Multiplica-se o número de ccs do soluto de cyanuret que forem gastos pelo respectivo título em relação ao cobre e este resultado por 200 para ter a percentagem de cobre na amostra.

d) dosagem do ácido acético :

Dez grammas da amostra finamente pulverizada são tratadas em balão de 200 ccs. munido de rolha at-avessada por tubo aductor de vapor que lhe alcança o fundo e de tubo de desprendimento ligado ao refrigerante cuja extremidade inferior mergulha em balão graduado de 200 ccs. contendo cerca de 10 ccs. de água destilada. Verterm-se sobre a amostra, contida no balão 50 ccs. de água e cinco ccs. de H_2SO_4 D. 1,84. Distilla-se com corrente de vapor de água aquecendo o balão onde se encontra a amostra de tal modo que no fim da operação ainda nelle se acham cerca de 15 ccs. do soluto. Quando houver passado cerca de 10 ccs. de destillado, abaixa-se o balão receptor de modo a ficar a extremidade do refrigerante pouco acima da marca de graduação.

Recolhem-se 2,0 ccs. dos gases e empregam 50 para titular com soda decinormal multiplicando por 1,20 o número de ccs. de alcali gastos, tem-se a percentagem de ácido acético.

2) Anhydrido arsenioso (arsenico branco, rosagar) :

Deve conter, no mínimo, 980 de As_2O_3 . Analisa-se procedendo como foi indicado a respeito do preparo do soluto titulado do iodo. O anhydrido arsenioso é inteiramente solúvel em ácido chlorídrico concentrado e em soda caustica.

3) Arsenito de chumbo :

Apresenta-se habitualmente ao commercio como insecticida sob a forma de pasta, mais ou menos consistente, de teor variavel em arseniato de chumbo de accordo com a procedencia. Tambem é exposto á venda em estado secco, com pureza comprehendida entre 7 e 98 aos bons productos. Quando este insecticida se apresenta sob a forma de pasta, é indispensavel secalo antes de iniciar a analyse, o que se realiza collocando 100 grs. da amostra homogeneizada em capsula de porcelana chata e tarada que se mantém, primeiro sobre banho-maria, depois em estufa a $100^\circ C$, até atingir peso constante após resfriamento. A perda que a amostra soffrer durante o aquecimento é desistida como água.

Tritura-se finamente o residuo secco, sem lhe dar tempo de absorver humidade do ar, conservando-se, depois, em frasco com boa rolha. Sobre este residuo versará toda a analyse.

a) — Dissolução da amostra para a analyse :

Dissolvem-se em banho-maria, dois e meio grammas de amostra em cerca de 80 ccs. de água e 15 ccs. de ácido nítrico D. = 1,40, passa-se o soluto para balão graduado de 250 ccs. e completa-se o volume com água depois de arrefecimento total.

b) — Doseamento do anhydrido arsenico :

Do soluto preparado como acima se descreveu, transferem-se 100 ccs. para capsula

de porcelana, juntam-se-lhes o ccs. de ácido sulfurico D. = 1,84 e evapora-se em banho-maria, até consistencia xaroposa. Aquece-se sobre chapa quente até emissão de vapores de H_2O ; deixa-se arrefecer, passa-se o conteúdo da capsula para balão graduado de 100 ccs., completa-se o volume com água e filtra-se por filtro secco. Medem-se 50 ccs. do filtrado que se de xam escoar para erlenmeyer de 400 ccs. da capacidade, juntam-se 4 ccs. de ácido sulfurico concentrado a 20 soluto de iodreto de potássio (cerca meio normal). Dilui-se a cerca de 100 ccs. e colloca-se o vaso sobre banho maria fervente por uma hora. Resfria-se em água corrente, dilue-se a 250 ccs., junta-se 5 ccs. de gomma de amido e, cuidadosamente, gota a gota, sem excesso, soluto de thiosulfato de sodio decinormal ou mais ou menos approximado. Passa-se o soluto para vaso maior, lava-se o erlenmeyer reunindo as águas de lavagem ao soluto, alcaliniza-se com Na_2CO_3 , adidila-se com H_2SO_4 e adiciona-se $HNaCO_3$ até que fique grande excesso não dissolvido. Ao chegar-se ao fim da titulação, que se realiza com soluto decinormal de iodo em presença de gomma de amido ainda deve haver no fundo do vaso $HNaCO_3$ não dissolvido.

Multiplicando por 1,1617 o título do soluto de iodo expresso em anhydrido arsenioso, obtem-se sua correspondencia em anhydrido arsenico, As_2O_3 , em que se expressa o resultado da analyse. Os resultados são referidos em por cento da amostra humida.

c) — Doseamento do chumbo :

50 ccs. do soluto nítrico da amostra, preparado como se descreveu em 1) são diluidos a cerca de 200 ccs. e adicionados de ammoníaco a 10 S, gota a gota, até apparecimento de turvação incipiente, mas persistente.

Faz-se desaparecer a turvação com uma a duas gotas de ácido nítrico D. = 1,20 e precipita-se o chumbo com soluto de chromato de potássio.

Deixa-se depositar sobre banho-maria durante meia hora, filtra-se por cadinho de Gooch tarado, lava-se com água e secça-se a $100^\circ C$. até peso constante. Multiplica-se o peso do precipitado por 133,12 para obter a percentagem do chumbo expresso em PbO .

Considera-se oxydo de chumbo, o anhydrido arsenico livre e o excesso sobre o que corresponder á formula PbO .

4) Sulfato de cobre.

O sulfato de cobre commercial deve ter pureza equivalente a 98 % de $CuSO_4 \cdot 5H_2O$, contendo, como quentamente, 25,45 % de cobre, no mínimo. Para a analyse, pulverizam-se e homogeneizam-se cerca 150 grs. de amostra.

c) Prova de solubilidade:

Pesam-se cinco grammas da amostra que se dissolvem em 25 ccs. de água. Não deve haver residuo. Terminada a dissolução, junta-se ammoníaco D. = 0,330 até redissolução do precipitado. A presença do precipitado permanente, insolúvel em ammoníaco, é indicio certo de impurezas (ferro, aluminio, cálcio, etc.).

b) Verificação da acidez livre:

Pesam-se dez grammas da amostra que se trituram, em geral de vidro ou porcellana, com quatro vezes 50 ccs. de alcool neutro a 90° , filtra-do-se de cada vez por filtro de 7 cents. de diametro recolhendo o filtrado em becher adequado.

Não havendo á disposição alcool neutro, neutraliza-se exactamente a quantidade necessaria com soluto N/20 de soda caustica,

em presença de phenolphthaleina. Titula-se o alcool filtrado com soluto N/20 de soda caustica, em presença da phenolphthaleina, empregando bureta dividida em 1/50 de centimetro cubico.

Dez grammas da amostra extrahido do modo acima descripto não devem exigir mais de um decimo de centimetro cubico de alcali N/10 para neutralização. Si acontecer ser necessario gastar-se mais, calcula-se a acidez livre em por cento da amostra exprimindo-a em ion sulfurico SO_4 .

c) Doseamento do cobre.

Empregam-se os mesmos solutos que os necessarios para o doseamento deste metal no verde-pariz.

Pesam-se dez grammas da amostra que se dissolvem, em balão graduado de 500 ccs., completando-se o volume com água destilada. Filtra-se, sendo necessario Medem-se, exactamente, 50 ccs. que se vasam para becher de 500, juntam-se-lhes 10 ccs. d. ammoníaco D. = 0,381, 5 ccs. de soluto a 10 % de carbonato de sodio de 10 % de carbonato de potássio e 200 ccs. de água. Titula-se com soluto de cyanuret de potássio de teor conhecido. Multiplica-se o resultado, expresso em Cu , por 100 para obter a percentagem na amostra.

5) Sulfato ferroso:

O sal commercial deve encerrar, no mínimo, 97 % de $FeSO_4 \cdot 7H_2O$. Prepara-se a amostra para a analyse triturando cerca de 150 grs. que se conserva em vaso fechado.

a) Acido sulfurico livre:

O ácido sulfurico livre, que não deve ser presente, é verificado dissolvendo-se cerca cinco grammas de amostra em 20 ccs. de alcool a cerca 30 vols. 2 %, filtrando e verificando que não envermelhece o tornasol neutro.

b) Doseamento do ferro no mínimo.

O sulfato ferroso commercial deve encerrar, no mínimo, 25,5 % de Fe e O .

Reagentes necessarios

Soluto titulado de permanganato de potássio — Prepara-se um soluto N. 10 ou de concentração visinha pesando 3,2 a 3,3 grammas de permanganato de potássio para cada litro que se queira preparar. Convem deixar repousar o soluto, no frasco que o deve conter, por 10 a 15 dias, antes de determinar-lhe o título, por meio de oxalato de sodio quimicamente purificado pelo methodo de Sorensen (1). Este título mantem-se á constante por largo tempo. Secça-se o sal, que nenhuma outra impureza encerra alem de vestigios de humidade, durante duas horas em estufa aquecida a $100^\circ C$, deixa-se esfriar em seccador com chlorureto de cálcio e pesam-se 0,25 a 0,3 grs. que se dissolvem em cerca 200 ccs. de água a $70^\circ C$; juntam-se 10 ccs. de ácido sulfurico D. = 1,84 diluido com água na razão de 1:4, e titula-se com o soluto de permanganato até coloração rosea persistente por alguns minutos. Calcula-se o título do permanganato expresso em oxydo ferroso levando em consideração que 62,00 de oxalato neutro correspondem a 71,85 de oxydo ferroso Fe e O , unico que no caso veriente tem importancia.

Para o doseamento de ferro no mínimo contido no sulfato ferroso, pesam-se 10 grs. de amostra que se dissolvem, em balão graduado de 500 ccs., em água fervida e resfriada ao abrigo do ar, completando-se o volume depois da dissolução. Sendo necessario, deixa-se clarificar pelo repouso (não

(1) Dr. C. A. F. Kahlbaum, Berlin, ou E. Merck, Darmstadt.

convem filtrar) e, em 25 ccs. diluídos com 175 ccs. de água fervida e resfriada ao abrigo do ar, dissolve-se o ferro no mínimo por titulação com o permanganato. Em se querendo dosar o ferro no máximo não que nem sempre há interesse, proceda-se segundo Zinnermann Reinhardt reduzindo o ferro no máximo por meio de chlorureto estannoso, que se emprega em pequeno excesso, fácil de remover com chlorureto mercurico.

São necessários:

a) soluto de chlorureto estannoso preparado dissolvendo 125 grs. d'estanho purissimo em 100 ccs. de ácido chlorhydrico concentrado; depois da dissolução, dilue-se, com água destilada, até o volume de um litro.

b) soluto de chlorureto mercurio saturado na temperatura ambiente.

c) soluto ácido de sulfato de manganês ($MnSO_4$ 4 aq.) obtido por dissolução, em vaso graduado de 1 litro, de 67 grs. desse sal em 520 a 670 ccs. de água juntando-se-lhes, após dissolução, 133 ccs. de ácido orthophosphórico D. = 1,7 e 130 ccs. de ácido sulúrico D. = 1,82 e diluição com água, ao volume de um litro.

Para effectuar o doseamento, pesam-se 10 grs. a amostra que se colloca em balão graduado de 500 ccs. onde se dissolve em cerca 300 ccs. de água, juntam-se 10 ccs. de ácido sulúrico concentrado e completa-se o volume, com água destilada, após completo arrefecimento. Em sendo necessário, filtra-se. Medem-se 25 ccs. deste soluto, juntam-se-lhes 20 ccs. de ácido chlorhydrico (D. = 1,19) diluindo com igual volume de água, leva-se à ebulição, agita-se fora da chamma, junta-se chlorureto estannoso até total redução do ferro no máximo, empregando pequeno excesso de reagente; elimina-se o excesso do reductor pela adição immediata de 10 ccs. de soluto de chlorureto mercurico; dilue-se a 250 ccs. com água destilada fervida e resfriada ao abrigo do ar juntam-se cerca de 8 ccs. de soluto ácido de sulfato de manga. e z e titula-se com permanganato.

Subtraindo do numero de centímetros cubicos de permanganato gastos nesta operação o correspondente ao empregado na anterior para o doseamento do ferro no mínimo, resta a quantidade de reagente correspondente ao ferro no máximo.

Para calcular o título de permanganato em relação ao ferro no máximo, sempre representado nas analyses como $Fe^{2+}O^{3-}$, basta ter presente que 62,00 de oxalato neutro correspondem a 79,87 de $Fe^{2+}O^{3-}$.

6) Cyanureto de potassio.

O cyanureto de potassio commercial apresenta-se como massas fundidas, com aspecto variando entre branco puro e o cinzento mais ou menos escuro. Seu valor, como insecticida, depende exclusivamente do teor em ácido cyanhydrico, muito variavel, desde 37,6 nos productos de grande pureza, até 18 em productos inferiores. Os productos correntes devem encerrar no mínimo 18% de ácido cyanhydrico expresso em CN.

Para o doseamento do ácido cyanhydrico emprega-se soluto de nitrato de prata decinormal (ou de título exactamente conhecido, determinado, por meio de chlorureto de sodio quimicamente puro e fundido, segundo as regras da chimica analytica).

Dissolvem-se em balão graduado de um litro contendo cerca de 500 ccs. de água, 10 grammas de amostra de cyanureto de potassio homogeneizada, completa-se o volume, filtra-se, sendo necessario, e desse soluto medem-se exactamente 25 ccs. a que se juntam cinco gotas de soluto a 10% de chlorureto de sodio.

Titula-se com o nitrato de prata até apparecimento de turvação persistente. Empregando-se um soluto rigorosamente decinormal de prata, basta multiplicar por 2,79 o numero de centímetros cubicos empregados para obter a percentagem de CN contida na amostra.

Anes de iniciar o doseamento, convém verificar si a amostra não contém quantidades apreciaveis de sulfuretos, o que se realiza por meio de soluto de acetato de chumbo. Si houver precipitado (ou coloração escura), agitam-se 100 ccs. de soluto de cyanureto, preparado como acima se disse, com um pouco de carbonato de chumbo secco, filtra-se e do filtrado mede-se o necessario para o doseamento.

7) Calda bordeleza.

E' constituida por sulfato basico e oxydo de cobre a sodio e a oxydo e sulfato de calcio. O valor da calda bordeleza depende, na primeira linha, do teor em cobre. Antes de iniciar a analyse, pesam-se 100 grs. da amostra cuidadosamente homogeneizada que se collocam em cristallizador de cerca de 10 centímetros de diametro. Determina-se o peso do vaso com seu conteúdo e secca-se em estufa a 100°C até peso constante; a diferença de peso corresponde á agua evaporada. Pulveriza-se o residuo que se conserva em frasco com boa rolha esmerilhada.

a) separação do cobre e do calcio.

Pesam-se duas grammas do residuo pulverizado que se atacam, sobre banho-maria, por ácido chlorhydrico, diluido, cobrindo a capsula com vidro de relógio, a fim de evitar projeções. Evapora-se o liquido até residuo de consistencia xaroposa, dilue-se com agua destilada transvasa-se para balão graduado de 100 ccs. filtrando (quando necessario) por disco de papel de sete centímetros de diametro. Completa-se o volume com agua destilada lavando-se cuidadosamente a capsula e o vidro.

Medem-se 25 ccs. deste soluto que se vertem para encher de 500 ccs. dilue-se com 200 ccs. de agua destilada, leva-se a ebulição e precipita-se cobre pelo gaz sulphydrico. Filtra-se, lava-se com agua sulphydrica recolhendo todos os liquidos, inclusive os de lavagem, em capsula de porcellana que se colloca sobre o banho-maria fervente, a fim de evaporal-os.

b) doseamento do cobre:

Passa-se o filtro contendo o sulfureto de cobre para becher de 150 ccs., juntam-se-lhe 5 ccs. de ácido nítrico D. = 1,40 e aquece-se sobre banho de areia, cobrindo o vaso com vidro de relógio. Quando todo o precipitado se acha dissolvido, juntam-se 5 ccs. de ácido sulfurico D. = 1,84 e continua-se o aquecimento até completa desruição do filtro e apparecimento de fumigas brancas.

Depois do arrefecimento, dosca-se o cobre pelo cyanureto de potassio, (v. verde-paris, letra c). Calcula-se a percentagem deste elemento, exprimindo-a em Cu referindo-se á amostra humida.

c) doseamento do calcio:

Quando os liquidos resultantes da separação do cobre, acima descripto, chegam, por evaporação ao volume de cerca de 5 ccs. filtra-se, si for necessario, recolhendo-se em capsulas de porcellana os liquidos e as agas de lavagem e adicionam-se-lhes 5 ccs. de ácido sulfurico concentrado e lava-se a secco. Juntam-se alguns cents. cub. de agua e torna a lavar-se a secco a fim de expellir-se o ácido chlorhydrico, repetindo, si necessario, esta operação. Passa-se tudo para becher de 250 ccs. diluindo-se, com as agas de lavagem, acerca 100 ccs.;

juntam-se 100 ccs. de alcohol a 95% centesimales e deixa-se repousar por 12 horas, no mínimo. Filtra-se por cadinho de Gooch tarado, lavam-se com alcohol a 50% centesimales, secca-se na estufa e aquece-se a 30°C. por duas horas. Depois do resfriamento pesa-se. Exprimem-se os resultados em CaO calculados em por cento da amostra humida.

d) soda e potassa causticas:

Se os valores dependem dos teores em hydroxydos e carbonatos. Pesam-se cerca de 10 grs. da amostra, partida em grãos do tamanho dos de milho e bem misturados, que se dissolvem, em balão graduado de 500 ccs. com agua fervida e resfriada ao abrigo do ar. Após resfriamento, completa-se o volume, agita-se e deixa-se decantar.

Pipetam-se 25 ccs. do soluto clarificado e titula-se com ácido chlorhydrico meio normal empregando methylorange como indicador.

Obtem-se assim o volume de ácido meio normal necessario para a saturação da totalidade do alcali combinado ou não com ácido carbonico.

Do mesmo soluto alcalino medem-se, com pipeta, 100 ccs. do liquido clarificado que se vasam para balão graduado em 200 ccs.

Precipita-se o ácido carbonico por meio de adições de soluto de chlorureto de baryo, gota a gota, evitando-se cuidadosamente qualquer excesso.

Completa-se o volume de 200 ccs. com agua desprovida de CO_2 , agita-se, deixa-se decantar e pipetam-se 50 ccs. do liquido clarificado que se titulam do mesmo modo com ácido chlorhydrico N/2.

O volume do soluto ácido N/2 gasto nesta operação corresponde ao hydroxydo alcalino contido em meia gramma da amostra; a diferença entre este volume e o empregado na titulação anterior corresponde ao alcali combinado com o ácido carbonico, na mesma porção da amostra.

Multiplicando os resultados por 3,50 obtem-se a percentagem de hydroxydo de sodio, por 5,61 a de hydroxydo de potassio, por 5,2 a de carbonato de sodio, por 6,91 a de carbonato de potassio.

9) Sulfureto de calcio.

O producto commercial varia muito de composição, segundo as procedencias.

E' constituido essencialmente por sulfuretos e polysulfuretos de calcio, ao lado de pequenas quantidades de thiosulfatos, sulfatos e sulfitos do mesmo metal.

E' necessario dosear o enxofre que se encontra sob todas essas formas a fim de permitir o emprego se uro como insecticida.

Para analyse empregam-se 10 ccs. da amostra, quando se apresentar em estado liquido, ou cinco grs. quando em estado solido, que se dissolvem, ou diluem, com agua destilada em balão graduado de 100 ccs., completando-se o volume.

a) Doseamento do enxofre total:

Reagentes necesarios:

a) Lixivia de potassa caustica obtida por dissolução de 100 grs. de alcali em 100 ccs. de agua.

b) Soluto de chlorureto de baryo a 10%.

c) Agua oxygenada a 3%; isenta de sulfatos.

Si não for possivel obter a nestas condições, basta pol-a em contacto por tres a quatro horas, agitando a miudo, com carbonato de baryo recentemente precipitado e filtrado.

Doseamento:

Medem-se 10 ccs. da amostra diluida que se vasam para becher de 250 ccs.; juntam-se 5 ccs. da lixivia de potassa caustica, 50 ccs. de agua oxygenada; aquece-se em banho-maria por meia hora, acidula-se por

ácido chlorhídrico, em presença de methy-lorange, juntam-se cerca 100 ccs. de água e precipita-se pelo baryo, seguindo as regras da química analytica geral.

b) Enxofre dos sulfuretos e polysulfuretos:

Reagentes necessários:

Além dos acima discriminados, necessários ao doseamento do enxofre total, mais os seguintes:

Soluto ammoniaal de chlorureto de zinco obtido por dissolução de 3.253 grs. de chlorureto de zinco puro e crystalizado em 100 ccs. de ácido chlorhídrico D.=1,19, supersaturando-se com ammoniaco e levando-se o volume total a um litro por meio de adição de água.

Doseamento:

Pipetam-se 20 ccs. de soluto de amostra que se vasam para balão graduado de 100 ccs., completa-se o volume com água destilada. Empregam-se 10 ccs. (correspondentes a 2 ccs. do soluto inicial) para o doseamento que se realiza em becher de 200 ccs. juntando excesso pequeno do soluto alcalino de zinco, o que se reconhece por meio de reacção entre uma gota de liquido e outra de sulfato de nickel a 10 %. Colloca-se o becher sobre banho-maria até desaparecimento do cheiro ammoniacal, filtra-se e lava-se. Transfere-se o filtro para becher de 250 ccs., juntam-se 10 a 15 ccs. de soluto de hydroxydo de potassio, aquece-se por meia hora em banho-maria, adicionam-se 50 ccs. de água oxygenada, deixa-se por mais meia hora sobre o banho-maria, acidula-se com ácido chlorhídrico e precipitam-se os sulfatos pelo baryo.

c) Enxofre dos thiosulfatos:

Reagentes necessários:

Além dos exigidos para as duas operações anteriores, mais **ácido chlorhídrico N/20** (obtido por diluição a 1 litro de 100 ccs. deste a 10 N/2) e **soluto decimo-norm l de iodo** preparado de accordo com as regras da química analytica geral.

Doseamento:

Pipetam-se 10 ccs. de soluto de amostra que se vertem para balão graduado de 100 ccs.; trata-se por chlorureto de zinco ammoniacal, como na operação anterior, completa-se o volume, com a água, a 100 ccs., agita-se, filtra-se por filtro secco; do filtrado medem-se 15 ccs. que se passam para o becher de 500 ccs. que se neutralizam *ex thumen'e*. em presença de methy-lorange, com ácido chlorhídrico N/20. O liquido resultante, que corresponde a 2,5 ccs. do soluto inicial preparado para a analyse, depois de diluido a cerca de 300 ccs., é titulado pelo soluto decinormal de iodo, em presença de gomma de amido, de accordo com as regras da química analytica geral.

O soluto de iodo assim empregado corresponde ao enxofre dos sulfitos e thiosulfatos.

d) Enxofre dos sulfatos e sulfitos:

Na operação precedente, transformaram-se pelo iodo os sulfitos em sulfatos, os thiosulfatos em tetrathionatos. Póde empregar-se o liquido resultante do doseamento dos thiosulfatos para a determinação dos sulfitos e sulfatos, acidulando-o com ácido chlorhídrico e precipitando o ácido sulfúrico, preexistente e neo-formado, pelo baryo. De modo geral, póde deixar de realizar-se esse doseamento.

Deduzindo do enxofre total a soma dos enxofres dos sulfuretos, polysulfuretos, thiosulfatos e sulfitos, obtém-se o enxofre em estado de sulfatos que se representam por SO_4 .

O enxofre dos sulfuretos é representado no resultado de analyse como S

Subtraindo do enxofre achado no pesamento dos sulfatos e sulfitos o juntamente o enxofre dos sulfitos, obtém-se o que se achava sob a forma de sulfitos que se representa por SO_3 .

Subtraindo do enxofre determinado por meio do soluto de iodo e o correspondente ao dos sulfitos, obtém-se o dos thiosulfatos que se representa por S_2O_3 .

e) Doseamento do calcio:

Procede-se como se descreveu acerca do doseamento do enxofre total até ao ponto em que se acidula o soluto, empregando, todavia, ácido sulfúrico em vez de chlorhídrico. Juntam-se 10 volumes de alcool a 90°C., deixa-se repousar, filtra-se por cadinho de Goeckel, secca-se, aquece-se por uma hora a 300-320°C. Deixa-se resfriar e pesa-se o sulfato de calcio. Exprime-se o calcio em CaO .

10) Sabões:

Os sabões são muito empregados no preparo de insecticidas e fungicidas. Falsificam-se os sabões por processos muito variados. Os mais communs são a incorporação de água e materias inertes quas sejam kaolim e talco.

a) Doseamento da humidade:

Tara-se, com bastãozinho de vidro de 8 cents. de comprimento e 4 de diametro, uma capsula de vidro, de 7 cents. de diametro e 2 cents. de altura, de fundo chato, contendo cerca 6 m/m de altura de areia fina e secca na estufa a 110°C. Nesta capsula se collocam 5 grs. da amostra de sabão, cortada em tiras finas, representando a media da composição do producto. Juntam-se 20 ccs. de alcool a cerca 90°C. (ou mais se necessário) e aquece-se em banho-maria de modo a dissolver o sabão, agitando-se opportunamente, com o bastãozinho. Evapora-se o alcool, no banho-maria e leva-se a capsula para estufa aquecida a 110°C. Ao fim de 2 horas, deixa-se arrefecer e pesa-se. Leva-se de novo a estufa por mais 1/2 hora e, após arrefecimento, torna a pesar-se. Repete-se a operação até obter 3 pesagens seguidas differindo apenas 1 milligramma entre si. E' quasi impossivel obter peso constante, sobretudo si o sabão for glicerinado. Póde acontecer que o peso, após uma serie de aquecimentos, em vez de diminuir, aumente; neste caso, toma-se como exacto o valor mais baixo encontrado. A differença entre o peso assim obtido e o da tara, multiplicada por 20, é considerada agua % da amostra.

b) Alkali total:

Pesam-se cinco grammas de amostra media que se dissolvem em 100 ccs. de água quente (banho-maria). Passa-se o soluto para balão de decantação, junta-se 10 ccs. de ácido chlorhídrico, agita-se com ether até dissolver os ácidos gordos, lava-se o liquido aquoso, por duas vezes, com ether (50 ccs. de cada vez), filtra-se o liquido aquoso que se recebe em balão de 200 ccs. Completa-se o volume com água, agita-se, filtra-se e em 50 ccs. determina-se o teor em alcalis de accordo com os methodos da química analytica geral, empregando methy-lorange como indicador. Havendo interesse, faz-se a separação entre sodio e potassio por meio de ácido perchlorico.

c) Doseamento dos ácidos gordos:

Lava-se o ether, que serviu para dissolver os na operação precedente com duas vezes 50 ccs. de água, passa-se o ether para caponia tarada, evapora-se, secca-se, o resi-

duo em estufa a 110°C. por duas horas, deixa-se arrefecer, pesa-se, leva-se de novo a estufa por meia hora, torna a pesar-se após arrefecimento, repetindo-se aquecimento e pesagem até peso sensivelmente constante. A differença entre a ultima pesagem e a tara, multiplicada por 20 indica a percentagem de ácidos gordos.

11) Pó folhas e extractos de tabaco:

O valor desses insecticidas depende do teor em nicotina. De modo geral, as folhas e o pó devem encerrar 3 %, no minimo, de alcaloide (teores inferiores correspondem a productos de pouco valor insecticida).

Os extractos de tabaco de baixo teor devem encerrar 3,5 % no minimo des e alcaloide; os de alto teor chegam a conter 10 %.

O methodo se baseia na propriedade que tem a nicotina em soluto alcoolico de não modificar os indicadores tornasol e alizarina nem influir sobre a acção que sobre elles exercem as outras bases.

E' de notar que não convém dessecar as amostras de folhas ou pó de tabaco a fim de evitar perda de nicotina e de ammoniaco; por isso a amostra será dividida em duas partes separando-se uma para o ensaio nicotinimetrico e a outra para a determinação da humidade.

De folhas e pó de tabaco pesam-se cinco a 10 grammas, segundo a riqueza provavel de nicotina; de extracto desse vegetal tomam-se, quando a densidade de le for de 30 a 40°B é, 2,5 grammas. Sendo essa densidade maior ou menor que a indicada, tomar-se-ão quantidades inversamente proporcionaes.

O apparelho em que se faz a separação da nicotina, por meio de filtração, const. de um b.lão de forma normal, de capacidade de um litro obtido por uma rolha de borracha com dous furos; através de um dell se passa um tubo adductor ligado a refrigerante descendente de cerca de 60 centimetros de comprimento. Pelo segundo furo da cada rolha, passa um tubo conductor, de vapor de água, gerado por pequena caldeira de cobre ou por balão de vidro de dous litros de capacidade. Este tubo adductor deve prolongar-se até ao fundo do balão destilatorio e será feito em duas metades unidas por tubo de borracha possivel de obter-se com uma pinça. O refrigerante terminará-se-ha em ponta fina, capaz de mergulhar no vaso em que se recolherem os productos condensados.

Passa-se a amostra pesada para o balão destilatorio, juntam-se 100 ccs. de leite de magnesia a 10% a cerca 400 ccs. de água. Fechado o balão interrompe-se a comunicação com o gerador de vapor e, colloca-se para receber o destilado, um erlenmeyer dos 20 ccs. de soluto normal de ácido sulfúrico diluido com 80 ccs. de água destilada; aquece-se lentamente. O ammoniaco, que é volatil na temperatura ambiente, desprende-se e passando pelo refrigerante vai combinar-se com o ácido.

Depois de tres quartos de hora de aquecimento póde considerar-se completamente separado o ammoniaco do tabaco. Abre-se então a comunicação com o gerador de vapor, já em plena ebulição, cuja saída para o ar fecha-se ao mesmo tempo. Opera-se com precaução para evitar sobresaltos do liquido. O aquecimento deve ser feito de modo que o volume do liquido do balão não sofra modificação sensivel, tendo o cuidado de agitar de vez em quando para reunir os pedaços de tabaco lançados pela ebulição para partes altas. O vapor da água acarreta nicotina que vai fixar-se ao ácido sulfúrico contido no citado erlenmeyer.

Logo que se tenha recolhido um litro de destilado, póde considerar-se recolhida a totalidade da nicotina contida na amostra.

O destilado vai evaporado, em capsulas de porcellana, em banho de areia até cerca 100 ccs.; depois do arrefecimento, titula-se na propria capsula o excesso de acido com soluto normal de potassa ou soda, usando como indicador algumas gotas de tornasol ou alizarina. Desta maneira sabe-se qual a quantidade de acido sulfurico combinada em conjunto com o ammoniaco e a nicotina. O liquido neutralizado, é evaporado a secco em banho-maria; depois de frio trata-se o residuo por 60 s. mais ou menos de alcool a 99° C. agitando com espátula de vidro ou de porcellana para facilitar a dissociação completa do sulfato de nicotina. Ao soluto alcoolico juntam-se mais algumas gotas do indicador usado no primeiro ensaio e por meio de bureta graduada em 1/25 ou 1/50 ccs. addiciona-se gota a gota, soluto normal de potassa, soda ou ammonea até mudança de cor do indicador.

Si depois da addição de 2 ccs. de soluto normal alcalino o liquido continua acido, o que pode acarretar diluição do alcool e reacção da nicotina sobre o indicador, torna-se preciso juntar mais 20 ccs. de alcool; repete-se essa addição para cada mais 1/2 cc. de soluto alcalino que se empregar. É conveniente, para evitar perda de tempo e maior gasto de alcool, empregar cinco grammas de tabaco em vez de 10, sempre que pelos caracteres externos ou pela proveniencia da amostra deva suppor-se que se trata de um producto rico.

O soluto normal alcalino empregado para mudança de cor do soluto alcoolico representa o alcali necessario para saturar o acido sulfurico que estava combinado com a nicotina contida em 10 (ou 5 ou 25) grammas da amostra. Calculado o volume correspondente de acido sulfurico subtrahese o mesmo do que foi empregado para saturar em conjunto as duas bases e por differença acha-se o volume de acido-gasto para saturar o ammoniaco. Os volumes encontrados de acido sulfurico deverão ser corrigidos com a addição de 13 millesimos para o volume correspondente ao ammoniaco e subtracção de igual numero para o volume correspondente á nicotina.

A formula do sulfato neutro de nicotina é representada por $(C_{10}H_4N_2)_2 \cdot H_2SO_4$. Logo, no composto citado, 98 partes de acido sulfurico estão combinadas com 162 de nicotina. Por consequencia, a 1 cc. do soluto normal de acido sulfurico que contém 0,049 deste acido correspondem 0,12 de nicotina. A formula de sulfato neutro de ammonio é $(NH_4)_2 \cdot H_2SO_4$. Neste composto 98 partes de acido sulfurico estão combinadas com 172 partes do ammoniaco; a 1 cc. de soluto normal correspondem 0,017 de ammoniaco.

Ou então, chamando :

a o peso procurado de ammoniaco,
n o peso procurado da nicotina;

B o volume de acido saturado pelas duas bases,

N o volume não corrigido de acido saturado pela nicotina, tem-se, na quantidade de amostra pesada:

$a = 0,017221 \cdot (B-N)$

$n = 0,164105 \cdot N - 0,002106 \cdot B$

Os valores de *a* e de *n* são calculados em seguida para 100 grammas da amostra secca.

Em não havendo quantidades apreciaveis de pyridina e bases pyridicas na amostra, pode lançar-se mão do seguinte methodo para dosear a nicotina em extractos de tabaco.

Reagentes necessarios:

1º) soluto aquoso de molybdenato de ammonio a 20 %.

2º) soluto de acido acetico a 10 %, dissolvendo 102 ccs. de acido acetico cristalizado para analyse em quant. baste de agua destilada para completar um litro.

Doseamento :

Destila-se como no processo anterior empregando desde o inicio corrente de vapor d'agua: recohem-se 450 ccs.; neutraliza-se com alcali formal em presenca de phenolphthaleina, acidula-se com acido acetico sem excesso e completa-se o volume de 500 ccs. Medem-se 200 ccs. do destilado que se transvasam para becher de 500 ccs. de capacidade. Vertem-se, para cada decigrama de nicotina, presumivel de encontrar-se na amostra, 10 ccs. de acido acetico a 10 % e 10 ccs. do soluto de molybdenato. A nicotina precipita-se totalmente. Para provocar rapida clarificação agita-se o becher com movimento circular (sem empregar bastão de vidro), por deus minutos.

Deixa-se repousar por duas horas e filtra-se por c. diinho de Gooch tarado (melhor será empregar os cadinhos de vidro com fundo filtrante de porcellana fabricado por Schott-Jens).

Lava-se com agua, depois com alcool, finalmente, com ether. Se ca-se até peso constante, em estufa a 107° C. Multiplicando por 0,2.237 o peso do molybdenato de nicotina; obtém-se o de alcalo de nelle contido. Calcula-se depois o teor por cento da amostra.

Este methodo é rapido e commodo, mas não permite dosear ao mesmo tempo o ammoniaco; a menos que se não titule uma parte aliquota do destilado, calculando, depois a quantidade de acido correspondente a cada uma das bases.

12) Formaldehydo.

Os solutos commerciaes devem encerrar 37 a 40 % de substancia activa.

Doseamento:

Collocam-se 50 ccs. de soluto normal de hydroxydo de sodio, isento de carbonato, em erlenmeyer de 500 ccs.; juntam-se 50 ccs. de peroxydo de hydrogenio a 3 % e ccs. da amostra de formaldehydo, medidos com pipeta muito exacta. Fecha-se o vaso com um funil ou pera de vidro e aquece-se em banho-maria durante dez minutos agitando frequentemente. Retira-se do banho-maria, lava-se o funil (ou a pera) com agua destilada, deixa-se arrefecer até a temperatura ambiente e titula-se o excesso de alcali com acido chlorhydrico meio normal, empregando phenolphthaleina como indicador.

Subtrahese dos 30 ccs. alcali empregado a metade de volume de acido meio normal empregado. O numero obtido expresso em grammas representa o peso de formaldehydo em 100 ccs. da amostra.

Este methodo só dá bons resultados quando se trata de soluto de formaldehydo concentrados. Em se tratando de solutos diluidos convem empregar o seguinte processo, para o que cumpre dispor dos seguintes reagentes:

a) soluto decinormal de nitrato de prata, obtido por dissolução em agua destillada de 17 grs. do sal crystalizado, fazendo-se o volume de um litro. Para determinar-lhe o titulo emprega-se o chlorureto de sodio quimicamente puro, fundido e resfriado no dessecador de accordo com as regras da chimica analytica geral.

b) soluto decinormal de sulfocyanato de ammonio -- Prepara-se um soluto encerrado por litro 8 a 10 grammas deste sal e determina-se-lhe o titulo do seguinte modo: Medem-se 10 ccs. de soluto decinormal de nitrato de prata que se passam para becher

de 200 ccs. Juntamente com 5 ccs. de soluto saturado a frio de alumen ferrico ao qual se addicio ou previamente a quantidade necessaria de acido nírico para redissolver o sal basico. Dilue-se 10 ccs. e deixa-se calhar o sulfocyanato collocado em bureta até apparecimento de coloração fraca mas persistente do sulocyanato ferrico. Determinada assim a concentração do soluto de sulfocyanato calcula-se a quantidade de agua necessaria para obti-lo de tal maneira que se gastem 19 ccs. exactos, para obter a cada coloração com 10 ccs. de nitrato de prata decinormal;

c) soluto de cyanureto de potassa encerrando 6,5 grammas do sal commercial por litro.

d) soluto de acido nítrico de densidade 1,20.

Doseamento

Tomam-se, em balde graduado de 50 ccs., 10 ccs. de soluto de cyanureto de potassa; acidula-se com 1 cc. de acido nítrico D. 1,0 e juntam-se 15 ccs. de nitrato de prata decinormal. Agita-se o liquido, completa-se o volume com agua destilada e filtra-se por filtro de pregas. Do filtrado mede-se 25 ccs. que se diluem a 100; titula-se o excesso de prata com o soluto de sulfocyanato, empregando 5 ccs. do soluto de alumen ferrico indicador.

Em outro balde de 50 ccs. collocam-se 10 ccs. de soluto de cyanureto e 1 cc. exacto de mercurio, do soluto de formaldehydo; agita-se, acidula-se com 1 cc. de acido nítrico e procede-se como foi indicado acima de minado o excesso de prata em 25 ccs. do filtrado.

A differença entre as duas titulações multiplicada por 2.100.003 (ou seja por 0.6) dá a quantidade de formaldehydo em 100 cc. da amostra.

Este methodo dá bons resultados com solutos que encerrem no maximo 2.5 grs. de formaldehydo em 100 ccs. de soluto.

13. Sulureto de carbono:

As principaes impurezas do sulfureto de carbono commercial consistem em enxofre dissolvido e vestigios de acidos sulfurico, sulfuroso e sulhydrico ao lado de pequenas quantidades de substancias organicas sulfuradas. O sulfureto de carbono commercial para fins insecticidas, não deve encerrar residuo fixo a 100° C. superior a 1 %. Evaporado sobre um pedaço de papel de filtro, não deve deixar mancha nem residuo odorante.

De modo geral, bastam essas duas verificações. O residuo determina-se por evaporação de 10 a 50 ccs. da amostra em capsula de vidro de fundo chato, previamente tarada. Convem não perder de vista a alta inflamabilidade do producto fazendo-se a evaporação espontaneamente, no lugar ventilado. Depois de secco a 100° C. pesa-se o residuo e calcula-se referindo-o a 100 volumes da amostra.

Para as outras determinações agitam-se 10 ccs. da amostra com 10 a 1 cc. de agua deslizada; retiram-se 2 ccs. de liquido aquo o que se acidulam com acido chlorhydrico diluido e a d. i. iona-se 1 gota de soluto de chlorureto de baryo; precipitado branco indica a presenca de acido sulfurico. A outra porção da amostra junta-se uma gota de soluto N/10 de iodo; deve produzir-se, após a itaão, coloração rosea no sulfureto de carbono; no caso contrario o producto encerrara H₂S ou SO₂ em quantidade anormal quanto maior for a quantidade do iodo necessario para produzir a coloração indicada. Essas determinações são, de modo geral, qualitativas.

Querendo dosear directamente o sulfureto de carbono, póde empregar-se o seguinte methodo :

Reagentes necessários

Soluto alcoolico de potassa caustica, livre de carbonatos, encerrando mais ou menos 5,6 de alcali.

Soluto de iodo mais ou menos decinormal, do titulo conhecido em CS₂. Sendo relativamente difficil obter sulfuro de carbono quimicamente puro para a determinação directa do titulo, proceder-se-ha como o indicado na analyse do verde-paris; conhecido o titulo em As₂O₃ calcula-se o valor correspondente em CS₂ multiplicando-se por 1,538.

Doseamento

Tara-se um erlenmeyer fechado com rolha esmerilhada e contendo 25 ccs. do soluto alcoolico de potassa; adicionam-se rapidamente 8 a 10 gotas da amostra (quando a amostra for quasi pura ou muito rica de sua substancia, 1 a 2 ccs. quando mais pobre), fecha-se o vaso e determina-se o augmento do peso correspondente á amostra empregada.

Deixam-se os liquidos em contacto, ao abrigo da luz, durante meia hora agitando frequentemente; junta-se excesso de bicarbonato de sodio, neutraliza-se o acido caustico pelo acido acetico em presença de phenol ftalico e dilue-se com agua destillada a cerca 50 ccs. Satura-se o liquido de bicarbonato de sodio deixando excesso não dissolvido e titula-se pelo soluto de iodo empregando gomma de amido como indicador.

A porcentagem de CS₂ póde ser obtida pela fórmula : $CS_2 = \frac{n \times t \times 100}{b}$ onde *n* representa o numero de centímetros cubicos

de CS₂ e *b* o titulo da soluto de CS₂ e *t* o peso da amostra empregada.

Em havendo presença de H₂S ou SO₂ é necessario agitar previamente a amostra com carbonato de chumbo e algumas gotas de soda caustica. Após decantação, faz-se o doseamento.

Productos de composição complexa que encerram sulfureto de carbono ao lado de outros liquidos (bensol, kerozene, etc.) são previamente destillados, recolhendo-se as primeiras porções em um pouco de alcool ou benzol collocado ao fundo do vaso receptor, de preferencia balão graduado.

Emprega-se 50 ou 100 ccs. da amostra, recolhendo volume approximadamente igual ou maior do que o da amostra. Completa-se o volume exacto com benzol ou alcool a 57°. Em parte aliquota dosea-se o sulfureto de carbono e refere-se depois o doseado a 100 partes em volume ou em peso da amostra original.

Segunda secção

Por portarias de 23 de agosto de 1924: Foi transferido o professor, interino, do Patronato Agrícola Visconde da Graça Leonidas Borges de Oliveira, para identico cargo, no de Barão de Lucena.

Foram exonerados: João Paranhos Costa, do cargo de escripturario, interino, do Patronato Agrícola Visconde da Graça;

O agronomo Allah Xavier de Souza, do cargo, em comissão, de auxiliar do ensino agronomico, por ter sido nomeado para outro cargo;

Por abandono de emprego, Theodomiro Nery de Souza, do cargo de professor, interino, do Patronato Agrícola Dr.

João Coimbra, do Serviço de Povoamento.

Foram nomeados: o ajudante, interino, da Inspectoria Agrícola do 18º districto José Aristobulo de Castro Filgueiras, para exercer, effectivamente, o mesmo cargo na Inspectoria Agrícola do 4º districto;

O agronomo Allah Xavier de Souza, para exercer, interinamente, o cargo de ajudante da Inspectoria Agrícola do 18º districto, enquanto durar o impedimento do serventuario effectivo, José Monteiro Machado.

José de Rezende Alvim, para exercer interinamente, o cargo de professor do Patronato Agrícola Visconde da Graça.

Foram concedidos quatro mezes de licença, para tratamento de saúde, ao auxiliar de 2ª classe do Posto de Assistência Veterinária da Barra (Estado da Bahia) em prorrogação:

Sessenta dias de licença, para tratamento de saúde, ao trabalhador do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas Antonio Lopes.

Foi suspenso por seis mezes, do cargo de secretario da Fazenda Modelo de Criação de Ponta Grossa, Luiz de Miranda Reis Monteiro Tapaioz.

Por aviso de 23 de agosto de 1924, foi designado o agronomo Allah Xavier de Souza, para, até ulterior deliberação e sem outras vantagens além dos vencimentos do seu cargo, servir na Inspectoria Agrícola do 5º districto, no Estado do Ceará.

Requerimentos despachados

Paulino de Ananias e Silva, pedindo para ser considerado addido no cargo do Jivral do Jardim Botânico. — Indeferido.

Sebastião Lins Wanderley, auxiliar tecnico da Fazenda Modelo de Criação de Tigipió, pedindo noventa dias de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde. — Deferido.

Esther Rezende, observadora da Estação Climatologica de 2ª classe da Directoria de Meteorologia, pedindo cinco mezes de licença para tratar de seus interesses. — Deferido.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 23 de agosto de 1924

Sr. agronomo Allah Xavier de Souza, ajudante interino da Inspectoria Agrícola do 18º Districto do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas:

Tendo resolvido designar-vos para servirdes, até ulterior deliberação e sem outras vantagens além dos vossos vencimentos, na Inspectoria Agrícola do 18º Districto, no Estado do Ceará, assim vos declaro, para os devidos effectos (aviso n. 151).

Sr. Raphael Nogueira de Souza, director do Campo de Sementes de Itajhy:

Tendo resolvido designar-vos para servirdes, até ulterior deliberação, no laboratorio de analyses de sementes da Directoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, assim vos declaro, para os devidos fins (aviso n. 155).

Tendo resolvido dispensar-vos dos serviços de que fostes incumbido no Jardim Botânico, assim vos declaro, para os devidos fins (aviso n. 156).

Dia 5

Sr. ministro das Relações Exteriores:

Respondendo ao recado G-S/N de 13 do corrente, desse ministerio, tenho a honra de agradecer a V. Ex. a communicação do decreto revogando todas as disposições anteriores que embarçavam a entrada de

carnes frigorificas no territorio França-Algeria, ficando a importação apenas subordinada ás formalidades dos regulamentos sanitarios.

Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Ex. os protestos de meu alto apreço e distincta consideração (aviso n. 157).

Sr. Roberto Musso, cartographo, addido, do Serviço de Povoamento:

Tendo resolvido que volteis a ter exercicio na Directoria do Serviço de Povoamento, assim vos declaro para os devidos effectos (aviso n. 158).

Sr. Alberto Americo de Borba Pacca, cartographo, addido, do Serviço de Povoamento:

Tendo resolvido que volteis a ter exercicio na Directoria do Serviço de Povoamento, assim vos declaro para os devidos effectos (aviso n. 15).

Directoria Geral da Propriedade Industrial

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR GERAL

Requerimentos despachados

Dia 25 de agosto de 1924

A. C. da Cruz, Destri & Comp. e McColajevik Juliano. — Lavre-se o termo.

Europaischer Verband Der Flaschenfabriken G. m. b. H. (2 requerimentos), Rubens Barbosa da Cruz e Mario Macedo, Charles Bonavita, Charles Algernon Parsons, Charles Haines, Joseph H. Ordway, United States Steel Products Company, Eduardo Schlaepfer e Kathreirers Malzkaffee-Fabriken Gesellschaft Mit Beschränkter Haftung. — Deferido.

Oscar Monteiro Lazaro. — Restitua-se o envolvero, mediante recibo e dê-se certidão dos pareceres.

Carlos Gomes & Comp. (2 requerimentos). — Dê-se certidão.

M. Hilpert & Comp., Tinoco Machado & Comp. e General Electric (Sociedade Anonyma), Cardoso & Fumo e Facchina & Giometti. — Juntem-se ao processo.

J. M. Mello & Comp. — Annotem-se as transferencias e deem-se certidões.

Sebastião de Oliveira e Silva e Elias Coelho Rodrigues. — Expeçam-se guias.

Simeon W. Harris. — Expeçam-se guias de accordo com a informação.

São convidados a comparecer nesta directoria geral: Karl Sudenberg, no dia 30 do corrente, ás 14 horas; Gastão Lopes Leal, no dia 1 de setembro proximo, ás 14 horas e Horacio Ferreira de Carvalho, no dia 3, tambem de setembro, ás 14 horas.

SECÇÃO DE PATENTES DE INVENÇÃO

(Art. 14 do regulamento annexo ao decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923).

Pontos característicos da invenção de uma armação destinada a facilitar a collocação ou remoção de cortinas simples ou duplas, denominada — Galeria Brasil, para a qual pediram privilegio Destri & Comp., (deposito n. 448, do 25 de agosto de 1924):

1ª, uma armação destinada a facilitar a collocação ou remoção de cortinas simples ou duplas, denominada — «Galeria Brasil», caracterizada por ser desmontavel, podendo ser recta ou curva, tendo trilho ou trilhos aonde correm em qualquer direcção roldanas, que facilitam o abrir ou fechar das cortinas;

2ª, uma armação destinada a facilitar a collocação ou remoção de cortinas, de accordo com a reivindicação 1ª, caracte-

rizada por ser feita em uma só peça ou seccionada, para cortinas simples ou duplas, trazendo presas ás barras, roldanas e tendo estas na parte inferior argolas destinadas a enganchar os coletores nos quaes está presa por qualquer meio conveniente as cortinas;

3ª, uma armação destinada a facilitar a collocação ou remoção de cortinas, de accordo com as reivindicações 1ª e 2ª, caracterizada por ser toda metálica e poder com a maior rapidez e maxima segurança, collocar-a nos portões ou vãos de janellas, como em tectos, com as vantagens enumeradas no presente memorial.

Tudo como descrito e representado, para o fim indicado.

Sessão de Marcas de Industrias e de Commercio. (Art. 91 do regulamento anexo ao decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923).

Descrição da marca para que pediu registro A. G. da Cruz, destinada a artigos da classe 48 (deposito n. 728, de 25 de agosto de 1924):

Consiste em um desenho de forma rectangular, no qual se vê a figura característica de uma mulher, com uma saia de balão e um corpele decotado deixando ver as costas completamente nua. Com a mão direita segura uma flor, enquanto a esquerda descança sobre as cadeiras. O fundo na parte superior da etiqueta representa uma paisagem disposta em um circulo. Sobre a saia vê-se um escudo de fantasia contendo diversos dizeres, os quaes serão substituídos conforme o conteúdo do producto e as palavras *Lambert-Rio*, palavras estas já registradas e de sua propriedade. Esta marca, que pôde variar em tipos, cores e dimensões, serve para distinguir perfumarias (inclusive artigos de toucador, preparados para os dentes e para o cabelo e sabão perfumado), pentes, escovas para dentes, roupa e cabelo, na classe 48, da fabricação e commercio do depositante.

Descrição da marca para que pediu registro Meolagevik Juliano, destinada a artigos da classe 42 (deposito n. 729, de 25 de agosto de 1924):

Consiste no desenho de um castello, tendo-se superior e inferiormente os dizeres: *Restaurante Salerno Vini di Castel S. Lorenzo* — Marca registrada — M. Juliano, e lateralmente: *Rio, Tel. — Rua do Lavradio n. 25.*

A referida marca que poderá variar de cores e dimensões, servirá para distinguir vinho de sua importação e commercio, comprehendido na classe 42, do regulamento em vigor.

Directoria Geral de Industria e Commercio

Primeira secção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 23 de agosto de 1924

Agradeceu-se ao Dr. Eduardo Portella, presidente da Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro a comunicação que fez de que a 1ª do corrente mez, foram installados, solemnemente, os trabalhos da 1ª sessão ordinaria da 44ª legislatura, bem como da eleição da respectiva Mesa;

Requerimento despachado

Dia 22 de agosto de 1924

Angelo Balloni, incorporador da Companhia Petrolífera Brasileira, solicitando, a titulo de emprestimo, uma sonda de 1.200 metros para pesquisas de petroleo no Estado de São Paulo. — Indeferido, por não haver sonda disponível.

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR GERAL

Dia 25 de agosto de 1924

Communicou-se ao director geral da Directoria Geral da Propriedade Industrial que cabe áquella directoria geral, observando o disposto no art. 133, do regulamento anexo ao decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923, processar os pedidos de privilegio de que tratam os papeis remetidos com o seu officio n. 401, de 15 de julho ultimo.

— Solicitaram-se providencias ao director geral da Imprensa Nacional no sentido de serem impressos em folhetos 500 exemplares do decreto numero 16.552, de 13 de agosto do corrente anno, que regula a concessão de favores a empresas ou companhias que se organizarem especialmente para a fundação da industria dos sub-productos de carvão nacional, benzões, alcatrões, etc., publicado no *Diario Official*, de 22 do mesmo mez, devendo as respectivas provas ser enviadas a esta directoria geral para revisão final.

Segunda secção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 14 de agosto de 1924

— Sr. director do Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas:

Tendo em vista as ponderações contidas no voso officio n. 475, de 31 de maio ultimo, communico-vos que resolvi autorizar-vos a applicar o producto da venda das machinas agricolas, recebidas da Superintendencia do Abastecimento, em aquisição de novas machinas para venda, pelo prego do custo, aos agricultores inscriptos no registro deste ministerio (aviso n. 510).

— Sr. ministro da Fazenda:

Tornando-se necessario para os trabalhos a cargo da Inspectoria Agricola do 12º Distrito, o proprio nacional denominado «Sítio do Governo», localizado no suburbio da capital do Estado do Espírito Santo, conhecido pelo nome de Santo Antonio, solicito vossas providencias no sentido de ser aquelle proprio nacional transferido para a jurisdição deste ministerio (aviso n. 511).

Tendo a União firmado contracto com o governo do Estado da Bahia, para a execução do Serviço do Algodão, com a clausula de receber da União todos os mihiliarios, accessorios, machinas de escrever, material agricola, arreios e insecticidas pertencentes ao extinto Serviço do Algodão no alludido Estado, os quaes ficarão sob a guarda e responsabilidade do mesmo Estado da Bahia, enquanto durar o accordo firmado, peço vos dignos de ordenar a Delegacia Fiscal que representando a Fazenda Nacional, que representando a Fazenda Nacional, por parte do alludido governo.

O inspector agricola do 11º Distrito, no citado Estado da Bahia, apresentará á Delegacia Fiscal o inventario do material a entregar e dará as informações que se tornarem necessarias (aviso n. 543).

— Sr. Arlindo Zaroni — Maria da Fê, Estado de Minas Geraes:

Havendo a Directoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas trazido ao meu conhecimento que offereceste a este ministerio os terrenos necessarios á installação de um campo de selecção de batata americana, vos agradeço em meu nome e em nome do governo a doação dos alludidos terrenos, e communico-vos que nesta data foram solicitadas ao ministerio da Fazenda providencias para a lavratura da respectiva escriptura de doação, pedindo a vossa presença ou de vosso representante, na Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional, nesse Estado, para os fins convenientes (aviso n. 548).

— Sr. ministro da Fazenda:

Havendo o Sr. Arlindo Zaroni, residente em Maria da Fê, Estado de Minas Geraes, offerecido a este ministerio terrenos naquella localidade, para a installação de um campo de selecção de batata americana, peço-vos providencias no sentido de ser a Fazenda Nacional, representada pelo delegado do Thesouro Nacional, no alludido Estado, no acto da lavratura da respectiva escriptura de doação (aviso n. 549).

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR GERAL

Dia 14 de agosto de 1924

Sr. superintendente do Serviço do Algodão.

Em referencia ao vosso officio numero 783, de 14 de junho proximo passado, communico-vos que o Sr. ministro autorizou a providenciardes sobre a entrega do material a que vos referis, no citado officio, mediante as formalidades legais, inclusive a observancia do disposto no art. 818, do Regulamento do Código de Contabilidade Publica que baixou com o decreto n. 11.783, de 8 de novembro de 1922.

Uma das vias do recibo da entrega do alludido material remetteis a esta Directoria Geral, para os devidos fins (officio n. 531).

— Sr. director do Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas.

Communico-vos que o Sr. ministro autorizou a Superintendencia do Serviço do Algodão a entregar mediante as formalidades legais, á Inspectoria Agricola do 2º distrito, uma caldeira e um motor existentes na Fazenda de Sementes de Igarapé-Assu, Estado do Pará, material esse que foi declarado pelo administrador da mesma Fazenda, estar sem applicação (officio n. 535).

— Sr. delegado fiscal no Rio Grande do Sul:

Remetto-vos, para os devidos fins, em primeiras e segundas vias, os inclusos documentos, enviados pela Directoria do Meteorologia em maio do corrente anno, para comprovar as despesas effectuadas com o adiantamento de 20.000\$, concedido por essa delegacia fiscal, ao Dr. Ené Digo Cordilha, por conta do credito distribuido a essa delegacia em virtude do aviso deste ministerio, n. 3.727, de 5 de julho de 1923, pela ordem nu-

mero 362, de 30 do referido mez e anno, da Directoria da Despesa Publica do Thesouro Nacional.

Esse adeantamento, *ex-vi* da letra c, § 2º, art. 19, do regulamento anexo ao decreto n. 11.436, de 3 de janeiro de 1915, foi passado por ordem do Sr. ministro ao assistente da Estação de Aereologia de 1ª classe do Algreto, Marciano Lopes Loureiro a quem compete prestar contas, nos termos da disposição citada (officio n. 536).

— Sr. encarregado do Posto de Avicultura, em Deodoro.

Não tendo sido remetidos a esta Directoria Geral os mapas mensaes, relativos ás alterações havidas nas aves desse posto e do valor estimativo das mesmas, peço-vos, para os fins convenientes, providenciis no sentido de ser feita com urgencia a remessa dos alludidos mapas, de accordo com os modelos numeros XX e XXII que acompanharam as instrucções baixadas com a circular numero 227, de 12 de dezembro de 1913 (officio n. 537).

— Sr. director do Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas:

Communico-vos que o Sr. ministro tomando conhecimento do vosso officio n. 2.315, de 20 de junho proximo passado, em que pedis autorização para vender material agricola, sem prejuizo do serviço dessa directoria, ao agricultor Dr. Pedro Luiz de Oliveira, Costa, deu o seguinte despacho: «Sim, preenchidas as formalidades legais.» (officio n. 538).

— Sr. ministro-presidente do Tribunal de Contas:

De accordo com o disposto no artigo 29, § 3º do regulamento anexo ao decreto n. 11.436, de 13 de janeiro de 1915, tenho a honra de vos remetter para o julgamento definitivo, o incluso processo de comprovação da applicação dada á quantia de 5:241\$697 recebida do Thesouro Nacional pelo Sr. Jovino José da Cunha, chefe de Culturas do Campo de Demonstração do Instituto Biologico de Defesa Agricola em Deodoro, em virtude do aviso n. 4.851, de 15 de outubro de 1924 (officio n. 539).

— Sr. director do Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas:

Em solução ao vosso officio n. 2.624, de 11 de julho ultimo, communico-vos que, nesta data, o Sr. ministro solicitou ao Ministerio da Fazenda providencias no sentido de ser transferido para a jurisdição deste ministerio, afim de ser utilizado nos serviços a cargo da Inspeção Agricola do 12º Districto o proprio nacional denominado «Sítio do Governo», existente na cidade de Victoria, capital do Espirito Santo (officio numero 542).

— Sr. superintendente do Serviço do Algodão:

Communico-vos que o Sr. ministro, em solução ao vosso officio n. 1.724, de 1 de agosto corrente, solicitou do Sr. ministro da Fazenda providencias para que seja lavrada na Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado da Bahia, o termo de responsabilidade, por parte do Governo do mesmo Estado, pela guarda do mobiliario, accessorios, machina de escrever, material agricola, arreios e insecticidas, pertencentes á extincta Delegacia Regional do Serviço do Algodão que lá funcionou, de accordo com o que solicitastes no vosso citado officio (officio n. 544).

— Sr. inspector agricola do 11º Districto — Bahia:

De ordem do Sr. ministro, ficas autorizado a entregar ao Dr. Octavio Peres, representante do Governo do Estado da Bahia, todos os mobiliarios, accessorios, machinas de escrever, material agricola, arreios e insecticidas que pertenceram ao extincto Serviço de Algodão, nesse Estado, e se acham sob a guarda dessa inspeção.

A entrega será feita mediante inventario e termo de responsabilidade por parte do Governo do Estado, firmado na Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional nesse Estado, conforme solicitou o Sr. ministro da Fazenda, no aviso em cópia anexo.

Tres vias do inventario e a cópia do termo de responsabilidade remettereis a esta directoria geral, para os devidos fins (officio n. 545).

— Sr. director do Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas:

Em referencia ao vosso officio numero 1.400, de 1 de julho proximo passado, communico-vos, para os fins convenientes, que nesta data foram solicitadas providencias junto ao Ministerio da Fazenda, para a lavratura da escriptura de doação dos terrenos offercidos pelo Sr. Arlindo Zaroni, em Maria da Fé, no Estado de Minas Geraes, para a instalação de um campo de selecção de batata americana (officio n. 546).

— Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional em Belo Horizonte — Estado de Minas Geraes:

Communico-vos que, o Sr. ministro solicitou do Ministerio da Fazenda providencias para que representeis a Fazenda Nacional, no acto da lavratura da escriptura de doação que faz o Sr. Arlindo Zaroni, de terrenos existentes em Maria da Fé, nesse Estado, para a instalação de um campo de selecção de batata americana.

Lavrada a escriptura, peço-vos ordens a remessa a esta directoria geral, do traslado da mesma, para os fins convenientes (officio n. 547).

— Dia 18

Sr. Dr. Gustavo Guimarães, sub-director da Directoria da Despesa Publica do Thesouro Nacional:

Reitero-vos o pedido que vos fiz no officio n. 471, de 14 de junho proximo passado no sentido de vos dignardes de informar si ao ex-almovarife da extincta Estação da 2ª Zona, da Inspeção da Pesca de que fostes chefe da Contabilidade, Mario Leite Borges, no periodo de 18 de fevereiro de 1913 a 14 de fevereiro de 1915, foi entregue material pertencente á Fazenda Nacional, no caso negativo, quem o recebeu, si foram feitos os inventarios de fim de anno, a que se refere a circular desta Directoria Geral n. 227, de 12 de dezembro de 1913, e, finalmente, se havia os livros e documentos relativos as entradas e sahidas do material e o talão Modelo X, (pedidos a fornecedores) visto só existirem nesta Directoria Geral documentos relativos á Inspeção da Pesca (officio n. 551).

— Sr. director do Aprendizado Agricola de Juazeiro:

Em referencia ao vosso officio numero 266, de 7 de junho ultimo, pedindo autorização para serem vendidos, em

hasta publica, seis novilhos hollandezes, nascidos nesse estabelecimento e duas eguas imprestaveis para procreação, sendo uma de raça anglo-arabe e outra nacional, communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro exarou, no alludido officio, o seguinte despacho: «Autorizo» (officio n. 552).

Directoria Geral de Contabilidade

Primeira secção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 14 de agosto de 1924

Sr. ministro-presidente do Tribunal de Contas:

Rogo vos digneis de providenciar para que seja distribuido, á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado de Santa Catharina, o credito na importancia total de 8:400\$, destinado a attender ao pagamento de tres adjuntos de professores e quatro contra-mestres da Escola de Aprendiziz Artifices daquelle Estado, no periodo de 1 de janeiro a 30 de junho do corrente anno, á razão de 200\$ mensaes a cada um (aviso n. 3.638).

Rogo vos digneis de providenciar para que, no Thesouro Nacional, seja entregue ao 3º official da Directoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas, Jayme Esteves, a importancia de 15:013\$754, para attender ao pagamento dos operarios e trabalhadores dos Campos de Sementes de Rezende e Lorena, relativo aos mezes de abril, maio e junho do corrente anno, conforme as folhas (aviso 3.636).

Em resposta ao vosso officio n. 1.487, de 26 de julho ultimo, declaro-vos que o adeantamento na importancia de 12:816\$200, cuja entrega solicitei fosse feita ao director da Escola de A. e Artifices de Campos, Antonio Hilario Travassos Alves, em virtude do aviso n. 2.227, de 2 de maio ultimo, dirigido ao Sr. ministro da Fazenda, deverá ter applicação nos mezes de agosto, setembro e outubro do corrente anno (aviso n. 3.637).

Em resposta ao vosso officio n. 1.483, de 26 de julho ultimo, declaro-vos que o adeantamento na importancia de 5:000\$, cuja entrega solicitei fosse feita ao auxiliar tecnico da secção de Zootechnia da Directoria Geral do Serviço de Industria Pastoral, Manoel Zenha de Mesquita, em virtude do aviso n. 2.223, de 2 de maio ultimo, dirigido ao Sr. ministro da Fazenda, deverá ter applicação nos mezes de agosto, setembro e outubro do corrente anno (aviso n. 3.645).

Rogo vos digneis de providenciar para que seja distribuido á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado da Parahyba o credito na importancia de 377\$395, destinado a attender ao pagamento da differença de vencimentos que compete, no periodo de 23 de maio a 29 de junho do corrente anno, ao ajudante da Inspeção Agricola do 7º Districto, agronomo Juvenio Maria de Lyra, por ter substituido o respectivo inspector, que se achava nesta capital em objecto de serviço (aviso n. 3.646).

De accordo com o art. 267 do Regulamento doCodigo de Contabilidade Publica, letra b, peço vos digneis de providenciar para que, no Thesouro Nacional, seja feito ao Sr. Horace E. Williams, geologo do Serviço Geologico e Mineralogico o adeantamento na importancia total de 6:500\$, de que prestará contas no prazo indicado no art. 292 do mesmo regulamento, para attender a despesas com pagamento de pessoal e aquisição de material necessario aos estudos e reconhecimentos geologicos no Estado da Bahia, como sejam machinas, animaes, medicamentos e outras pertencentes ás sub-consignações abaixo mencionadas, durante

os meses de agosto, setembro e outubro do corrente anno, observada a disposição do art. 362 do decreto n. 15.783 de 8 de novembro de 1922 (aviso n. 3.649).

De accôrdo com o art. 267 do Regulamento do Código de Contabilidade Publica, letra c, peço vos digeis de providenciar para que, no Thesouro Nacional, seja feito ao porteiro da Diretoria do Serviço de Povoamento, José Pedro Sanpaz, o adiantamento na importância de 5.900\$, de que prestará contas no prazo indicado no art. 293 do citado regulamento, para attender a despesas com aquisição de livros, lavagem de tachas, carretos e outras comprehendidas nas sub-consignações adiante indicadas, du ante os meses de agosto, setembro e outubro do corrente anno, observada a disposição do art. 302 do decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922 (aviso n. 3.648).

D n 6

Sr. ministro presidente do Tribunal de Contas:

Tenho presente o officio n. 1.584 A, de 31 de julho ultimo em que communicas a haver esse Tribunal em sessão de 18 do referido mez, recusado registro ao adiantamento de 61.000\$ ao superintendente, in erio, do Serviço de Exporto e Beneficiamento de Cereaes Brenno Arruda, solicitado pelo aviso n. 2.187, de 1 de maio do corrente anno, o qual é destinado a attender a despesas com a representação do Brasil na Exposição de Borracha em Bruxellas, vi to não só o facto de já haver sido realizada a referida exposição, como por que o funcionario para quem é solicitado o adiantamento é ainda responsavel por dous outros cuja comprovação ainda não foi julgada.

Em esposta cumpro-me informar-vos que, o adiantamento em questão, embora já tenha sido realizada a exposição, é destinado aos serviços de embalagem, frete e outras necessarias á liquidação de compromissos, despesas que só podem ser realizadas precisamente em época posterior ao encerramento do certamen, e, bem assim, que os adiantamentos recebidos anteriormente, pelo funcionario Brenno Arruda, das importancias de 10.000\$ e 12.000\$, foram devidamente comprovados, sendo os respectivos processos enviados com os officios ns. 1.164, de 10 de novembro de 1923 e 87, de 22 de fevereiro do corrente anno a esse Tribunal (aviso n. 3.651).

Transmitto-vos, para o competente registro desse Tribunal, a cópia autentica, em duplicata, do decreto n. 16.550, de 13 de agosto de 1924, que abre a este ministério o credito especial de 1.000.000\$, para attender ás despesas com a introdução de imigrantes no paiz, no corrente anno (aviso n. 3.657).

Rogo vos digeis providenciar para que seja distribuido, á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul, o credito, na importância de 1.200\$, destinado a attender ás despesas da Delegacia do Serviço de Industria Pastoral naquelle Estado, durante o corrente anno (aviso n. 3.658).

Rogo vos digeis providenciar para que, no Thesouro Nacional, sejam pagas as gratificações a quem fizeram ju, no mez de julho ultimo, José de Azevedo (97474) e Brazillino Duarte de Oliveira (023189), continuos da Diretoria do Serviço de I. e F. Agricolas, por serviços extraordinarios prestados fora das horas do expediente, de accôrdo com os arts. 68 a 71 do decreto n. 8.89, de 11 de agosto de 1911, conforme a folha (aviso n. 3.659).

Sr. ministro da Fazenda:

De accôrdo com o art. 267 do Regulamento do Código de Contabilidade Publica,

letra a, peço vos digeis providenciar para que, no Thesouro Nacional, seja feito ao Sr. Affonso Gonçalves Correia, escripturarioalista do Instituto de Defesa Agricola, o adiantamento de 3.000\$, de que prestará contas no prazo indicado no art. 98 do citado regulamento, para attender a despesas urgentes com aquisição de livros e outras pertencentes á sub-consignação adiante indicada, durante os meses de outubro a dezembro do corrente anno, observada a disposição do art. 102 do decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922 (aviso n. 3.660).

De accôrdo com o art. 267 do Regulamento do Código de Contabilidade Publica, letra a, peço vos digeis de providenciar para que, no Thesouro Nacional, seja feito ao Sr. Lucio de Albuquerque Mello, thesoureiro da Comissão Central dos Cradadores do Cavallo Puro Sangu, o adiantamento na importância de 75.000\$, de que prestará contas no prazo indicado no art. 293 do citado regulamento, para attender ao pagamento dos premios instituidos pela lei n. 3.5, de 6 de janeiro de 1918 e revigorados pelo art. 174 da vigente lei orçamentaria, durante os meses de agosto, setembro e outubro do corrente anno, observada a disposição do art. 302 do decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922 (aviso n. 3.661).

Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Pará:

De accôrdo com o disposto no art. 264 do Regulamento do Código de Contabilidade Publica, declaro-vos, para os fins convenientes, que resolvi delegar competência ao administrador da Fazenda de Sementes Igarapé-Assu, nesse Estado, Leopoldo Penna Teixeira, para requisitar adiantamentos, nos casos previstos no art. 267 do mesmo regulamento, por conta da verba 25, artigo 174 da vigente lei orçamentaria, distribuidos no corrente anno, a essa delegacia fiscal, para o custeio da referida Fazenda e bem assim attender ás despesas com a execução do accôrdo celebrado entre o Governo Federal e o Estado do Pará concernente ao Serviço do Algodão (aviso n. 3.662).

Sr. chefe da delegação do Tribunal de Contas, junto á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Pará:

De accôrdo com o disposto no art. 264 do Regulamento do Código de Contabilidade Publica, declaro-vos, para os fins convenientes, que resolvi delegar competência ao administrador da Fazenda de Sementes Igarapé-Assu, nesse Estado, Leopoldo Penna Teixeira, para requisitar adiantamentos, nos casos previstos no art. 267 do mesmo regulamento, por conta da verba 25, art. 174 da vigente lei orçamentaria, distribuidos, no corrente anno, a Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional nesse Estado, para o custeio da referida fazenda e bem assim attender ás despesas com a execução do accôrdo celebrado entre o Governo Federal e o Estado do Pará, concernente ao Serviço do Algodão (aviso n. 3.663).

Sr. bacharel Antonio Henrique de Moraes:

Tendo resolvido designar-vos para acompanhar, na Imprensa Nacional, a impressão dos relatorios deste ministério des e minister dos annos de 1922 e 1923, bem como para fazer a revisão das respectivas provas, assim vos communico, para os devidos fins (aviso n. 4.664).

Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado de S. Paulo:

Tendo este ministério providenciado, pelo aviso n. 3.379, de 29 de junho ultimo, para que fosse distribuido a essa Delegacia Fiscal o credito na importância de 5.000\$, desti-

nado a attender ás despesas com a execução das obras de installação de agua e energia electrica no Campo de Sementes de S. Simão, nesse Estado, por conta da verba 5, consignação «Materia»—I Material permanente, etc., sub-consignação «7»—Obras, etc., artigo 174 da lei orçamentaria vigente, autorizo-vos a entregar a referida importância, a titulo de adiantamento, ao mecanico do mesmo campo, Sr. Faustino Affonso, de que prestará contas no prazo indicado no art. 298 do Regulamento do Código de Contabilidade Publica (aviso n. 3.665).

Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado da Bahia:

Tendo sido convidado o governo do Estado da Bahia a depositar nessa Delegacia Fiscal a quantia de 50.000\$, destinada á realização dos serviços federaes do algodão nesse Estado, de conformidade com o accôrdo celebrado entre a União e o referido Estado, de que resultou a distribuição a essa Delegacia do credito de 100.000\$, pedido por esse ministério em aviso n. , de julho ultimo, declaro-vos que o credito total de 150.000\$ deve ser despendido de accôrdo com a demonstração junta (aviso numero 3.666).

Sr. chefe da delegação do Tribunal de Contas junto á Delegacia Fiscal do Estado da Bahia:

Tendo sido convidado o governo do Estado da Bahia a depositar na delegacia fiscal desse Estado a quantia de 50.000\$, destinada á realização dos serviços federaes do algodão nesse Estado, de conformidade com o accôrdo celebrado entre a União e o referido Estado, de que resultou a distribuição á delegacia desse Estado do credito de 100.000\$, pedido por esse ministério em aviso n. de julho ultimo, declaro-vos, que o credito total de 150.000\$ deve ser despendido de accôrdo com a demonstração junta (aviso n. 3.667).

Sr. governador do Estado da Bahia:

Tendo sido registrado pelo Tribunal de Contas, em sessão de 11 de julho ultimo o accôrdo celebrado entre a União e esse Estado em 27 de junho ultimo, para a execução do serviço de algodão no territorio do desse Estado, de conformidade com o decreto n. 16.122, de 11 de agosto de 1923, tenho a honra de solicitar vossas providencias no sentido de ser recolhida aos cofres da delegacia fiscal desse Estado a importância de 50.000\$, na forma da clausula IV do accôrdo acima referido (aviso n. 3.668).

Dia 21

Sr. ministro presidente do Tribunal de Contas:

Rogo vos digeis de providenciar para que, no Thesouro Nacional, seja paga a conta de Henrique Braga & Comp., na importância de 2.546.900, proveniente de fornecimentos feitos em proveito do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Technico deste ministério, no corrente anno mediante concorrência administrativa realizada no mesmo serviço a 22 de abril ultimo de accôrdo com os arts. 738 e 763 do Regulamento do Código de Contabilidade Publica (aviso n. 3.735).

Rogo vos digeis de providenciar no sentido de ser distribuido, á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado da Bahia, o credito de 26.000\$, para attender, no corrente anno, as despesas com a compra do material necessario ás obras de installações ainda necessarias ao Aprendizado Agricola de Joazeiro, nesse Estado (aviso n. 3.733).

Sr. ministro da Fazenda:

De accôrdo com o disposto no art. 267 do Regulamento do Código de Contabilidade

Corrêa, naturalista do Jardim Botânico (offício n. 3.713).

— Sr. inspector da Alfandega desta Capital:

De ordem do Sr. ministro, solicito vossas providências no sentido de ser despachada, livre de direitos aduaneiros e demais taxas de expediente, uma caixa contendo um aparelho meteorológico, pesando bruto 10 kilos, marca «Directoria de Meteorologia, Al.º director Sampaio Ferraz, Pa.ºcio dos Estados, 4º andar, Praça Marechal Ancora, Rio de Janeiro», vinda de Gothenburg, Suecia, pelo vapor *S.º Francisco*, consignada á Directoria de Meteorologia, repartição deste ministerio, e peço vos digueis de mandar que a mesma caixa seja entregue ao encarregado de despachos desta Secretaria de Estado Sr. Joaquim Silverio da Costa (offício n. 3.712).

De ordem do Sr. ministro solicito vossas providências no sentido de serem despachadas, livres de direitos aduaneiros e demais taxas de expediente, sete saccos contendo sementes de algodão, pesando bruto 300 kilos, marca S.S.A.M.A., ns. 31/3, 91/92, 101 vindo de Nova York pelo vapor inglês *Vestr's*, consignados á Superintendencia do Serviço do Algodão, Ministerio da Agricultura, e peço vos digueis de mandar que os mesmos saccos sejam entregues, por meio de guia, ao encarregado de despachos desta secretaria de Estado, Sr. Joaquim Silverio da Costa (offício n. 3.711).

— Sr. director do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas:

Communico-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. ministro resolveu conceder uma ajuda de custo no valor de dous mezes de vencimentos ao agrônomo Irineu Felix Pedroso, designado para em comissão inspecionar o Campo de Sementes de Itajhy, no Estado de Santa Catharina, conforme requerimento do referido funcionario, encaminhado pelo offício n. 3.005, de 12 do corrente mez, dessa directoria (offício numero 3.710).

Communico-vos ter o Sr. ministro deferido o requerimento apresentado com o vosso offício n. 2.144, de 10 de junho ultimo, e no qual Evaristo Leão, ajudante da Inspectoria Agricola do 17º Districto, pede para sua senhora uma passagem de 1ª classe de Porto Alegre a Florianopolis (offício n. 3.709).

Communico-vos, em referencia ao vosso offício n. 3.007, de 12 do corrente mez, que o Sr. ministro resolveu conceder ao 3º official dessa directoria Jayme Esteves, a ajuda de custo correspondente a dous mezes e meio dos respectivos vencimentos, conforme propuzestes no referido offício, cabendo a essa repartição organizar a competente folha de pagamento e proceder ao empenho da respectiva despesa (offício n. 3.708).

Communico-vos que, por aviso n. 3.572, de 9 de agosto ultimo, foram solicitadas do Ministerio da Fazenda providencias no sentido de que seja feito no Thesouro Nacional, o adiantamento de 5.000\$ ao auxiliar addido do extinto Escritorio de Informaçoes em Paris Ar.º Konder, para attender as despesas com ensaios de collecção em merc dos estrangeiros, de productos de origem nacional, fructas e outros generos nacionaes, durante os mezes de agosto, setembro e outubro do corrente anno, observada a disposição do art. 302 do decreto n. 15.783, de 8 de fevereiro de 1922 (offício numero 3.707).

Ao Sr. director geral de Agricultura affectuosamente cumprimenta o de Contabilidade e remette, ann. de que se digne de formar a respeito, o processo em que a Companhia Auto-Viação Sudoeste Mineira,

a Camara Municipal de Jaboticabal, a Camara Municipal de Santa Luzia e a Intendencia Municipal de Santa Rita do Parahyba, pedem guia para o recolhimento de quotas de fiscalização de estradas de rodagem, que allgam ter construido (offício n. 3.706).

— Sr. director de Contabilidade do Thesouro Nacional:

Transmitto-vos, para os devidos fins, a folha de diarias a que fizeram jus os engenheiros Alberto Americo de Borba Pacca e Roberto Musso, por terem estado fiscalizando estradas de rodagem apropriadas a automoveis, nos Estados de Minas Geraes e Goyaz, no periodo de 18 de junho a 10 de julho do corrente anno na importancia total de 600\$300 (offício n. 3.704).

Dia 21

Sr. director do Serviço de Inspeção e Fomento Agricoas:

Communico-vos, em referencia ao vosso offício n. 2.036, de 30 de maio ultimo, ter o Sr. ministro declarado que o abono da diaria de 20\$, aos inspectores agricolas e seus ajudantes, de accordo com a nossa tabella, deverá vigorar a partir de 1 de julho do corrente anno (offício n. 3.723).

— Sr. director da Escola de Aprendizizes Artífices do Estado do Rio de Janeiro, Campos:

Declaro-vos, em resposta ao vosso offício n. 57, de 31 de maio ultimo, que a despesa com o pagamento de D. Almerinda da Costa Gavinho, admitida para servir como diarista da officina de artes graphicas dessa escola por portaria de 15 de fevereiro do corrente anno, deve correr por conta da consignação «Pessoal» — (applicação da renda especial), da verba 6ª, da vigente lei de despesa, convido que nesse sentido apresenteis opportunamente uma demonstração do credito necessario (offício n. 3.724).

— Sr. encarregado da remodelação do Ensino Profissional Technico:

Remetto-vos, assim de que informeis a respeito, o telegramma em que o director da Escola de Aprendizizes Artífices do Estado de Goyaz solicita providencias no sentido de que seja distribuida á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional naquelle Estado a importancia de 1:500\$, destinada a attender, no corrente exercicio, a despezas com as officinas e cursos da referida escola (offício n. 3.725).

— Sr. director geral do Serviço de Industria Pastoral:

Remetto-vos, para os devidos fins, as contas da Rede de Viação Sul-Mineira, provenientes de transportes concedidos, no corrente anno, em proveito do Posto Experimental de Veterinaria de Bello Horizonte, a cujo director é endereçado o offício, tambem junto, que as acompanha (offício n. 3.727).

— Sr. director da Estação Cereal de Experimentação da Bahia:

Communico-vos que o Sr. ministro está de accordo em que seja adoptada nessa Estação a tabella de diarias já approvada e admitida na Estação Geral de Experimentação de Escada, no Estado de Pernambuco, publicada no *Diário Official* de 6 de maio ultimo, e constante do offício em que solicitastes deste ministerio a sua adopção (offício n. 3.728).

— Sr. director do Serviço de Povoamento:

Remetto-vos, para os devidos fins, a conta de Oliveira Andrade & Comp., na importancia de 94\$, proveniente de forneci-

mento feito, no anno passado, em proveito da Hospedaria de Immigrantes da Ilha das Flores (offício n. 3.729).

— Sr. inspector agricola do 17º districto:

Restituo-vos os documentos, que acompanharam os vossos officios ns. 870 e 914, de 6 e 12 de junho ultimo, que, na conformidade da circular n. 2.144, de 12 de abril de 1923, publicada no *Diário Official*, de 21 do mesmo mez, deverão ser archivados nessa repartição, tendo-se em vista a disposição dos arts. 236 e 261 do Regulamento do Código de Contabilidade Publica (offício n. 3.730).

— Sr. inspector agricola do 4º districto:

Declaro, em resposta ao vosso offício de 14 de maio ultimo, que as requisições dos pagamentos a que se refere o art. 260, combinado com o art. 277, do Código de Contabilidade Publica, devem ser dirigidas directamente ás Delegações do Tribunal de Contas, nos Estados, pelas autoridades que tem competencia para fazer tais requisições nos termos das letras c e d do art. 59 do referido código, o que, aliás, já foi recomendado ás referidas delegações em circular expedida em virtude de decisão do mencionado Tribunal pelo respectivo secretario (offício n. 3.731).

— Sr. delegado do Tribunal de Contas, no Estado do Piahy:

Dispondo o art. 263, combinado com o art. 277, do Código de Contabilidade Publica, que as requisições dos pagamentos a que se referem devem ser dirigidas directamente ás delegações do Tribunal de Contas, nos Estados, pelas autoridades que tem competencia para fazer tais requisições, nos termos das letras c e d do art. 59 do referido código, recomendo-vos providencias no sentido de ser cumrda essa disposição, na conformidade da circular expedida ás referidas delegações pela secretaria do referido Tribunal (offício n. 3.732).

— Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado da Bahia:

De accordo com o art. 267, letras a, b e c, do Regulamento do Código de Contabilidade Publica, autorizo-vos a providenciar no sentido de serem attendidos os pedidos de adiantamentos feitos pelo director, em comissão, da Estação Geral de Experimentação desse Estado, Dr. Paulino de Araujo Góes, por conta da verba 16ª, art. 174 da lei n. 4.793, de 7 de junho ultimo, credits distribuidos a essa de acia fiscal, no corrente anno, para attender ás despesas com o custeio do referido estabelecimento, mediação o cumprimento das formalidades legais (offício n. 3.733).

— Sr. director do Aprendizado Agrícola de Joazeiro, Estado da Bahia:

Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, pelo aviso n. 3.572, de 9 de agosto ultimo, solicitou do Tribunal de Contas as necessarias providencias no sentido de ser distribuido á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional nesse Estado o credito de 16:000\$, para attender ás despesas, no corrente anno, com a compra de material necessario ás obras de installações que são ainda necessarias a esse aprendizado (offício n. 3.737).

— Sr. superintendente da Brazilian Telephone Company:

Sollicito, de ordem do Sr. ministro, as necessarias providencias no sentido de ser feita a transferencia do aparelho Sul 128, situado a Praia Vermelha, onde funcionou a portaria desta Secretaria de Estado, para o primeiro pavimento do Palacio dos Estados, na praça Marechal Ancora, onde passa-

a funcionar agora aquella dependencia (officio n. 3.738).

—Sr. delegado fiscal em Pernambuco:

Communico-vos para os fins convenientes, que o Sr. ministro, resolveu autorizar a seguinte tabella, de diarias, para o pessoal da Estação Experimental de Brejeiros, nesse Estado, quando em serviço fó a da respectiva sede, conforme já foi scientificada a referida repartição, pelo officio n. 2.133, de 28 de abril ultimo:

Tabella diaria:

De 2\$ para o pessoal que vence de 103\$ a 199\$000;
De 4\$40, para o pessoal que vence de 200\$ a 242\$000;
De 5\$500, para o pessoal que vence de 250\$ a 299\$000;
De 6\$500, para o pessoal que vence de 300\$ a 399\$000;
De 8\$ para o pessoal que vence de 400\$ a 499\$999;
De 10\$, para o pessoal que vence de 500\$ a 599\$000;
De 11\$, para o pessoal que vence de 600\$ a 69\$999;
De 12\$, para o pessoal que vence de 700\$ a 799\$999;
De 14\$, para o pessoal que vence de 800\$ a 899\$000;
De 16\$, para o pessoal que vence de 900\$ a 999\$000;
De 18\$, para o pessoal que vence de 1:000\$ a 1:499\$000;
De 30\$, para o pessoal que vence de 1:500\$000 a..... (officio n. 3.739).

—Sr. administrador do Centro Agrícola de Mamanguape, Estado da Parahyba:

Restituo-vos o documento, indevidamente remetido a esta directoria geral com o vosso officio n. 154-A, de 27 de junho ultimo (officio n. 3.740).

Dia 22

Sr. director do Museu Nacional:

Communico-vos que o Sr. ministro approvou o quadro do pessoal assalariado permanente e do assalariado variavel dessa repartição, constante da cópia que acompanhou o vosso officio n. 293, de 4 de abril ultimo, e a que se refere o de n. 36, de 19 de janeiro do corrente anno, dessa directoria (officio n. 3.747).

—Sr. director da Escola de Aprendizizes Artífices do Estado de Goyaz:

Declaro, em resposta ao vosso officio n. 51, de 26 de março ultimo, que não podem ser distribuidos á Delegacia Fiscal do Thezouro Nacional, nesse Estado, os creditos, respectivamente, de 1:500\$, 1:000\$ e 500\$, para as despesas que, no corrente exercicio, decorrem das sub-consignações a que se refere o citado officio, porque, de accordo com as ordens do Sr. ministro, o credito de 130:000\$, da 1ª das sub-consignações da consignação «Material», da verba 6ª, foi totalmente applicado em machinas e ferramentas adquiridas para as escolas de São Paulo, Matto Grosso e Rio Grande do Norte, tendo sido o saldo da 3ª sub-consignação destinado a reparos, na dos Estado de São Paulo e Campos e bem assim o da sub-consignação 6ª á aquisição de moveis, mediante concorrência administrativa (officio n. 3.746).

—Sr. director geral do Serviço da Industria Pastoral:

Communico-vos que o Sr. ministro, tendo presente o officio n. 2.003, de 26 de maio ultimo, em que solicitaes providencias no sentido de ser concedido o credito supplementar de 50:000\$, para attender ás des-

pezas de transporte desse Serviço, visto a insufficiencia do já votado, na importancia de 120:000\$, resolveu mandar recomendar a essa directoria que restringa as respectivas despesas aos saldos disponiveis (officio n. 3.743).

Decaro, em resposta ao vosso officio n. 759, de 23 de junho ultimo, que o auxiliar extraordinario desse Serviço Mario Costa, tem direito á gratificação provisoria, á vista do disposto no art. 258 da vigente lei da despesa (officio n. 3.744).

—Sr. director do Instituto de Chimia:

Afim de que possa ser processada a folha de pagamento que compete, em janeiro do corrente anno, ao Dr. Djalma Hasselmann, assistente desse Instituto, e a que se refere o vosso officio n. 322, de 16 de maio ultimo, torna-se necessario que envieis a esta directoria geral a 2ª via da referida folha (officio n. 3.743).

—Sr. director do Serviço de informações:

Remetto-vos, afim de que informeis a respeito, a conta da Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, na importancia de 26\$040, proveniente do consumo de luz a que se refere (o officio n. 3.742).

—Sr. inspector do Serviço de Povoamento:

Communico-vos, para os devidos effectos, que o Sr. ministro resolveu conceder ao professor Antonio Lino Flores, uma ajuda de custo correspondente a tres mezes, de vencimentos, por haver sido o referido funcionario transferido do Centro Agrícola Sabino Vieira, no Estado da Bahia, para o Aprendizado Agrícola de Lã Luiz de Missões, no Estado do Rio Grande do Sul, conforme officio n. 5.061, de 18 do corrente mez, dessa directoria, encaminhando o requerimento do alladido funcionario (officio n. 3.741).

Tercera secção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 23 de agosto de 1924

Sr. ministro presidente do Tribunal de Contas:

Tendo presente o officio desse instituto n. 1.614, de 19 de julho proximo findo, communicando a recusa de registro de contracto celebrado entre este ministerio e a Companhia Locativa e Constructora, para a execução de um grupo de obras de um pavilhão da Escola Normal de Artes e Offícios Wenceslau Braz, cabe-me solicitar-vos reconsideração da decisão proferida, attendendo a que a proposta da Companhia Locativa e Constructora foi a mais barata, para o grupo de obras contractado, como pode ser verificado pelas propostas recebidas, cuja publicação foi feita no *Diario Official* de 29 de novembro de 1923, e das quaes envio as inclusas cópias authenticas (aviso n. 783).

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR GERAL

Dia 18 de agosto de 1924

Sr. director do Aprendizado Agrícola na Bahia:

Em referencia ao vosso officio n. 921 de 28 de junho ultimo, communico-vos que não ha necessidade de publicação de editaes para realização de concorrência administrativa conforme estabelece o Regulamento do Código de Contabilidade da União (officio n. 763).

—Sr. superintendente do Serviço de Exportação e Beneficiamento de Cereaes:

Em referencia ao vosso officio n. 20, de 10 de julho findo, solicito-vos que informeis

os motivos por que não foram declaradas as quantidades dos artigos a adquirir, na concorrência de emergência realizada para fornecimento de material de expediente e bem assim, si os preços offerrecidos não estão elevados de mais de 10 % dos preços do mercado conforme exige o art. 755 do Regulamento do Código de Contabilidade e vos foi recommendado pela circular n. 690 A de 24 de junho do corrente anno (officio n. 761).

—Sr. director da Secretaria da Junta Commercial:

Em referencia ao vosso officio n. 2.293, de 28 de junho ultimo, declaro-vos para os devidos effectos, que se torna necessario nas concurrencias administrativas de inscripção a publicação de um edital no *Diario Official* scientificando a todos os interessados, que a repartição precisa de preços para artigos do ramo do negocio que mencionar (officio n. 755).

—Sr. director da Estação Geral de Experimentação de Campos:

Em referencia ao vosso officio n. 219, de 3 de junho ultimo, solicito-vos que informeis:

a) porque foram julgados idoneos concorrentes que não apresentaram os recibos de quitação do imposto de renda;
b) qual o assumpto do officio do Museu Nacional apresentado pelos concorrentes Walter Schmidt & Comp., e que serviu para considerá-los idoneos;
c) si os preços offerrecidos não estão elevados de mais de 10 % dos preços correntes no mercado, conforme exige o art. 755 do Regulamento do Código de Contabilidade (officio n. 766).

—Sr. director da Escola Normal de Artes e Offícios Wenceslau Braz:

Em referencia ao vosso officio n. 402, de 21 de julho findo, communico-vos que o Sr. ministro resolveu autorizar-vos a proceder aos reparos urgentes de que necessita a cobertura desse edificio, por concorrência administrativa de emergência, obdecidas todas as formalidades exigidas pelo Regulamento do Código de Contabilidade, não devendo, em hypothese alguma exceder ao orçamento estimativo a que vos referistes no citado officio (officio n. 767).

Dia 22

Sr. director da Directoria Geral da Estatística:

Communico-vos, para os devidos effectos, que o Sr. ministro resolveu approvar a concorrência publica para a impressão litographica da carta censitaria do Districto Federal, realizada nesta repartição, conforme officio n. 2.687, de 18 agosto corrente, accetando a proposta dos Srs. Hartmann & Comp., de Juiz de Fora, e mandou lavrar contracto com a dita firma nos termos da minuta que inclusa vos remetto devidamente approvada (officio n. 768).

Dia 23

Sr. ministro presidente do Tribunal de Contas:

Tenho a honra de remetter-vos para o competente registro, o termo de contracto celebrado neste ministerio com Wademiro de Amorim, para servir na qualidade de electricista do Museu Nacional, conforme publicação feita no *Diario Official* de 17 do corrente (officio n. 789).

Tenho a honra de remetter-vos para o competente registro, duas copias authenticas do termo de contracto celebrado por este ministerio com o engenheiro civil

Omar Ó Grady, para a conclusão das obras da Escola de Aprendiziz Artífices do Rio Grande do Norte em Natal.

O alludido contracto acha-se publicado no *Diário Official* de 21 do corrente mez (officio n. 782).

Tenho a honra de remetter-vos para o competente registro, o termo de contracto celebrado neste ministerio com Francisco Salles Babedo Brandão, para servir na qualidade de cirurgião dentista do Patronato Agrícola Visconde de Mauá, no Estado de Minas Geraes, conforme publicação feita no *Diário Official* de 17 do corrente (officio n. 781).

Tenho a honra de remetter-vos para o competente registro, duas cópias do termo de contracto celebrado neste ministerio com José Cunha da Gamra e Abreu, para servir na qualidade de cirurgião dentista do Patronato Agrícola a Wenceslão Braz, no Estado de Minas Geraes.

O alludido contracto acha-se publicado no *Diário Official* de 15 do corrente (officio n. 777).

Tenho a honra de remetter-vos para o competente registro, o termo de contracto celebrado neste ministerio com João Maria Figueiras Moreira, para servir na qualidade de cirurgião dentista do Patronato Agrícola Casa dos Ottoni, no Estado de Minas Geraes, conforme publicação feita no *Diário Official* de 15 do corrente (officio n. 779).

Tenho a honra de remetter-vos, para o competente registro, duas cópias authenticas do termo de contracto celebrado neste ministerio com Paulo Castal, para servir como cirurgião-dentista do Patronato Agrícola Visconde da Graça, no Estado do Rio Grande do Sul.

O alludido contracto acha-se publicado no *Diário Official* de 15 do corrente (officio numero 770).

— Sr. superintendente do Serviço do Algodão:

Communico-vos, para os devidos effectos, que o Sr. ministro resolveu autorizar-vos a adquirir o material constante das relações annexas ao officio n. 1.225, de 18 do corrente mez, despesa orçada em réis 3.432\$500, aquisição que deverá ser feita a Paul J. Christoph, C., de accordo com o art. 246, letra b, do Código de Contabilidade da União (officio n. 776).

— Sr. superintendente do Serviço do Algodão:

Em referencia ao vosso officio n. 1.224, de 18 do corrente, communico-vos, para os devidos effectos, que o Sr. ministro resolveu autorizar o engenheiro-agronomo Rodolpho Alves Motta, administrador da Fazenda de Sementes de Santarém, no Estado do Pará, a proceder concurrencias administrativas para aquisição do material que se torne necessario á instalação daquelle fazenda, observadas as formalidades legais (officio n. 775).

— Sr. ministro-presidente do Tribunal de Contas:

Tenho a honra de remetter-vos para o competente registro duas cópias authenticas do termo de contracto celebrado neste ministerio com Eugenio Alexandre Poncy para servir no Jardim Botânico.

O alludido contracto acha-se publicado no *Diário Official* de 14 do corrente (officio n. 774).

Tenho a honra de remetter-vos, para o competente registro, duas cópias authenticas do termo de contracto celebrado neste ministerio com Olyntho Vieira Pereira, para

servir no Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil.

O alludido contracto acha-se publicado no *Diário Official* de 14 do corrente (officio n. 773).

Tenho a honra de remetter-vos, para o competente registro, duas cópias authenticas de cada um dos contractos celebrados neste ministerio com Oscar Rocha e Oswaldo Fettermann, para servirem na Remodelação do Ensino Profissional Technico.

Os alludidos contractos acham-se publicados no *Diário Official* de 14 do corrente (officio n. 772).

Tenho a honra de remetter-vos, para o competente registro, duas cópias authenticas do termo de contracto celebrado neste ministerio com Ladislau Conusirat de Araujo para servir na Directoria de Meteorologia.

O alludido contracto acha-se publicado no *Diário Official* de 14 do corrente (officio n. 769).

— Sr. ministro-presidente do Tribunal de Contas:

Tenho a honra de remetter-vos, para o competente registro, duas cópias authenticas do termo de contracto celebrado neste ministerio com Gil Stein Ferreira, para servir como preparador da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria.

O alludido contracto acha-se publicado no *Diário Official* de 14 do corrente (officio n. 770).

Tenho a honra de remetter-vos, para o competente registro, duas cópias authenticas de cada um dos contractos celebrados neste ministerio com Tebica de Oliveira e Luiz Domingos da Silva Marques, para servirem na Remodelação do Ensino Profissional Technico.

Os alludidos contractos acham-se publicados no *Diário Official* de 14 do corrente (officio n. 771).

Directoria Geral do Serviço de Industria Pastoral

EXPELENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 22 de agosto de 1924

Sr. ministro presidente do Tribunal de Contas:

Te ho a honra de inclusas transmittir a V. Ex., para os fins convenientes, as seguintes vias dos actos originarios de empenhos de despesas ns. 163 a 167, de 20 e 22 do corrente, feitos na verba 14^a—Serviço de Industria Pastoral, do orçamento do Ministerio da Agricultura para o actual exercicio (officio n. 2.893).

Verificando esta directoria terem sido demasadas as estimativas constantes dos empenhos ns. 4/34 e 9/39, de 18 de fevereiro ultimo, feitos a favor das Estradas de Ferro Central e No oeste do Brasil, tenho a honra de communicar a V. Ex., de accordo com o que dispõe o art. 235, § 2º do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, que foram nesta data annulladas e revertidas ao credito respectivo, as importancias de 9.000\$, no de n. 4/34, Central do Brasil, e a de 500\$, no de n. 9/39, Noroeste do Brasil (officio n. 2.894).

Rogo a V. Ex. se digne de providenciar afim de que, no Thesouro Nacional, seja paga a Estrada de Ferro Sorocabana, á conta da verba 14^a—Serviço de Industria Pastoral—Consignação—Material—Rubrica III—Diversas despesas, e sub-consignação 49º—Carretos e fretes, etc., do orçamento do Ministerio da Agricultura, para o corrente exercicio, a importancia de 8\$600, a que se referem a factura e requisição annexas, proveniente de transporte effectuado no corrente anno em proveito deste serviço.

A despesa, previamente empenhada por estimativa, foi deduzida do talão de empenho n. 5/50, de 18 de fevereiro, deste anno, na importancia de 6.000\$ (officio n. 2.895).

— Rogo a V. Ex. se digne de providenciar afim de que no Thesouro Nacional seja paga a Villas Bôas & Comp., á conta da verba 14^a—«Serviço de Industria Pastoral, Consignação «Material», rubrica II—Material de consumo, e sub-consignação 20—Artigos de expediente, etc., do orçamento do Ministerio da Agricultura, para o actual exercicio, a importancia de 2.610\$450, a que se referem a factura e pedidos numeros 49 e 51 inclusos, proveniente de fornecimentos feitos a esta directoria geral, no corrente anno, em virtude de concurrencia administrativa, previamente autorizada pelo Sr. ministro e cujo processo foi remettido a esse Tribunal com o meu officio n. 108, de 15 de maio ultimo (officio n. 2.896).

— Rogo a V. Ex. se digne de providenciar afim de que, no Thesouro Nacional seja paga a Villas Bôas & Comp., á conta da verba 14^a—«Serviço de Industria Pastoral—Consignação «Material», rubrica II Material de consumo e sub-consignação 20—Artigos de expediente, etc., do orçamento do Ministerio da Agricultura, para o actual exercicio, a importancia de 306\$800, a que se referem a factura e pedido inclusos, proveniente de fornecimentos feitos no corrente anno, em virtude da concurrencia administrativa previamente autorizada pelo Sr. ministro e cujo processo foi encaminhado a esse Tribunal com o officio n. 2.292, de 24 de junho ultimo, desta directoria geral (officio n. 2.897).

— Rogo a V. Ex. se digne de providenciar afim de que, no Thesouro Nacional seja paga a Estrada de Ferro Sorocabana, á conta da verba 14^a—«Serviço de Industria Pastoral—Consignação «Material», rubrica III—Diversas despesas e sub-consignação 48—Despesas com conducção, do orçamento do Ministerio da Agricultura, para o actual exercicio, a importancia de réis 54\$700, a que se referem a factura e requisições annexas, proveniente de passagens concedidas, no corrente anno, em proveito deste Serviço.

A despesa previamente empenhada por estimativa foi deduzida do talão n. 7/37, de 18 de fevereiro ultimo, na importancia de 750\$ (officio n. 2.898).

— Rogo a V. Ex. se digne de providenciar afim de que, no Thesouro Nacional, seja paga aos credores nomeados na relação inclusa, á conta da verba 14^a—«Serviço de Industria Pastoral—Consignação «Material», rubrica III—Diversas despesas e sub-consignação 45—Despesas de transporte, etc., do orçamento do Ministerio da Agricultura, para o corrente exercicio, a importancia de 734\$100, a que se referem as facturas e requisições annexas, proveniente de transportes de reprodutores, effectuados em abril ultimo, em proveito deste Serviço.

A despesa previamente empenhada por estimativa, foi deduzida dos talões de empenho numeros 5/8, de 18 de fevereiro deste anno, na importancia de 1.150\$ e 14/51 da mesma data, na importancia de 2.000\$000 (officio numero 2.899).

— Rogo a V. Ex. se digne de providenciar afim de que, no Thesouro Nacional, seja paga ao Instituto Oswaldo

Cruz, á conta da verba 14^a — Serviço de Industria Pastoral—Consignação «Material» — Rubrica III — Diversas despesas e sub-consignação 36 — Aquisição de productos biológicos, etc., do orçamento do Ministerio da Agricultura, para o corrente exercicio, a importância de 55:000\$ a que se referem a factura e pedido inclusos, proveniente do fornecimento de cincoenta mil doses do vacinas, feito a esta directoria geral, no corrente anno, independente de concorrência, por incidir tal material no caso da letra b do art. 246 do regulamento do Código de Contabilidade Publica (officio n. 2.900).

— Sr. director da Despesa Publica do Thesouro Nacional:

Pego-vos providencieis afim de que, no Thesouro Nacional, seja paga ao ajudante zootecnista desta directoria, Dr. Mario Telles da Silva, á conta da verba 14^a, "Serviço de Industria Pastoral", consignação "Pessoal", rubrica XXI, "Diarias e ajudas de custo", e sub-consignação 119, "Para a Directoria Geral, etc.", do orçamento do Ministerio da Agricultura, para o corrente exercicio, a importância de 2:400\$, de ajuda de custo, a que se refere a inclusa folha, que o Sr. ministro resolveu conceder por ter feito diversas viagens, no corrente anno, para diversos Estados, segundo communicou a Directoria Geral de Contabilidade do referido ministerio, em officio n. 3.687, de 18 de agosto do corrente anno (officio n. 2.888).

— Sr. director geral de Contabilidade:

Em resposta ao vosso officio n. 508, de 10 de julho ultimo, referente á remessa a essa directoria geral da conta de venda do leiloeiro encarregado de vender quatro tourinhos, nascidos na Fazenda de Santa Monica, inscriptos para a 1^a Exposição Nacional de Gado, bem como a de dous touros Red-Polled, importados, assim como do conhecimento do Thesouro, em que prove ter sido recolhido o producto do referido leilão, cabe-me dizer, de accordo com o que informou o director daquella fazenda, como se verifica dos officios cujas cópias junto remetto, que todas as providencias no sentido de vosso pedido, foram satisfeitas (officio n. 2.889).

Transmitto-vos inclusa, para os devidos fins, a 2^a via da conta de Villas Boas & Comp., na importância de réis 306\$800, proveniente de fornecimentos feitos no corrente anno (officio numero 2.901).

Transmitto-vos, para os devidos fins, a inclusa 2^a via da conta de Villas Boas & Comp., na importância de 2:610\$450, proveniente de fornecimentos feitos a esta directoria geral, no corrente anno (officio n. 2.902).

Transmitto-vos inclusa, para os devidos fins, a 2^a via da conta da Estrada de Ferro Sorocabana, na importância de 54\$700, proveniente de passagens concedidas, no corrente anno, em proveito deste serviço (officio n. 2.903).

— Remetto-vos, para os devidos fins, a inclusa 2^a via da folha de ajuda de custo, na importância de 2:400\$000, que o Sr. ministro concedeu ao ajudante zootecnista desta directoria geral, Mario Telles da Silva, conforme communicação constante do vosso officio numero

3.687, de 18 do corrente (officio n. 2.904).

— Transmitto-vos inclusas, para os devidos fins, as segundas vias das contas das Estradas de Ferro Sorocabana e Noroeste do Brasil, na importância total de 734\$100, proveniente de transportes de reprodutores effectuados em abril ultimo, em proveito deste serviço (officio n. 2.905).

— Pego as vossas providencias, afim de que seja distribuida á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado de S. Paulo, á conta do credito em ser, existente na sub-consignação 21^a, "Medicamentos, etc." — Rubrica II — "Material de consumo" — Consignação "Material", da verba deste serviço, para o corrente exercicio, a importância de 5:000\$ para compra de desinfectantes para o Posto de Desinfecção de Guayana, durante este anno (officio n. 2.906).

— Transmitto-vos inclusa, para os devidos fins, a 2^a via da conta do Instituto Oswaldo Cruz, na importância de 55:000\$, proveniente de fornecimento feito a esta directoria geral, no corrente anno (officio n. 2.907).

— Esta Directoria acaba de receber do delegado do serviço, no Estado do Rio Grande do Norte, o seguinte telegramma.

"Inspectoria Alfandega está deixando commercio infrinja disposições regulamento referente fiscalização productos origem animal."

De accordo com o que solicitou o referido delegado, peço-vos, junto do Sr. ministro da Fazenda, as necessarias providencias que no caso couberem (officio n. 2.908).

— Transmitto-vos inclusa, para os devidos fins, acompanhada da 1^a e 3^a vias do empenho da respectiva despesa, a folha para pagamento do auxilio de 500\$000, que o Sr. ministro resolveu conceder á Granja Carola, Sociedade Anonyma Agricola, Pastoral e Industrial, segundo communicação constante do vosso officio n. 3.688, de 18 do corrente, por ter construido um banheiro carrapaticida em sua fazenda, no municipio de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

A despesa foi empenhada na sub-consignação 39 — Auxilios para construção, etc., consignação «Material» Rubrica III — Diversas despesas, da verba deste serviço, para o corrente exercicio (officio n. 2.910).

— Transmitto-vos inclusa, para os devidos fins, acompanhada da 1^a e 3^a vias do empenho da respectiva despesa, a folha para pagamento do auxilio de 500\$000, que o Sr. ministro resolveu conceder aos criadores Rubens de Moraes Sallas e José C. Macedo Soares, segundo communicação constante do vosso officio n. 3.683, de 18 do corrente, por terem construido um banheiro carrapaticida em sua fazenda no municipio de Rio Claro, Estado de São Paulo.

A despesa foi empenhada na sub-consignação 39 — Auxilios para construção, etc., consignação «Material», rubrica III — Diversas despesas, da verba deste serviço, para o corrente exercicio (officio n. 2.911).

— Sr. director geral de Contabilidade:

Transmitto-vos inclusa, para os devidos fins, acompanhada da 1^a e 3^a vias do empenho da respectiva despesa, a folha para pagamento do auxilio de 500\$000, que o Sr. ministro resolveu conceder ao criador Odilon Maroja, se-

gundo communicação constante do vosso officio n. 3.682, de 18 do corrente, por ter construido um banheiro carrapaticida em sua fazenda, no municipio de Itabayana, Estado da Parahyba do Norte.

A despesa foi empenhada na sub-consignação 39 — Auxilios para construção, etc., consignação «Material», rubrica III — Diversas despesas, da verba deste serviço, para o corrente exercicio (officio n. 2.912).

— Transmitto-vos inclusa, para os devidos fins, acompanhada da 1^a e 3^a vias do empenho da respectiva despesa, a folha para pagamento do auxilio de 500\$000, que o Sr. ministro resolveu conceder ao criador Domingos Queiroz Moraes, segundo communicação constante do vosso officio n. 3.685, de 18 do corrente, por ter construido um banheiro carrapaticida em sua fazenda, no municipio de Batataes, Estado do São Paulo.

A despesa foi empenhada na sub-consignação 39 — Auxilios para construção, etc., consignação «Material», rubrica III — Diversas despesas, da verba deste serviço, para o corrente exercicio (officio n. 2.913).

— Transmitto-vos inclusa, para os devidos fins, acompanhada da primeira e terceira vias do empenho da respectiva despesa, a folha para pagamento do auxilio de 500\$, que o Sr. ministro resolveu conceder ao criador Flaviano Ribeiro, segundo communicação constante do vosso officio n. 3.684, de 18 do corrente, por ter construido um banheiro carrapaticida em sua fazenda, no municipio de Itabayana, Estado da Parahyba do Norte.

A despesa foi empenhada na sub-consignação 39, Auxilios para construção, etc., Consignação «Material», Rubrica III, Diversas despesas, da verba deste Serviço para o corrente exercicio (officio n. 2.914).

Transmitto-vos inclusa, para os devidos fins, acompanhada da primeira e terceira vias do empenho da respectiva despesa, a folha para pagamento do auxilio de 500\$, que o Sr. ministro resolveu conceder ao criador Ursulo Ribeiro, segundo communicação constante do vosso officio n. 3.686, de 18 do corrente, por ter construido um banheiro carrapaticida em sua fazenda, no municipio de Itabayana, Estado da Parahyba do Norte.

A despesa foi empenhada na sub-consignação 39, Auxilios para construção, etc., Consignação «Material», Rubrica III, Diversas despesas, da verba deste Serviço para o corrente exercicio (officio n. 2.915).

— Sr. Alfredo da Costa Moreira Filho — Delegacia do Serviço de Industria Pastoral — Victoria — Estado do Espirito Santo:

Remetto-vos, para os devidos effectos, a portaria que vos concede tres mezes de licença, para tratamento de saude, e que vos marca o prazo de quinze dias para entrar em gozo da mesma (officio n. 2.890).

— Sr. Dr. Cantidiano de Almeida, delegado do Serviço de Industria Pastoral — São Paulo:

Incluso vos remetto, para que vos manifesteis a respeito, o officio numero 2.981, de 10 de julho ultimo, da Directoria da Estrada de Ferro Central do Brasil, referente á queixa dada pelo encarregado do Posto de Desinfecção de Guayanná, Alfredo Gonçalves de Carvalho, contra o mestre de linha Aquilino

Vidal, da mesma estrada (officio numero 2.916).

— Sr. delegado do Serviço de Industria Pastoral no Estado do Piauí, Thezina:

Para que sejam preenchidas as formalidades legais, junto vos devolve o requerimento em que o auxiliar de 2ª classe Felix Pereira da Silva solicita tres mezes de licença.

A inspecção de saude só pôde ser effectuada por medicos da região militar, ou do Departamento Nacional de Saude Publica.

Além disso, a licença não pôde ser contada da data que se quer, mas de data posterior a em que fôr pago o devido sello e depois do «cumpra-se» da autoridade competente (officio n. 2.917).

— Sr. director do Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas:

Incluso vos remetto por cópia a carta em que o Sr. Pedro Moreira Porto, criador registrado, pede lhe sejam remittidos tres kilos de milho quarentão, e meio kilo de soja.

Tratando-se de assumpto affecto a esta directoria geral, peço vossas providencias nesse sentido, afim de ser o mesmo attendido (officio n. 2.918).

Incluso vos remetto, por se tratar de assumpto affecto a esse serviço, o requerimento em que o criador Fortunato Mendes Esteves pede lhe sejam mandadas sementes de arroz e mudas de batata inglesa e de laranjeiras (officio numero 2.919).

Directoria do Serviço de Povoamento

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 20 de agosto de 1924

Sr. director geral de Contabilidade do Ministerio da Guerra:

Em resposta ao vosso officio n. 3.417, de 31 de julho, cabe-me informar-vos que, para o fornecimento a que se refere a conta de Lage & Comp., na importancia de 10:272\$500, cuja segunda via acompanhou o meu officio n. 3.885, de 10 de junho, houve concorrência administrativa realizada em 28 de dezembro de 1923.

O processo da referida concorrência foi em tempo enviado ao Tribunal de Contas e o quadro comparativo das propostas a essa directoria geral com o officio n. 4.271, de 3 de julho proximo findo (officio n. 5.106).

— Sr. ministro presidente do Tribunal de Contas:

Rogo a V. Ex. se digne providenciar sobre o pagamento, pelo Thesouro Nacional e por conta da sub-consignação 29ª «Artigos de expediente», rubrica II «Material de consumo», consignação «Material», da verba 3ª, art. 174, da lei numero 4.793, de 7 de janeiro de 1924, da inclusa conta de J. G. Pereira & Comp., na importancia de 50\$, proveniente do fornecimento de artigos de expediente a esta directoria em julho proximo passado.

O processo da concorrência administrativa realizada nesta directoria em 28 de março, para o citado fornecimento, foi encaminhada a esse tribunal com o officio n. 4.010, de 23 de junho, e a segunda via do pedido n. 293, com o officio n. 4.293, de 4 de julho (officio numero 5.109).

Rogo a V. Ex. se digne providenciar sobre o pagamento, pelo Thesouro Nacional e por conta da sub-consignação 79ª «Diarias por serviços fora das respectivas sedes», rubrica VIII, «Diarias, ajudas de custo, etc.», consignação «Pessoal», da verba 3ª, art. 174 da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924, da inclusa folha na importancia de 177\$770, de diarias a que fez jus, no mez de julho, o inspector interino deste serviço no Estado de Santa Catharina, Waldemiro Léon Sales, por ter estado em serviços de inspecção durante dez dias no nucleo «Anitapolis».

Enviando a 1ª e a 2ª vias do conhecimento de serviços n. 254, cabe-me informar que nos mezes anteriores lhe foram abonadas 44 diarias (officio n. 5.110).

Dia 22

Sr. ministro presidente do Tribunal de Contas:

Rogo vos digneis providenciar sobre o pagamento, pelo Thesouro Nacional, da quantia de 750\$ ao professor primario do Aprendizado Agricola «São Luiz», no Estado do Rio Grande do Sul, Mario de Arango Góes, relativa á ajuda de custo que lhe foi concedida por haver sido transferido para o Centro Agricola Sabino Vieira, no Estado da Bahia.

A despesa foi devidamente empenhada na sub-consignação n. 70, consignação «Pessoal», rubrica VIII, «Diarias, ajudas de custo, etc.», da verba 3ª, art. 174 da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 (officio n. 5.134).

Dia 23

Sr. delegado do Serviço de Povoamento no Estado do Paraná:

Não tendo sido votada verba para pagamento do interprete-auxiliar, addico, Ricardo de Discuecia, deverá elle ser incluído no nucleo «Senador Corrêa» como diarista encarregado da administração do mesmo nucleo, percebendo a diaria de 15\$ a partir de 1 de janeiro deste anno, o que vos communico, para os devidos fins (officio n. 5.136).

Dia 25

Sr. marechal chefe de Policia do Distrito Federal:

Tenho a honra de remetter a V. Ex. a inclusa cópia de uma carta endereçada ao director do Patronato Agricola «Pereira Lima», na Estado de Minas Geraes, pelo Sr. João Gabriel Pires, pagador da Estrada de Ferro Central do Brasil, sobre a captura de um menor foragido daquelle instituto.

Considerando irregular o procedimento do referido serventuario, que deve em sua companhia, indevidamente, um menor que se achia sob a protecção e tutela do Governo, solicito de V. Ex. as necessarias providencias afim de que o mesmo preste esclarecimentos a respeito de sua acção no caso.

O menor que o Sr. João Gabriel Pires diz ter capturado, chamando-o de seu protegido e affirmando que o conduziria a esta Capital, afim de entregar á família, sua conhecida, segundo ainda declarara, foi internado no Patronato Agricola «Pereira Lima», em 22 de setembro de 1923, com a idade de 12 annos, a pedido de sua progenitora, D. Maria das Dóres Ferrão Bello (officio n. 5.143).

— Sr. delegado fiscal no Estado do Amazonas:

Communico-vos, para os fins convenientes, que, por aviso n. 88, de 24 de maio ultimo, continúa o auxiliar-agronomo do Patronato Agricola «Rio Bran-

co», deste Serviço, no Territorio do Acre, Antonio Brito de Araujo, á disposição do Governo do Estado do Espirito Santo, até 30 de novembro do corrente anno, sem direito aos vencimentos do seu cargo, na forma do artigo 56, do Regulamento approved pelo decreto n. 11.436, de 13 de janeiro de 1915 (officio n. 5.145).

— Exmo. Sr. juiz de menores do Distrito Federal:

Cabe-me levar ao conhecimento de V. Ex. que, em data de 19 do corrente, foram enviados para o Patronato Agricola «Diogo Feijó», situado em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, onde serão internados, os seguintes menores:

4. Alberto da Silva.
2. Rozendo Pereira Lemós.
3. Edio.
4. Enio.
5. Firmino José dos Remedios.
6. Washington de Azevedo.
7. Arlindo Paranhos da Silva.
8. Felisberto Fernandes.
9. Geraldo dos Santos.
10. Thomaz Gomes Vieira.
11. Djalma Porto da Silveira.
12. Irionides da Silva Guimarães.
13. Julio Pereira.
14. Paulo.
15. Pedro de Oliveira Seixas.
16. José Ferreira de Moraes.
17. Luiz Soares de Souza.
18. Lourival da Silva.
19. Alcides de Castro Teixeira.

A internação desses menores foi solicitada por esse juizo, em officios numeros 553, 574, 616, 628, 632, 654, 656, 664, 677, 719, respectivamente, de 7, 10, 11, 17, 21, 22, 24 e 28 de junho ultimo, e 738, 752, 757, 865, 900, 917 e 964, também respectivamente, de 1, 3, 4, 22, 26, 30 e 30 de julho e agosto findos (officio n. 5.147).

— Sr. director geral de Agricultura:

Em referencia ao vosso officio numero 1.320, de 6 de agosto corrente, cabe-me comunicar-vos que o Sr. Joaquim Alves de Oliveira foi nomeado economo-almoxarife do Patronato Agricola «Barão de Lucena», no Estado de Pernambuco, e não director, conforme communicastes em voso citado officio (officio n. 5.150).

De accordo com a vossa circular numero 1.547, de 6 de setembro de 1923, junto vos envio o boletim dos serviços a cargo da 3ª secção desta directoria, referentes ao mez de julho do corrente anno (officio n. 5.151).

— Exmo. Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas:

Rogo a V. Ex. se digne providenciar sobre o pagamento, pelo Thesouro Nacional e pela sub-consignação n. 56 — Roupas para dormitorio, etc., rubrica II — Material de consumo — consignação Material, da verba 3ª, art. 174, da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924, da inclusa conta de Vasco Ortigão & Comp., na importancia de 360\$000, proveniente do fornecimento de cobertores ao Patronato Agricola «Wenceslau Braz», em junho do corrente anno.

O processo da concorrência administrativa realizada nesta directoria em 18 de junho proximo passado para o fornecimento em questão, foi encaminhado a esse tribunal com o officio n. 4.847, de 31 de julho e a 2ª via do pedido nu-

n.º 376 com o officio n.º 4.186, de 28 de junho (officio n.º 5.160).

Rogo a V. Ex. se digne providenciar sobre o pagamento pelo Thesouro Nacional e pela sub-consignação n.º 67 — Accessorios e sobresalentes para as embarcações, rubrica II — Material de consumo, consignação Material da verba 3ª, art. 174 da lei n.º 4.793, de 7 de janeiro de 1924, das inclusas contas de Castro de Almeida & Comp., nas importancias de 730\$800, e 192\$, provenientes de fornecimentos de materias para as embarcações deste serviço, no corrente anno.

O processo da concorrência administrativa realizada em 19 de março, para o referido fornecimento, foi encaminhado a esse tribunal com o officio numero 4.362 de 7 de julho e a segunda via dos pedidos ns. 204 e 213, com o officio n.º 2.114 de 30 de abril (officio n.º 5.161).

Rogo a V. Ex. se digne providenciar sobre o pagamento, pelo Thesouro Nacional e pela sub-consignação n.º 22 — Mobiliario, camas, etc., rubrica I — Material permanente — consignação Material da verba 3ª, art. 174 da lei numero 4.793, de 7 de janeiro de 1924, da inclusa conta de Souza Baptista & Comp., na importancia de 1.650\$, proveniente de fornecimento de colchões ao Patronato Agricola «Barão de Lucena», no corrente anno.

O processo da concorrência administrativa realizada nesta directoria em 26 de fevereiro, para o fornecimento a que se refere aquella conta, foi encaminhado a esse tribunal com o officio n.º 4.069, de 23 de junho e a segunda via do pedido n.º 86 com o officio numero 1.712, de 2 de abril (officio numero 5.162).

Rogo a V. Ex. se digne providenciar sobre o pagamento, pelo Thesouro Nacional e pela sub-consignação n.º 66 — Lubrificantes, etc., rubrica II — Material de consumo, consignação — Material da verba 3ª, art. 174 da lei numero 4.793, de 7 de janeiro de 1924, da inclusa conta de Fonseca, Almeida & Comp., na importancia de 540\$ proveniente de fornecimento de material para lubrificação para as embarcações deste serviço, no corrente anno.

O processo da concorrência administrativa realizada nesta directoria em 19 de março, para o referido fornecimento, foi encaminhado a esse tribunal com o officio n.º 4.362, de 7 de julho e a segunda via do pedido n.º 215 com o officio n.º 2.114, de 30 de abril (officio numero 5.163).

Rogo a V. Ex. se digne providenciar sobre o pagamento, pelo Thesouro Nacional e por conta da sub-consignação n.º 33 Alimentação ao pessoal marítimo, etc., rubrica II — Material de consumo, consignação Material da verba 3ª, artigo 174 da lei n.º 4.793 de 7 de janeiro de 1924, da inclusa conta de Manoel Lourenço Ferreira, na importancia de réis 388\$800, proveniente do fornecimento de carne verde em julho ao pessoal marítimo e assalariado da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

O processo da concorrência administrativa realizada nesta directoria em 19 de abril para o referido fornecimento, foi encaminhado a esse tribunal com o officio n.º 4.187 de 28 de junho e as segunda vias dos pedidos ns. 131, 448, 467, 476 e 482, com os officios ns. 4.510, 4.719, 4.287, 4.853 e 5.010, de 16, 24, 30, 31 de julho e 12 de agosto (officio n.º 5.164).

Rogo a V. Ex. se digne providenciar sobre o pagamento, pelo Thesouro Nacional e pela sub-consignação n.º 67 — Accessorios e sobresalentes, etc., rubrica II — Material de consumo, consignação Material da verba 3ª, art. 174 da lei n.º 4.793, de 7 de janeiro de 1924, da inclusa conta de Fonseca, Almeida & Comp., na importancia de 35\$200, proveniente de fornecimento de diversos materias para as embarcações deste serviço, no mez de junho proximo findo.

O processo da concorrência administrativa realizada nesta directoria em 19 de março, para o referido fornecimento, foi encaminhado a esse tribunal com o officio n.º 4.362, de 7 de julho e a segunda via do pedido n.º 200, com o officio n.º 2.109, de 30 de abril (officio n.º 5.165).

Rogo a V. Ex. se digne providenciar sobre o pagamento pelo Thesouro Nacional e pela sub-consignação n.º 67 — Accessorios e sobresalentes, etc., rubrica II — Material de consumo — consignação Material da verba 3ª, art. 174 da lei n.º 4.793 de 7 de janeiro de 1924, da inclusa conta de O. Waehneidt & Comp., na importancia de 97\$200 proveniente de fornecimentos de diversos materias no corrente anno, para as embarcações deste serviço.

O processo da concorrência administrativa realizada nesta directoria em 19 de março proximo passado para o fornecimento a que se refere aquella conta, foi encaminhado a esse tribunal com o officio n.º 4.362, de 7 de julho e a segunda via do pedido n.º 197 com o officio n.º 2.109 de 30 de abril (officio n.º 5.166).

Rogo a V. Ex. se digne providenciar sobre o pagamento pelo Thesouro Nacional e pela sub-consignação n.º 54 — Vestuario, calçado, etc., rubrica II — Material de consumos, consignação «Material», da verba 3ª, art. 174, da lei numero 4.793, de 7 de janeiro de 1924, da inclusa conta de S. A. Casa Colombo, na importancia de 1.086\$, proveniente de calçado para o Patronato Agricola «Barão de Lucena», no corrente anno.

O processo da concorrência administrativa realizada nesta directoria, em 12 de abril proximo passado, para o fornecimento a que se refere aquella conta, foi encaminhado a esse tribunal com o officio n.º 4.462, de 10 de julho, e a 2ª via do pedido n.º 309, com o officio numero 3.665, de 28 de maio (officio numero 5.167).

Rogo a V. Ex. se digne providenciar sobre o pagamento pelo Thesouro Nacional e por conta da sub-consignação n.º 80 «Funeraes de imigrantes — Rubrica III — Diversas despesas», consignação «Material», da verba 3ª, artigo 174, da lei n.º 4.793, de 7 de janeiro de 1924, da inclusa conta de Alfredo Ramos de Oliveira, na importancia de 120\$, relativa a enterramento de imigrantes falecidos na hospedaria da Ilha das Flores, no mez de julho proximo findo.

A 2ª via do conhecimento de serviços n.º 246 foi remetida a esse tribunal com o officio n.º 4.945, de 9 do corrente.

Cabe-me informar que a despeza foi effectuada de accordo com o art. 246, letra b, do Código de Contabilidade Publica (officio n.º 5.168).

Rogo a V. Ex. se digne providenciar sobre o pagamento pelo Thesouro Nacional e pela sub-consignação n.º 23 «Trens de cozinha, etc., rubrica II — Material de consumos, consignação «Material», da verba 3ª, art. 174, da lei n.º 4.793, de 7

de janeiro de 1924, da inclusa conta de Fontes Garcia & Comp., na importancia de 124\$800, proveniente de fornecimento de diversos artigos ao Patronato Agricola «Pereira Lima», no corrente anno.

O processo da concorrência administrativa realizada nesta directoria, em 24 de abril, para o citado fornecimento, foi encaminhado a esse tribunal com o officio n.º 4.708, de 24 de julho, e a 2ª via do pedido n.º 366, com o officio n.º 4.217, de 30 de junho (officio neste Serviço, no corrente anno).

Rogo a V. Ex. se digne providenciar sobre o pagamento pelo Thesouro Nacional e pela sub-consignação n.º 67 «Accessorios, etc., rubrica II — Material de consumos», consignação «Material», da verba 3ª, art. 174, da lei n.º 4.793, de 7 de janeiro de 1924, da inclusa conta da Casa de Correção desta capital, na importancia de 45\$600, relativa a fornecimentos para as embarcações deste serviço, no corrente anno.

A 2ª via do pedido n.º 59 foi enviada a esse tribunal com o officio n.º 1.382, de 15 de março, havendo o fornecimento sido feito de accordo com o memorandum junto por cópia (officio n.º 5.170).

Cabe-me comunicar-vos, para os devidos fins, que para pagamento das despesas com o transporte de imigrantes e colonos, pela Empresa de Navegação Sul Fluminense, no corrente anno, foi feito, por estimativa, na sub-consignação n.º 98 «Transportes de imigrantes, etc., rubrica III — Diversas despesas», consignação «Material», da verba 3ª, art. 174, da lei n.º 4.793, de 7 de janeiro de 1924, o empenho da quantia de 500\$, conforme a 2ª via do conhecimento de serviços n.º 257, que ora vos remetto, para os devidos fins (officio n.º 5.171).

— Sr. director geral de Contabilidade do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio:

Cabe-me comunicar-vos, para os devidos fins, que, para pagamento das despesas com o transporte de imigrantes e colonos, pela Empresa de Navegação Sul Fluminense, no corrente anno, foi feito, por estimativa, na sub-consignação n.º 98 «Transportes de imigrantes, etc., rubrica III — Diversas despesas», consignação «Material», da verba 3ª, art. 174, da lei n.º 4.793, de 7 de janeiro de 1924, o empenho da quantia de 500\$, conforme a 3ª via do conhecimento de serviços n.º 257, que ora vos remetto, para os devidos fins (officio n.º 5.172).

Na forma regulamentar, junto remetto-vos cópia autentica do termo de verificação da morte de um pertencente ao Centro Agricola David Caldas, occorrido em outubro de 1923, cujas formalidades exigidas em officio vosso, n.º 182, de 11 de março do corrente anno, o administrador do referido centro, acaba de satisfazer-as (officio n.º 4.177).

Cabe-me remetter-vos, para os devidos fins, cópia do officio do director do Patronato Agricola «Anitapolis», em Santa Catharina, acompanhada de uma relação dos funcionarios mensalistas que tem direito ao augmento provisório do art. 150, da lei n.º 4.555, de 10 de agosto de 1922 relativo ao exercicio de 1923, (officio n.º 5.188).

Cabe-me remetter-vos, para os devidos fins, o quadro comparativo das propostas apresentadas em concorrência administrativa realizada nesta directoria em 19 de maio do corrente anno, para o fornecimento de machinas, instrumentos

materiaes agrícolas para os Patronatos Agrícolas (officio n. 5.191).

Cabe-me remetter-vos, para os devidos fins, o quadro comparativo das propostas apresentadas em concorrência administrativa realizada nesta directoria em 10 de junho do corrente anno, para o fornecimento de medicamentos e utensilios necessarios a pharmacia e gabinetes medicos da Hospedaria de Immigrantes da Ilha das Flores (officio n. 5.192).

— Sr. director-secretario do Tribunal de Contas:

Cabe-me remetter-vos, para os devidos fins, o incluso processo relativo á concorrência administrativa realizada em 19 de maio do corrente anno, para o fornecimento de machinas, instrumentos e materiaes agrícolas para os Patronatos Agrícolas (officio 5.193).

Cabe-me remetter-vos, para os devidos fins, o incluso processo relativo á concorrência administrativa realizada nesta directoria em 10 de junho do corrente anno para o fornecimento de medicamentos e utensilios necessarios a pharmacia e gabinetes medicos da Hospedaria de Immigrantes da Ilha das Flores (officio n. 5.194).

Directoria de Meteorologia

INSTITUTO CENTRAL

Expediente dos dias 22 e 23 de agosto de 1924

Ao director geral de Contabilidade, em additamento aos officios ns. 3.849, de 6 de junho, 4.811, de 8 de julho ultimos e 5.594, de 4 deste mez, informando relativamente ao assumpto dos mesmos, etc., etc. (officio n. 6.085).

— Ao ministro-presidente do Tribunal de Contas, remettendo a 2ª via do conhecimento de empenho n. 24, effectuada por esta repartição, a favor da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, para despezas do corrente exercicio, sendo a correspondente importancia devidamente deduzida da sub-consignação respectiva (officio n. 6.086).

— Ao observador da estação de Campos Novos, em resposta aos vossos officios numeros 11 e 12, respectivamente, de 2 de julho e 2 de agosto ultimos, communico-vos que o pagamento das vossas gratificações regulamentares no corrente exercicio, devo soffrer o desconto de 6% de sellos de nomeação sobre o augmento de réis 12\$500 que foi concedido definitivamente. Nas terceiras vias das folhas de pagamento de janeiro a abril, que enviastes a esta directoria não consta tal desconto, que deve ser effectuado, e importa em 87\$3 mensalmente, conforme foi recommendado na circular G 24, de 20 de março. Portanto, nas futuras folhas de pagamento deve ser isso observado. Quanto ás importancias que declarastes ter recebido, naturalmente foram as mesmas deduzidas do referido ponto de nomeação e de alguma commissão que porventura seja cobrada pelo vosso procurador, o qual melhor vos poderá informar a respeito (officio n. 6.088).

— Ao delegado fiscal do Thesouro em S. Paulo:

Não tendo o observador da estação climatologica da 3ª classe de Piquete, recebido a gratificação provisória de que trata o art. 262 da lei orga-

mentaria vigente, referente ao mez de julho ultimo, tenho a honra de solicitar vossas providencias para que a Collectoria Federal em Lorena seja autorizada a realizar tal pagamento, visto haver o Ministerio da Fazenda resolvido que o mesmo continuasse a ser atendida ao segundo semestre do corrente anno, á razão de 75%. A ulterior deliberação (officio n. 6.091).

— Ao observador da estação de Piquete, respondendo o officio numero 46, de 21 do corrente e informando ter, nesta data, solicitado da Delegacia Fiscal do Thesouro, em São Paulo, providencias para que a Collectoria Federal em Lorena effectue o pagamento das gratificações extraordinarias provisórias do mez de julho em diante (officio n. 6.095).

Telegrammas:

Ao observador da estação de Propriá, respondendo ao telegramma de 20 e informando ter recebido requerimentos pedindo certidões pagamento sellos nomeação, etc., etc.

— Ao observador da estação de Caxias, respondendo ao despacho do dia 21 e informando que gratificação segundo semestre continua ser a indicada na circular G 24, até ulterior deliberação.

Superintendencia do Abastecimento

EXPEDIENTE DO SR. SUPERINTENDENTE

Dia 4 de agosto de 1924

Sr. director da Receita Publica.

Restituo-vos, junto a este, o processo n. 20.210, do corrente anno, relativo ao requerimento em que o agente fiscal do imposto de consumo, Sr. Dr. João Firmino Corrêa de Araújo, solicita lhe seja entregue a quota-parte que entende caber-lhe na multa imposta pelo Commissariado da Alimentação Publica á firma Hermano Barcellos.

O processo, tambem a este incluso, e constituido pelo auto de infracção numero 847, de 14 de maio de 1919, do extincto Commissariado, esclarece, cabalmente, tudo quanto diz respeito á multa de 10:000\$, effectivamente paga pela firma Hermano Barcellos, pelos motivos expostos em dous despachos do então Commissario, Sr. Dr. L. R. Vieira Souto, e dos quaes a citada firma não recorreu em tempo util.

Das minutas de officios expedidos pelo Commissariado no anno de 1919 e em janeiro de 1920 constam as dos officios dirigidos ao Sr. ministro da Agricultura, em 31 de março, 22 de outubro e 17 de novembro, todos de 1919, sob ns. 1.078, 1.812 e 1.924, e a do officio n. 2.123, em 15 de janeiro de 1920, communicando o recolhimento á Directoria Geral de Contabilidade do mesmo ministerio das importancias de 50:000\$, 80:000\$, 40:000\$ e 40:000\$, respectivamente, e que perfazem o total de réis 210:000\$, estando incluída nessa somma a importancia concernente á multa em apreço.

Finalmente, cumpre-me informar-vos que não me parece caber ao requerente qualquer quota-parte dessa multa, pois os serviços de fiscalização de stocks e de tabellas de preços maximos, de controle da exportação, e outros, executados pelo Commissariado, tinham o caracter de uma medida de ordem publica, evitando abusos por parte do

commercio, e não collimavam o objectivo de renda.

Taes encargos assemelham-se aos dos fiscaes das estradas do ferro, do porto, de empresas de navegação, de companhias que operam em accidente do trabalho, e outros, cujas multas, porventura, impostas, tem o caracter de medida penal, repressiva, e não — renda — propriamente dita, conforme succede com os guardas aduaneiros, os fiscaes do imposto de consumo, etc., que impedem seja fraudado o fisco, e, portanto, defendem os interesses do Thesouro, cabendo-lhes uma quota da multa, *ex-vi* de expressas autorizações da lei (officio n. 560).

— Sr. director geral de Contabilidade do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio:

Remetto-vos, para os devidos fins, o incluso boletim de renda arrecadada no mez de julho ultimo (officio n. 559).

Dia 6

Exmo. Sr. ministro.

Em referencia aos requerimentos, em que diversas firmas commerciaes desta praça, e das do Recife, Bahia e Santos, solicitam isenção de direitos aduaneiros para generos importados ou a serem importados nos termos do decreto numero 16.524, de 1 de julho proximo findo, cumpre-me propor a V. Ex. com o intuito de prevenir, o mais possivel, quaesquer abusos, que taes concessões fiquem condicionadas ás seguintes regras:

1.ª Terão a faculdade de importar generos alimenticios somente as firmas commerciaes que já negociam nesses artigos, exigindo a Superintendencia do Abastecimento os documentos que, para esse fim, entender necessarios.

2.ª A mercadoria, para que possa gozar da isenção a que se refere o decreto n. 16.524, de 1 de julho do corrente anno, deverá ser embarcada até 30 de agosto fluente.

(Nota — Já se tendo decorrido mais de 30 dias da data da expedição do decreto acima alludido, não haverá tempo sufficiente para que os generos de procedência europeia ou norte-americana cheguem ao Rio até o fim deste mez).

3.ª Os documentos relativos á mercadoria importada serão sujeitos ao exame e visto da Superintendencia do Abastecimento, antes do desembarque por parte das alfandegas, ficando os respectivos inspectores autorizados pelo Ministerio da Fazenda a attender ás communicações, que, nesse sentido, lhes forem endereçados pela mesma Superintendencia.

4.ª As firmas importadoras obrigam-se, sujeitando-se ás penalidades previstas nas disposições legais vigentes, a importar generos de primeira qualidade, a juizo da Superintendencia do Abastecimento, e a vendel-os, directamente, aos varejistas, por preços que não excedam aos seguintes, sem modificação alguma das praxas commerciaes, actualmente, em uso:

Arroz, kilo, mil réis	1\$000
Banha, kilo tres mil e duzentos réis	3\$200
Batatas, kilo, quatrocentos réis	\$400
Feijão, kilo, novecentos réis	\$900
Xarque, kilo, dous mil e trescentos réis	2\$300
Milho, kilo, quatrocentos réis ...	\$400

5.º As mercadorias que já estiverem nos portos e aquellas que já houverem embarcado ficam sujeitas ao mesmo regime.

6.º Os generos alimentícios serão entregues, de preferença, á Superintendencia do Abastecimento, caso seja isso preciso, pelos preços que forem ajustados, em face das facturas commerciaes e sem ultrapassar os preços acima estabelecidos.

7.º Os generos importados deverão ser dados a consumo, por intermedio das casas de varejo, dentro do prazo maximo de 30 dias, a contar da data do respectivo desembarque por parte das alfândegas.

8.º A Superintendencia do Abastecimento tomará as providencias necessarias para a mais rigorosa fiscalização das presentes instruções.

Julgo que, subordinadas as isenções de direitos ás cautelas acima estipuladas, serão obidos sem duvida, os beneficos efeitos visados, com tal medida, pelo Governo Federal, e evitados os possiveis abusos e explorações, estabelecendo-se, por outro lado, um systema uniforme e automatico para a prompta solução dos ultiores pedidos (officio n.º 567).

Sr. ministro:

A Companhia Armour do Brasil communicou a esta Superintendencia que o respectivo frigorifico, em Sant'Anna do Livramento, está prompto para iniciar a matança de suínos, dependendo, apenas, esse trabalho, do transporte, para aquella localidade, do gado suíno adquirido no interior do paiz.

Levando essa informação ao conhecimento de V. Ex., transmitto, outrossim, o pedido formulado pela mesma empresa no sentido de V. Ex. se dignar de obter do Ministerio da Viagem as necessarias providencias quanto ao fornecimento de vações para o referido transporte (officio n.º 568).

— Sr. presidente e demais directores da Liga do Commercio do Rio de Janeiro — Rua do Rosario n.º 162, 4.º.

Tenho a honra de accusar o recebimento de vosso officio, pelo qual vos distastes de participar-me a vossa eleição para o biennio de 1924-1926.

Agradecendo, penhorado, a gentileza dessa communicação, cumpre-me felicitar-vos por tão honrosa investidura, e reiterar sinceros votos pela crescente prosperidade de tão representativa e conceituada associação (officio numero 569).

Dia 7

Sr. Libanio da Rocha Naz, director do Matadouro de Santa Cruz:

Transmittindo-vos, por cópia inclusa, a reclamação dirigida á esta Superintendencia pelo Sr. S. Setti, relativamente ao agougue de emergencia da praça dos Arcos, peço vos digneis de tomal-a na consideração de que fôr merecedora (officio n.º 583).

Dia 8

Sr. director da Companhia Cantareira e Vição Fluminense:

Devido á exiguidade do stock de assucar nesta Capital, peço-vos, de ordem do Governo, providencias immediatas no sentido de ser transportado, com a maxima urgencia, para esta Capital, todo o assucar para aqui destinado e em deposito em Niteroy (officio n.º 589).

— Sr. Dr. Raul Benito, M. D. consultor juridico do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio:

Do Sr. Dr. Carlos de Olyntho Braga, 3.º procurador da Republica, recebeu esta superintendencia o seguinte officio sob n.º 510, de 4 do corrente:

"Para os devidos fins, communico a V. S. que o Dr. juiz federal da 2.ª Vara baixou hoje a cartorio os autos de interdito prohibitorio requerido pela Companhia Mineira de Lacteos contra a União Federal, com o seguinte despacho:

"Prosiga-se nos termos do art. 772 da Consolidação das Leis do Processo Civil, approvada pela resolução de 28 de dezembro de 1876. Districto Federal, 2 de agosto de 1924."

Em face do despacho supra, tenho a honra de consultar-vos si esta superintendencia poderá exigir da companhia mantida pelo citado interdito o cumprimento da resolução n.º 29, de 7 de junho do corrente anno, fixando os preços maximos para a venda do leite fresco nesta capital, e publicada no *Diario Official* de 13 do mesmo mez e anno officio n.º 590).

— Sr. Dr. João Alves da Silva Curcio, M. D. prefeito municipal de São José dos Campos:

Em referencia ao vosso tão delicado officio n.º 61, de 4 do corrente, cumpre-me agradecer-vos as honrosas expressões, delle constantes, sobre o concurso desta superintendencia para o aproveitamento de generos a essa cidade, durante o mez proximo findo, bem como a captivante maneira por que sempre vos dirigistes a este departamento, o qual, durante o citado periodo, não fez mais do que cumprir o seu dever, pondo em execução, com maxima soliteude, as ordens do Governo Federal (officio numero 591).

— Sr. director tecnico da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro:

Tendo conveniencia em ser promovida a venda, por modico preço, de peixe salgado, ou bacalhão brasileiro, ou pirarucu, nas feiras-livres desta capital, venho consultar-vos sobre a possibilidade dessa empresa estabelecer um frete minimo para o referido genero, procedente de Manaus, mediante cuidadosa fiscalização, por parte deste departamento, quanto á exclusividade da venda do artigo, assim favorecido, nos mercados livres (officio n.º 592).

Dia 8

Sr. Consul geral dos Estados Unidos da America:

Satisfazendo, com prazer, o pedido constante de vossa carta de 8 do corrente, remetto-vos, junto a este, dois exemplares dos relatorios desta superintendencia, existentes em folhetos, os quaes são relativos aos annos de 1920 e 1922, não tendo sido publicado o concernente ao anno de 1921.

Brevemente, farei o agradavel encargo de vos dirigir o ultimo relatório desta superintendencia, e que está sendo impresso.

Reitero-vos, os protestos de elevada estima e distincta consideração. (officio n.º 593).

— Sr. director-gerente da The Leopoldina Railway Company, Limited:

Accusando o recebimento de vosso officio n.º D. G. 621,22, de 4 do corrente, cumpre-me agradecer-vos a soliteude com que expedistes ao representante dessa companhia em Campos, as instruções relativas ao transporte do assucar, de accordo com o meu telegramma de 26 de julho ultimo.

Quanto á ultima parte do citado officio, informo-vos que o Sr. João Lopes Franco continúa como representante desta superintendencia naquella municipalidade (officio n.º 594).

TRIBUNAL DE CONTAS

EX-OFICIO DO SR. MINISTRO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO

Dia 20 de agosto de 1924

Sr. ministro da Agricultura, Industria e Commercio:

N.º 1.697 — Cabe-me communicar-vos, para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o vosso aviso n.º 2.592, de 22 de maio ultimo, solicitando seja feito a Sylvio Pacheco de Oliveira, auxiliar, interino, do Serviço de Informaçoes, o adiantamento de 1.286\$900, para attender a despesas com a impressão e brochura de 2.000 exemplares do trabalho intitulado «A Cultura do Coqueiro», bem como do Boletim desse ministerio, nos mezes de maio, junho e julho, resolveu, em sessão de 6 do corrente, recusar registro ao referido adiantamento, visto ter o responsavel dous adiantamentos anteriores dependendo de comprovação.

N.º 1.698 — Cabe-me communicar-vos, para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presentes os vossos avisos ns. 1.477 e 3.118, de 25 de março e 5 de julho ultimos, referente ao adiantamento de 55\$, ao porteiro do Serviço Geologico e Mineralogico, Arnaldo da Rocha Miranda, para despesas das sub-consignações 35 — Clarretos etc. — e 39 — Lavagens etc. — da verba 7.ª — Consignação Material, rubrica III. — Diversas despesas — a Directoria etc. — do orçamento, visto desse ministerio, resolveu, em sessão de 6 do corrente, recusar registro ao alludido adiantamento, por não terem sido ainda julgados os adiantamentos anteriores, feitos ao dito porteiro.

N.º 1.699 — Cabe-me communicar-vos, para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o vosso aviso n.º 3.423, de 31 de julho proximo findo, solicitando reconsideração do despacho, proferido em sessão de 4 do citado mez, que recusou registro, em vista do art. VI do Código de Contabilidade, ao adiantamento de 30.000\$, ao engenheiro desse ministerio, senhor João Moreira Maciel, para attender a despesas com as obras de installação dessa secretaria de Estado, no Palacio dos Estados da Exposição Commemorativa do Centenario da Independencia do Brasil, resolveu, em sessão de 8 do corrente, manter a sua decisão anterior.

Sr. ministro da Justiça e Negócios Interiores:

N. 1.700. — Para que este Tribunal possa resolver a respeito do aviso desse ministério n. 935, de 28 de maio último, solicitando seja paga a Henrique Draga & Comp., a quantia de 3338, proveniente de fornecimentos feitos em março passado, à Inspectoria de Prophylaxia da Lepra e Doenças Venéreas, rogo a V. Ex. de acordo com o despacho proferido em sessão de 16 do corrente, se digno de providenciar no sentido de ser informado a este Tribunal o numero da concorrência administrativa em virtude da qual foi feito o alludido fornecimento.

Reitero a V. Ex. meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

N. 1.701. — Cabe-me comunicar a V. Ex. para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o aviso desse ministério n. 977, de 9 de junho último, solicitando seja entregue a Carmen Ferreira de Araújo, secretaria stenographica do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, o adiantamento da quantia de 1.500\$, para cobrir as despesas de prompto pagamento do referido Serviço, durante o terceiro trimestre do anno actual, resolveu, em sessão de 6 do corrente, recusar registro ao alludido adiantamento, porque a mesma funcionaria continha a figura no livro "Contas correntes" deste Tribunal, como responsável por dois adiantamentos anteriormente recebidos.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

N. 1.702. — Cabe-me comunicar a V. Ex. para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o aviso desse ministério n. 2.283-C, de 9 de junho último, solicitando seja distribuída a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Geraes, por conta da consignação "Orphanato" do Santo Antonio do Oura Preto, do n. 37, do art. 2.º da lei do orçamento do anno proximo passado, a quantia de 5.000\$, para pagamento da subvenção que compete a essa instituição referente ao anno de 1923, de conformidade com o incluso requerimento, resolveu, em sessão de 6 do corrente, recusar registro a despesa por pertencer ao exercício de 1923, já encerrado.

Reitero a V. Ex. meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sr. ministro da Guerra:

N. 1.703. — Cabe-me comunicar a V. Ex. para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o aviso n. 139, de 26 de julho findo, solicitando seja distribuída a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Ceará, por conta da veta 14 "Obras militares", "Materiaes", do actual orçamento, desse ministério, a quantia de réis 325.895, para attender ao pagamento das despesas com a installação de parafusos no paiol de pólvora na cidade de Fortaleza, capital daquelle Estado, resolveu, em sessão de 6 do corrente, recusar registro a alludida distribuição, por não ter sido declarado no citado aviso se foi feita a competente anuellação na Direcção de Contabilidade desse ministério, conforme exige o art. 102, § 9.º, n. 10, do decreto municipal n. 15.770, de 1 de novembro de 1922.

Sr. ministro da Marinha:

N. 1.704. — Assumpção: Registro do contrato.

Cabe-me comunicar a V. Ex. para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o aviso desse ministério n. 3.309, de 7 deste mez, enviando os documentos referentes ao contrato celebrado em 8 de julho proximo findo, entre a Capitania dos Portos do Estado do Rio Grande do Norte e Manoel Alves da Silva, para arrendamento de predio de sua propriedade, na cidade de Macau, no referido Estado, para a installação da agencia da Capitania do Porto daquelle Estado, na citada localidade, resolveu, em sessão de 13 do corrente, ordenar o registro do alludido contrato.

Exm. Sr. ministro da Fazenda:

N. 1.705. — Affim de attender o pedido da delegação deste Tribunal no Estado de Sergipe, rogo a V. Ex. se digno de tomar as necessárias providencias no sentido de serem postos a disposição daquelle delegação, um capataz e um marinheiro ou remador da Alfandega daquelle Estado, para attenderem ao serviço de assinar e condução de papeis do expediente da mesma delegação.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Dia 21

Exm. Sr. ministro da Justiça e Negócios Interiores:

N. 1.706. — Cabe-me comunicar a V. Ex. para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o aviso desse ministério n. 993, de 10 de junho último, solicitando seja entregue ao portador da Directoria dos Serviços Sanitários Terrestres, Alair de Araújo Oliveira, o adiantamento da quantia de réis 400.000, para ocorrer as despesas de prompto pagamento da referida directoria, durante o terceiro trimestre do anno actual, resolveu, em sessão de 8 do corrente, recusar registro ao alludido adiantamento porque o funcionario citado figura no livro "contas correntes" deste mesmo tribunal como responsável por dois adiantamentos anteriormente recebidos.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

N. 1.707. — Cabe-me comunicar a V. Ex. para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o aviso desse ministério n. 1.308, de 8 de agosto corrente, enviando a copia do decreto n. 16.542, de 7 deste mez, que abre o credito extraordinario de 200.000\$000, para attender as despesas decorrentes do serviço de combate aos surtos epidemicos de impaludismo, que irromperam em varios portos do Estado do Amazonas, resolveu, em sessão de hontem, ordenar o registro do alludido credito.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Exm. Sr. presidente da Câmara dos Deputados:

N. 1.708. — De conformidade com o paragrafo 1.º do art. 80 do Código de Contabilidade e do art. 94 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, levo ao conhecimento do Congresso Nacional que pelo decreto n. 16.542, de 7 deste mez, foi aberto ao Ministerio da

Justiça e Negócios Interiores o credito extraordinario de 200.000\$000, para attender as despesas decorrentes do serviço de combate aos surtos epidemicos de impaludismo, que irromperam em varios portos do Estado do Amazonas, tendo este tribunal resolvido, em sessão de hontem, ordenar o registro do alludido credito, por despacho proferido no aviso daquelle ministério n. 1.308, de 8 de agosto corrente.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Exm. Sr. presidente do Senado Federal:

N. 1.709. — De conformidade com o paragrafo 1.º do art. 80 do Código de Contabilidade e do art. 94 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, levo ao conhecimento do Congresso Nacional que, pelo decreto n. 16.542, de 7 deste mez, foi aberto ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito extraordinario de 200.000\$, para attender as despesas decorrentes do serviço de combate aos surtos epidemicos de impaludismo, que irromperam em varios portos do Estado do Amazonas, tendo este tribunal resolvido, em sessão de hontem, ordenar o registro do alludido credito, por despacho proferido no aviso daquelle ministério n. 1.328, de 8 de agosto corrente.

Reitero a V. Ex. meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sr. ministro da Justiça e Negócios Interiores:

N. 1.710. — Cabe-me comunicar a V. Ex. para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o aviso desse ministério n. 3.035 C, de 7 deste mez, pedindo a vista das razoes e documentos apresentados, reconsideração do despacho proferido em sessão de 6 do junho ultimo, que recusou registro ao contrato celebrado em 12 de maio anterior com João Vidal & Comp., para o fornecimento e collocação de armações e grades de madeira no Juizo do Alistamento Eleitoral desta capital, resolveu, em sessão de 18 do corrente, reconsiderar a sua decisão anterior e ordenar o registro do alludido contracto.

Reitero a V. Ex. meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sr. ministro da Viação e Obras Publicas:

N. 1.711. — Cabe-me comunicar a V. Ex. para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o aviso desse ministério n. 1.690, de 1 deste mez, solicitando reconsideração do despacho deste Tribunal, em sessão de 18 de julho proximo findo, que recusou registro ao adiantamento de 3.000\$, ao ajudante de porteiro dessa Secretaria do Estado, Salustiano Alves Coelho, para despesas de materiaes para os serviços de limpeza e hygiene do edificio, despesas mudas, etc., lavagem de casa e de toalhas, carritos, conduções, etc., resolveu, em sessão de 8 do corrente, manter a sua decisão anterior.

Reitero a V. Ex. meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

N. 1.712. — Cabe-me comunicar a V. Ex. para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o aviso desse ministério n. 1.686, de 1 deste

mez, solicitando o registro do adiantamento de 4508 ao official da Inspectoria Geral de Illuminação, Alfredo da Rocha Moreira, para attender ás despesas mensuaes e de prompto pagamento da mesma repartição, durante o 3º trimestre do anno actual, resolveu, em sessão de 8 do corrente, recusar registro ao alludido adiantamento, por não haver sido ainda julgado o processo de comprovação do adiantamento feito ao funcionario a quem se trata, em 1923.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de elevada estima e distincta consideração.

N. 1.713 — Cabe-me communicar a V. Ex., para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o aviso desse ministerio n. 1.782, de 9 deste mez, enviando a cópia do contracto celebrado em 29 de julho ultimo, entre a Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro e o Sr. Augusto Baptista Ferreira, para o arrendamento do predio onde funciona a agencia postal de Parahyba do Sul, no mesmo Estado, resolveu, em sessão de 18 do corrente, ordenar o registro do alludido contracto.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de elevada estima e distincta consideração.

N. 1.711 — Cabe-me communicar a V. Ex., para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o aviso desse ministerio n. 1.784, de 11 deste mez, com a cópia do contracto celebrado em 4 de julho ultimo, entre a Administração dos Correios de São Paulo e o Sr. Salvador Brisolla Netto, para o arrendamento do predio onde funciona a agencia postal de Itapetininga, no mesmo Estado, resolveu, em sessão de 18 do corrente, ordenar o registro do alludido contracto.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de elevada estima e distincta consideração.

— Sr. ministro da Agricultura, Industria e Commercio:

N. 1.715 — Cabe-me communicar-vos, para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o aviso desse ministerio n. 363, de 8 de abril ultimo, e o officio da Directoria de Contabilidade do Thesouro Nacional, de 31 de março anterior, o primeiro pedindo reconsideração do despacho de 21 do dito mez de março, proferido no aviso numero 208, de 26 de fevereiro, pelo qual foi recusado registro ao pagamento de 12.622\$662, proveniente de fornecimentos feitos ao Posto Zootecnico Federal de Pinheiro, no anno proximo passado, por Miguel José Auchitta, Dias Garcia & Comp., Barcellos & Comp., e Fernandes Moreira & Comp., correndo a despesa por conta da respectiva renda, e o segundo declarando que a renda daquelle posto, recolhida ao Thesouro Nacional, relativa aos mezes de janeiro a dezembro do anno findo, foi de 57.628\$250, resolveu, em sessão de 6 do corrente, recusar registro aquella despesa, por pertencer ao exercicio de 1923, já encerrado.

— Exmo. Sr. ministro Dr. Joaquim Leonel de Rezende Filho:

N. 1.716 — Communico a V. Ex. que nesta data reassumo o exercicio do cargo de presidente do Tribunal de Contas do qual me achava afastado, em gozo de licença.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de elevada estima e distincta consideração.

— Do presidente do Tribunal de Contas ao Sr. ministro da Marinha:

Cabe-me communicar a V. Ex., para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o aviso desse ministerio n. 3.182, de 2 deste mez, pedindo, à vista dos incluzos documentos e das razões apresentadas, reconsideração do despacho proferido em sessão de 10 de junho ultimo, que negou registro ao contracto celebrado em 23 de maio anterior, com Wilson Sons & Co., Limited, para o serviço de estiva de carvão desse ministerio, resolveu, em sessão de 18 do corrente, reconsiderar a sua decisão anterior, e ordenar o registro do alludido contracto.

N. 1.718 — Cabe-me communicar a V. Ex., para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o aviso desse ministerio n. 5.259, de 8 deste mez, enviando a cópia do contracto celebrado em 29 de julho ultimo com Robert Povlet, para servir nesse ministerio, como instructor do atletismo, resolveu, em sessão de 18 do corrente, ordenar o registro do alludido contracto.

Dia 22

Sr. ministro da Fazenda:

N. 1.719 — Por officio n. 1.083, de 9 de maio do corrente ano, solicitei de V. Ex. a nomeação de um bacharel ou doutor em direito para exercer interinamente o cargo de segundo representante do Ministerio Publico, visto acharem-se em comissão do Governo o segundo representante Dr. Octavio Tanquinho e seu adjunto Dr. Alvaro Werneck, e haver tomado assento na Camara dos Deputados o primeiro representante Dr. Aurelino Leal.

Ao reassumir agora o exercicio da presidencia, verifiquei que estão informados e dependentes apenas do parecer do segundo representante, para final julgamento, 405 processos de tomadas de contas e comprovação de adiantamentos.

Pareceu-me conveniente trazer o facto ao conhecimento do Governo.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de elevada estima e distincta consideração.

— Sr. ministro da Justiça e Negocios Interiores:

N. 1.720 — Para que este Tribunal possa resolver a respeito dos avisos desse ministerio ns. 2.405 e 2.747, de 16 de junho e 19 de julho ultimos, remetendo as relações que acompanham o presente officio, das dividas do exercicio de 1923, desse mesmo ministerio, que terão de ser liquidadas nos termos do art. 78 da lei n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922, rogo a V. Ex., de accordo com o despacho proferido em sessão de 18 do corrente, se digne de presidenciar no sentido de serem enviados a este Tribunal os processos referentes ás mesmas dividas, com todos os esclarecimentos necessarios ao exame determinado pelo citado art. 78.

Reitero a V. Ex. meus protestos de elevada estima e distincta consideração.

— Sr. ministro da Marinha:

N. 1.721 — Em resposta ao aviso desse ministerio n. 3.248, deste mez, prestando esclarecimentos eslavivamente ao empenho n. 2, de 25 de outubro do anno findo, cuja devolução foi solicitada pelo aviso n. 2.431, de 6 de maio ultimo, cabe-me devolver a V. Ex., juntamente com o presente officio, não somente a primeira via do alludido documento, que veio annexo ao citado aviso n. 2.431, como tambem a respectiva segunda via, que se achava archivada neste Tribunal.

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR-SECRETARIO

Dia 21 de agosto de 1924

Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Norte:

N. 1.849 — Cabe-me communicar-vos, para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o officio n. 130, de 5 deste mez, do Sr. representante do Ministerio Publico, enviando o exemplar do *Diario Official* de 25 de julho proximo findo, em que foi publicado o accordo celebrado em 8 do mesmo mez de julho, entre essa delegacia e a Sociedade Anonyma Empreza Força e Luz e Melhoramentos do Mossoró, para a cobrança do imposto de consumo de energia electrica, resolveu, em sessão de 11 do corrente, ordenar o registro do alludido accordo.

— Sr. contador geral da Contadoria Central da Republica:

N. 1.850 — Transmittindo-vos incluzo cópia do decreto n. 16.512, de 7 deste mez, que abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 200.000\$, para attender ás despesas decorrentes do serviço de combate aos surtos epidemicos do impalidismo, que irromperam em varios pontos do Estado do Amazonas, cabo-me communicar-vos, para os fins convenientes, que este Tribunal, por despacho exarado no aviso daquelle ministerio n. 1.308, de 8 de agosto corrente, resolveu, em sessão de hontem, registrar o alludido credito.

Dia 22

Sr. director da Despesa Publica:

N. 1.851 — De conformidade com o despacho deste Tribunal proferido em sessão de 18 do corrente, sobre o aviso de Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio n. 3.084, de 4 de julho ultimo, solicitando que, independentemente do registro previo deste Tribunal, na forma do art. 78 da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, revogado pelo art. 178 da lei n. 4.583, de 7 de janeiro deste anno, seja paga adiantadamente, de accordo com o numero 4 do art. 18, das instruções approvadas pelo decreto n. 15.774, de 6 de novembro de 1922, a primeira mensalidade de 2.40, a que tem direito o agronomo Raul Drummond Gonçalves, por ter sido designado para aperfeicoar conhecimentos technicos no estrangeiro, correndo a despesa por conta do art. 177 da lei n. 4.793, de 7 de janeiro ultimo, verba 2ª — Consignação 1 — Auxilios para aperfeicoamento, etc., sub-consignação 1 — Para manutenção, etc., quota ouro, cabo-me remetter-vos, incluzo, o respectivo processo, afim de ser cumpriada a ordem de pagamento.

N. 1.852 — Cabe-me communicar-vos, para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o requerimento em que Theodemiro Magalhães Ludell, auxiliar meteorologista de 2ª classe da Directoria de Meteorologia, solicita, à vista das razões que apresenta, relevação da multa de 1 % ao mez que lhe foi imposta por este Tribunal, sob o fundamento de não haver comprovado, dentro do prazo regulamentar de 90 dias, o adiantamento de 7.000\$, que lhe foi feito em virtude do aviso do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

N. 1.405, de 30 de julho do anno proximo passado, resolveu em sessão de 8 do corrente, rejeitar a alludida multa, de que vos dei conhecimento pelo officio desta secretaria n. 801, de 21 de março ultimo.

Sr. director da Contabilidade do Thesouro Nacional: — Cabe-me comunicar-vos, para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o requerimento em que Theodmino Magalhães Ludolf, auxiliar meteorologista da 2.ª classe da Directoria de Meteorologia, solicita a vista das razões que apresenta para a multa de 1 % ao mez que lhe foi imposta por este Tribunal, sob o fundamento de não haver comprovado, dentro do prazo regulamentar de 60 dias, o adiantamento de 7.000\$ que lhe foi feito em virtude do aviso do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, n. 4.105, de 30 de julho do anno proximo passado, resolveu, em sessão de 8 do corrente, rejeitar a alludida multa, de que vos dei conhecimento pelo officio desta secretaria, n. 802, de 21 de março ultimo.

Sr. director da Directoria de Meteorologia: — Cabe-me comunicar-vos, para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o requerimento em que Theodmino Magalhães Ludolf, auxiliar meteorologista da 2.ª classe dessa directoria, solicita a vista das razões que apresenta para a multa de 15 % ao mez que lhe foi imposta por este Tribunal, sob o fundamento de não haver comprovado, dentro do prazo regulamentar de 60 dias, o adiantamento de 7.000\$ que lhe foi feito em virtude do aviso do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, n. 4.105, de 30 de julho do anno proximo passado, resolveu, em sessão de 8 do corrente, rejeitar a alludida multa, de que vos dei conhecimento pelo officio desta secretaria, n. 803, de 21 de março ultimo.

Di 23

Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado de São Paulo: —

N. 1.855 — Communico-vos, para os fins convenientes, que este Tribunal, por accordo em sessão de 9 de abril do corrente anno, proferido no processo de tomada de contas de José Fernandes da Costa Guimarães, ex-collector das rendas federaes em São José do Rio Preto, neste Estado, referentes ao periodo de 1.º de outubro de 1902 a 31 de maio de 1913, resolveu mandar expedir quitação ao exactor e autorizar a baixa da fiança do valor de 3.700\$, prestada para garantia da sua responsabilidade e constituída por tres apolices de 1.000\$ cada uma, da divida publica, uniformizada de numeros 352.815/17 e 700\$ em moeda corrente, tudo da sua propriedade e caucionada nessa delegação fiscal.

N. 1.856 — Communico-vos, para os fins convenientes, que este Tribunal, por accordo em sessão de 11 de maio do corrente anno, proferido no processo de tomada de contas de D. Assumpta Rinaldi, ex-agente do Correio de Guarulhos, neste Estado, referente ao periodo de 28 de agosto de 1913 a 16 de julho de 1922, resolveu mandar expedir quitação ao exactor e autorizar a baixa da fiança

do valor de 360\$, prestada para garantia da sua responsabilidade e constituída pela caderneta da Caixa Economica Federal n. 83.813, de propriedade do Sr. Nicolino Rinaldi, caucionada nessa delegação fiscal.

Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Rio de Janeiro: —

N. 1.857 — Communico-vos, para os devidos fins, que este Tribunal, por accordo em sessão de 11 de abril de 1923, proferido no processo de tomada de contas de Joaquim Fleury Curado, ex-agente do Correio de Corumbá, neste Estado, referente ao periodo de 9 de dezembro de 1909 a 16 de janeiro de 1916, resolveu mandar expedir quitação ao exactor e autorizar a baixa da respectiva fiança, constituída pela caderneta da Caixa Economica n. 5.379, no valor de 600\$, de sua propriedade, caucionada nessa delegação fiscal, para garantia da sua responsabilidade.

Sr. director da Despesa Publica: —

N. 1.858 — Communico-vos, para os devidos fins, que, por portaria de 12 de agosto, do Sr. ministro presidente, foi concedida ao 1.º escriptuario deste Tribunal, Macharel Henrique Esteves, licença de seis mezes, partilhamento de sub-saude, na forma do art. 17 do decreto n. 14.663, de 14 de fevereiro de 1921.

Sr. chefe interno da delegação do Tribunal de Contas na Estrada do Porto Central do Brasil: —

N. 1.859 — Communico-vos, para os devidos fins, que, por portaria de 12 de agosto, do Sr. ministro presidente, foi concedida ao 1.º escriptuario deste Tribunal, Macharel Henrique Esteves, licença de seis mezes, partilhamento de sub-saude, na forma do art. 17 do decreto n. 14.663, de 14 de fevereiro de 1921.

Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado de Pernambuco: —

N. 1.861 — Communico-vos, para os devidos fins, que este Tribunal, por accordo em sessão de 9 de abril do corrente anno, proferido no processo de tomada de contas de D. Eugénia Candida de Lemos, ex-agente do Correio de Apipucos, neste Estado, referentes ao periodo de 1.º de março de 1921 a 26 de janeiro de 1922, resolveu mandar expedir quitação ao exactor e autorizar a baixa da fiança, constituída pela caderneta da Caixa Economica n. 49.179, no valor de 360\$, de sua propriedade, caucionada nessa delegação fiscal, para garantia da sua responsabilidade.

Sr. chefe da Delegação do Tribunal de Contas no Espirito Santo: —

N. 1.862 — De conformidade com o despacho deste Tribunal, proferido em sessão de 1.º do corrente sobre o vosso telegramma de 29 de junho ultimo, consultando si em face da decisão deste Tribunal do 9 de maio anterior, relativa a uma consulta da delegação em Minas Geraes, deverá ficar isento do exame prévio da delegação o expediente de pagamentos que correm por conta de créditos distribuídos a Thesouraria dos Officios desse Estado, ou si a decisão alludida deverá ser apenas applicada às thesourarias no interior dos Estados, ficando em vigor o paragrafo unico do art. 15 das Instruções para o ser-

vico das delegações baixadas pela portaria n. 10, de 3 de janeiro de 1923, cabendo declarar-vos, para os fins convenientes, que a dita decisão do Tribunal de 9 de maio revoga o estado dispositivo das Instruções, limitando a acção das delegações, no que concerne ao exame prévio do ordenamento de pagamentos, ao expediente referentes aos créditos distribuídos as delegações fiscaes, em cujas dependencias funcionam as delegações.

Sr. chefe da delegação do Tribunal de Contas no Ceará: —

N. 1.863 — Devolvendo-vos, inclusos, para a devida declaração de haver sido effectivamente prestado o serviço, o conhecimento do empenho n. 127, e a respectiva folha, encaminhados pelo vosso officio n. 29, de 20 de junho ultimo, cabe-me declarar-vos que, de accordo com a decisão deste Tribunal, em sessão de 28 de abril do corrente anno, a despesa deverá ser liquidada na forma do § 2.º do art. 75, do Código de Contabilidade da União, sendo assim necessarias as plicções dos respectivos credores.

Sr. director da Despesa Publica do Thesouro Nacional: —

N. 1.864 — Cabe-me comunicar-vos, para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o incluso processo relativo ao segundo escriptuario da Alfandega de Porto Alegre, David Cunha, da quantia de 651\$500, proveniente de gratificação, por haver substituído em fevereiro ultimo o inspector effectivo da Alfandega de Pelotas, que está a disposição do Ministerio da Fazenda, resolveu, em sessão de 1 do corrente, arrear o registro a despesa, não somente por impropriedade de classificação na verba 30 «Substituições», mas também porque para o pagamento de gratificação devida ao inspector da Alfandega de Pelotas, em exercicio, já findo, distribuído o credito necessario, a conta da verba propria «18 Alfandegas».

Sr. director do Instituto de Chimica: —

N. 1.865 — Para que este Tribunal possa resolver a respeito do vosso officio n. 566, de 22 de julho findo, solicitando seja paga a Moreno Bordado & Comb., a quantia de 120\$, a que se referem os inclusos documentos, provenientes de fornecimentos de livros a essa repartição, no mesmo mez, cabe-me, de accordo com o despacho proferido em sessão de 3 do corrente, solicitar-vos seja esta mesma Tribunal informada si a firma alludida é a unica fornecedora dos livros adquiridos.

Sr. director geral do Contabilidade do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio: —

N. 1.866 — Cabe-me comunicar-vos, para os fins convenientes, que este Tribunal, tendo presente o vosso officio n. 745, de 9 deste mez, enviando a cópia do contracto celebrado em 30 de julho ultimo, entre esse ministerio e o agronomo Oclavio Gonçalves Peres, para servir como director da Estação Experimental do Algodão no Estado da Bahia o superintender os serviços do Algodão no mesmo Estado, resolveu, em sessão de 13 do corrente mez, ordenar o registro do alludido contracto.

Sr. director da Escola Normal de Artes e Officinas Veneslau Braz: —

N. 1.867 — Cabe-me comunicar-vos, para os fins convenientes, que este tribu-

Comp. (South America), Ltd., do forneci-
mento de gasolina a preços especiais

N. 441, de 7-7-924, aos Srs. A. de Caldas Filho, de aluguel de casa, no mez de junho.

N. 442, de 5-4-924, 144\$, a Almeida & Rigueira, do fornecimento de ferragens.

N. 448, de 8-7-924, 145\$, a Passos Carvalho & Comp., de fornecimento de ferragens.

N. 451, da mesma data, 334\$, aos mesmos, de fornecimento de kerosene.

N. 487, da mesma data, 350\$, a I. A. de Caldas Filho, de aluguel de casa, no mez de julho ultimo.

Ministerio da Guerra:

Enfermaria do Hospital de Cacapava—Officio n. 141, de 27-6-924, 120\$, ao tenente Edmundo Pelayo de Noronha, de indenizacao de despesas com o enterriamento de duas praças.

Ministerio da Agricultura:

Fazenda Modelo de Criação de Urubity, Estado de Goyaz, officios ns. 131, de 15-5-924, 1:313\$500, a Carneiro & Camara, do fornecimento diversos.

N. 132, da mesma data, 625\$, aos mesmos, idem.

N. 143, de 27-5-924, 500\$, aos mesmos, idem.

N. 146, da mesma data, 141\$, aos mesmos, idem.

N. 148, de 28-5-924, 1:011\$, aos mesmos, idem.

N. 148, da mesma data, 1:770\$, aos mesmos, idem.

N. 158, de 2-6-924, 811\$50, aos mesmos, idem.

N. 153, da mesma data, 253\$, aos mesmos, idem.

N. 155, da mesma data, 1:111\$, aos mesmos, idem.

N. 156, da mesma data, 208\$, aos mesmos, idem.

N. 161, de 6-6-924, 490\$, aos mesmos, idem.

N. 181, de 21-6-924, 400\$, a Honorato de Faria, do fornecimento de um muar.

N. 133, de 7-924, 507\$500, a José Pedro Thomé, do fornecimento de cereaes e outros artigos.

Estação Experimental de Algodão de Piracicaba:

Officio n. 115, de 15 de junho de 1924—b. 235\$, a Esmeraldo Müller, do fornecimento de gasolina e oleo.

Ministerio da Viação e Obras Publicas:

Administração dos Correios de S. Paulo:

Officio n. 137 C, de 3 de julho de 1924—102\$83, a Estrada de Ferro Central do Brasil, de transportes.

N. 143 C, de 7 de agosto de 1924—51\$700, a mesma, idem.

Inspeccão Federal de Portos, Rios e Canaes, Fiscalização do Porto de Santos:

Officio n. 168, de 1 de julho de 1924—41\$58, a Augusto Domingos Martins, de diarias do junho ultimo.

N. 183, de 4 de agosto de 1924—418\$50, ao mesmo, de diarias do mez de julho ultimo.

N. 184, da mesma data—310\$, a A. Frommel, de aluguel de casa, do mez de julho ultimo.

Processos encaminhados pela Delegacia Fiscal neste Estado:

Pagamentos de:

8:373\$332, a Faculdade de Direito de São Paulo, de quotas de subvenção relativas aos mezes de março e abril ultimos.

8:373\$332, a mesma, idem, relativas aos mezes de maio e junho ultimos.

5:055\$, a Companhia Paulista de Papeis e Artes Graphicas, de fornecimento de material de expediente a Delegacia Fiscal.

744\$900, a Nagel, Salles & Rocha, do fornecimento de material de expediente a Delegação do Tribunal de Contas, neste Estado.

708, a João Alves Marques, escrivão da Collectoria Federal de Arceas, de juros de sua fiança.

61\$250, a Nicolau Juliao Cardoso, ex-escrivão da Collectoria Federal de Bodefeira, de juros de sua fiança.

542\$202, ouro, a Lion & Comp., de restituição de direitos aduaneiros.

454\$530, papel, a Lion & Comp., de restituição de direitos aduaneiros.

55\$221, ouro, a J. Aron & Comp., de restituição de direitos aduaneiros.

45\$333, papel, a J. Aron & Comp., de restituição de direitos aduaneiros.

Adeantamentos:

De 393\$, ao 1º tenente José Ferrugem de Mello Mattos, de quantitativo para fardamento do sargento-ajudante (officio n. 32) de 18 de agosto de 1923, do commando da 2ª brigada de artilharia).

De 13:785\$, ao engenheiro-geologo contratado Antonio Rodrigues Vieira Junior, para despesas com sondagens de petroleo, no 3º trimestre do corrente anno (officio n. 7 de 16 de agosto de 1924, da Directoria do Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil).

Concurrencias mandadas archivar.

Concurrencias administrativas permanentes para o fornecimento de material necessário a Alfandega de Santos, durante o exercicio corrente.

Tomada de contas:

Contas distribuidas para serem tomadas de accordo com o art. 922 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica:

João Francisco da Silva Portillo, ex-thesoureiro da delegacia fiscal neste Estado, nos exercicios de 1922 e 1923. Distribuida ao Sr. delegado Homero Dutra.

Joaquim Augusto Salles, ex-collector da 4ª collectoria desta Capital, nos exercicios de 1921 e 1922. Distribuida ao Sr. delegado A. Madruga.

Anafete Salles, collectore da 4ª collectoria desta Capital, nos mezes de novembro e dezembro de 1922. Distribuida ao Sr. delegado A. Madruga.

Felippe Marcuret, ex-collector de Redempção, nos exercicios de 1913 e 1916. Distribuida ao Sr. delegado Cunha Valle.

Hermogenes da Silva Machado, ex-collector de Araçatiguama, no exercicio de 1921. Distribuida ao Sr. delegado Cunha Valle.

Octavio Coelho, de Oliveira, pagador da delegacia fiscal, neste Estado. Distribuida ao Sr. 2º escripturario da delegacia fiscal José Telles de Almeida.

Emygdio Fernandes de Oliveira Madruga, ex-collector de S. Vicente, nos exercicios de 1921 e 1922, distribuida ao Sr. 3º escripturario da delegacia fiscal Anadyr Dias de Carvalho.

Antonio Joaquim Machado, thesoureiro da delegacia fiscal neste Estado, nos exercicios de 1907 a 1922, distribuida ao Sr. delegado A. Wanderley.

Horacio Pires de Castro, ex-collector de S. Carlos do Pinhal, nos exercicios de 1903 a 1921, distribuida ao Sr. official aduaneiro extinto, com exercicio na delegacia fiscal Benedicto Ottoni Martins.

José Lishôa de Barros, escrivão da Collectoria de Araçatiguama, no exercicio de 1921, distribuida ao Sr. delegado Cunha Valle.

Eloy de Barros Pimentel Junior, ex-collector de Boa Esperança, nos exercicios de

1921 e 1922, distribuida ao Sr. 3º escripturario da delegacia fiscal Anadyr Dias de Carvalho.

Cosmo Grecco, ex-collector de Leme, no periodo de agosto da 1916 a fevereiro de 1920, distribuida ao Sr. 4º escripturario da delegacia fiscal Hygino Gonçalves de Sant'Anna.

Exercicio de 1924:

Portaria n. 2, de 24 de junho de 1924, designando o Sr. delegado A. Wanderley, para proceder a tomada de contas mensal do pagador da delegacia fiscal neste Estado, Octavio Coelho de Oliveira, mediante o exame dos documentos que acompanham os balanços remetidos pela mesma delegacia.

Portaria n. 3, de 19 de agosto de 1924, designando o Sr. delegado A. Madruga, para proceder a tomada de contas mensal do thesoureiro da delegacia fiscal neste Estado, Joaquim Antonio Machado, mediante o exame dos documentos que acompanham os balanços remetidos pela mesma delegacia.

Delegação do Tribunal de Contas no Estado do Paraná

Decisões singulares

EXPEDIENTE DO CHEFE DA DELEGAÇÃO

Dia 11 de agosto de 1924

Vistos em 2ª vias de empenhos de despesas:

Ministerio da Agricultura—Administração do Nucleo Cruz Machado—ns. 17, 18, 19 e 20 de 17 de julho de 1924; pagamento das importancias respectivas de 3:771\$, 401\$200, 998\$50 e 2:151\$, provenientes de alimentação a imigrantes, dos Srs. João Pedro Riesenber e Miguel Gruber, a conta da verba 3ª, sub-consignação n. 44.

Idem—Nucleo Candido de Abreu—n. 3 de 1 agosto de 1924; a conta da verba 3ª, sub-consignação 45 dos Srs. Danielewicz & Comp. e José Haue Junior & Comp., pagamento do um lavatorio de ferro completo e de diversos fornecimentos, das importancias respectivas de 75\$ e 1:492\$000.

Ministerio da Justiça—Sub-inspectorio de Saude dos Portos do Paraná—n. 16 de 1 de agosto, de 24, dos Srs. Alberto Veiga & Comp., de alguns fornecimentos na importancia de 129\$, a conta da verba 21.

Ordens de pagamento registradas:

Ministerio da Agricultura—Directoria da Escola Federal de Aprendizes Artífices—officio n. 1:533 de 8 de agosto de 1924, remettendo para os devidos fins a inclusa conta, na importancia de 106\$500, proveniente de fornecimento de energia e luz electrica, no mez de julho findo, pedindo ser a referida importancia paga a South Brazilian Railway Company Ltd., a conta da verba 6ª.

Idem—Delegacia do Serviço de Industria Pastoral—officio ns. 343, 357, 347 e 351 de 1, 4, 5 e 7 de agosto de 1924; remettendo a 1ª via da conta da Estrada de Ferro S. Paulo Rio Grande, dos Srs. Gastão Chaves & Comp., João Hoffman & Comp. e F. Maiz & Irmão, provenientes de aluguel de casa, de transporte do material da compra de um apparellho telephonico e de aluguel de casa onde funciona o Posto de Assistência Veterinaria em Ponta Grossa, nos mezes de junho e julho ultimos, nas importancias respectivas de 19\$000, 300\$, 300\$ e 285\$, a conta da verba 1ª, titulo II, consignação III, sub-consignações ns. 49, 33 e 35.

Idem—Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas—Inspeccão do 15º districto—Officio ns. 551, 553 e 555 de 6 de agosto de 1924; pedindo pagamento a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande:

das importancias respectivas de 384.100, 845.700 e 155, provenientes de passagens, transportes e telegrammas passados, durante o mez de junho proximo passado, a conta da verba V, consignação Material III, sub-consignação 25, 17 e 18.

Dia 12

Visto em segunda via de empenho de despesa:

Ministerio da Agricultura — Nucleo colonial «Candido de Abreu», ns. 2, 3 e 4 de 5 de julho de 1924; pagamento das importancias respectivas de 175.400, 935, 245 e 485, dos Srs. Francisco Hauer & Filhos, José Hauer Junior & Comp., e Max Roesner & Filhos Ltd., a conta da verba 3, sub-consignação ns. 14 e 43.

Dia 19

Ordens de pagamento registradas: — Processo encaminhado pela Delegacia Fiscal neste Estado — N. 9.727 de 12 de agosto de 1924; pedindo pagamento da importância de 855.700, de luz, durante o mez de julho ultimo, da South Brazilian Railway Company Limited.

Auditoria da 9ª Circumscrição Judiciaria Militar — Officio n. 1016 de 21 de julho de 1924; solicitando pagamento da condução do official de justiça, referente ao mez de julho ultimo, na importância de 25.000.

Vistos em segundas vias de empenhos de despesas:

Ministerio da Agricultura — Nucleo «Candido de Abreu» — Ns. 1 e 2 de 5 de julho de 1924; pagamento das importancias de 3005 e 4925, provenientes de 12 mobílias austriacas com nove peças, seis camas de ferro com colchão e travesseiros e dois filtros de duas velas, pelos Srs. José Hauer Junior & Comp., e Wendler & Comp., a conta da verba 3.

Vistos em segundas vias de empenhos de despesas:

Ministerio da Agricultura — Administração do nucleo Cruz Machado — Ns. 21, 22, 27 e 28, de 22 de julho 1 de agosto de 1924; pagamento das importancias respectivas de 745.250, 1.050, 485 e 405, provenientes de diversos fornecimentos, pelos Srs. José Hauer Junior & Comp., e Max Roesner & Filhos Comp. Ltd., a conta da verba 3, sub-consignação 43, 14 e 15.

Idem — Estação Experimental de Trigo em Ponta Grossa — N. 6 de 2 de agosto de 1924; pagamento da importância de 6.3865, proveniente de material fornecido pelos Srs. João Hoffman & Comp., a conta da verba 16, sub-consignação n. 14.

Idem — Nucleo «Candido de Abreu» — Ns. 2, 12, 13 e 14, de 5 e 15 de julho de 1924; pagamento das importancias respectivas de 6.096.530, 1.1005, 4.2615 e 1.6145, provenientes de diversos fornecimentos pelos Srs. João Douski, Francisco Hauer & Comp., José Hauer Junior & Comp., e Wendler & Comp., a conta da verba 3, sub-consignação n. 51.

Idem — Escola de Aprendizes Artífices — N. 4, de 23 de julho de 1924; pagamento da importância de 3305, proveniente de fornecimento de material de consumo, feito pelo Sr. Pedro Moro Redeschi, a conta da verba 6, consignação 2 e sub-consignação n. 13.

Ordens de pagamento registradas:

Idem — Delegacia do Serviço de Industria Pastoral — Officio n. 367 de 11 de agosto de 1924; remetendo a 1ª via da conta da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, proveniente de passagens fornecidas a Inspectoria de Leite e Derivados, no mez de junho ultimo, na importância de 35.890, a conta da verba 14, titulo 144 Material — Consignação III e sub-consignação n. 48.

Delegacia do Serviço de Povoamento — Officio n. 981, de 9 de agosto de 1924; pe-

dindo pagamento aos Srs. Max Roesner & Filhos Ltd., da importância de 147.500, proveniente de objectos de expediente fornecidos ao nucleo «Ivahi», a conta da verba 3, titulo II e sub-consignação n. 43.

Sub-Inspectoria de Saude dos Portos do Estado do Paraná — Officios ns. 151 e 155 de 5 de agosto de 1924, solicitando providencias no sentido de serem pagas pela alfandega local as importancias respectivas de 1945 e 1195, ao Sr. Frederico Ressetti, proveniente de diversas mercadorias e de fornecimento de combustivel, no mez de julho do corrente, a conta da verba 21.

Idem, idem, n. 152 de 5 de agosto de 1924, solicitando providencias no sentido de ser paga pela alfandega local, a importância de 2005, ao Sr. Manoel Nunes Barralco, proveniente do aluguel do predio, durante o mez de julho do corrente anno, a conta da verba 21.

Delegacia do Serviço de Povoamento — Officios ns. 962 e 979 de 6 e 9 de agosto de 1924, pedindo pagamento aos Srs. João Douski e Max Roesner & Filhos Ltd., das importancias respectivas de 6.096.501 e 1215, proveniente de objectos de expediente fornecidos aos nucleos Apucarana e de construção de um barracão de madeira feito no nucleo Cand. do de Abreu, durante o mez de junho ultimo, a conta da verba 3, titulo I e II e sub-consignações ns. 15 e 43.

Ministerio da Agricultura — Directoria da Escola Federal de Aprendizes Artífices — Officio n. 1.552 de 4 de agosto de 1924, remetendo a inclusa conta na importância de 3305, proveniente de fornecimento de combustivel a officina de serralheiro, pedindo ser a referida importância paga a Ped. o Moro Redeschi, a conta da verba 6.

Idem — Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas — Inspectoria Agricola do 15º Distrito — Officio n. 556 de 12 de agosto de 1924, pedindo pagamento aos Srs. Max Roesner & Filhos Ltd., da quantia de 6355, importância da inclusa conta de artigos de expediente fornecidos a esta inspectoria, durante o mez de agosto, a conta da verba V, consignação Material III, sub-consignação n. 8.

Delegacia do Serviço de Povoamento — Officio n. 980 de 9 de agosto de 1924, pedindo pagamento aos Srs. Max Roesner & Filhos Ltd., da importância de 27.500, proveniente de objectos de expediente fornecidos ao nucleo Vera Guarany, referente ao mez de junho ultimo, a conta da verba 3, titulo II e sub-consignação 43.

Sub-Inspectoria de Saude de Portos do Estado do Paraná — Pagamento na importância de 1295, a Alberto Veiga & Comp.

Delegação do Tribunal de Contas no Estado de Minas Geraes

ACTA N. 48 — SESSÃO REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1924

Presidencia do Dr. Waldemiro de Sá Rego Oliveira, chefe da delegação

Presentes os delegados Dr. Julio Eloy Alvim Pessoa, Heitor Ferreira Pimenta, Dr. Fernando Barbosa Gonçalves Penna e Pedro Ramos Ferreira, servindo este de secretario, foi aberta a sessão.

Relatados pelo delegado Dr. Julio Eloy Alvim Pessoa:

Ministerio da Viação:

Officio n. 287, de 19 de julho de 1924, da delegacia fiscal, encaminhando os processos de comprovação de adiantamentos ao escripturario pagador do 23º distrito Telegraphico, Pedro Frederico Gelly, em virtude das requisições ns. 3 e 19, de 3 de abril ultimo e ns. 4 e 20, de 8 de maio do corrente anno, registrados nesta delegacia

em 2 e 10 de maio citados, nas importancias, respectivamente, de 43.135 e 43.365.000.

Resolveu-se julgar boa e legal a applicação do adiantamento e ordenou-se a baixa na responsabilidade do funcionario em questão, com a anulação do saldo recolhido.

Relatados pelo delegado Fernando Barbosa Gonçalves Penna:

Ministerio da Agricultura:

Officio n. 767, da Estação Sericicola de Barbacena, encaminhando os documentos de empenhos ns. 2, 3, 4 e 29, de serviços prestados a mesma repartição.

Recusou-se o «Visto» aos empenhos de ns. 3 e 4, por impropriedade de classificação, quanto ao de n. 29, concedeu-se o «Visto» O de n. 2 já havia anteriormente visado.

Ministerio da Justiça:

Officio n. 103, de 9 de agosto do corrente anno, da Faculdade de Medicina de Bello Horizonte, solicitando o pagamento de 50.0005, 1ª parte da subvenção do corrente anno. — Recusou-se registro às despesas, por não constar do processo que tenha sido aprovado o balancete de que trata o art. 265 da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1921 (organamento da despesa para o corrente anno).

Ministerio da Fazenda:

Officio n. 532, de 16 de agosto do corrente anno, da Delegacia Fiscal, encaminhando o processo de comprovação do adiantamento feito ao chefe desta delegação, Dr. Waldemiro de Sá Rego Oliveira, na importância de 7205, em virtude do officio n. 302, de 5 de julho do corrente anno, para despesas miúdas, de prompto pagamento etc. — Resolveu-se julgar boa e legal a applicação do adiantamento, dando-se baixa na responsabilidade.

Relatados pelo delegado Pedro Ramos Ferreira:

Ministerio da Agricultura:

Officio n. 357, de 12 de julho do corrente anno, do Aprendizado Agrícola de Barbacena, apresentando o processo de comprovação do adiantamento de 30.0005, feito ao escripturario do aprendizado Alberto de Araujo Cesar, em virtude do officio n. 222, de 19 de abril do corrente anno. — Julgou-se boa e legal a applicação do adiantamento, dando-se baixa na responsabilidade do funcionario em questão, com a anulação do saldo recolhido.

Officio n. 515, de 9 de agosto de 1924, da delegacia fiscal neste Estado, encaminhando o processo de comprovação do adiantamento de 6.1005, feito ao director da Escola Permanente de Lactínicos de Barbacena, neste Estado, Manoel Victor Galvão, em virtude do officio n. 95, de 22 de julho findo da referida Escola. — Julgou-se boa e legal a applicação do adiantamento e ordenou-se a baixa na responsabilidade do funcionario, annullando o saldo recolhido.

Officios ns. 945 e 948, de 1 de agosto do corrente anno, da Inspectoria Agricola do 18º Distrito, pedindo pagamento das importancias de 130.700 e 22.700 a The Leopoldina Railway Company Limited, de passagens e transportes de cargas. — Recusou-se registro às despesas, porque parte das mesmas se refere ao exercicio de 1923, já encerrado.

Ministerio da Justiça:

Officio n. 81, de 26 de junho findo, do Inst. to Ezequiel Dias (filial), pedindo pagamento da importância de 3085 a Pharmacia Americana, desta Capital, proveniente de fornecimento de productos chimicos e drogas feito ao referido instituto. — Deu-se vista do processo ao delegado Heitor Ferreira Pimenta.

No momento de ser relatado o processo de comprovação do adiantamento feito ao

chefe da delegação Dr. Waldemiro de Sá, tendo a favor do José do Nascimento Rego Oliveira, este passou a presidência ao Sr. Costa.

Delegado Dr. Julio Eloy Alvim-Pessoa. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. presidente deu por findos os trabalhos e declarou encerrada a sessão.

Ordens de pagamentos mandadas registrar pelo chefe da delegação:

Pagamento de 723.300 a José de Magalhães, de fornecimentos feitos à Inspectoria Agrícola do 18º Distrito.

Idem a Cordeiro dos Santos & Comp., na importância de 322.530, requisitado pelo Ofício n. 179, de 23 de julho de 1924, da Estação Sericícola de Barbacena.

Idem a Cordeiro dos Santos & Comp., na importância de 3.793.330, requisitado pelo Ofício n. 333, do Aprendizado Agrícola de Barbacena.

Ofício n. 321, de 4 de agosto de 1924, da Escola de Minas de Ouro Preto, requisitando o pagamento da importância de 65.600, a favor dos Telegrafos Nacionais.

Ofício n. 321, de 11 de agosto de 1924, do 2º Distrito Telegraphico, requisitando o pagamento da importância de 1.209, a favor de Plínio da Mota Machado.

Ofício n. 83, de 9 de julho de 1924, da Escola de Aprendizes Artífices de Minas, requisitando o pagamento da importância de 1.354.132, a favor da Caixa de Mutualidade da referida escola.

Pagamento ao Dr. Hugo Werneck, de reis 500.000.

Ofício n. 213, de 13 de agosto de 1924, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, requisitando o adiantamento da importância de 200.000\$, ao Dr. Lauro Paulo de Oliveira.

Ofício n. 939, de 16 de agosto de 1924, da Escola de Sericícola de Barbacena, requisitando o pagamento da importância de 11.900, a favor da Estrada de Ferro Santa Catharina.

Ofício n. 335, de 20 de junho de 1924, do Patronato Agrícola Pereira Lima, requisitando o pagamento da importância de reis 657.550, a favor de Paulo de Azevedo & Comp.

Idem n. 402, de 22 de julho de 1924, do Patronato Agrícola Pereira Lima, requisitando o pagamento da importância de 1.169.970, a favor de Cardoso, Corrêa & Comp.

Ofício n. 440, de 23 de julho de 1924, do Patronato Agrícola Pereira Lima, requisitando o pagamento da importância de 319.250, a favor de Souza, Ferreira Pinto & Comp.

Idem ns. 394, 398, 400, 401 e 403, de 21 de julho de 1924, do Patronato Agrícola Pereira Lima, requisitando os pagamentos das importâncias de 205, 675.619, 22.600, 1175 e 5.068\$ a Henrique Braga & Comp., Jeremias Luiz de Moura, Domingos & Meira, Comp. Brasileira de Electricidade e Alfinio França.

Idem n. 89, de 30 de julho de 1924, da Escola de Aprendizes Artífices de Minas, requisitando o pagamento da importância de 96.510, a favor da Companhia de Electricidade e Viação Urbana de Minas Geraes.

Pagamento de 150\$ a Lourival Bretas, por serviços prestados à Delegacia Fiscal.

Ofício n. 920, de 30 de julho de 1924, da chefia da 7ª Circumscrição de Recrutamento Militar, requisitando o pagamento da importância de 43.500, a favor da Companhia de Electricidade de Minas Geraes.

Idem n. 211, de 26 de julho de 1924, do Patronato Agrícola Casa dos Ottoni, requisitando o pagamento da importância de 270\$, a favor do Asilo de Nossa Senhora da Conceição.

Idem ns. 354, 360, de 10 e 12 de julho de 1924, do Patronato Agrícola Casa dos Ottoni, requisitando o pagamento da impor-

tância de ... a favor do José do Nascimento Costa.

Pagamento feito à Casa Pratt, de fornecimentos feitos à Delegacia Fiscal, R\$ 8.000.

Ofício n. 139, de 19 de julho de 1924, do Instituto Ezequiel Dias, requisitando o pagamento da importância de 249\$, a favor de Velloso & Comp.

Idem n. 21, da Estação de Monta de Bello Horizonte, requisitando o pagamento da importância de 80\$ a favor de João Varques.

Idem n. 20, e 27, de 4 de agosto de 1924, da Estação de Monta de Bello Horizonte, requisitando o pagamento da importância de 27.600 a favor de Cardoso, Corrêa & Comp.

Pagamento de 230.430 a favor da Companhia de Electricidade de Bello Horizonte de fornecimento de luz à Delegacia Fiscal.

Idem de 500\$ a favor de Oliveira Costa & Comp. de fornecimento feito à mesma delegacia.

Ofício n. 387, de 4 de agosto de 1924, do Aprendizado Agrícola de Barbacena, requisitando pagamento da importância de 186.530 a favor de A. Gama & Comp.

Ofício n. 356, de 5 de julho de 1924, do Patronato Agrícola Wenceslau Braz, requisitando o pagamento da importância de 784.300 a favor de José Fernandes Branco.

Idem n. 400, de 4 de agosto de 1924, do mesmo Patronato, requisitando o pagamento da importância de 792\$ a favor do Senhor

Idem n. 323, de 21 de maio de 1924, do mesmo Patronato, requisitando o pagamento da importância de 1.170\$ a favor de Manoel Queiroz de Paiva.

Idem n. 855, de 4 de junho de 1924, da Inspectoria Agrícola do 18º distrito, requisitando o pagamento da importância de 140\$ a favor de José de Magalhães.

Idem n. 959, de 1 de julho de 1924, da mesma Inspectoria, requisitando o pagamento da importância de 1.649.900 a favor de Leonço, Cardoso & Comp.

Delegação do Tribunal de Contas no Estado da Bahia

ACTA N. 29 — SESSÃO ORDINÁRIA EM 23 DE JULHO DE 1924

Presidência do Sr. Octaviano de Menezes Bastos, secretário, o Sr. Firmino Joaquim Pires Leal.

Aos vinte e tres dias do mez de julho de 1924, no local e hora do costume, presentes todos os membros desta delegação, foi aberta a sessão.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, passou-se á ordem dos trabalhos ordinarios, sendo relatados os seguintes processos:

Pe o Sr. delegado Eduardo M. Lima: Ministerio da Agricultura; Inspectoria Agrícola do 11º distrito:

Ofício n. 257, de 14 de junho findo, sobre pagamento na importância de 280.984 à Companhia Ferro Viária Este Brasileiro. — A delegação resolveu recusar registro á despesa, pelos seguintes fundamentos:

a) não ter sido previamente empenhada;
b) havarem os funcionarios aos quaes aproveitaram as passagens, a que referem-se os documentos n. 8, 25 e 42, viajado a serviço publico, acompanhados de pessoas de familia, á conta do Governo, o que não é regular.

Ofício n. 208, de 15 de maio ultimo, sobre pagamento de 90.950 à Companhia Fluvial de S. Francisco. — A delegação resolveu recusar registro á despesa por não ter sido previamente empenhada e ainda, por impropriedade de classificação.

Ofício n. 258, de 14 de junho findo, sobre pagamento de 27.518 à Companhia Ferro Viária Este Brasileiro. — A delegação resolveu recusar registro á despesa, por não ser previo o empenho, respectivo, além de carecer o processo das requisições de todos os transportes.

Ofício n. 210, de 14 de maio ultimo, encaminhando processo de concorrência realisada para fornecimentos de artigos de expediente no corrente anno. — A delegação resolveu julgar regularmente feita a referida concorrência, ordenando o archivamento do processo, para os fins legais.

Ofício n. 211, em additamento ao de numero 170, solicitando providencias para que sejam accrescentadas á nota de preços enviada com o referido offcio, uma relação anexa, de material. — A delegação resolveu converter o julgamento em diligencia, além de que a repartição official preste esclarecimentos sobre o equívoco apontado na informação, bem assim, sobre si os artigos mencionados no offcio, foram objecto da concorrência a que se refere o edital de 20 de março e no caso affirmativo, si foi requerida a respectiva inscricao.

Ministerio da Fazenda:

Delegacia fiscal — Ofício n. 111, de 19 de maio ultimo, encaminhando processo de comprovação de adiantamento, na importância de 14.642.470, fei o em 29 de abril ultimo, ao Dr. João Silverio Guimarães, director do Aprendizado Agrícola da Bahia. — A delegação resolveu deixar de julgar legal a applicação dada ao adiantamento sobre-dito pelo motivo de ter sido a folha dos trabalhadores rurais, relativa ao mez de março erradamente sommada na importância de 575.200, quando a somma real é na importância de 4.552.000, existindo, em consequencia, uma differença de 100\$, contra a Fazenda Nacional, que deve ser recolhida aos cofres publicos.

Alfandega da Bahia: offcio n. 353, de 10 de junho ultimo, sobre pagamento de 1.880\$ ao engenheiro Eulico da Costa Coutinho. A Delegação resolveu recusar registro á despesa, por pterencer a exercicio já encerrado, bem como salientar o facto de ter sido a conta apresentada á Inspectoria da Alfandega em 24 de dezembro ultimo e somente classificada a despesa em 5 de junho findo, contra o estatuido no art. 258 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, tendo havido tambem infracção do art. 259 do mesmo regulamento.

O Sr. delegado Miguel Saril foi relator, tendo ainda relatado os seguintes processos: Delegacia Regional da Inspectoria Geral dos Bancos: offcio n. 85 de 31 de maio ultimo, sobre pagamento na importância de 49\$ à Companhia Brasileira de Energia Electrica, pela assignatura do apparelho telephico: A Delegação resolveu recusar registro á despesa, por impropriedade de classificação.

Delegacia Fiscal: offcio n. 147, de 4 de julho corrente, sobre adiantamento, na importância de 6.403.970 a ser feito ao 2º tenente Ulysses Sá Barreto Villas Boas. — A Delegação resolveu recusar registro ao adiantamento citado, pelos seguintes fundamentos:

a) Destinar-se a trimestre já decorrido, o que contraria jurisprudencia firmada pelo Egregio Tribunal de Contas;

b) Não declarar a requisição ter sido a despesa deduzida do credito respectivo, como estatue o Regulamento Geral de Contabilidade Publica;

c) Não estar formulada a requisição, como esta u. o art. 283 do mesmo regulamento.

Ministerio da Guerra:

11ª Circumscrição de recrutamento:

Ofício n. 53, de 1 do corrente, encamin-

mento em diligencia, além de que a repartição officiante informe qual o exercício a que são destinados os livros para escripturação da receita e despesa constantes do empenho.

Outrosim, resolveu encaminhar o requerimento, que acompanhau, o processo a Alfândega deste Estado, a fim de ser cobrado o sello do mesmo por revalidação, uma vez que está em desacordo com o regulamento do sello, vigente.

Ofício nº 144, de 16 de julho corrente encaminhando o processo relativo à prestação de contas do adiantamento na importância de 3:000, recebido em 24 de abril último, pelo 1º tenente de administração do Quartel General, Raymundo Camillo de

Souza. — A delegação resolveu julgar legalmente applicado o referido adiantamento, ordenando seja dada baixa na responsabilidade alludida official no livro de contas correntes.

Officio n. 141 A, de 1 de julho, corrente,
prestando informações sobre prazo em que
deu entrada a comprovação do adiantamento

recebido pelo capitão do Exército, Custódio dos Reis, Príncipe Junior, e A. delegação, atendendo às informações prestadas pelo responsável e pela delegação fiscal, informações essas encaminhadas ao processo, nº 250.179, modificando, em parte, sua decisão de 20 de abril último, para o fim de tornar sem efeito a multa de 1 % que fora imposta ao allludado official.

Delegacia Regional da Inspectoria Geral

dos Bancos: 114 pt. 500 e mil e 500 mil
 11. Officio: 98 de 15 de julho de 1924, so:

licitando pagamento da importancia de reis

495500, pela assinatura de aparelho telefônico, estando a despeza classificada em a verba 14, Ministério da Fazenda, consignação «Material»; sub-consignação: «Expendente». — A delegação resolveu recusar recuso registro a despeza, por impropriedade de classificação.

Offícios nºs 93 e 101, de 21 de julho corrente, encaminhando processo de concorrência.

Ministerio da Guerra: 12.000
Auditoria da 5ª Circumscripção Judiciária Militar: 12.000

Officios nos 783 e 481, de 23 de julho cor

rente, encaminhando, para o devido julgamento, processo de concurrencia administrativa realizada para fornecimentos no corrente anno. Deu-se vista de ambos os processos supracitados, ao delegado Pires Leal.

Peto Sr. delegado Mario Gomes: . . .

Ministerio da Viação :
Comissão Constructora da Estrada de

Ferro Petrolina e Therezina: e o plano para

Ofício n.º 1.333, de 12 de julho corrente,

cucaminhando processo de conciliação realizada para prestação de serviços de que

carece no corrente anno. — A delegação re-

solveu converter o julgamento em diligên-

cia, a fim de que a repartição oficialmente informe se, no caso, trata-se de concorrência

administrativa ou contracto, como faz supor

o edital; nesta ultima hypothese, informa

desde já a delegação que não tem competência para promulgar-se sobre contratos

de tal natureza, devendo a reparação inte-

ressada, providenciar na forma da lei.

Administração dos Correios de Joazeiro.
Ofício n. 317, de 15 de julho corrente.

sobre pagamento na importância de réis

239-945, a Companiului Ferro Viaria Este

Ofício n.º 316 de 18 de julho corrente, so-

bre pagamento, na importância de 753431 a

Companhia Ferro Viária Este Brasileiro:—
A delegação resolveu restituir as contas em

A delegação resolveu restituir as contas encaminhadas com os "offícios" supracitados.

a repartição oficiante, por tratar-se de des-

pesa que deverá correr à conta do crédito

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Collins (1971) using a Shimadzu 1010 spectrophotometer. The concentration of chlorophyll was expressed as $\mu\text{g mL}^{-1}$ of the sample.

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

distribuído a thesauraria da mesma e cuja legalidade só será apreciada quando da tomada de contas annual do respectivo thesoureiro.

Comissão Construtora da Estrada de Ferro Petrolina a Therezina: Officio numero 1.403 do 25 de julho, corrent, pedindo reconsideração de decisão proferida em sessão de 23 do corrente, em virtude da qual deixou-se de julgar legal a applicação dada ao adiantamento na importância de 100.500\$ feita em 29 de abril ultimo, ao engenheiro Christovam Pereira de Souza.

— A delegação attendendo as informações prestadas, resolveu reconsiderar sua anterior decisão, para o fim de ordenar seja dada baixa em a responsabilidade do alludido, serventuario, no livro C.C.

Pelo senhor delegado Pires Leal:

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores:

Departamento Nacional de Saude Publica: Directoria de Defesa Sanitaria, Matitima Fluvial:

Inspectoria da Saude dos Portos do Estado da Bahia:

Officio n. 190 de 16 de abril ultimo, sobre pagamento na importância de 98.400 a Rodrigues e Caldas:—A delegação resolveu recusar registro a despesa, porque, parte della, na importância de 125.500, constante do empenho n. 11, deverá correr a conta da sub-consignação, 833—Desinfectantes e material para desinfectação, estando entretanto classificada na faccira, em a subconsignação 836—Custodio e conservação etc.

Nada mais havendo a tratar, o senhor chefe da delegação deu por findos os trabalhos.

E, para constar, lavrou-se esta acta que vae assignada e subscripta por todos os presentes.

Eu, Firmino Joaquim Pires Leal, delegado servindo de secretario, a fiz e subscrevo.—*Ocaviano de Menezes Bastos.*—*Eduardo Moreira Lima.*—*Miguel Saril.*—*Mario Gomes.*—*Firmino Joaquim Pires Leal.*

Delegação do Tribunal de Contas no Estado de Sergipe

ACTA N. 18.—SESSÃO REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1924.

Presidência do Sr. Dr. Epitácio Monteiro Pessoa, chefe da delegação.

Presente, o Sr. delegado João Baptista de Moraes Henriques, servindo de secretario, deixando de comparecer o Sr. delegado Huascar Castro, por não se haver apresentado depois de terminada a licença que gozou para tratamento de sua saúde, foi aberta a sessão de accordo com a decisão de 20 de junho de 1923, do Tribunal de Contas, sendo relatados os seguintes processos:

Pelo delegado João Baptista de Moraes Henriques:

Ministerio da Viação: Repartição Geral dos Telegraphos—10 Districto Telegraphico, neste Estado.

Processo n. 541, a que está annexo o officio n. 75-A, de 5 de agosto corrente, relativo ao adiantamento de 32.746\$827, concedido pela Delegacia Fiscal neste Estado, ao escripturario pagador Dr. Raymundo Lucas Leão, para occorrer ás despesas a seu cargo, no mez de julho findo. A delegação, tendo em vista o parecer do Sr. delegado relator, resolveu negar registro a despesa, em apreço, pelos seguintes fundamentos:

a) não terem sido julgadas as comprovações dos dois ultimos adiantamentos recebidos pelo escripturario, referentes aos mezes de maio e junho respectivamente (artigo 303, do Regulamento Geral de Contabilidade Publica);

b) ter sido o adiantamento, em apreço, requisitado em 5 de agosto corrente, o lo officio n. 75 A, do 10 Districto Telegraphico, quando já se havi decrido o periodo em que seria o mesmo applicado (art. 396 combinado com o numero 302, ambos do Regulamento citado).

Ministerio da Fazenda:

Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional neste Estado—Processo relativo ao empenho das despesas muidas e de prompto pagamento a serem realizadas pelo porteiro da Delegacia Fiscal durante o corrente mez de agosto. A delegação resolveu negar o visto a segunda via do documento, de accordo com o despacho do respectivo chefe.

Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional neste Estado—Processo n. 553, relativo ao adiantamento de 200\$ concedido pela dita delegacia fiscal ao respectivo porteiro carterario Sr. Aurco Freire para occorrer a despesas de prompto pagamento do mez de agosto corrente. A delegação resolveu negar o registro ao adiantamento, em apreço, pelas razões constantes do parecer. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando eu, João Baptista de Moraes Henriques, servindo de secretario, a presente acta que vae assignada.—*Epitácio Monteiro Pessoa.*—*João Baptista de Moraes Henriques.*

Na supracitada sessão foram julgados os seguintes processos:

Adiantamentos:
Recusado registro, 2.
Empenho de despesa:
Negado o visto, 1.
Total, 3.

Delegação do Tribunal de Contas em Londres

ACTA — PRESIDENCIA DO DR. FRANCISCO THOMPSON FLORES, CHEFE DA DELEGACAO. Aos 5 dias do mez de agosto de 1924, presentes os Srs. Drs. Francisco Thompson Flores, chefe da delegação, e M. Githay de Alencastro e Antonio L. de Castro Barbosa, delegados, foi aberta a sessão.

O secretario da delegação, Sr. Castro Barbosa, dá conhecimento do expediente recebido e expedido.

Em seguida são relatados os seguintes processos:

Pelo Dr. Thompson Flores:

A applicação da quantia de £s. 20-19-9 ou frs. 2.105.15 relativa ao adiantamento da importância de £s. 33-15-0 ou francos 2.755,00, feito em 8 de março findo, pela Delegacia do Thesouro Nacional em Londres, ao Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas, então consul em Antuerpia, para despesas de «Aluguel de Casa», no 2º trimestre do corrente anno.

A delegação, considerando que a despesa está bem classificada—verba 3ª, 1ª consignação («Aluguel de Chancellaria») do vigente orçamento do Ministerio do Exterior. Considerando que o responsavel recolheu aos cofres da delegacia o saldo de £s. 6-15-3.

Resolve julgar boa e legal a applicação do alludido adiantamento, para tornar o responsavel Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas quite para com a Fazenda Nacional; dê-se-lhe baixa na sua responsabilidade, para os effectos da parte final do art. 300 do Código de Contabilidade.

Applicação da quantia de £s. 20-1-1, relativa ao adiantamento da importância de £s. 22-10-0, feito em 2 de julho findo pela Delegacia do Thesouro Nacional em Londres ao Sr. Ignacio de Bulhões, encarregado do Consulado de Manchester, para despesas de aluguel de casa, no 2º trimestre de 1924.

A delegação considerando que a despesa está bem classificada: verba 3ª, 1ª consignação «Aluguel de Chancellaria» do vigente orçamento do Ministerio do Exterior;

Considerando que o responsavel recolheu aos cofres da delegacia o saldo de £s. 2-5-11; Resolve julgar boa e legal a applicação do alludido adiantamento para tornar o responsavel Sr. Ignacio de Bulhões, quite para com a Fazenda Nacional; dê-se-lhe baixa na sua responsabilidade para os effectos da parte final do art. 300 do Código de Contabilidade.

A applicação da quantia de £s. 26-7-0, relativa ao adiantamento de £s. 28-2-6, feito em 22 de abril findo pela Delegacia do Thesouro Nacional em Londres ao Sr. Alberto Gracie, então consul em Boulogne sur Mer, para despesas de «Aluguel de casa» no 2º trimestre do corrente anno;

A delegação considerando que a despesa está bem classificada: verba 3ª, 1ª consignação «Aluguel de Chancellaria» do vigente orçamento do Ministerio do Exterior;

Considerando que o responsavel recolheu aos cofres da delegacia o saldo de £s. 1-15-6; Resolve julgar boa e legal a applicação do alludido adiantamento para tornar o responsavel Sr. Alberto Gracie quite para com a Fazenda Nacional; dê-se-lhe baixa na sua responsabilidade; para os effectos da parte final do art. 300 do Código de Contabilidade.

Applicação do adiantamento da importância de £s. 22-10-0 ou 710,25 pts. feito por partes, em 10 de maio, em 12 de junho e em 12 de julho, finos, pela Delegacia de Thesouro Nacional, em Londres, ao Sr. Pedro de Paula Leite, Consul em Vigo, para despesas de «Aluguel de Casa» do 2º trimestre do corrente anno;

A Delegação, considerando que a despesa está bem classificada: verba 3ª, 1ª consignação («Aluguel de Chancellarias») do vigente orçamento do Ministerio do Exterior;

Considerando que as despesas feitas a maior da importância de pts. 186, 7, correm por sua conta;

Resolve julgar boa e legal a applicação do alludido adiantamento para tornar o responsavel Sr. Pedro de Paula Leite quite para com a Fazenda Nacional; dê-se-lhe baixa na sua responsabilidade; e, para os effectos da parte final do art. 300 do Código de Contabilidade.

Adiantamento da importância de £s. 15-0-0, feito em 22 de março, pela Delegacia do Thesouro Nacional, em Londres, ao Sr. Sr. Helio Lobo, consul em Nova York, para despesas de aluguel de casa, nos mezes de fevereiro e março;

A Delegação resolve, onve ter, em diligencia, o julgamento do processo de tomada de conta, fim de que o responsavel juncie aos autos a fidejussão do banco ou do escriptorio bancario da co-verão da libra na moeda do Paiz, com o cambio do dia do recebimento da dotação, bem como o demonstrativo das despesas realizadas, para que a delegação possa em definitivo deliberar.

Adiantamento da importância de £s. 75-0-0, feito em 16 de fevereiro findo, pela Delegacia do Thesouro Nacional, em Londres, ao Sr. Dr. Helio Lobo, consul em Nova York, para despesas de aluguel de casa, de janeiro findo;

A delegação resolve converter em diligencia o julgamento do processo de tomada de contas, fim de que o responsavel juncie aos autos a fidejussão do banco ou escriptorio bancario da co-verão da libra na moeda do Paiz, com o cambio do dia do recebimento da dotação bem como o demonstrativo da despesa ou despesas realizadas, para que a delegação possa, em definitivo, deliberar.

Pelo Dr. Gilahy de Alencastro:

Aplicação da importância de Rs. 5.596, entregues pelo Sr. Carlos Lemgruber Kipl, ministro em Praga, a seu substituto, o Sr. Djalma Pinto Ribeiro Lessa, encarregado de negócios, como saldo do adiantamento de £ 140-12-6, feito a 17 de abril, para ocorrer a despesas de aluguel de casa no segundo trimestre do corrente anno.

A delegação, considerando que ha despesas comprovadas na importância de Rs. 4.250 e que o saldo de Rs. 1.346, equivalente a £ 9-1-0, foi recolhido aos cofres da Delegacia do Thesouro Brasileiro nesta cidade, como faz certo a respectiva informação, resolve julgar boa e legal a referida aplicação e ordena a baixa na responsabilidade do mencionado encarregado de negócios, para os efeitos do art. 300 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica.

Aplicação do adiantamento de £ 22-10-0, feito em 16 de abril ao Sr. Gustavo Aghion, vice-consul em Alexandria, para attender a despesas de aluguel de casa no segundo trimestre do corrente anno.

A delegação resolve converter o julgamento em diligencia, para que o responsável forneça elementos por onde se possa inferir a relação, a data do adiantamento, entre a moeda ingleza em que elle foi feito, e a egypcia que figura nos comprovantes.

Aplicação do adiantamento de £ 55-5-0, ou marcos 1.026,56, ouro, feito em 19 de abril ao Sr. J. de Carvalho e Silva, encarregado do consulado em Hamburgo, para prover as despesas de aluguel de casa no segundo trimestre do corrente anno.

A delegação, considerando que as despesas comprovadas atingem a somma de a.028,57 marcos, resolve julgar boa e legal a aplicação do adiantamento de que se trata, e ordena se dê baixa na responsabilidade delle oriunda.

Documentos exhibidos relativamente ao emprego da quantia de £ 28-2-6, ou 389,35 pesos, que foi adiantada, em 28 de abril, ao Sr. Demetrio de Toledo, consul em Paso de los Libres, para ocorrer a despesas de aluguel de casa no 2º trimestre do corrente anno.

A delegação, attendendo a que os comprovantes montam a 414 pesos, resolve julgar boa e legal a applicação da referida importância e dar baixa na responsabilidade daquelle serventuario.

Aplicação do adiantamento de 30 libras esterlinas ou 1.011,70 pesetas, feito em 11 de janeiro, 9 de fevereiro e 10 de março, ao Dr. José Marcellino de Moraes e Barros, consul em Barcelona, para despesas de aluguel de casa no 1º trimestre do corrente anno.

A delegação, considerando que ha despesas comprovadas na importância de 1.091,25 pesetas, mas que o excesso de 79,55, não pôde ser levado a conta do adiantamento futuro, como pretende o responsável, por oppor-se a tal o art. 302 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica (decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922) resolve apenas julgar boa e legal a referida applicação e autorizar a baixa da responsabilidade delle decorrente.

— Pelo Dr. Castro Barbosa:

Comprovação da applicação do adiantamento de £ 565-12-6 ou libras 55.148,40, feito ao Sr. Oscar de Telfé, embaixador na Italia, para ocorrer as despesas de aluguel no 2º trimestre deste anno.

A delegação, considerando que fora convertido em diligencia o julgamento affirm de que o responsável recolhesse aos cofres da Delegacia do Thesouro Nacional nesta cidade o saldo em seu poder de £ 2.826,80.

Considerando que o responsável, em officio de 22 do corrente, envia um cheque da

quella quantia contra La Banca Commerciale Italiana, recolhendo assim a dita importância;

— Resolve julgar, agora, boa e legal a applicação do dito adiantamento para tornar o responsável Sr. Oscar de Telfé, quite para com a Fazenda Nacional e ordena se lhe dê baixa na sua responsabilidade para os efeitos dos arts. 300 e 303 do Código de Contabilidade.

— Comprovação da applicação do adiantamento de £s. 453-0-0, feito em 16 de fevereiro ao Sr. J. M. Cardoso de Oliveira, embaixador em Portugal, para despesas de «Aluguel» de casa no segundo trimestre deste anno;

A delegação, considerando que o aluguel de casa propriamente dito é pago em libras esterlinas conforme accordo estatuido em 31 de maio ultimo;

Considerando que o mez de junho foi pago, assim, em libras £s. 40-0-0 doc. 1, restando £s. 410-0-0, que ao cambio de esc. 130,16 por libra produziram esc. 53.305,60;

Considerando que a somma das diferentes parcelas das despesas effectuadas esta certa dependendo o responsável a quantia de esc. 26.945,63;

Considerando, entretanto, que examinados os documentos, esta delegação encontrou os de ns. 2, 9 e 16 em um total de esc. 1.800,00 e referentes ao ordenado de chauffeur da Embaixada relativos aos mezes de abril, maio e junho, despesas que não podem correr por conta deste adiantamento, que foi concedido, tão somente, para ocorrer as despesas de «Aluguel»;

Considerando que, segundo esta estatuido no art. 35, paragrapho unico, do regulamento n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1922 e do art. 45, paragrapho unico do regulamento n. 14.058, tambem de 11 de fevereiro de 1922, corroborados pela circular no. 1 do Consular e Diplomático, publicada no Diário Official de 20 de janeiro de 1922 expedida para esclarecer a applicação da verba orçamentaria para «aluguel de casa» das Chancellarias, comprehendendo-se nessa rubrica além dos «juros de locação das casas, bem como dos recibos dos pagamentos dos salarios dos porteiros e contínuos e das despesas com iluminação, telephone, condução e aquecimento»;

Considerando que as despesas do ordenado do chauffeur não estão previstas nessa dotação mas sim na de representação, onde deveria ter corrido a despesa;

Considerando que nem mesmo seria possível levar a referida despesa a conta de «condução» pois que essa está claramente explicada no n. 4 da citada circular que assim esbela:

«4. A «condução» de que falla o paragrapho unico do art. 35 do Regulamento do Corpo Diplomático significa os transportes indispensaveis de papeis das Chancellarias quando seus portadores ou estafetas tiverem absoluta necessidade de se transportar em vehiculos, mas não se refere, portanto, aos meios ordinarios de condução dos funcionarios e muito menos aos automoveis que mantenham para uso pessoal, que fazem parte da sua «representação»;

Considerando que a manutenção de um chauffeur na importância de esc. 1.800,00 devem ser glózadas;

Considerando que as despesas atingiram a somma de esc. 26.945,60, mas com a glóza feita de esc. 1.800,00

ficam reduzidas a esc. 25.145,60, regulamento comprovados;

Considerando que foi recolhido o saldo de 26.420,00, que ao cambio de esc. 152,50 por libra, doc. 5º corresponde a £ 172-2-3

cujo cheque foi remettido a Delegacia do Thesouro Nacional nesta cidade.

Resolve glózar a despesa de esc. 1.700,00 despendidos indevidamente e convidar o responsável Sr. J. M. Cardoso de Oliveira a recolher aos cofres da Delegacia do Thesouro Nacional nesta Capital a dita quantia para que, depois de satisfeita essa exigencia, possa esta delegação «deliberar» em definitivo.

— Comprovação da applicação do adiantamento de £s. 28-2-6, feito em 16 de abril deste anno, ao Sr. C. de Carvalho e Souza, consul no Porto, para despesas de aluguel no 2º trimestre do corrente anno.

A delegação, considerando que a quantia de £s. 28-2-6, produziu, ao cambio de esc. 153,64, escudos 3.963,40,

Considerando que as despesas effectuadas atingiram, apenas, a somma de escudos 1.075,48, restando, o saldo de 2.887,91,50 ou libras 18-6-9, que foi recolhido aos cofres da Delegacia do Thesouro Nacional nesta cidade;

Resolve julgar boa e legal a applicação do referido adiantamento para tornar o responsável Sr. C. de Carvalho e Souza quite para com a Fazenda Nacional e ordena se lhe dê baixa na sua responsabilidade para os efeitos da parte final do art. 300 do Código de Contabilidade.

Comprovação da applicação do adiantamento de £s. 28-2-6, feito em 28 de abril ao Sr. Philomeno Padula, consul em Napoles, para ocorrer as despesas de aluguel no 2º trimestre do corrente anno.

A delegação, considerando que essa quantia foi entregue por conta da verba 3, 1ª consignação «Aluguéis de Chancellarias do orçamento» vigente do Ministerio do Exterior estando assim bem classificada naquelle dotação;

Considerando que as £s. 28-2-6 ou 590,00, produziram libras 2.785,10;

Considerando que as despesas atingiram a libras 2.037,25 ou £s. 21-5-10 existindo um saldo de libras 697,85 ou libras 6-10-8 que foi recolhido aos cofres da Delegacia do Thesouro Nacional nesta cidade;

Resolve julgar boa e legal a applicação do dito adiantamento para tornar o responsável, Sr. Philomeno Padula, quite para com a Fazenda Nacional e ordena se lhe dê baixa na sua responsabilidade para os efeitos dos arts. 300 e 303 do Código de Contabilidade.

Comprovação da applicação do adiantamento de £ 15-0-0, feito em 15 de março deste anno, ao Sr. Ozorio Dutra, consul em La Plata, para despesas de aluguel de casa nos mezes de fevereiro e março do corrente anno.

A Delegação, considerando que a quantia entregue está bem classificada da verba 3, 1ª consignação «Aluguéis de Chancellarias do orçamento» vigente do Ministerio do Exterior;

Considerando que as £ 15-0-0, ao cambio de pesos 42,34 por libra produziram pesos 191,25 conforme se verifica da nota do banco anexa ao processo;

Considerando que as despesas atingiram a somma de pesos 200,00 havendo um excesso pesos 8,75 que deve correr por conta do responsável;

Resolve julgar boa e legal a dita comprovação para tornar o responsável, Sr. Ozorio Dutra, quite para com a Fazenda Nacional e ordena se lhe dê baixa na sua responsabilidade para os efeitos do art. 300 do Código de Contabilidade.

Aplicação do adiantamento da quantia de £ 11-5-0, feito em 10 de junho ultimo, ao Sr. Mario Azevedo, consul em Salto, para ocorrer as despesas de aluguel de casa no mez de abril de 1921.

A Delegação, considerando que essa quantia foi entregue por conta da verba 3ª, 1ª consignação Aliquies de Chancellarias do orçamento do Ministério do Exterior para o exercício de 1924, estando assim bem classificada naquela dotação; mas

Considerando que o responsável não juntou aos autos a nota do banco ou escriptorio bancario da conversão da libra na moeda do país, com o cambio do recebimento da dotação bem como o demonstrativo da despesa ou despesas realizadas.

Resolve converter em diligencia o julgamento da applicação do alludido adiantamento para que o responsável satisfaça aquellas exigencias e, devolvido o processo, possa esta delegação deliberar em definitivo.

E nada mais havendo a tratar, são encerrados os trabalhos, lavrando eu, Antonio Luiz de Castro Barbosa, a presente acta que é em seguida lida, approvada e por todos assignada. — *Francisco Thompson Flores.* — *Mário Gilahy de Alencar.* — *Antonio Luiz de Castro Barbosa.*

DIÁRIO DOS TRIBUNAES

Corte de Appellação

Sessão da Quinta Camara, em 26 de agosto de 1924

Presidência do Sr. desembargador Elviro Carrilho. Secretariado pelo Sr. Dr. Cicero Brant.

Compareceram os Srs. desembargadores Edmundo Rego e Sampaio Vianna.

JULGAMENTOS

Carta testemunhavel

N. 535 — Relator, o Sr. desembargador Sampaio Vianna; supplicante, José Mouzinho de Assumpção Moreira; supplicado, Antonio Cesar Nobrega. — Negou-se improcedente a carta testemunhavel, unanimemente.

Aggravo de petição

N. 284 — Relator, o Sr. desembargador Elviro Carrilho; aggravante, Archangelo Servidio; aggravado, Antonio José Soares. — Não se conheceu do aggravo pela illegitimidade do procurador, unanimemente.

N. 315 — Relator, o Sr. desembargador Elviro Carrilho; aggravantes, Antonio Pinto Ferreira, como cabeça do casal de sua mulher D. Branca Rosa Leite, e Adelino Leite; aggravados, Alberto Leite, inventariante e testamenteiro do espólio do finado Antonio Leite, e o Dr. curador de Resíduos. — Negou-se provimento para confirmar o despacho aggravado, unanimemente.

N. 323 — Relator, o Sr. desembargador Sampaio Vianna; aggravante, o Dr. José Candido Pimentel Duarte, liquidatario da massa fallida de J. Palest Junior; aggravado, o Juiz da Primeira Vara Civil. — Deu-se provimento para que o Dr. juiz a quo reforme o seu despacho e tome conhecimento do pedido de fls. 2, unanimemente.

N. 325 — Relator, o Sr. desembargador Elviro Carrilho; aggravantes, E. Galano & Comp.; aggravada, massa fallida de Gabriel & Innão. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 334 — Relator, o Sr. desembargador Elviro Carrilho; aggravantes, Mario Forte & Comp.; aggravados, Alvaro Pinto de Barros e Ricardo Soares Braga, credores na fallencia de Bardou & Comp. — Converteu-se o julgamento em diligencia para ser feito exame nos livros dos credores e do devedor, unanimemente.

N. 358 — Relator, o Sr. desembargador Sampaio Vianna; aggravante, massa fallida da Companhia de Seguros Previsora Rio-Grandense; aggravado, João Alredo Schmitt. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 350 — Relator, o Sr. desembargador Elviro Carrilho; aggravante, Emmanuel Jorge da Silva Porto; aggravado, Antonio de Oliveira Leal. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 333 — Relator, o Sr. desembargador Elviro Carrilho; aggravante, João Pereira Pinto; aggravados, Lucilia Pereira de Souza acompanhada de seu marido Francisco Carolino de Souza, e o Dr. 2º curador de orphãos. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 366 — Relator, o Sr. desembargador Edmundo Rego; aggravante, The Anglo Brazilian Commercial & Agency Company, Limited; aggravado, Dr. Gervasio Pires Ferreira. — Deu-se provimento para que o Dr. juiz a quo reforme o seu despacho e prossiga no feito, unanimemente.

N. 367 — Relator, o Sr. desembargador Edmundo Rego; aggravante, João de Souza Mendes; aggravado, o Dr. Octavio Steiner do Couto. — Negou-se provimento para confirmar o despacho aggravado, unanimemente.

N. 368 — Relator, o Sr. desembargador Edmundo Rego; aggravante, Feliciano de Souza Pereira; aggravado, Luiz Narizo Gomes. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 370 — Relator, o Sr. desembargador Sampaio Vianna; aggravante, João Gonçalves de Figueiredo; aggravados, Gualter e Alcides de Siqueira Amazonas. — Negou-se provimento para confirmar o despacho aggravado, unanimemente.

N. 373 — Relator, o Sr. desembargador Edmundo Rego; aggravante, José Custodio Velloso; aggravado, o espólio de José Ignacio de Souza. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 374 — Relator, o Sr. desembargador Elviro Carrilho; aggravante, Dr. Demetrio Gonçalves Roma Santa; aggravado, D. Maria José de Oliveira, inventariante do espólio de seu finado marido Manoel da Silva Oliveira. — Negou-se provimento unanimemente.

N. 375 — Relator, o Sr. desembargador Elviro Carrilho; aggravante, Publico Marroig; aggravada, Mathilde de Lima Brandão Marroig. — Negou-se provimento para confirmar o despacho aggravado, unanimemente.

N. 377 — Relator, o Sr. desembargador Edmundo Rego; aggravante, Dr. Carlos Pereira de Almeida, liquidatario da massa fallida de Aristides & Rocha; aggravado, Ellequi Pedro Jorge. — Deu-se provimento para que o Dr. juiz a quo reforme o seu despacho e indefira o pedido de folhas 126, unanimemente.

N. 386 — Relator, o Sr. desembargador Elviro Carrilho; aggravante, Arthur da Costa Pinto; aggravados, Rubim & Moyses. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 388 — Relator, o Sr. desembargador Edmundo Rego; aggravante, Huldario da Cunha Arantes; aggravados, Amelia Corrêa Picanço e outros. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 389 — Relator, o Sr. desembargador Elviro Carrilho; aggravante, Maria Sampaio; aggravado, José Dias da Conceição. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 391 — Relator, o Sr. desembargador Sampaio Vianna; aggravante, Florentino Alves de Souza; aggravados, Antonio Alves e sua mulher. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 394 — Relator, o Sr. desembargador Sampaio Vianna; aggravante, Adele Decaut; aggravado, Emilio Torres da Costa Ferreira

Dias, inventariante do espólio do Antonio da Costa Torres. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 395 — Relator, o Sr. desembargador Edmundo Rego; aggravante, Avelino de Jesus Pires; aggravado, Carlos Albano Pires. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 401 — Relator, o Sr. desembargador Sampaio Vianna; aggravante, Cora Maria Michel; aggravado, Antonio Martins Ramos. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 402 — Relator, o Sr. desembargador Elviro Carrilho; aggravante, Francisco Ramires; aggravado, Ernesto Dias Pinto de Figueiredo. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 428 — Relator, o Sr. desembargador Edmundo Rego; aggravante, Alberto da Cunha Moniz; aggravado, Jayme Fontes. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 429 — Relator, o Sr. desembargador Edmundo Rego; aggravantes, Miguel & Comp.; aggravado, João Pedro Lopes. — Negou-se provimento, unanimemente.

N. 431 — Relator, o Sr. desembargador Sampaio Vianna; aggravante, José Salvador Filho; aggravados, Vasques & Alvares. — Negou-se provimento, unanimemente.

ADIADOS

Por indicação dos respectivos relatores:

Aggraves de petição

Ns. 39, 94, 393, 171, 272, 316, 317, 426, 351, 365, 387, 3-2, 400, 351, 384, 390, 399, 357, 372, 378, 382, 3 5, 337, 336, 371, 361, 165, 340, 200, 291, 150, 152, 404, 407, 414, 417, 420, 424, 433, 439, 393, 410, 412, 415, 418, 421, 425, 434, 438, 406, 411, 416, 419, 422, 423, 426, 431, 432 e 412.

Aggravo de instrumento

N. 532.

ADIADOS

Por falta de tempo.

Aggraves de instrumento

Ns. 125, 353 e 413.

SORTEIO

Aggraves de petição

N. 476, 443, 446, 447, 453, 456 e 461 — Ao Sr. desembargador Elviro Carrilho.

Aggraves de instrumento

N. 537 — Ao Sr. desembargador Edmundo Rego.

Aggravo de petição

Ns. 40, 445, 450, 452, 455 e 457.

Aggraves de petição

Ns. 437, 441, 444, 448, 451, 454, 458 e 463 — Ao Sr. desembargador Sampaio Vianna.

AFPSA

Aggraves de petição

Ns. 459, 451, 452, 464, 465, 457, 468, 469, 470, 471, 473, 475, 479 e 482.

PUBLICAÇÃO

Aggraves de petição

Ns. 9.21, 9.53, 127, 70, 311, 310, 324, 327, 342, 343, 355, 363, 374 s 388.

Juiz de Direito da Provedoria e Resíduos

(Cariorio do Segundo officio)

Expediente de 26 de agosto de 1924

Inventarios

Fallecido, Francisco Bhering. — Defiro o pedido de fls. 45.
Fallecido, commendador Manoel Pereira

Barbosa. — Julgadas por sentença a partilha e a sobre partilha.

Testamento

Fallecida, Amella Garcia Carneiro. — Cumpra-se.

Subrogação

Fallecido, Antonio Fernandes Camacho Falcão; supplicante, D. Maria Arminia Falcão. — Julgo por sentença o calculo da adjudicação.

Ação ordinária para nullidade de sentença

Autora, Fabrica da Matriz de Nossa Senhora da Glória; réos, Luiz Manoel de Castro e Dr. Lucilio Antonio da Cunha Bueno. — Tomando em consideração a duvida suscitada pelo escrivão, e sendo certo que os modos de citação são os indicados no artigo 39 do reg. n. 737, de 1850, mas como se trata de fazer citação a uma pessoa que se encontra no estrangeiro a serviço do governo brasileiro, só por dous dos modos indicados no citado artigo seria possível a citação pedida:

- a) por editaes;
- b) por precatoria.

Ora, para que a citação possa ser ordenada por editaes é mister occorra a hypothese do art. 53 do citado reg., isto é: ausencia do citando em lugar ignorado; ou inacessível por peste ou guerra.

No caso não se verifica a hypothese, assim resta o outro modo que é a citação por precatoria.

Expeça-se assim precatoria citatoria ao Sr. ministro de Estado das Relações Exteriores, para que possa ser o réo citado, nos termos da da inicial de fls. 2.

Inventário

Fallecida, Maria Joaquina de Andrade Pinto. — Inscriptos, sellados e preparados, paga a taxa, a conclusão.

Juizo de Direito da Primeira Vara de Orphãos e Ausentes

JUIZ, DR. RONTES DE MIRANDA; ESCRIVÃO, JOAQUIM FERREIRA VELLOSO

Expediente de 26 de agosto de 1924

Inventário

Fallecido, Dr. Raphael Chrysostomo de Oliveira.

Destes autos consta que o devedor do espolio requereu alvará de consentimento para hypothecar ou, melhor, garantir com gravame de certo immovel o emprestimo agricola de quantia a que não se reportou o requerimento. O juiz oppoz o *sim*, sem audiencia dos Drs. curadores (folha 409). O escrivão certificou ter sido expedido o alvará; e nada mais.

De que predio se trata?

De quanto o emprestimo?

Não se sabia; até que, agora, se venceu o emprestimo que — pela primeira vez — se revela ser de mil e quinhentos contos e tratar-se do Engenho Central dos Mineiros, em que tinha parte o fallecido, e de outros bens.

O escrivão certifique o teor do alvará que em mil novecentos e vinte e tres foi expedido.

A testamenteira tinha dous annos para o cumprimento do testamento, marcados pelo proprio marido, e este inventario se arrasta por sua culpa.

Seja intimada a proseguir no prazo de cinco dias, sob pena de destituição e sequestro, e bem assim explicar o negocio do emprestimo e a liquidação da firma A. Chrysostomo & Carneiro.

Prestação com tutela

Tutor, Manoel de Santa Maria. — Converte em diligencia para ser ouvido sobre o parecer da folha 12, o tutor.

Juizo de Direito da Segunda Vara Civil

Expediente de 26 de agosto de 1924

Manutenção de possz

Autor, Francisco Manuel Arruda; réos, Carlos Lopes e outros. — Tome-se por termo.

Inventários

Adelaide Pinheiro Dias da Cruz. — Proceda-se á avaliação em dia e hora.

Francisco Antonio da Silva. — Voltem os autos ao Dr. procurador Municipal, para requerer o que julgar de direito.

Concordatas

Soares & Comp. — Nomeados commissarios Neves & Souza.

Companhia Paulista de Material Elctrico, ex-syndico. — Ao 2º Dr. curador das Massas.

Deposito

Francisco dos Santos Fidalgo; syndico da massa fallida de Augusto Pereira & Comp. — Informe o escrivão si houve recurso.

Queixa-crime

Alfredo A. Teixeira & Comp. e Antonio Emygdio de Souza. — Sellados e preparados.

Juizo de Direito da Quarta Vara Criminal

JUIZ, DR. RENATO DE CARVALHO TAVARES — ESCRIVÃO, COELHO DE AGUIAR.

Expediente de 26 de agosto de 1924

Despachos :

Nos processos em que é autora a Justiça e réos Markus Halleler, João Maria Ramalho, José Sebastião de Oliveira, José Carlos Dias, Joaquim do Rego Barros, Pedro Cardoso Pires. — Vista ao Dr. promotor publico.

No processo em que é autora a Justiça e réos Antonio Galliastro e outros, José Francisco da Silva, José dos Santos e outro, Samuel Torquato Vieira e Luiz Theodoro dos Santos, João de Deus Queipito e Cicero Gomes da Silva. — Archivem-se os autos.

No processo em que é autora a Justiça e réo José Moreira Dias. — Recebo a denuncia. Designe o escrivão dia e hora para a formação da culpa; feitas as diligencias legais. Debro o requerimento do Dr. promotor publico.

No processo em que é autora a Justiça e réos Manoel Ventura e outro. — Renovem-se as diligencias, nos termos do requerimento do Dr. promotor publico.

No processo em que é autora a Justiça e réo Almerio Gomes da Silva. — Recebo o libello, delle e do rol das testemunhas de-se cópia ao réo. Prosiga-se.

No processo em que é autora a Justiça e réo Jorge Peixoto de Miranda. — Como requer o Ministerio Publico. Voltem os autos ao Dr. ao promotor publico, para dizer sobre a prova apurada.

O M. M. juiz pronunciou os réos Justino Moreira e outro e Antonio Teixeira Gonçalves, por sentença de hoje.

Juizo de Direito da Sexta Vara Criminal

TRIBUNAL DO JURY

Segundo officio

JUIZ, DR. EDGAR COSTA — ESCRIVÃO, F. MOSS

Expediente de 26 de agosto de 1924

Autor, a Justiça; réo, Santos Diutzo Marzo. — Debro a petição de fls. 374 em face da certidão que a instrue, voltando os autos opportunamente á conclusão (13 de setembro).

Autora, a Justiça; réos, Manoel do Carmo Magalhães e Alvaro de Carvalho. — Recebo o libello; dê-se copia aos réos, proseguindo-se. Debro o réquerido, afinal, officinando-se ao Gabinete de Identificação.

Juizo da Primeira Pretoria Civil

JUIZ, DR. FLAMINIO BARBOSA DE REZENDE — ESCRIVÃO, FRANKLIN DE ARAUJO

Despacho de 26 de agosto de 1924

Deposito

Supplicante, Joaquim Pinto Nogueira; supplicados, Luiz da Rocha Machado, D. Margarida da Rocha Machado e Camara e Maria Anna da Rocha Machado Escalier. — Sejam desentranhadas dos autos as suas peças de fls. 51 em diante, as quaes deverio ser autoadas em separado para constitui rem uma segunda acção de deposito em pagamento distincta e independente daquelle que foi iniciada em primeiro lugar. Para esse fim deverá ser também distribuida a petição de fls. 51.

Juizo da Quarta Pretoria Civil

JUIZ, DR. MARTINHO GARCÊZ CALDAS BARRETO — ESCRIVÃO, DR. SOLTEIRO DE ALBUQUERQUE

Expediente de 26 de agosto de 1924

Acções de deposito

Autora, Julieta Santos Maia; réo, Antonio Guimarães. — Foi assignado ao réo o prazo legal para embargar o deposito feito.

Autor, Aristides Spinola; ré, Francisca Amalia Nunes de Carvalho. — Foi assignado á ré o prazo legal para embargos do deposito.

Autor, João Gonçalves; réo, Sylvester Ferreira. — Foi assignado ao réo o prazo legal para embargos ao deposito.

Autores, Burdmann & Irmão; ré, Tanya Odvidavod. — Foi assignado á ré o prazo legal de 48 horas para entrega do deposito ou do seu equivalente em dinheiro.

Acções de despejo

Autor, Antonio José Martins; réo, Octavio Tavares da Silva. — Foi assignado ao réo o prazo legal para desocupar a casa n. 20, da Travessa Cassiano.

Autor, Antonio Marques Machado; réo, Josephino Cassiano de Oliveira. — Rejeitada *in limine* a excepção de incompetencia de juizo.

Acções executivas

Autores, M. A. Glower & Comp.; réos, Ricardo Silva & Comp. — Julgado por sentença o accordo.

Autores, Dr. Franklin Sampaio e outros; ré, Noemia de Oliveira. — Deferida a petição de fls. 59.

Juiz da Quarta Pretoria Criminal

JUIZ, DR. JOÃO S. VERIANO — PROMOTOR, DR. JOSÉ LYRA — ESCRIVÃO, MAJOR JOSÉ BALBUINO.

Expediente de 25 de agosto de 1.24.

Art. 333 do Código Penal:

Autora, a Justiça; réos, Joaquim da Silva Valente e Jaime da Silva Valente. — Absolvidos.

Art. 303 do Código Penal:

Au ora, a Justiça; réos, Manoel da Silva e Carlos de Souza Chaves. — V-s-a ao Dr. promotor publico adjunto interino.

Officio da Recebedoria solicitando confirmação da precatória expedida em favor do Dr. Alberto de Almeida Couto, procurador de Martinho Bessa Teixeira. — Co' firme sc.

Summarios marcados para o dia 26 do corrente:

Art. 306 do Código Penal — Réo, Ricardo Alves, com duas testemunhas.

Dia 26.

Art. 306 do Código Penal:

Autora, a Justiça; réo, Sebastião da Costa Fontes. — Offic-se a 4ª delegacia auxiliar na forma do requerido pelo Dr. promotor publico adjunto interino.

Art. 303 do Código Penal:

Autora, a Justiça; réo, Horacio Teixeira da Rosa. — Vista ao Dr. promotor publico adjunto interino.

Art. 303 do Código Penal:

Autora, a Justiça; réo, José Francisco Pereira. — Designado o dia 30 do corrente para proseguir a summario de culpa.

Art. 303 do Código Penal:

Autora, a Justiça; réos, Afonso Augusto Dias e José Amao Verissimo. — Designado o dia 2 de setembro vindouro para proseguir o summario de culpa.

Summarias marcados para o dia 27 de agosto de 1924.

Art. 300 § 4º — Réos, Arnaldo Araujo e outros, com tres testemunhas.

Art. 303 do Código Penal — Réo, Ernesto Greco, com tres testemunhas.

Art. 305 do Código Penal:

Autora, a Justiça; ré, Candida de Jesus. — A. Récebo a denuncia e designo o dia 29 do corrente para o summario de culpa, feitas as diligencias legais.

Art. 300 § 4º, do Código Penal:

Autora, a Justiça; réo, Ramon Pena. — A. Récebo a denuncia e designo o dia 29 do corrente para o summario de culpa, feitas as diligencias legais.

EDITAES

Supremo Tribunal Federal

Concurso para o provimento das vagas de juiz federal, creadas pelo decreto legislativo n.º 4.818, de 13 de agosto de 1924, nas seções do Distrito Federal e dos Estados de S. Paulo e Minas Geraes.

De ordem do Exmo. Sr. ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, se faz publico nos termos do art. 181 do regimento interno do Supremo Tribunal Federal que, tendo sido creadas pelo decreto legislativo n.º 4.818, de 13 de agosto de 1924, mais uma vaga de juiz federal nas seções do Distrito Federal e dos Estados de S. Paulo e Minas Geraes, fica marcado o prazo de trinta dias a contar de hoje e a terminar no dia 20 de setembro proximo futuro, ás 16 horas, para serem recebidas nesta secretaria do Supremo Tribunal Fe-

deral, as petições dos candidatos que desejem concorrer ao provimento dos ditos cargos, devidamente instruidas com documentos que provem seus servicos e habilitações, e, nomeadamente, como condição de idoneidade, que se acham habilitados em direito e de terem o tirocinio de dois annos, pelo menos, de advocacia, judicatura ou ministerio publico. (Lei n.º 221, art. 7º, paragrafo unico, e art. 27, § 1º do decreto n.º 848, art. 14).

Secretaria do Supremo Tribunal Federal, 22 de agosto de 1924. — O secretario, Gabriel Martins dos Santos Vianna.

Juiz de Direito da Primeira Vara Civil

De citação aos credores de J. Simões & Comp., para sciencia da proposta de concordata que os mesmos lhes fazem e bem assim para se reunirem, sob pena de revelia, na forma abaixo:

O doutor Auto Fortes, juiz de direito da Primeira Vara Civil do Distrito Federal, etc.:

Faz saber que por este juizo e cartorio do escrivão que este subcrevo se processam os autos de concordata em que são supplicantes J. Simões & Comp., nos quaes lhe foi dirigido uma petição pedindo a convocação dos seus credores, para se reunirem e deliberarem sobre a proposta que lhes fazem, afim de pagar 21 % em 3 prestações de 7 %, cada uma, a 4, 8 e 13 mezes da data do homologação. Em virtude do que se passou o presente edital, pelo teor do qual citam-se os credores de J. Simões & Comp., para sciencia da proposta supra, bem assim ficam convocados para se reunirem na sala das audiencias deste juizo, á rua dos Inválidos n.º 152, no dia 11 de setembro do corrente anno, ás treze horas, afim de assistirem á leitura do relatório dos commissarios e discutirem sobre esses documentos por serem ou não approvados, sob pena de revelia, se proceder como for de direito. Sentenças de que foram nomeados commissarios os credores Companhia Dias Cardoso, Carlos Fonseca e Rodrigues Ferreira & Comp. E para constar se passaram este e outros de igual teor, que serão publicados e affixados na forma da lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 12 de agosto de 1924. Eu, Bartlett James, escrivão, o subcrevi. — Auto Fortes. Está conforme. — O escrivão, Bartlett James.

(5.052)

Juiz de Direito da Primeira Vara Civil

Fallencia do Banco do Rio de Janeiro

AVISO AOS INTERESSADOS

Na forma abaixo:

O escrivão Bartlett James, avisa aos interessados na fallencia do Banco do Rio de Janeiro que os autos de reivindicação requerida nessa fallencia por Antibal Fernandes & Comp., Successores de Arnibal & Cavalcanti, ficam á sua disposição durante 5 dias, para serem examinados e apresentarem, dentro desse prazo, as contestações que entenderem, sob pena de revelia, se proceder como for de direito. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924. — O escrivão, Bartlett James.

Juiz de Direito da Primeira Vara Civil

Concordata de Antonio Alves.

AVISOS AOS CREDITORES

O escrivão Bartlett James, communica aos credores da concordata de Antonio Alves, que a assembleia foi adiada para o dia 27 do corrente, ás 13 horas. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1924. — O escrivão, Bartlett James.

Juiz de Direito da Primeira Vara Civil

AVISO AOS INTERESSADOS

Fallencia do Banco do Rio de Janeiro

O escrivão Bartlett James, avisa aos interessados na fallencia do Banco do Rio de Janeiro, que os autos de reivindicação requerida nessa fallencia pela Caixa Rural de Nova Friburgo, se acham em cartorio á sua disposição durante cinco dias, para serem examinados e apresentarem dentro desse prazo as contestações que tiverem, sob pena de revelia, se proceder como for de direito. Rio, 22 de agosto de 1924. — O escrivão, Bartlett James.

(5.607)

Juiz de Direito da Segunda Vara Civil

AVISO AOS INTERESSADOS

O major Barros communica aos interessados da fallencia de Miguel Aisen, que a assembleia foi adiada para o dia 29 do corrente, ás 13 horas.

Rio, 25 de agosto de 1924. — O escrivão, José Candido de Barros.

(5.631)

Juiz de Direito da Segunda Vara Civil

Fallencia de J. Marques Pinto & Comp.

AVISO AOS INTERESSADOS

O major Barros communica aos interessados da fallencia de J. Marques Pinto & Comp., que a assembleia foi adiada para o dia 27 de agosto do corrente, ás 13 horas. Rio, 9 de agosto de 1924. — O escrivão, José Candido de Barros.

(5.432)

Juiz de Direito da Segunda Vara Civil

AVISO AOS INTERESSADOS

De citação com o prazo de 20 dias, na forma abaixo.

O doutor Manoel da Costa Ribeiro, juiz de direito da Segunda Vara Civil do Distrito Federal, etc.:

Faz saber aos que o presente edital virem, que me foi requerido pelo Credit. Commercial do France, antigo Banco de Bordeaux, a sua inclusão como credor, na forma do art. 87 da lei n.º 2.021, de 1908 na massa fallida de José Ferreira Martins. Em virtude do que citam-se os interessados da fallencia de José Ferreira Martins, para no prazo de 20 dias apresentarem suas impugnações, para constar, passei o presente que será publicado e affixado na forma da lei. Dado e passado aos 14 de agosto de 1924. Eu, José Candido de Barros, escrivão, o subcrevi. — Manoel da Costa Ribeiro. Confere, José Candido de Barros.

Juizo de Direito da Segunda Vara Civil

De convocação de credores de Soares Cunha & Comp., à rua do Mercado n. 36, na forma abaixo:

O doutor Manoel da Costa Ribeiro, juiz de direito da Segunda Vara Civil do Distrito Federal, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem que a requerimento de Soares Cunha & Comp., depois de preenchidas as formalidades legais, foi pedida uma concordata preventiva na qual propõem para pagamento de 41 % de seus créditos por saldo em duas prestações, sendo a primeira 20 % a seis meses e a segunda a 12 meses de 21 %, contados os referidos prazos da data da homologação da concordata, com garantia do próprio activo constante de balanço junto. Em virtude do que, citam-se os credores, para ciência de seu requerimento e para se reunirem no dia 12 de setembro próximo, às 13 horas, na sala das audiências, no edificio do Forum, à rua dos Invalidos n. 152, bem para ciência da nomeação dos commissários: Banco Mercantil do Rio de Janeiro, Banco Pelotense e Ferreira Bacellar & Comp., sob pena de revelia. E para constar passo o presente edital que será affixado e publicado pela imprensa na forma da lei. Dado e passado aos 19 de agosto de 1924. — O escrivão, José Candido de Barros, subscrevi. — Manoel da Costa Ribeiro, Conforme. José Candido de Barros, escrivão.

(5.611).

Juizo de Direito da Segunda Vara Civil**Fallencia de L. P. de Oliveira**

AVISO AOS INTERESSADOS

O major Barros communica aos interessados da fallencia L. P. de Oliveira que a assembleia foi adiada para o dia 27 do corrente, às 13 horas.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1924.

— O escrivão, José Candido de Barros.

(5.640).

Juizo de Direito da Terceira Vara Civil**Fallencia de Liberti Lazzarini & Comp.**

De publicação de sentença que declarou aberta a fallencia dos negociantes Liberti Lazzarini & Comp., estabelecidos à rua Sete de Setembro n. 203, nesta cidade na forma abaixo:

O Dr. Frederico Sussrekind, juiz de direito da 3ª Vara Civil desta Capital Federal, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, que a requerimento de Bianconi & Busi, devidamente instruído e depois de preenchidas as formalidades legais, foi declarada aberta a fallencia dos negociantes Liberti Lazzarini & Comp., estabelecidos à rua Sete de Setembro numero 203 nesta cidade, por sentença desta juizo, de 23 de agosto de 1924, às 11 horas, fixando o seu termo para os effectos legais de 9 de julho de 1924.

Foi nomeado syndico o credor Francisco Barros Pereira, residente à rua Pereira Nunes 108, ficando os credores da dita firma fallida notificados pelo pre-

sente para dentro do prazo de 15 dias, apresentarem ao syndico a declaração de seus créditos acompanhada dos respectivos titulos; e, outrossim, ficam os referidos credores convocados para a primeira assembleia da presente fallencia, que será realizada no dia 23 de setembro de 1924 às 13 horas, na sala das audiências, no Forum desta cidade, à rua dos Invalidos n. 152, tudo nos termos dos arts. 17, 18, 80 e 82 e seus §§ da Lei n. 2.024 de 17 de dezembro de 1908. Dado e passado nesta cidade, Rio de Janeiro, aos 25 de agosto de 1924. Eu, Manoel Esanislão da Cruz Galvão, escrivão o escrevi. — Frederico Sussrekind. (5.636).

Juizo de Direito da Quarta Vara Civil**Fallencia de Tedesco Magalhães & Comp.**

O escrivão da Quarta Vara Civil avisa aos interessados da fallencia de Tedesco Magalhães & Comp., que se processa nesse juizo, que a assembleia de credores foi adiada para o dia 21 do corrente, às 13 horas, e se realizará no edificio do Forum, à rua dos Invalidos n. 152. — Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1924. — O escrivão, Elmano Gomes Cardim.

(5.480).

Juizo de Direito da Quinta Vara Civil

De citação, com o prazo de dez dias, aos interessados na fallencia de Bernardino Gomes & Pereira, na forma abaixo:

O Dr. Galdino Siqueira, juiz de direito da Quinta Vara Civil do Distrito Federal, etc.

Faz saber que, por parte de Pring Torres & Comp., ex-syndico da fallencia de Bernardino Gomes & Pereira, lhe foi dirigida uma petição acompanhada de documentos prestando as suas contas. Em virtude do que se passou o presente edital com o prazo de dez dias, pelo teor do qual ficam citados os interessados na fallencia de Bernardino Gomes & Pereira, para ciência do que se acham em cartorio durante o prazo de dez dias, para serem examinadas as contas prestadas por Pring Torres & Comp., ex-syndicos da fallencia de Bernardino Gomes & Pereira e apresentarem, dentro do referido prazo, as impugnações ou reclamações que entenderem, sob pena de, a revelia, serem as mesmas julgadas boas. E, para constar, passaram-se este e outros de igual teor, que serão publicados e affixados na forma da lei. Dado e passada nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 11 de agosto de 1924. Eu, Edison Mendes de Oliveira, escrivão, o subscrevi. — Galdino Siqueira. (Estava legalmente sellado). Está conforme. — O escrivão, Edison Mendes de Oliveira. (5.658).

Juizo de Direito da Quinta Vara Civil**Fallencia do Banco Francez para o Brasil**

AVISO AOS INTERESSADOS

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALLENCIA DO BANCO FRANCEZ PARA O BRASIL que se acha em cartorio, durante cinco dias, uma reivindicação requerida por Jorge

Bassila e outros, contra a massa fallida do dito banco para haver desta a quantia total de francos 8.122.70, devendo dentro desse prazo, apresentarem as contestações que entenderem do direito.

Rio, 25 de agosto de 1924. — O escrivão, Edison Mendes de Oliveira. (5.647).

Juizo de Direito da Quinta Vara Civil**Fallencia de M. Rodrigues Alves & Comp.**

AVISO AOS CREDITORES

De publicação de sentença que declarou aberta a fallencia dos negociantes M. Rodrigues Alves & Comp., estabelecidos à rua da Constituição n. 6, na forma abaixo.

O doutor Galdino Siqueira, juiz de direito da Quinta Vara Civil desta Capital Federal, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem que a requerimento do mesmo e depois de preenchidas as formalidades legais, foi declarada aberta a fallencia dos negociantes M. Rodrigues Alves & Comp., estabelecidos à rua da Constituição n. 6, por sentença deste juizo, de 23 de agosto de 1924, às 11 horas, fixando o seu termo para os effectos legais de 11 de junho de 1924.

Foram nomeados syndicos os credores Saidi Mathews & Comp., residentes à rua da Alfandega, n. 285, ficando os credores da dita firma fallida notificados, pelo presente, para, dentro do prazo de 20 dias, apresentarem aos syndicos a declaração de seus créditos acompanhados dos respectivos titulos; e, outrossim, ficam os referidos credores convocados para a primeira assembleia da presente fallencia, que será realizada no dia 19 de setembro de 1924, às 11 horas, na sala das audiências, no Forum desta cidade, à rua dos Invalidos numero 152, tudo nos termos dos arts. 17, 18, 80, e 82 e seus parágraphos da Lei n. 2.024, de 17 de dezembro de 1908. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 25 de agosto de 1924. Eu, Edison Mendes de Oliveira, escrivão, o subscrevi. — Galdino Siqueira. (Estava legalmente sellado). Está conforme. — Edison Mendes de Oliveira. (5.659).

Juizo de Direito da Quinta Vara Civil**Fallencia de Antonio G. Machado**

AVISO AOS CREDITORES

De publicação de sentença que declarou aberta a fallencia do negociante Antonio G. Machado, estabelecido com o gocio de perfumarias, à rua Dr. Carmo Netto n. 14, na forma abaixo:

O Dr. Galdino Siqueira, juiz de direito da Quinta Vara Civil desta Capital Federal, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, que a requerimento do mesmo devidamente instruído, e depois de preenchidas as formalidades legais, foi declarada aberta a fallencia do negociante Antonio G. Machado, estabelecido com negocio de perfumarias, à rua Dr. Carmo Netto n. 14, por sentença deste juizo, de 21 de agosto de 1924, às 13 horas, da tarde, fixando o seu termo para os effectos legais de 3 de junho de 1924. Foram nomeadas

syndicos, os credores A. Caldas Viana & Comp., residentes a rua Theophilo Ottoni, n. 91, ficando os credores da dita firma notificados, pelo presente, para, dentro do prazo de 15 dias, apresentarem aos syndicos a declaração de seus credits, acompanhada dos respectivos titulos; e, outrossim, ficam os referidos credores convocados para a primeira assembleia da presente fallencia, que será realizada no dia 18 de setembro de 1924, ás 14 horas, na sala das audiencias, no Forum, desta cidade, á rua dos Invalidos n. 153, todos nos termos dos arts. 17, 48, 80 e 82 sens. ss. da lei n. 2.024, de 17 de dezembro de 1908. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, aos 23 de agosto de 1924. Ed. Edison Mendes de Oliveira, escrivão, o subscreevi. — Galdino Siqueira. (Estava legalmente sellado) J. V. Est. conforme. — (5.654)

Juiz de Direito da Quinta Vara Civil

Intimação. — Prazo de 30 dias, a Justa de Moraes (que também usa o nome de Justa do Espírito Santo Moraes), que se acha ausente em lugar incerto e não sabido, desta Capital, na forma abaixo.

O doutor Galdino Siqueira, juiz de direito da Quinta Vara Civil do Distrito Federal, etc.:

Faz saber que, por este Juiz e cartorio do escrivão que este subscreevi, se processam os autos de acção ordinaria em que são autores D. Alice Candida Garcia da Cunha e outros e r. D. Justa de Moraes (que também usa ou usava o nome de Justa do Espírito Santo Moraes), nos quaes foi justificada a ausencia da r. em lugar incerto e não sabido desta Capital, tendo sido julgada por sentença a justificacão produzida. Em virtude da que se passou o presente edital, com o prazo de 30 dias, pelo teor do qual, se cita a dita D. Justa de Moraes (que também usa ou usava o nome de Justa do Espírito Santo Moraes) para, finto o prazo do presente edital, vir a primeira audiencia do Juiz, ver-se-lhe propôr uma acção ordinaria e assignar o prazo legal para contestação nos termos da petição com distribuição e despacho seguintes: Petição — Exmo. Sr. Dr. Juiz de direito da Quinta Vara Civil — D. Alice Candida Garcia da Cunha, Dr. Alvaro Cunha e sua mulher D. Zaira Andrade Cunha, Arlindo Cunha, D. Djanira Cunha, D. Guiomar da Cunha Torres, D. Judith Cunha Miranda e seu marido Jorge Jayme Miranda, D. Alice Borges da Cunha Lago e seu marido Emilio de Souza Lago, na qualidade de viuva, filhos, genro e neto, e unicos herdeiros do finado Coronel Dario Teixeira da Cunha — pedem a V. Ex. se digno mandar citar a Justa de Moraes (que também usa ou usava o nome de Justa do Espírito Santo Moraes) para, na primeira audiencia deste Juiz, ver-se-lhe propôr uma acção ordinaria de reivindicacão confundida com a de rescisão, para esse effeito, dos titulos respectivos, dos predios da rua Caio n. 51 e outro contíguo, ainda em construccão, e sem muros, e os tres lotes de terreno, proprios n. 40, 51, e 53, sendo dois occupados pelo primeiro predio e um pelo segundo, na freguezia de Jacarepagua, nesta cidade, bens que o mesmo finado Coronel Dario Teixeira da Cunha vi-

vendo em concubinato com a supplicada, lhe deu, comprando para ella, á sua custa, o terreno alludido, e construindo também á sua custa, os predios mencionados — como tudo será mais detalhadamente exposto nos artigos que os supplicantes protestam offerecer na audiencia alludida, em que será também assignado á supplicada o prazo legal para contestação, pena de revelia e as mais de direito. Dão á causa, para os effeitos legais, o valor de 30:000\$000 (trinta contos de reis) — Nestes termos, — P. P. deferimento. Rio, 30 de junho de 1924. O advogado, Levy Fernandes Carneiro. (Estava legalmente sellado). Com 4 docs. — P. P. N. N. por todo o genero de prova util inclusive depoimento pessoal da supplicada, pena de confissão, victoria, arbitramento, cartas de inquirição para fôrma da terra, etc. Distribuição — Distribuido em 4 de julho de 1924 ao senhor Juiz da Quinta Vara Civil. Polo distribuidor, Apriégio Caldas, escrevente juramentado. — Despacho — Como requer. Rio, 4-7-1924. Galdino Siqueira. — Ficando desde logo citada para os demais termos da acção, até final, pena de revelia, e, sciente de que as audiencias do Juiz tem lugar ás terças e sextas-feiras, ás 13 horas, no Forum, á rua Meneses Vieira n. 152, J. para constar, passaram-se este e outros de igual teor que serão publicados o affixados na fôrma da lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro aos 14 de agosto de 1924. Ed. Edison Mendes de Oliveira, escrivão, subscreevi. — Galdino Siqueira. (Estava legalmente sellado). — Está conforme. — O escrivão, Edison Mendes de Oliveira. (5.655)

Juiz de Direito da Quinta Vara Civil

Fallencia do Banco Francez para o Brasil

AVISO AOS INTERESSADOS

Avizo aos interessados na fallencia do Banco Francez para o Brasil que se acha em cartorio, durante cinco dias, uma reivindicacão requerida por Antonio Jabali e outro, contra a massa fallida do dito banco para haver desle as quantias de 4008 e £ 50-0-0, devendo dentro desse prazo, apresentarem as contestações ou reclamações que entenderem de direito.

Rio, 25 de agosto de 1924. — O escrivão, Edison Mendes de Oliveira. (5.648)

Juiz de Direito da Sexta Vara Civil

Fallencia de Henry Boysen

AVISO AOS INTERESSADOS

Scientifico aos interessados na fallencia de Henry Boysen, que as relações com declarações e documentos apresentados pelo syndico se acham no cartorio deste Juiz, durante o prazo de cinco dias, á disposicão dos interessados que quizerem examinal-os, apresentando as impugnacões que tiverem, nos termos dos arts. 5º e 6º do art. 83 da lei n. 2.024, de 1908, abaixo: § 5º. Durante esse prazo de cinco dias os credits, incluidos naquellas relações, poderão ser impugnados, quanto a sua legitimidade, impugnação ou classificacão, pelos credores particulares dos socios, § 6º. A impugnação será dirigida ao juiz, e por meio de

requerimento, justificacões ou outras provas. Rio, 22 de agosto de 1924. — O escrivão, João de Souza Pinto Junior. (5.601)

Juiz de Direito da Sexta Vara Civil

De convocação dos credores e interessados na concordata preventiva dos commerciantes Voloch & Macedo, estabelecidos á rua Marechal Floriano ns. 14 e 16, para se reunirem em assembleia, no dia 12 de setembro proximo futuro, ás 15 horas, na sala das audiencias do Forum, á rua dos Invalidos n. 153, afim de deliberarem sobre a proposta de concordata preventiva, apresentada pelos referidos commerciantes, de pagamento aos seus credores e chirographarios, por saldo de seus credits, 50 % das respectivas impontancias, em tres prestações, sendo uma de 15 %, sessenta dias depois da sentença que homologar a concordata, 15 %, sessenta dias depois do pagamento da 1ª prestação, e 20 % sessenta dias depois da 2ª prestação; e a reclamamentes que fôr a bem de seus interesses.

O doutor José Antonio Nogueira, Juiz de direito da 6ª Vara Civil do Distrito Federal, etc.:

Faz saber aos que o presente edital virem, em como por parte de Voloch & Macedo, foi dirigida a si distribuida a petição seguinte: Petição — Exmo. Sr. Dr. Juiz de direito. Voloch & Macedo, commerciantes á rua Marechal Floriano ns. 14 e 16, vem requerer a V. Ex. a convocação de seus credores para que reunidos em assembleia, resolvam sobre a proposta de concordata preventiva que lhes fazem os supplicantes. Circunstancias diversas concorreram para a insolvabilidade dos supplicantes e os levaram a fazer o presente requerimento. Os supplicantes que haviam desenvolvido o seu commercio, confiando muito legitimamente no credito que lhes fôr aberto pelos bancos Commercio e Industria de Minas Geraes e Germanico, desta praça, foram depois surpreendidos com a retracção do mesmo credito, consequencia da situação geral da praça foram depois, digo praça, o que veio a influir grandemente no effeito commercial de seus negocios. A isso, se deve tambem adduzir os prejuizos decorrentes da insolvabilidade e impontualidade de diversos devedores dos supplicantes e das modificacões das taxas cambiais, accretuadas em grande baixa, obrigando os supplicantes a pagar mercadorias importadas por valores superiores á sua expectativa. Por outro lado, grande parte do seu activo representado por certa de 200:000\$000 de duplicatas fôr cancelada naquelles mesmos bancos já citados, onde garantem o debito dos supplicantes com aquelles estabelecimentos, privando os supplicantes dos recursos decorrentes dos mesmos titulos para pagamento aos demais credores. Ao de mais, o balanço e documentos que os supplicantes apresentam com o parte integral desta, esclarecem bem a situação economica em que se encontram e a convicção que tem de que muito melhor defendem os interesses de seus proprios credores, evitando por este meio a fallencia e as despesas qua della haviam de ocorrer. A proposta que os supplicantes fazem á V. Ex. de pagamento aos seus credores e chirographarios, por saldo de seus credits, 50 % das respectivas impontancias, em tres prestações, sendo uma de 15 %, sessenta dias depois da

sentença que homologar a concordata, 15% sessenta dias depois do pagamento da primeira prestação e 20% sessenta dias depois do pagamento da segunda prestação. Em garantia do cumprimento dessa proposta os supplicantes dão o seu proprio activo e a prohibição de commerciar com que sempre procederam. Pedem, assim, a V. Ex. se digne mandar ouvir o doutor curador e prosseguir na forma da lei. Dão á presente, para os effectos da lei, o valor de 100.000\$000. P. deferimento. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1924. — Voloch & Macedo, pelo socio Ernesto Pereira de Macedo; Voloch & Macedo, pelo socio Marcos Voloch. (Ass-tava sellada.) Despacho: A. encerrados os livros pelo escriptão, dê-se vista ao doutor curador das massas. Rio de Janeiro, 6-8-1924. — Silva Castro, E, tendo fallado o doutor curador das massas, subiram os autos á conclusão, baixando o despacho seguinte: Despacho: Nomeio commissarios os credores Holmberg Beck & Comp., Thompson & Comp. e The Atlantic Refining Company of Brazil. Expeçam-se os editaes e designe o escriptão dia e hora para a assembléa de credores. Rio, 12 de agosto de 1924. — J. A. Nogueira. Em virtude do que se passou o presente edital, pelo qual são convidados os credores e interessados na concordata preventiva dos commerciantes Voloch & Macedo, estabelecidos á rua Marechal Floriano numero quatorze e dezesseis, para se reunirem em assembléa no lugar, dia e hora acima designados, affixado deliberarem sobre a proposta de concordata preventiva apresentada pelos referidos commerciantes, de pagamento aos seus credores chirographarios por saldo de seus creditos, 50% das respectivas importancias em tres prestações, sendo uma de 15%, sessenta dias depois da sentença que homologar a concordata, 15% sessenta dias depois do pagamento da primeira prestação e 20% sessenta dias depois da segunda prestação e receberem o que for a ham de seus interesses. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, aos 13 de agosto de 1924. Eu, João de Souza Pinto Junior, escriptão, o subseravi. — José Antonio Nogueira Rio, 13 de agosto de 1924. — João de Souza Pinto Junior. (5.659)

Juizo da Quarta Pretoria Civil

Da citação, a quem interessar possa, para sciencia da revogação de uma procuração outorgada a Tys de Glopper pela Sociedade Anonyma W. J. Kalis Wzu & Co's Baggermaatschappy, com sede em Haia, na forma abaixo:

O Dr. Martinho Garcez Caldas Barreto, juiz da 4ª Pretoria Civil do Districto Federal, etc.:

Faz saber que, por este juizo e cartorio do escriptão Pinheiro Machado, por parte da Sociedade Anonyma W. J. Kalis Wzu & Co's Baggermaatschappy, com sede em Haia, representada por seu director Alfred Wessely, foi requerida a revogação da procuração outorgada pela referida Sociedade a Tys de Glopper, nos termos da petição, termo de revogação e fé de citação adiante transcriptas Petição: Illmo. Sr. Dr. Juiz da 4ª Pretoria Civil. A Sociedade Anonyma W. J. Kalis Wzu & Co's Baggermaatschappy, com sede em Haia, por instrumento publico passado perante o tabelião Jorman Herwynen, da mesma cidade, aos 15 de dezembro de 1921, constituiu seu bastante procurador Tys de Glopper, para representá-la na Am-

rica do Sul, aceitar e executar obras de dragagem, fazer contractos, emitir, endossar e aceitar letras, comprar e vender applices, comprar, vender e alugar bens moveis e immoveis, especialmente material para dragagem, requerer concessão, receber e dar quitação, levantar dinheiros, e demais poderes constantes do mesmo instrumento ora junto por publica forma. Como, porém, não lhe convém o supplicado para seu procurador nem que elle continue no exercicio do semelhante mandato, quer, perante V. S., de accordo com as leis em vigor, revogar-lhe expressamente todos os poderes outorgados no referido instrumento, pelo que requer se digne mandar tomar por termo a revogação, sendo, delle intimado o supplicante para todos os effectos legais e publicado pela imprensa para conhecimento e sciencia de terceiros a quem interessar possa, feito o que pede lhe sejam entregues os autos, independente do traslado, para delles usas como e quando convier. P. Deferimento. Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 1924. Alfred Wessely, director. (Estava legalmente sellada.)

Termo: «Termo de revogação da procuração, na forma abaixo: Aos vinte e um de agosto de mil novecentos e vinte e quatro, em cartorio, compareceu a Sociedade Anonyma W. J. Kalis Wzu & Co's Baggermaatschappy, com sede em Haia, representada por seu director Alfred Wessely, e disse que, pelo presente termo e de accordo com sua petição retro que deste fica fazendo parte integrante, revoga para todos os effectos de direito a procuração outorgada pela mesma Sociedade a Tys de Glopper e a que se refere a dita petição, afim de ficar inteiramente sem effecto a alludida procuração. E de como assim o disse, assigna. Eu, Waldemir Miranda, escrevente juramentado, o escrevi e subseravi no impedimento ocasional do escriptão. Alfred Wessely. Fé de citação: «Certifico que em cumprimento do respectavel despacho na petição retro, intimei por todo o conteúdo da petição despacho e protesto, o supplicado Tys de Glopper, á praia do Russell, Hotel Gloria, 6º andar, quarto n. 610. O supplicado bem sciente ficou de tudo e mais que o juizo funciona, á rua do Catete n. 271, sobrado. Recebeu a respectiva contra-fé. O referido é verdade e dou fé. Rio, 25 de agosto de 1924. O official do juizo, Alfredo Gomes Ferreira. Em virtude do que, já tendo sido citado o referido Tys de Glopper, foi expedido o presente edital para citação e sciencia de terceiros a quem interessar possa. E, para constar, foram passados neste e outros de igual teor, que serão publicados e affixados na forma da lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 25 de agosto de 1924. Eu, Waldemir Miranda, escrevente juramentado, o escrevi e subseravi no impedimento ocasional do escriptão, Martinho Garcez Caldas Barreto. (Estava legalmente sellado). Está conforme. — Pelo escriptão Waldemir Miranda. (5.512)

Juizo da Quinta Pretoria Criminal

Edital de citação

O doutor Alvaro Montinho Ribeiro da Costa, juiz da 5ª Pretoria Criminal do Districto Federal:

Faz saber que por parte da Justiça Publica foi offerecida e por este Juizo recebida uma denuncia pela qual se

bastiana Pinto Guedes tem de ser processada com incurra no artigo 303 do Código Penal, e porque não tenha sido possível citar pessoalmente a essa accusada, em razão de não ser encontrada, nem della haver noticia, a cita pelo presente para comparecer á audiencia desdeste Juizo no dia 13 de setembro de 1924, e ás consecutivas, até final preparo, afim de assistir á inquirição de testemunhas e se verem processar pelo dito crime, e bem assim assistir a todos os demais termos do processo até final sentença, tudo sob pena de revelia.

A audiencia realiza-se á rua Fonseca n. 14, S. Christovão, ás 12 horas do dia. E para constar á dita accusada, mandou passar o presente edital que será affixado no lugar do costume e publicado. Quinta Pretoria Criminal, em 23 de agosto de 1924. Eu, Elroy Victor de Mello, escrevente, o escrevi. Eu, Pedro Brant Paes Leme, escriptão, o subseravi. — O juiz, Alvaro Montinho Ribeiro da Costa.

Juizo da Quinta Pretoria Criminal

Edital de citação

O doutor Alvaro Montinho Ribeiro da Costa, juiz da 5ª Pretoria Criminal do Districto Federal:

Faz saber que por parte da Justiça Publica foi offerecida e por este Juizo recebida uma denuncia pela qual Bernardino Ferreira Tavares, Gastão Teixeira e Waldemar Gomes tem de ser processados com incurra no artigo do Código Penal, e porque não tenha sido possível citar pessoalmente a esses accusados, em razão de não serem encontrados, nem delles haver noticia, os effixado pelo presente para comparecerem á audiencia deste Juizo, no dia 16 de setembro de 1924 e ás consecutivas, até final preparo, afim de assistir á inquirição de testemunhas e se verem processar pelo dito crime, e bem assim assistir a todos os demais termos do processo até final sentença, tudo sob pena de revelia.

A audiencia realiza-se á rua Fonseca n. 14, S. Christovão, ás 12 horas do dia. E para constar aos ditos accusados, mandou passar o presente edital que será affixado no lugar do costume e publicado. Quinta Pretoria Criminal, em 23 de agosto de 1924. Eu, Elroy Victor de Mello, escrevente, o escrevi. Eu, Pedro Brant Paes Leme, escriptão, o subseravi. — O juiz, Alvaro Montinho Ribeiro da Costa.

Juizo da Quinta Pretoria Criminal

Edital de citação

O doutor Alvaro Montinho Ribeiro da Costa, juiz da 5ª Pretoria Criminal do Districto Federal:

Faz saber que por parte da Justiça Publica foi offerecida e por este Juizo recebida uma denuncia pela qual Joaquim Silva, Antonio Silva e Manoel Fernandes tem de ser processados com incurra no artigo 330 § 4º do Código Penal, e porque não tenha sido possível citar pessoalmente a esses accusados, em razão de não serem encontrados, nem delles haver noticia, os effixado pelo presente para comparecerem á audiencia deste Juizo no dia 5 de setembro de 1924 e ás consecutivas, até final preparo, afim de assistirem á inquirição de testemunhas e se verem processar pelo

do crime, e bem assim assistir a todos os demais termos do processo até final sentença, tudo sob pena de revelia.

A audiência realiza-se à rua FONSECA n. 14, S. Christovão, às 12 horas do dia. E para constar aos ditos acusados, mandei passar o presente edital que será afixado no lugar publico do costume e publicado. Quinta Pretoria Criminal, em 22 de agosto de 1924. Eu, Eloy Victor de Mello, escrevente, o escrevi. E eu, Pedro Brant Paes Leme, escrivão, o subscrevi. — O juiz, Alvaro Montinho Ribeiro da Costa.

Juiz da Quinta Pretoria Criminal

De citação

O Doutor Alvaro Montinho Ribeiro da Costa, juiz da 5ª Pretoria Criminal do Distrito Federal:

Faz saber que por parte da Justiça Publica foi oferecida e por este juizo recebida uma denuncia pela qual Antonio Alvaro Amaral tem de ser processado como incurso no artigo 304 do Código Penal, e porque não tenha sido possível citar pessoalmente a esse acusado, em razão de não ser encontrado, nem delle haver noticia, o cito pelo presente para comparecer a audiência deste juizo, no dia 13 de setembro de 1924 e ás consecutivas, até final preparo, afim de assistir a inquirição de testemunhas e se ver processar pelo dito crime, e bem assim assistir a todos os demais termos do processo até final sentença, tudo sob pena de revelia.

A audiência realiza-se à rua FONSECA n. 14, S. Christovão, às 12 horas do dia. E para constar ao dito acusado, mandei passar o presente edital que será afixado no lugar do costume e publicado. Quinta Pretoria Criminal, em 22 de agosto de 1924. Eu, Eloy Victor de Mello, escrevente, o escrevi. E eu, Pedro Brant Paes Leme, escrivão, o subscrevi. — O juiz, Alvaro Montinho Ribeiro da Costa.

Juiz da Quinta Pretoria Criminal

De citação

O Doutor Alvaro Montinho Ribeiro da Costa, juiz da 5ª Pretoria Criminal do Distrito Federal:

Faz saber que por parte da Justiça Publica foi oferecida e por este juizo recebida uma denuncia pela qual Ramiro Simões Marqueto tem de ser processado como incurso no artigo 303, § 4º do Código Penal, e porque não tenha sido possível citar pessoalmente a esse acusado, em razão de não ser encontrado, nem delle haver noticia, o cito pelo presente para comparecer a audiência deste juizo, no dia 9 de setembro de 1924 e ás consecutivas, até final preparo, afim de assistir a inquirição de testemunhas e se ver processar pelo dito crime, e bem assim assistir a todos os demais termos do processo até final sentença, tudo sob pena de revelia.

A audiência realiza-se na rua FONSECA n. 14, S. Christovão, às 12 horas do dia. E para constar ao dito acusado, mandei passar o presente edital que será afixado no lugar do costume e publicado. Quinta Pretoria Criminal, em 21 de agosto de 1924. — Eu, Eloy Victor de Mello, escrevente, o escrevi. E eu, Pedro Brant Paes Leme, escrivão, o subscrevi. — Alvaro Montinho Ribeiro da Costa.

Juiz da Quinta Pretoria Criminal

De citação

O Doutor Alvaro Montinho Ribeiro da Costa, juiz da Quinta Pretoria Criminal do Distrito Federal:

Faz saber que por parte da Justiça Publica foi oferecida e por este juizo recebida uma denuncia pela qual Luiz da Silva Pinhal tem de ser processado como incurso no artigo 304, paragrafo unico do Código Penal, e porque não tenha sido possível citar pessoalmente a esse acusado, em razão de não ser encontrado, nem delle haver noticia, o cito pelo presente para comparecer a audiência deste juizo no dia 9 de setembro de 1924, e ás consecutivas, até final preparo, afim de assistir a inquirição de testemunhas e se ver processar pelo dito crime, e bem assim assistir a todos os demais termos do processo até final sentença, tudo sob pena de revelia.

A audiência realiza-se na rua FONSECA n. 14, S. Christovão, às 12 horas do dia. E para constar ao dito acusado, mandei passar o presente edital que será afixado no lugar do costume e publicado. Quinta Pretoria Criminal, em 22 de agosto de 1924. — Eu, Eloy Victor de Mello, escrevente, o escrevi. E eu, Pedro Brant Paes Leme, escrivão, o subscrevi. — Alvaro Montinho Ribeiro da Costa.

Juiz da Quinta Pretoria Criminal

De citação

O Doutor Alvaro Montinho Ribeiro da Costa, juiz da Quinta Pretoria Criminal do Distrito Federal:

Faz saber que por parte da Justiça Publica foi oferecida e por este juizo recebida uma denuncia pela qual Laurinda da Conceição tem de ser processada como incurso no artigo 304 do Código Penal, e porque não tenha sido possível citar pessoalmente a essa acusada, em razão de não ser encontrada, nem della haver noticia, a cito pelo presente para comparecer a audiência deste juizo, no dia 8 de setembro de 1924 e ás consecutivas, até final preparo, afim de assistir a inquirição de testemunhas e se ver processar pelo dito crime, e bem assim assistir a todos os demais termos do processo até final sentença, tudo sob pena de revelia.

A audiência realiza-se na rua FONSECA n. 14, S. Christovão, às 12 horas do dia. E para constar a dita acusada, mandei passar o presente edital que será afixado no lugar do costume e publicado. Quinta Pretoria Criminal, em 20 de agosto de 1924. — Eu, Eloy Victor de Mello, escrevente, o escrevi. E eu, Pedro Brant Paes Leme, escrivão, o subscrevi. — Alvaro Montinho Ribeiro da Costa.

Juiz da Quinta Pretoria Criminal

De citação

O Dr. Alvaro Montinho Ribeiro da Costa, juiz da 5ª Pretoria Criminal, etc.:

Faz saber que por parte da Justiça Publica, foi oferecida e por este juizo recebida uma denuncia, pela qual Ventura Soares tem de ser processado como incurso no art. 304, paragrafo unico, do Código Penal, e porque não tenha sido possível citar pessoalmente a esse acusado, em razão de não ser encontrado, nem delle haver noticia, o cito pelo presente para comparecer

à audiência deste juizo, no dia 12 de setembro de 1924 e ás consecutivas, até final preparo, afim de assistir a inquirição de testemunhas e se ver processar pelo dito crime, e bem assim assistir a todos os demais termos do processo, até final sentença, tudo sob pena de revelia. A audiência realiza-se à rua FONSECA n. 14, S. Christovão, às 12 horas do dia. E para constar ao dito acusado, mandei passar o presente edital que será afixado no lugar publico do costume e publicado. 5ª Pretoria Criminal, 21 de agosto de 1924. Eu, Eloy Victor de Mello, escrevente, o escrevi. E eu, Pedro Brant Paes Leme, escrivão, o subscrevi. — O juiz, Alvaro Montinho Ribeiro da Costa.

Juiz da Quinta Pretoria Criminal

De citação

O Dr. Alvaro Montinho Ribeiro da Costa, juiz da 5ª Pretoria Criminal, etc.:

Faz saber que, por parte da Justiça Publica, foi oferecida e por este juizo recebida uma denuncia, pela qual Augusto de Oliveira tem de ser processado como incurso no art. 303, § 1º do Código Penal, e porque não tenha sido possível citar pessoalmente a esse acusado, em razão de não ser encontrado, nem delle haver noticia, o cito pelo presente, para comparecer a audiência deste juizo, no dia 10 de setembro de 1924, e ás consecutivas, até final preparo, afim de assistir a inquirição de testemunhas e se ver processar pelo dito crime, e bem assim assistir a todos os demais termos do processo, até final sentença, tudo sob pena de revelia. A audiência realiza-se à rua FONSECA numero 14, S. Christovão, às 12 horas do dia. E para constar ao dito acusado, mandei passar o presente edital, que será afixado no lugar publico do costume e publicado. 5ª Pretoria Criminal, 21 de agosto de 1924. Eu, Eloy Victor de Mello, escrevente, o escrevi. E eu, Pedro Brant Paes Leme, escrivão, o subscrevi. — O juiz, Alvaro Montinho Ribeiro da Costa.

Juiz da Quinta Pretoria Criminal

De citação

O Dr. Alvaro Montinho Ribeiro da Costa, juiz da 5ª Pretoria Criminal, etc.:

Faz saber que, por parte da Justiça Publica, foi oferecida e por este juizo recebida uma denuncia, pela qual João de Souza Bittencourt e Estanislão Pinto Oliveira tem de ser processados como incurso no art. 330, § 4º do Código Penal, e porque não tenha sido possível citar pessoalmente a esses acusados, em razão de não terem sido encontrados, nem deles haver noticia, os cito, pelo presente, para comparecerem a audiência deste juizo, no dia 10 de setembro de 1924, e ás consecutivas, até final preparo, afim de assistir a inquirição de testemunhas e se verem processar pelo dito crime, e bem assim assistirem a todos os demais termos do processo, até final sentença, tudo sob pena de revelia. A audiência realiza-se à rua FONSECA n. 14, S. Christovão, às 12 horas do dia. E para constar ao dito acusado, mandei passar o presente edital, que será afixado no lugar publico do costume e publicado. 5ª Pretoria Criminal, 21 de agosto de 1924. Eu, Eloy Victor de Mello, escrevente, o escrevi. E eu, Pedro Brant Paes Leme, escrivão, o subscrevi. — O juiz, Alvaro Montinho Ribeiro da Costa.

Juízo da Sexta Pretoria Criminal

O doutor José Burle de Figueiredo, juiz da Sexta Pretoria Criminal do Distrito Federal, etc.:

Faz saber a todos que o presente edital com o prazo de 10 dias, virem ou delle noticiados tiverem, que o Dr. promotor publico adjunto denunciou a Octacilio Martins Vianna, como incurso no art. 304, do Código Penal. E como não tenha sido possível intimar o pessoalmente pelo presente o qua e chama a comparecer. Neste juízo no dia 4 de setembro próximo, às 12 1/2 horas, afim de assistir ao sumário do processo e acompanhá-lo em todos os seus termos até final sentença e sua execução sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento de todos, e do acusado mandou passar o presente edital que será affixado no local do costume e publicado no *Diário Official*. Outrosim, faz mais saber que as audiências do juízo são diárias e tem lugar á rua Fonseca n. 20, São Christovão. Dado e passado nesta Capital Federal, aos 23 de agosto de 1924. Eu, Alberto Monteiro de Souza, escrevente juramentado, o escrevi. E eu, Octavio Meilhar, escrevi, o subscrevi. — José Burle de Figueiredo Está conforme. Rio, 23 de agosto de 1924. — O escrevi, Octavio Meilhar.

Auditoria da Sexta Circumscricção Judiciaria Militar

EDITAL DE CITACÃO DE INDICIADO

O Dr. Octavio Steiner do Couto, 1.º supplente de auditor em exercicio:

Faz saber aos que o presente edital de citacão com o prazo de 8 dias virem ou delle conhecimento tiverem, que deverá comparecer no pavimento terreo do edificio do Supremo Tribunal Militar perante o 2.º Conselho de Justiça Militar, o soldado Antonio Miranda, da Escola de Aviação Militar, afim de ver-se processar e julgar pelo crime previsto no art. 107 do Código Penal Militar, de imputação de falsidade. Denuncia offerecida pelo Dr. 2.º promotor: «Exmo. Sr. presidente e demais membros do Conselho de Justiça Militar: O 2.º promotor da Justiça Militar desta Circumscricção vem, na forma da lei, denunciar o soldado da Escola de Aviação Militar, Antonio Miranda, pelo facto delictuoso que passa a expor: Na noite de 2 para 3 de fevereiro do corrente anno, o indiciado achando-se preso preventivamente no xadrez do quartel da Escola de Aviação, respondendo a inquerito por crime de furto, evadiu-se da prisão, serrando a grade da mesma e arrombando a janella, conforme ficou verificado pelo laudo de exame precedido no local e constante de folhas deste inquerito. Assim incidiu o indiciado nas penas do art. 107 do Código Penal Militar. Nestes termos, requer esta promotoria que feitas as necessárias intimações, seja iniciado o sumário de culpa, ouvindo-se as testemunhas abaixo arroladas: Soldados Americo Leal, Joaquim Anselmo, Paulo Lopes da Silva, sargento Leovegildo Alves dos Prazeres e cabo Antonio Machado. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1924. Francisco Anselmo Chagas, promotor. E para constar, passou-se o presente edital, que será affixado no local do costume pelo porteiro dos auditorios, o qual passará

certidão de haver cumprido, para ser junto aos autos, e mais dous de igual teor, que serão publicados pela imprensa. Penas da lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital da Republica dos Estados Unidos do Brasil, aos 20 dias do mez de agosto do anno de 1924. Eu, Alvaro de Cerqueira Lima, escrevi, o subscrevi. — Octavio Steiner do Couto.

Auditoria da Sexta Circumscricção Judiciaria Militar — Exército

EDITAL DE CITACÃO DE INDICIADO

O doutor Octavio Steiner do Couto, 1.º supplente de auditor, etc.:

Faz saber aos que o presente edital de citacão, com o prazo de 8 dias, virem ou delle conhecimento tiverem que no dia 2 de setembro, às 12 horas, no pavimento terreo do edificio do Supremo Tribunal Militar, sito á praça da Republica, perante o 2.º Conselho de Justiça Militar, deverá comparecer o soldado Olavo Augusto Cesar, do 1.º Grupo de Artilharia de Montanha, afim de se ver processar e julgar pelo crime previsto no art. 155, paragraho unico do Código Penal Militar, de que é accusado. Denuncia offerecida pelo Dr. 2.º promotor: Exmo. senhor presidente e demais membros do 2.º Conselho de Justiça Militar. O segundo promotor de Justiça Militar desta circumscricção vem, na forma da lei denunciar como incurso nas penas do art. 155, paragraho unico do Código Penal Militar, o soldado do 1.º Grupo de Artilharia de Montanha Olavo Augusto Cesar pelo facto criminoso que passo a expor: Em dias do mez de janeiro do corrente anno o indiciado desviou uma clarinete pertencente ao seu camarada de nome Luciano Martins Cardoso avaliada em setenta mil réis e que por este lhe tinha sido confiada com a obrigação de restituir. O indiciado para afastar de si qualquer responsabilidade e para exito do furto que praticara, simulou ter sido a sua mala arrombada e ter algum dali tirado a referida clarinete, dando lugar á abertura de um inquerito, onde seria indiciado o soldado Ernesto Rodrigues Tayão que se achava de plantão na noite da simulação; entretanto, as testemunhas ouvidas são quasi todas accordo em attribuir ao proprio soldado Olavo Augusto Cesar a autoria do furto. Nestes termos requer esta promotoria que feitas as necessárias intimações seja iniciado o sumário de culpa ouvindo-se o dono da clarinete, soldado Luciano Martins Cardoso e as testemunhas abaixo arroladas: primeiro sargento José Custodio Loureiro, anspêçada Aurelio Coelho de Moura, soldado Antonio Pereira Gomes Filho, Aparicio Germano da Silva e Pedro Casasovsky. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1924. — Francisco Anselmo Chagas, promotor. Eu, Alvaro de Cerqueira Lima, escrevi, o subscrevi. Capital Federal, 24 de agosto de 1924.

Sexta Circumscricção Judiciaria Militar

AUDITORIA DO EXERCITO

Edital de citacão

O Dr. Ernesto Claudino de Oliveira e Cruz, 2.º auditor da Guerra:

Faz saber ao réo soldado da 1.ª Companhia de Administração Nicomedes Walter Brasil, ou quem delle tiver conheci-

mento, que estando o mesmo réo foragido em lugar incerto e ignorado, e citado pelo presente a comparecer no edificio onde funciona a Sexta Circumscricção Judiciaria Militar (Auditoria do Exército), andar terreo do Supremo Tribunal Militar, á praça da Republica, no dia 22 do mez de setembro vindouro, ás 13 horas, perante o Segundo Conselho de Justiça Militar, afim de se ver processar pelo crime previsto no art. 107 do Código Penal Militar, de que é accusado: «Exm. Sr. presidente e mais membros do Segundo Conselho de Justiça Militar: O 2.º promotor de Justiça Militar desta Circumscricção vem na forma da lei denunciar o soldado da 1.ª Companhia de Administração Nicomedes Walter Brasil pelo facto criminoso que passo a expor: Na noite de 4 para 5 de abril do corrente anno, achando-se o indiciado acima referido preso judicialmente no xadrez do quartel do 1.º Regimento de Cavallaria Divisionario, e aproveitando-se da noite, que, segundo referencias deste inquerito, fora de chuva tempestuosa, evadiu-se da prisão, arrombando a mesma, conforme está devidamente verificado no exame de corpo do delicto do fls. Assim incidiu o indiciado na sanção do art. 107 do Código Penal Militar. Nestes termos requer esta promotoria que feitas as necessárias intimações, seja iniciado o sumário de culpa, ouvindo-se as testemunhas abaixo arroladas. Testemunhas: sargento Rubens Gregorio Pires, soldado Elpidio Cordeiro de Mello, cabo Augusto Nery, soldado Arnó Ernesto Michel. Outrosim, esta promotoria deixa de offerer denunciação contra o sargento commandante da guarda e mais praças da guarda da prisão porque no presente inquerito não se verificou nenhum indício de responsabilidade dos mesmos na fuga em questão. Rio de Janeiro, 9 de julho de 1924. — Francisco Anselmo Chagas, promotor. E para que assim se cumpra, expediu-se o presente, que foi Augusto Barbosa, escrevi, o subscrevi.

Capital Federal, 19 de agosto de 1924. — Ernesto Claudino de Oliveira Cruz, 2.º auditor.

TERMOS DE CONTRACTO

MINISTERIO DA GUERRA

Directoria Geral de Intendencia da Guerra

RECTIFICACÃO DE PUBLICACÃO DE CONTRACTO

Na publicação do contracto de 7 do corrente entre esta directoria e diversos negociantes, constante do *Diário Official* n. 195, de 15 deste mez, á pagina numero 18.315, 3.ª columna, 49.ª linha, depois da importancia de "(218:800\$)" — faz-se a rectificação o acrescimo do artigo seguinte, que por omissoão deixou de ser publicado: — "sete mil cobertores de lá haki, a vinte e sete mil e quatrocentos réis cada um, por cento e noventa e um centos e oitocentos mil réis (191:800\$000)".

Sala das sessões da Commissão Permanente de Compras da Guerra, 25 de agosto de 1924. — Capitão Laurio Egreiro de Souza, auxiliar da C. P. e G.

MINISTERIO DA JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES

Diretoria de Contabilidade

TERMO DE INSCRICAO E ENCERRAMENTO

grupos 7 e 23

Grupos de materiais e accessorios de automovel

Para concorrer ao fornecimento das repartições dependentes deste ministério, excepto a Polícia Militar do Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros e o Departamento Nacional de Saúde Publica, constante dos grupos sete — generos alimentícios e vinte e tres — accessorios de automovel, pertencentes à concorrência publica, annunciada em edital de seis de agosto de mil novecentos e vinte e quatro, inscreveram-se as seguintes firmas abaixo assignadas:

Por procuração, Mario Lopes de Alencar, da Companhia Commercial e Maritima;

Rodrigues Silvio & Companhia;

E, para cumprimento da cláusula decima do edital de seis de agosto de mil novecentos e vinte e quatro, entrou-se às dez e seis horas do dia vinte e cinco de agosto de mil novecentos e vinte e quatro a concorrência publica para fornecimento dos grupos sete e vinte e tres, as repartições dependentes deste ministério, excepto a Polícia Militar do Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros e o Departamento Nacional de Saúde Publica, durante o segundo semestre do corrente anno de mil novecentos e vinte e quatro. E, para constar, eu, Arthur Marques Lima de Albuquerque, terceiro official da Contabilidade da Secretaria de Estado da Justiça e Negocios Interiores, lavrei o presente termo, que vai assignado pelo senhor José Vicente Gomes Flores Junior, director geral interino da mesma directoria, pelo director interino da segunda secção, doutor Luiz Augusto de Drummond Alves, e por mim, Directoria de Contabilidade, em vinte e cinco de agosto de mil novecentos e vinte e quatro. — José Vicente Gomes Flores Junior, director geral interino. — Luiz Augusto de Drummond Alves, director da segunda secção. — Arthur Marques Lima de Albuquerque, 3º official.

Acta da abertura das propostas para o fornecimento durante o segundo semestre do corrente anno de 1924, as repartições dependentes deste ministério, excepto a Polícia do Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros e o Departamento Nacional de Saúde Publica.

Às quatorze horas do dia vinte e seis de agosto de mil novecentos e vinte e quatro, na Directoria de Contabilidade da Secretaria de Estado da Justiça e Negocios Interiores, em reunião presidida pelo Sr. José Vicente Gomes Flores Junior, director geral interino da Contabilidade, foram recebidas e abertas as propostas das firmas: Companhia Commercial e Maritima e Rodrigues Silvio & Comp., para fornecimento do grupo vinte e tres — Accessorios de automovel, durante o segundo semestre do corrente anno de mil novecentos e vinte e quatro, as repartições dependentes deste ministério, com excepção da Polícia Militar do Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros e o Departamento Nacional de Saúde Publica. Para fornecimento do grupo sete — Generos alimentícios, nenhum concorrente appareceu. Depois de verificada a idoneidade dos concorrentes foram abertas as enveloporios e lidas as propostas das firmas inscriptas, na presença dos interessados, sendo rubricadas em todas as suas paginas pelos representantes dos proponentes, em presença do presidente da reunião, que, por sua vez, as authenticou com a sua rubrica e por fim remettidas para o *Diario Official*, afim de serem publicadas. E, para constar, eu, Arthur Marques Lima de Albuquerque, 3º official da Secretaria de Estado da Justiça e Negocios Interiores, com exercicio na segunda secção da Directoria Geral de Contabilidade, lavrei esta acta, que vai assignada pelo presidente da reunião, Sr. José Vicente Gomes Flores Junior, director geral interino da Contabilidade; pelo director interino da segunda secção da mesma directoria doutor Luiz Augusto de Drummond Alves, e por mim, Directoria de Contabilidade, em vinte e seis de agosto de mil novecentos e vinte e quatro. — José Vicente Gomes Flores Junior, presidente. — Luiz Augusto de Drummond Alves, director interino da Secretaria. — Arthur Marques Lima de Albuquerque, 3º official.

A Companhia Commercial e Maritima, estabelecida a Rua dos Lepedinos, de 1 a 7, com negocio de automoveis e accessorios, de accordo com o edital de concorrência publicado no *Diario Official* de 7 de agosto de 1924, vem apresentar

para automoveis, declarando sujeitar-se a todas as condições do referido edital de concorrência.

Grupo 23 — Accessorios de Automoveis

- N. 1. Buzina Klaxon electrica, uma, cento e cincoenta mil réis.
- N. 2. Cajados para capota, um, sete mil e quinhentos réis.
- N. 3. Camaras de ar 30x3, Michelin, uma, dezoito mil e oitocentos réis.
- N. 4. Camaras de ar 30x3 1/2, Michelin, uma, vinte e um mil réis.
- N. 5. Camaras de ar 32x4, Michelin, uma, vinte e sete mil e seiscentos réis.
- N. 6. Camaras de ar 32x4 1/2, Michelin, uma, trinta e tres mil e quinhentos réis.
- N. 7. Camaras de ar 34x4 1/2, Michelin, uma, trinta e seis mil réis.
- N. 8. Camaras de ar 765x105, Michelin, uma, vinte e seis mil réis.
- N. 9. Camaras de ar 815x165, Michelin, uma, vinte e nove mil réis.
- N. 10. Camaras de ar 880x120, Michelin, uma, trinta e seis mil réis.
- N. 12. Camaras de ar 920x120, Michelin, uma, trinta e sete mil e setecentos réis.
- N. 13. Camaras de ar 935x135, Michelin, uma, trinta e oito mil réis.
- N. 14. Contrapiños de 1 1/2 m/m, um, dez réis.
- N. 15. Copos para graxa, ns. 4 e 6, um, dois mil réis.
- N. 16. Curo para embrayagem, um, dezesseite mil réis.
- N. 17. Espatulas para collocar pneus, uma, quatro mil e quinhentos réis.
- N. 20. Metal patente, kilo, dezesseite mil réis.
- N. 21. Macacos para auto de uma tonelada, um, vinte e cinco mil réis.
- N. 22. Pneus anti 30x3, Michelin, um, oitenta e seis mil réis.
- N. 24. Pneus anti 32x4 1/2, Michelin, um, duzentos e cincoenta mil réis.
- N. 25. Pneus anti 765x105, Michelin, um, cento e trinta e nove mil réis.
- N. 26. Pneus anti 815x165, Michelin, um, cento e cincoenta e seis mil réis.
- N. 27. Pneus anti 880x120, Michelin, um, duzentos e dezoito mil réis.
- N. 28. Pneus anti 915x105, Michelin, um, duzentos e cinquenta mil réis.
- N. 29. Pneus anti 920x120, Michelin, um, duzentos e quarenta e quatro mil réis.
- N. 30. Pneus anti 935x135, Michelin, um, duzentos e oitenta e nove mil réis.
- N. 33. Velas diversas para automoveis, uma, tres mil e novecentos e cinquenta réis.
- N. 34. Tubos de borracha para bomba de ar, uma, mil e novecentos réis.
- N. 35. Camaras de ar, Brasil, 30x3, uma, vinte e dois mil réis.
- N. 36. Camaras de ar, Brasil, 30x3 1/2, uma, vinte e quatro mil réis.
- N. 37. Camaras de ar, Brasil, 32x4, uma, trinta e dois mil réis.
- N. 38. Camaras de ar, Brasil, 33x4 1/2, uma, quarenta mil réis.
- N. 39. Camaras de ar, Brasil, 815x105, uma, trinta e um mil réis.
- N. 40. Camaras de ar, Brasil, 880x120, uma, quarenta e um mil réis.
- N. 41. Camaras de ar, Brasil, 920x120, uma, quarenta e quatro mil réis.
- N. 42. Camaras de ar, Brasil, 935x135, uma, quarenta e cinco mil réis.
- N. 43. Pneus extra-fort Brasil, 30x3, um, cento e quinze mil réis.
- N. 45. Pneus extra-fort Brasil, 32x4, um, duzentos e sessenta mil réis.
- N. 46. Pneus extra-fort Brasil, 33x4 1/2, um, trezentos e trinta e cinco mil réis.
- N. 47. Pneus extra-fort Brasil, 815x105, um, duzentos mil réis.
- N. 48. Pneus extra-fort Brasil, 880x120, um, duzentos e setenta e nove mil réis.
- N. 49. Pneus extra-fort Brasil, 920x120, um, duzentos e oitenta e nove mil réis.
- N. 50. Pneus extra-fort Brasil, 935x135, um, trezentos e trinta e cinco mil réis.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924. Por procuração da Companhia Commercial e Maritima, Mario Lopes de Alencar.

Rodrigues Silveira & Comp., estabelecidas com acessórios para automóveis em geral, à avenida Rio Branco n. 249, vem apresentar preços para os artigos abaixo declarados:

Departamento Nacional de Saúde Pública

SECRETARIA GERAL

CONCURRENCIA PUBLICA

Businas Klaxon electrica, uma, presentes e vinte mil réis.....	320\$000
Cajados para capotas, um, dez mil réis.....	10\$000
Camaras de ar, 30 x 3 1/2, Michelin, uma, vinte e tres mil e duzentos réis.....	23\$200
Camaras de ar, 30 x 3 1/2, Michelin, uma, vinte e quatro mil e oitocentos réis.....	24\$800
Camaras de ar, 32 x 4, Michelin, uma, trinta e dois mil réis.....	32\$000
Camaras de ar, 32 x 4 1/2, Michelin, uma, trinta e oito mil e quatrocentos réis.....	38\$400
Camaras de ar, 34 x 4 1/2, Michelin, uma, quarenta mil e oitocentos réis.....	40\$800
Camaras de ar, 765 x 105, Michelin, uma, trinta mil e quatrocentos réis.....	30\$400
Camaras de ar, 815 x 105, Michelin, uma, trinta e dois mil réis.....	32\$000
Camaras de ar, 880 x 120, Michelin, uma, quarenta mil e oitocentos réis.....	40\$800
Camaras de ar, 920 x 120, Michelin, uma, quarenta e dois mil e quatrocentos réis.....	42\$400
Camaras de ar, 935 x 135, Michelin, uma, quarenta e seis mil e quatrocentos réis.....	46\$400
Contrapiños de 1 m/m, um, vinte réis.....	20\$00
Copos de graxa ns. 4 e 6, um, cinco mil réis.....	5\$000
Couro para embryagem, um, vinte e quatro mil réis.....	24\$000
Espatulas para collocar pneus, uma, oito mil réis.....	8\$000
Metal patente, kilo, dezoito mil réis.....	18\$000
Macacos para autos de uma tonelada, um, trinta mil réis.....	30\$000
Pneus anti cable, 30 x 3, Michelin, um, cento e oito mil réis.....	108\$000
Pneus anti cable, 32 x 4 1/2, Michelin, um, duzentos e noventa e um mil e duzentos réis.....	291\$200
Pneus anti cable, 765 x 105, Michelin, um, cento e setenta e três mil e quatrocentos réis.....	170\$400
Pneus anti cable, 815 x 105, Michelin, um, cento e oitenta e tres mil e duzentos réis.....	183\$200
Pneus anti cable, 880 x 120, Michelin, um, duzentos e cincoenta e dois mil réis.....	252\$000
Pneus anti cable, 920 x 120, Michelin, um, duzentos e sessenta e dois mil réis.....	262\$000
Pneus anti cable, 935 x 135, Michelin, um, trezentos e trinta e dois mil réis.....	332\$000
Velas diversas para automoveis, uma, oito mil réis.....	8\$000
Tubos de borracha para bomba de ar, um, dois mil e quinhentos réis.....	2\$500
Camaras de ar Brasil, 30 x 3, uma, vinte e quatro mil réis.....	24\$000
Camaras de ar Brasil, 30 x 3 1/2, vinte e seis mil réis.....	26\$000
Camaras de ar Brasil, 32 x 4, uma, trinta e quatro mil réis.....	34\$000
Camaras de ar Brasil, 34 x 4 1/2, uma, quarenta e quatro mil réis.....	44\$000
Camaras de ar Brasil, 815 x 105, uma, trinta e quatro mil réis.....	34\$000
Camaras de ar Brasil, 880 x 120, uma, quarenta e quatro mil réis.....	44\$000
Camaras de ar Brasil, 920 x 120, uma, quarenta e seis mil réis.....	46\$000
Camaras de ar Brasil, 935 x 135, uma, cincoenta e um mil réis.....	51\$000
Pneus extra forte Brasil, 30 x 3, um, cento e vinte mil réis.....	120\$000
Pneus extra forte Brasil, 32 x 4, um, duzentos e sessenta e cinco mil réis.....	265\$000
Pneus extra forte Brasil, 33 x 4 1/2, um, trezentos e quarenta e tres mil réis.....	313\$000
Pneus extra forte Brasil, 815 x 105, um, duzentos e cinco mil réis.....	205\$000
Pneus extra forte Brasil, 880 x 120, um, duzentos e oitenta e quatro mil réis.....	284\$000
Pneus extra forte Brasil, 920 x 120, um, duzentos e noventa e cinco mil réis.....	295\$000
Pneus extra forte Brasil, 935 x 135, um, trezentos e quarenta e sete mil réis.....	347\$000

De ordem do Sr. director geral faço publico, que no 15 do mez de setembro vindouro serão recebidas, em concorrência publica, propostas para o fornecimento, até trinta e um (31) de dezembro deste anno, de artigos do grupo seis (6) — *Generos alimentícios e forragens* — as dependências do departamento, regendo-se a concorrência a que se refere o presente edital pelas seguintes condições:

Primeira — Os artigos serão de primeira qualidade, se se accetando propostas especialmente feitas para o grupo em questão, sendo faes propostas entregues, no dia marcado, em envelopes fechados, contendo, no envoltório, o numero do grupo e o nome do proponente.

Segunda — As propostas serão feitas em quatro vias (4), sendo a primeira sellada, datada e assignada, sendo nellas discriminados, sem emendas, enclenbadas, rasuras ou resalvas, em algarismos e por extenso, os preços de cada um dos artigos, não sendo tomadas em consideração as que não tenham preços para todos os artigos do grupo de que se trata.

Terceira — Os proponentes, pedindo inscripção, apresentarão para o julgamento da suas idoneidades, até as 15 (quinze) horas do dia 10 de setembro proximo futuro, em original ou por publico-fôrma, seus contractos sociais, desde que tenham socios, no caso contrario, certidão da Junta Commercial do Rio de Janeiro, indicando o capital com que se registrou na praça, registrados até 31 de dezembro de 1923, o qual será correspondente a um terço (1/3) do fornecimento a realizar; carta de negociante matriculado, talões que provejam os pagamentos dos impostos de industrias e profissões; licença da Prefeitura do Districto Federal e bem assim o conhecimento da Thesouraria Geral do Thesouro Nacional, demonstrando ter sido feita a caução de vinte contos de réis (20.000\$), a que se reporta a condição seguinte:

Quarta — Cada proponente depositará, antes de sua inscripção, no Thesouro Nacional, a quantia citada na condição supra, mediante guia que será fornecida, até o dia 11 (onze) de setembro proximo vindouro, pela secção de contabilidade deste departamento, podendo o deposito em questão ser feito em moeda corrente, apolices da divida publica ao portador ou em letras do Thesouro Nacional.

Quinta — Dar-se-hão guias, até as 17 (dezoito) horas do dia 11 do mez de setembro de 1924, somente aos commerciantes previamente julgados idoneos, terminando a inscripção as 15 (quinze) horas do dia doze (12) do citado mez, com a assignatura daquellas que exhibirem o conhecimento da Thesouraria Geral do Thesouro Nacional, a que se refere a parte final da condição quarta (4) deste edital.

Sexta — Para garantia da fiel execução do contracto a ser assignado e exigida a caução de 5 % sobre a totalidade do fornecimento a realizar pelo proponente que vier a ser escolhido.

Recebimento e abertura das propostas

Setima — As propostas serão recebidas, abertas e julgadas ante dos concurrentes inscriptos, que as rubricarão, do dia 14, as quatorze (14) horas do dia 15 (quinze) de setembro de 1924, na secção de contabilidade da Secretaria Geral deste Departamento, em reunião que será presidida pelo secretario geral do departamento, Dr. Raul de Almeida Magalhães, perdendo a totalidade da caução feita na conformidade do disposto nas condições quarta e quinta (4 e 5) deste edital, aquelle commerciante que, depois do inscripto e chamado na occasião opportuna, deixar de apresentar sua proposta, revertendo a mesma caução a favor da Fazenda Nacional.

Oitava — Ficou entendido que o proponente preferido para o fornecimento, no todo ou em parte, que não assignar o contracto no prazo de cinco dias uteis, contados da data da publicação do edital de chamada que esta secretaria geral fará publicar duas vezes no *Diário Official*, perderá a caução feita para garantia de apresentação de proposta, caução esta que responderá tambem pela assignatura do contracto.

Nona — Antes de qualquer decisão as propostas recebidas serão publicadas na integra no *Diário Official*.

Encerramento da inscripção

Decima — A inscripção, propriamente dita, dos candida- (os) julgados idoneos encerra-se irpreterivelmente as 15 (quinze) horas do dia doze (12) de setembro proximo futuro.

Decima primeira — Os proponentes-contractantes ficam obrigados a satisfazer os pedidos nos prazos que lhes forem marcados, incorrendo nas multas de dez por cento (10 %) sobre o valor do pedido si este não for satisfeito no prazo estabelecido e sendo a demora inferior a 24 horas, na doze e cinco por cento (25 %) sobre o valor total do pedido si a entrega dos artigos pedidos for feita depois do 18 horas do

Declaramos subscrimo-nos a todas as clausulas do edital de concorrência do *Diário Official* de 7 de agosto de 1924.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1924. Rodrigues Silveira & Comp.

prazo marcado no mesmo e, finalmente, na de 50 % (cincoenta por cento) si o excesso for maior, ou, no caso de rejeição dos artigos, provada a sua má qualidade, ficando estabelecido que, em qualquer dos casos acima, as dependências do departamento poderão comprar, onde lhes convier, os artigos em falta, correndo a despesa da aquisição, qualquer que ella seja, por conta do commerciante contractante.

Decima segunda — O contracto poderá ser rescindido quando o contractante abandonar o fornecimento ou quando se recusar a satisfazer qualquer pedido, revertendo a caução de que trata a condição sexta do presente edital, a favor da Fazenda Nacional, sendo, além disso, descontadas as multas em que tenham incorrido nas contas por pagar e, bem assim, as diferenças de preços a que allude a condição decima primeira deste edital, caso as dependências do departamento tenham sido forçadas a supprir-se em outrem, comprando por preços maiores que os do contracto assignado.

Decima terceira — O senhor ministro da Justiça e Negocios Interiores reserva-se o direito de annullar a concorrência que se vac proceder, si assim julgar conveniente, sem que ao contractante, cuja proposta for mais barata, assista direito a qualquer reclamação ou pedido de indemnização.

Decima quarta — Fica livre ao senhor ministro da Justiça e Negocios Interiores o direito de mandar contractar com o concorrente cuja proposta for mais barata, o fornecimento em globo ou escolher por unidades, nas diferentes propostas, segundo for mais conveniente, assim como de mandar adquirir quantidades menores que as mencionadas neste edital, sendo os contractantes, em qualquer dos casos, obrigados a manter, sempre, os preços estipulados nas suas propostas.

Decima quinta — Os fornecimentos serão feitos estritamente, dentro das verbas orçamentarias votadas, caso haja recursos em lei e necessidade de maiores quantidades, os commerciantes contractantes ficam obrigados a manter os preços dos contractos assignados.

Decima sexta — Todos os artigos serão postos, á custa dos contractantes, nos logares que fôrem indicados, com excepção dos que se destinarem aos Hospitales Paula Coutinho, Lazareto da Ilha Grande e Hospital Dom Pedro II, que serão entregues no ponto de embarque previamente marcado.

Decima setima — As propostas não poderão conter sinão uma fórmula de completa submissão a todas as clausulas deste edital, não se tomando em consideração as que contenhão vantagens não previstas no edital em apreço, nem as que contenhão apenas o offerecimento de uma redução sobre a proposta mais vantajosa.

Decima oitava — Em caso de absoluta igualdade de preços, dará a preferência aquelle que, em carta fechada, que será aberta na presença dos interessados, em dia e hora previamente marcados, offerecer maior redução.

Si, nesta occasião, os preços ainda fôrem iguaes, será preferido o concorrente nacional, e si todos fôrem nacionaes, resolverá a sorte, conforme determina o Regulamento do Código de Contabilidade Publica.

Decima nona — Os contractantes ficam obrigados a vender aos funcionarios do departamento, mediante apresentação fornecida pela secção de contabilidade, os artigos contractados, pelos mesmos preços, mediante pagamento á vista e sem a obrigação de entrega a domicilio.

Vigesima — Os contractantes ficam obrigados a pagar o selo proporcional, segundo a lei do selo vigente, em sellos que serão apostos ao contracto.

Vigesima primeira — O commerciante inscripto não só pela apresentação de proposta como tambem pela assignatura do contracto submitta-se a todas as exigencias e disposições deste edital e reconhece ao Governo o direito de mandar vir do estrangeiro os artigos que julgar convenientes.

Secretaria Geral do Departamento Nacional de Saude Publica, Secção de Contabilidade, 26 de agosto de 1924. — Dr. Raul de Almeida Magalhães, secretario geral.

Grupo G

Generos alimenticios e forragens

Numero de ordem	Especie	Unidade	Quantidade
1	Arroz, 1º	15	98000
2	Arroz, 2º	8,000	18400
3	Assucar de 1º	700	18300
4	Assucar de 2º	7,000	18750
5	Azeite de 1º	40	98300
6	Azeite de 2º	25	38300
7	Alfafa, 1º	25	18350
8	Alfafa nacional, kilo	40,000	8700
9	Agua mineral nacional, garrafa	500	18230
10	Alfafa, 2º	40	18520
11	Alcool de 36º	800	38720
12	Alfafa, 3º	200	38300

13.	Banha, kilo	1,200	48460
14.	Batatas, kilo	4,000	8850
15.	Biscuitos Leal Santos, kilo	30	48180
16.	Chocolate em pó, kilo	30	48100
17.	Carno secca, kilo	2,500	38400
18.	Cebolas, 1º	30	128300
19.	Chá preto, kilo	20	408300
20.	Cognac genuino francez, garrafa	30	218800
21.	Ervilhas seccas, kilo	400	38990
22.	Ervilhas petit pois, lata	20	58900
23.	Farinha mandioca, kilo	2,000	8850
24.	Feijão preto, kilo	3,500	18200
25.	Feijão de cor, kilo	800	18250
26.	Farelo, kilo	800	8250
27.	Farinha de avoiz, lata de dois kilos	20	58700
28.	Fubá fino, kilo	100	8850
29.	Goiabada, kilo	250	38150
30.	Leite condensado «Mog», lata	800	38800
31.	Linguas seccas, quiza	20	158600
32.	Lombo de porco, kilo	400	38300
33.	Louro, kilo	5	68600
34.	Manteiga nacional, kilo	600	118100
35.	Maizena, pacote de 250 grammas	250	8850
36.	Marmelada, kilo	1,200	38300
37.	Massa branca, kilo	1,000	18650
38.	Massa amarela, kilo	50	18800
39.	Massa de tomate, kilo	50	78600
40.	Malte, kilo	30,000	8630
41.	Milho em grão, kilo	30,000	8630
42.	Palitos, pacotes	8	68600
43.	Paio, kilo	2	58220
44.	Pimenta da india, kilo	100	8800
45.	Phosphoros, pacotes	1,200	3800
46.	Sal grosso, kilo	20	38600
47.	Sal fino, vidro	1,000	18140
48.	Sabão virgem, kilo	900	18700
49.	Sabão especial, kilo	25	68000
50.	Seco de uva Wellisch, 1/2 litros	50	18900
51.	Sagu, kilo	20	47800
52.	Rhum Jamaica, garrafa	400	38800
53.	Toncinho, kilo	25	118100
54.	Tijollo de arear, quiza	50	48700
55.	Tapioca, kilo	350	18000
56.	Vinagre, litro	280	38000
57.	Velas Stearine, pacote	15	38000
58.	Velas grossas para carro, pacote	600	58800
59.	Vinho do porto, litro	80	78000
60.	Vinho do porto Villar d'Alen, garrafa		

Departamento Nacional de Saude Publica

CONTRACTO N. 33

Livro n. 2 — Fls. 5

Termo de contracto celebrado entre o Departamento Nacional de Saude Publica e Manoel de Oliveira Brandão Sobrinho, para o fornecimento do grupo n. 8, «capim», a que se refere o edital de concorrência publica, publicado no Diario Official, de 16 de julho deste anno, e seguintes, ás dependências do mesmo departamento até 31 de dezembro de 1924.

As vinte e cinco (25) dias do mez de agosto do mil novecentos e vinte e quatro compareceu na secção de Contabilidade da Secretaria Geral do Departamento Nacional de Saude Publica, perante o secretario geral Dr. Raul de Almeida Magalhães, o senhor Manoel de Oliveira Brandão Sobrinho, estabelecido á Estrada Velha da Pavuna n. 85 (oitenta e cinco), nesta Capital e declarou que, para o fornecimento dos artigos infra mencionados, constantes do grupo oito (8), «Capim», ao referido Departamento até trinta e um (31) de dezembro vindouro, assignou o presente contracto, resultante da concorrência publica aberta na conformidade dos editaes publicados no Diario Official de dezesseis (16) de julho do mil novecentos e vinte e quatro, e reproduzida nos seguintes, tendo sido a preposta relativa ao grupo em questão, publicada integralmente no Diario Official de oito (8) de agosto do mil novecentos e vinte e quatro á folhas dezesseis e quilibz oitocentos e dezesseis (17,816), juntamente com a relação nominal de inscripção dos candidatos idoneos e com a acta de abertura e encerramento da concorrência, devendo ser observadas para o fornecimento de que se trata, as seguintes condições:

Primeira — O contractante obriga-se a sellar as contas, de accordo com as leis que estiverem em vigor, apresentando suas facturas até o dia cinco do mez seguinte ao da entrega

do fornecimento, em tantas vias quantas forem exigidas pelos chefes dos serviços, incorrendo o contractante na multa de cem mil réis (100\$) quando apresentar as contas fora do tal prazo.

Segunda — Manoel de Oliveira Brandão Sobrinho, neste instrumento denominado "contractante", obriga-se a fornecer as dependências do Departamento Nacional de Saúde Pública, até trinta e um de dezembro próximo futuro, os artigos constantes de sua proposta aceita para o grupo oito (8), "Capim", abaixo discriminados, pelo preço nella estipulado, de primeira qualidade, sendo, a sua custa, postos nas respectivas dependências, exceptuando-se, apenas, a entrega dos artigos que se destinarem aos hospitais "Paula Cândido" e D. "Pe-lro II" e ao "Lazareto da Ilha Grande", que serão, nas mesmas condições, levados ao ponto de embarque indicado, sendo rejeitados na ocasião do recebimento ou da conferência os artigos que não estiverem nas condições estabelecidas.

Tercera — Não sendo a entrega dos artigos pedidos feita dentro dos prazos marcados ou sendo o artigo de inferior ou de má qualidade, ficam as dependências do Departamento Nacional de Saúde Pública com o direito de comprar, onde lhes convier, as quantidades em falta, correndo por conta do contractante toda e qualquer diferença do preço para mais, ficando, ainda, sujeito a multa de dez por cento (10%) sobre o valor do pedido que deixar de satisfazer, ou que tenha sido recusado; igual multa será imposta se a entrega não for feita dentro do prazo de quarenta e oito horas contadas da entrega do pedido, quando se tratar de fornecimento quinzenal. Nos demais casos a entrega do artigo pedido será feita no dia e hora fixados, incorrendo o contractante na multa de vinte e cinco por cento (25%) sobre o valor total dos pedidos não satisfeitos a tempo e, na de cinquenta por cento (50%) si a demora no fornecimento for excedente de quinze dias, ou, ainda, no caso de rejeição de alguns ou de todos os artigos, provada a sua má qualidade.

Havendo reincidências e violações das disposições estabelecidas neste contracto, as multas poderão ser levadas até o valor da caução depositada para garantia de sua execução si o senhor ministro da Justiça e Negocios Interiores não preferir inopor, por simples aviso ou notificação independente da acção ou interpellação judicial, com perda da mencionada caução, que reverterá a favor da Fazenda Nacional, a immediata rescisão deste contracto sem que ao contractante assista direito a reclamação de especie alguma por prejuizos que venha a soffrer.

Quarta — As multas impostas e as diferenças dos preços serão deduzidas da caução a que se refere a condição sétima, ficando o contractante obrigado a integralizal-a, immediatamente, sob pena de rescisão do presente contracto.

Quinta — Este contracto só se tornará effectivo depois de approved definitivamente pelo senhor ministro da Justiça e Negocios Interiores e de registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo da União por indemnização alguma si tal instituto denegar o registro.

Sexta — Ao Departamento Nacional de Saúde Pública é facultado o direito de adquirir quantidades menores, de artigos deste grupo, que as mencionadas no edital de concorrência.

Sétima — Para garantia da execução deste contracto, effectividade das multas e penalidades em que incorrer, depositou o contractante no Thesouro Nacional, em moeda corrente, antes da respectiva assignatura, a importância de novecentos e setenta e cinco mil réis (975), conforme provou com o documento numero setecentos e vinte e dois (722), de

vinte e cinco (25) de agosto de mil novecentos e vinte e cinco, correspondendo este depósito a cinco por cento (5%) sobre o valor total do fornecimento a realizar, conforme estabelecido na clausula sexta (6ª) do edital a que se refere este contracto.

Esta caução só poderá ser restituída ao contractante depois de feitos os ultimos fornecimentos e de verificado terem sido fielmente cumpridas todas as condições deste contracto.

Oitava — As despesas resultantes do fornecimento em questão, na importância total de dezenove contos e quinhentos mil réis (19:500\$) serão empenhadas parecchadamente, e pagas no Thesouro Nacional, a medida dos fornecimentos e a vista das contas devidamente processadas e correntes por conta das seguintes consignações da verba 21ª — Departamento Nacional de Saúde Pública, artigo segundo do orçamento do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, da seguinte maneira: quatro mil setecentos e noventa e tres (4.793) até 30 de janeiro de mil novecentos e vinte e quatro; e mil e

Hospital S. Sebastião:

647 — Sustento, forragem e ferragem de anti-
maes 100\$000

Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia:

731 — Sustento, ferragem e forragem, etc., etc. 17:000\$000

Laboratório Bacteriológico:

791 — Biotério, etc., etc. 200\$000

Hospital Paula Cândido:

858 — Sustento, forragem e ferragem de anti-
maes 200\$000

No total de 19:500\$000

Por estarem assim accordes lavrou-se, esta, termo de contracto que, depois de lido e achado conforme, vai assignado pelo senhor secretário geral do Departamento Nacional de Saúde Pública, Dr. Raul de Almeida Magalhães, pelo contractante e pelas testemunhas Trajano Coelho e Carvalho Guimarães, que se achavam presentes na citada secção de Contabilidade e assistiram ao acto. Estavam colladas e devidamente inutilizadas estampillas federaes no valor de quarenta mil réis (40\$000). Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1924. — Dr. Raul de Almeida Magalhães. (25-8-924) — 25-8-924. — Manoel de Oliveira Brandão Sobrinho. — Testemunhas: Trajano Coelho. — Carvalho Guimarães.

Artigos e preço contractados.
Numero da ordem — Especie — Unidade — Quantidade — Preço

1. Capim de 1ª qualidade, kilo, sessenta e cinco réis — 65 réis.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1924. — Manoel de Oliveira Brandão Sobrinho.

MINISTERIO DA MARINHA

Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro

Contracto celebrado com a firma Prado Peixoto & Companhia para execução de reparos necessários nos batelões de ferro G e I do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Aos vinte e cinco dias do mez de agosto do anno de mil novecentos e vinte e quatro, comparecer nesta secretaria do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, o senhor Victor de Magalhães Cardoso Rangel, como socio da firma Prado Peixoto & Companhia, o qual, com o senhor vice-almirante Pedro de Frontin, director geral do referido Arsenal, se ajustam de accordo com as disposições doCodigo de Contabilidade Publica, para execução de reparos necessários nos batelões de ferro G e I do Ar-

senal de Marinha do Rio de Janeiro, conforme proposta apresentada pela referida firma, na concorrência administrativa para esse fim aberta nesta Directoria Geral, em vinte e um de julho de corrente anno, nos termos do disposto no artigo setecentos e sessenta e tres e paragraphos do já citadoCodigo de Contabilidade Publica. Pelo presente, contracto fica a firma Prado Peixoto & Companhia obrigada a fiel observancia de que nelle se contém, debaixo das seguintes condições:

Primeira — A firma Prado Peixoto & Companhia para todos os effectos passa a ter no presente contracto a denominação de "Contractante" e assim se obriga a executar os reparos que se fazem necessários nos batelões de ferro G e I do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Segunda — Os reparos a serem executados pela contractante são os previstos no final do primeiro periodo do

memorandum da concorrência e constam do seguinte: Encalhamento na carreira, limpeza geral, pintura geral a zarcão (interna e externamente), pintura de tinta envenenada numero um e dois, no fundo, o de uma mão de tinta cinzenta na superficie restante (interna e externamente), refazer a cimentagem onde necessario, e substituir oitocentos pés quadrados de chapas de ferro de tres dezeses pollegadas. Estes reparos serão executados pela importância total de cincoenta e nove contos e setecentos mil réis (59:700\$000), e no prazo de noventa (90) dias ulteis.

Tercera — A contractante terá de iniciar os reparos a que se refere a clausula segunda dentro do prazo maximo de cinco dias a contar do dia do registro do presente contracto pelo Tribunal de Contas, o que, não feito, constituirá motivo bastante para a rescisão do presente contracto e a imposição da multa de dois contos novecentos e oitenta

de cinco mil réis (2:9858000), correspondente ao valor da caução que deixa de realizar, à vista do artigo setecentos e setenta, parágrafo segundo do Código de Contabilidade Publica.

Quarta — No caso de paralyzação dos trabalhos por motivos de greve ou epidemia, não será levado em conta o tempo em que durar quaesquer dessas anormalidades, devendo, porém, a contractante, por escripto, notificar a respeito a Directoria Geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Quinta — No caso de fallencia da contractante, cessarão immediatamente todas as obrigações deste contracto.

Sexta — Fica a contractante obrigada a desmanchar o refazer, sem augmento de despesa, por parte do Governo, os trabalhos que tiver executado e forem rejeitados pela sua má execução.

Setima — Incorrerá a contractante na multa de um decimo por cento da importância total, isto é, cincoenta e nove mil setecentos e três (598700) diários, si não terminar os reparos constantes da clausula segunda, dentro do prazo estabelecido neste contracto.

Oitava — Ao Governo fica reservado o direito de introduzir nos trabalhos constantes da clausula segunda as modificações que julgar convenientes, o que fará com a necessaria antecedencia. Si de taes alterações resultar augmento de despezas, caberá ao director geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, providenciara respeito, do modo que a contractante seja indemnizada da importância decorrente das mesmas alterações.

Nona — A habilitação da contractante para o seu pagamento que será feito de uma só vez, ficará dependente da accção definitiva por parte do fiscal do Governo, dos trabalhos a que se obriga no presente contracto.

Decima — O material a empregar nos trabalhos a que se refere o presente contracto será todo do primeira qualidade.

Decima primeira — Todo o material será fornecido por conta da contractante.

Decima segunda — No caso de se verificar no correr das obras, substituição de chapas, em uma área superior a oitocentos pés quadrados, a contractante será indemnizada da importância correspondente a razão de vinte e cinco mil réis (258000) por pé quadrado; si inferior, elle será descontada a importância correspondente a razão da mesma quantia por pé quadrado.

Decima terceira — O presente contracto só terá pleno vigor depois de devidamente registrado pelo Tribunal de Contas, não cabendo ao Governo responsabilidade no caso de elle ser negado registro pelo citado Tribunal, e assim nesse caso, a contractante não terá direito a qualquer indemnização por prejuizos que elle possa advir com aquella decisão.

Decima quarta — A despesa relativa aos trabalhos constantes deste contracto e a cuja execução se obriga a contractante, correrá pela verba 16ª — Material de construção naval — Material de consumo, sub-consignação numero dous do orçamento de mil novecentos e vinte e quatro, para o que já se acha empenhada a quantia de cincoenta e nove mil setecentos e três mil réis (5987008000).

Decima quinta — Para os devidos efeitos o domicilio legal da contractante

é o em que se acha installado o seu escriptorio á rua da Saude numero trescentos e vinte e sete, nesta Capital. Para os devidos fins e todos os effectos previstos em lei e fora della, foi por mim, Carlos Cardoso de Paiva, segundo official da secretaria do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, lavrado o presente contracto que depois do lido e julgado conforme pelas partes contractantes, é por ellas e pelas testemunhas assignado, para inteira validade do que acima fica dito.

Directoria Geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, em vinte e cinco de agosto de mil novecentos e vinte e quatro. — Pedro de Frontin, director geral. — Prado Peixoto & Companhia. Testemunhas: Leopoldo de Braga Mello e Lafayette Gomes Ribeiro. (Estavam escriptas tres estampillas federaes no valor total de cento e vinte mil réis, devidamente inutilizadas pelas partes contractantes). Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1924. — Theodoro Franca Junior, 3º official. — Carlos Cardoso de Paiva, 2º official.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Directoria Geral de Contabilidade

Contracto celebrado entre a Directoria Geral dos Correios e M. S. Lino para execução de obras na lancha *Merity* do serviço marítimo desta repartição.

Aos vinte e um dias do mez de agosto de mil novecentos e vinte e quatro, no gabinete da Directoria Geral dos Correios, presentes o respectivo director geral, Severino Henrique de Lueena Nefva, e o senhor M. S. Lino, estabelecido com officina de machinas á rua Saccadura Cabral n. (152) cento e cincoenta e dous, nesta cidade, e estaleiro de construção naval em Niteroy, "Foque-Foque", representado neste acto pelo seu procurador, senhor Ricardo R. Santos, *ca-ri* da procuração do proprio punho passada por M. S. Lino, constante do processo "Diversos, quinhentos e quarenta e seis, C/23", autor da proposta mais barata apresentada a esta directoria em 26 de novembro de mil novecentos e vinte e tres, de accordo com o edital de concorrência publica de oito de novembro de mil novecentos e vinte e tres, publicado no *Diário Official*, edições de nove, quinze, vinte e dous e vinte e cinco do mesmo mez e anno e accoita pelo senhor director geral por despacho de vinte do margo de mil novecentos e vinte e quatro e de accordo com o numero quinhentos e vinte e dous, alinea quarta do regulamento que haizem com o decreto numero quatorze mil setecentos e vinte e dous, de dezesseis do margo de mil novecentos e vinte e um, nos termos da verba segunda, "Correios", capitulo "Consignação — Material", sub-consignação numero um, "Acquisição de moventes, machinas de escrever, caixas e holsas para collecção de correspondencias, cofres, vehiculos, inclusive material fluctuante, reparos e concertos do mesmo material fora das officinas da repartição", da lei numero quatro mil setecentos e noventa e tres, de sete de janeiro de mil novecentos e vinte e quatro, de accordo com o artigo setecentos e sessenta e sete e seguintes do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, e

de accordo com a minuta approvada pelo Excmo. Sr. ministro da Viação e Obras Publicas, conforme consta do officio numero mil duzentos e oitenta e um de dezanove de julho de mil novecentos e vinte e quatro da Directoria Geral de Contabilidade do Ministerio da Viação e Obras Publicas, resolveram firmar o presente contracto para execução de obras na lancha *Merity* do serviço marítimo desta repartição sobre as seguintes condições:

Primeira — M. S. Lino, designado neste termo "contractante", elegendo seu domicilio legal nesta cidade, em cujo fero responderá pelas obrigações decorrentes deste contracto, obriga-se a executar na lancha *Merity* do serviço marítimo desta repartição as seguintes obras:

Obras vivas: a) substituição da forração de cobre;

b) substituição das taboas do costado, em máo estado;

c) recorrer o calafeto;

d) substituição de betume e pauco de algodão;

e) substituir o pavilhão da roda da prôa;

f) substituir o cadastro interno.

Obras mortas: a) substituir o verdugo do BE e desempenar as chapas de metal do mesmo;

b) collocar uma chapa de metal do verdugo de BE;

c) collocar uma letra T no nome da lancha no costado do BE;

d) substituir um pedaço de friso da prôa.

Internamente — Carvoeiras: a) substituir o ferro da chapa das carvoeiras;

b) substituir as anteparas internas das carvoeiras junto á caldeira;

c) substituir o vidro de vista no compartimento de machinas a BE;

d) substituir o chapamento da caixa de fumaça e das escotilhas da casa de machinas e respectivas portas;

e) recorrer o calafeto do convez;

f) repregar algumas taboas da anteparada da ré do alojamento da prôa;

g) limpeza e recolocação das chapas de ferro do convez junto á casinha do homem do leme.

Segunda — As obras da lancha deverão ser iniciadas no maximo dentro de cinco dias, a contar da data em que for o concorrente convidado por escripto para esse fim e terminadas no prazo maximo de sessenta dias, contados do inicio das mesmas.

Tercera — Esta directoria se reserva o direito de rejeitar as obras no caso de não estarem de accordo com o presente contracto, obrigando-se o contractante a cumprir fielmente, dentro do prazo que foi estipulado, as referidas obras, constantes do presente termo.

Quarta — A infracção de qualquer das clausulas deste contracto sujeita o contractante ás multas de duzentos mil réis a dous contos de réis, a juizo da directoria. Essas multas, impostas pelo director geral, serão applicadas em dobro na reincidência de qualquer falta, devendo o contractante pagar as respectivas importancias dentro do prazo de quarenta e oito horas, contado do recebimento da respectiva notificação ou da sua publicação no *Diário Official*.

Caso não o faça, serão taes importancias descontadas do deposito feito no Thesouro Nacional, segundo o disposto na clausula setima, ficando ainda o contractante obrigado a completar immediatamente a importância desse deposito.

sob pena de rescisão do contracto, independentemente de interpeção judicial.

Quinta — As contas apresentadas pelo contractante ficarão sujeitas ás disposições legais vigentes, quanto ao respectivo processo. As contas depois de processadas deverão ser enviadas ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, para o respectivo pagamento por conta da verba segunda — «Correios», capitulo consignação — «Material», sub-consignação numero um «Acquisição de moveis, machinas de escrever, caixas e bolsas para collecta de correspondencia, cofres, vehiculos, inclusive material fluctuante, reparos e concertos do mesmo material fóra das officinas da repartição, da lei numero quatro mil setecentos e noventa e tres, de sete de janeiro de mil novecentos e vinte e quatro.

Sexta — No caso previsto na clausula quarta, as contas só serão processadas depois de provar o contractante estar quile das quantias relativas ás multas contractuales que lhe tenham sido impostas.

Selima — Para garantia da execução deste contracto e effectividade das multas em que incorrer, depositou o contractante no Thesouro Nacional, a título de caução, a quantia de um conto oitenta e quatro mil quatrocentos e cincoenta réis (1:084\$450), representada por moeda corrente, como provou com o conhecimento numero quinhentos e sessenta e dois, do Thesouro Nacional, deposito numero setecentos e tres, a folhas trinta e oito, do Livro de Depósitos e Cauções em dezanove de agosto de mil novecentos e vinte e quatro. Esta caução ficará depositada até a terminação do prazo deste contracto e só será restituída mediante observancia das formalidades legais e prova de ter o contractante cumprido todas as clausulas contractuales.

Oitava — O presente contracto só se tornará effectivo depois de approved pelo Exmo. Sr. ministro da Viação e Obras Publicas, e registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo por indemnização alguma, si esse Tribunal negar registro ao mesmo.

Nona — A despesa decorrente deste contracto na importancia total de réis 16:689\$000 (dezesseis contos seiscentos e oitenta e nove mil réis) correrá por conta da sub-consignação numero um, do titulo «Consignação Material», da verba segunda — «Correios», aquisição de moveis, machinas de escrever e bolsas de collecta de correspondencia, cofres, vehiculos, inclusive machinas, digo, inclusive material fluctuante, reparos e concertos do mesmo material, fóra das officinas da repartição, no corrente exercicio, tendo sido empenhada a importancia de 16:689\$000 (dezesseis contos seiscentos e oitenta e nove mil réis), para occorrer á despesa.

Decima — O sello proporcional de trinta e quatro mil réis (34\$000), devido pela importancia total deste contracto e cobrado de accordo com o decreto numero quatorze mil trescentos e trinta e nove, de primeiro de setembro de mil novecentos e vinte, numero quinze, parágrafo primeiro da tabella A, em estampilhas federaes. E achando-se as partes contractantes de pleno accordo com as clausulas, eu Attila de Mello Cherriff, terceiro official da Directoria Geral dos Correios, lavrei o presente contracto em livro especial que contem

as exigencias do artigo setecentos e oitenta e tres do decreto quinze mil setecentos e oitenta e tres, de oito de novembro do mil novecentos e vinte e dois, aos vinte e um dias do mez de agosto de mil novecentos e vinte e quatro, o qual depois de lido e achado conforme na presença das partes contractantes e das testemunhas abaixo, e pelas mesmas assignado.

Estavam colladas e devidamente inutilizadas tres estampilhas federaes no valor total de trinta e quatro mil réis (34\$000), datadas e assignadas, parte no papel, e parte nas estampilhas da seguinte fórma: Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1924. Extrahi a presente cópia do original lavrado de folhas 196 a 199, do livro competente que continha os requisitos exigidos pelo artigo 783, do Regulamento do Codigo de Contabilidade Publica. Estavam assignadas como partes contractantes e testemunhas as seguintes assignaturas: Severino Neiva, por procuração M. S. Lino. — Ricardo R. Santos. — Gustavo Francisco da Costa e Adhemar Pinho de Macedo. Está conforme o original.

Directoria Geral dos Correios, Sub-directoria de Contabilidade, 3ª Secção, em 22 de agosto de 1924. — Francisco Pereira de Araujo, auxiliar de praticante. Confere. — Gabriel da Silva Jardim, 3º official. Visto, em 22 de agosto de 1924. — O chefe de secção, Pereira Luz.

NOTICIARIO

No Palacio do Cattete conferenciaram hontem com o Sr. Dr. Arthur Bernardes, Presidente da Republica, os Srs. ministros de Estado, Dr. João Luiz Alves, da Justica; Felix Pacheco, das Relações Exteriores; Dr. Sampaio Vidal, da Fazenda; marechal Setembrino de Carvalho, da Guerra; Dr. Francisco Sá, da Viação; almirante Alexandrino de Alencar, da Marinha, e Dr. Miguel Calmon, da Agricultura.

O Sr. senador Vidal Ramos esteve hontem no Palacio do Cattete, em visita de despedida ao Sr. Presidente da Republica, por ter de partir para o Estado de Santa Catharina.

Afim de agradecer ao Sr. Presidente da Republica a sua promoção ao cargo de 1º official da Secretaria de Estado da Justica e Negocios Interiores, esteve hontem no Palacio do Cattete o Sr. Augusto Cesar Lobo.

O commandante aviador Vere Betlington, addido á Embaixada da Grã-Bretanha, e Sr. David D. Keary estiveram hontem no Palacio do Cattete, onde foram convidar o Sr. Presidente da Republica e sua Exma. familia para assistir ao baile que a colonia Britannica offerecerá ao commandante e officialidade da esquadra ingleza que nos visitará nos primeiros dias do mez de setembro, e que terá lugar no dia 4, nos salões do Club dos Diarios.

O Sr. Presidente da Republica visitou, por intermedio do Sr. capitão-tenente Edgard de Mello, do seu Estado-Maior, ao Dr. Osorio de Almeida, que se acha enfermo.

O Sr. Dr. Arthur Bernardes, Presidente da Republica, recebeu hontem em audiencia, no Palacio do Cattete os Srs.

deputados Pessoa de Queiroz, Braz de Amaral, Emilio Jardim e Antunes Maciel; Dr. Flavio Uchôa e Dr. Lucio Peres.

No Palacio do Cattete estiveram hontem com o Sr. Presidente da Republica os Srs. Dr. Alair Prata, prefeito do Districto Federal, e marechal Carneiro da Fontoura, chefe de Policia da Capital.

O Sr. Presidente da Republica recebeu o seguinte telegramma:

Leopoldina (Minas). 25 — A Camara Municipal de Leopoldina, reunida pela primeira vez depois do impatriotico movimento militar de S. Paulo e outros Estados, votou uma moção manifestando a V. Ex. sua completa solidariedade e seu grande jubilo pelo justo triumpho da legalidade. Saudações. — Botelho Reis, vice-presidente da Camara em exercicio.

A Repartição Geral dos Correios expedirá malas pelos seguintes paquetes:

Hoje:

Pelo Jodzeiros, para Victoria e Nova Orleans, recebendo impressos até ás 5 horas, objectos para registrar, até ás 6; cartas para o interior da Republica até ás 5, idem, idem, com porte duplo e para o exterior até ás 6 horas.

Amanhã:

Pelo Affonso Penna, para Santos, Paranaguá, S. Francisco, Rio Grande e Montevideo, recebendo impressos até ás 6 horas, objectos para registrar até ás 18 horas de hoje, cartas para o interior da Republica até ás 6, idem, idem, com porte duplo e para o exterior até ás 7.

Pelo Itaipava, para Santos e mais portos do sul, recebendo impressos até ás 5 horas, objectos para registrar até ás 18 horas de hoje, cartas para o interior da Republica até ás 4, idem, idem, com porte duplo até ás 5.

Pelo Itajubá, para Santos e mais portos do sul, recebendo impressos até ás 4 horas, objectos para registrar até ás 18 horas de hoje, cartas para o interior até ás 7, idem, idem, com porte duplo até ás 8.

2ª Exposicion FERIA Internacional de Muestras — El gobierno de la provincia de Buenos Aires (Republica Argentina) la inaugurará en La Plata el 1º de octubre de 1924.

Pueden concurrir todas las industrias. — Organizada por el gobierno de la provincia de Buenos Aires (Republica Argentina) funcionará en la ciudad de La Plata durante todo el mes de octubre del corriente año la 2ª Exposicion FERIA Internacional de Muestras de la cual pueden participar todas las industrias.

Para instalar este mercado el gobierno organizador dispone de cuatro grandes locales, a saber: un grand hall cubierto de 2.400 metros cuadrados de superficie, ubicado entre las calles 50, 6, 49 y 7; tres amplios pabellones cubiertos que hacen un total de 10.800 metros cuadrados situados en la calle 28 entrely 3 y 15.000 metros cuadrados de superficie al aire libre, todo lo cual hace un total de 28.200 metros cuadrados.

El «Salon de la mujer» — El gran hall de la calle 50, donde se instaló en 1923 la 1ª FERIA de Muestra, realizada en Su America, se habilitará para la sección especial denominada «Salón de 1ª mujer».

la cual ha sido dividida en diez pequeños grupos, a saber: manualidades, vestuario y modas; industrias, artes (industriales y decorativas); higiene y sports; mueblería; maquinarias; objetos religiosos; librería y artículos varios.

Los pabellones — En los tres pabellones de la calle 28 y en el vasto espacio al aire libre cuyas dimensiones ya se han dado, se instalará la feria propiamente dicha, vale decir, casi todos los grupos que consigna el programa de la misma, los cuales son: instalaciones oficiales, oficinas de información, nacional o extranjera, cámaras, etc.; propaganda y reclame; productos agrícola-ganaderos; industrias alimenticias; industrias textiles; confecciones, vestuarios, modas; minería y cantería; maquinarias; aparatos y accesorios; industrias eléctricas; metalurgia y quincallería; construcciones y manufactura; cristalería, porcelana, loza y cerámica; papelería; industrias gráficas; cortidos y artículos de piel; música e instrumentos en general; industria de la pesca; industrias químicas en general; fotografía y cinematografía; hidráulica; transportes, alumbrado, calefacción, fumistería y ventilación; industria de la madera; industria del caucho; joyería, platería y orfebrería; higiene, instrumentos de medicina, cirugía y sports; objetos religiosos; artes industriales y decorativas; juguetes y artículos de bazar; material escolar y pedagógico; envase de productos; radiotelegrafía y radiotelefonía y artículos varios.

A excepción de los grupos que se instalarán en el «Salón de la mujer», y cuya nómina se ha dado más arriba, los demás irán a estos pabellones.

Tarifa de arrendamiento de espacio — La tarifa de arrendamiento de espacio más baja que la que rigió en la 1ª feria, facilitará la concurrencia de fabricantes o importadores de artículos de dimensiones y volúmenes grandes, tales como vehículos y maquinarias en general. Esta tarifa es la siguiente: hasta 6 metros, precio por metro cuadrado, \$15; de 7 a 15 metros, \$14; de 16 a 25, \$13; de 26 en adelante, \$10. Tratándose de instalaciones al aire libre los precios establecidos experimentarán una rebaja del 20 %.

El gobierno cuenta con un determinado número de mesas y estanterías que alquilará al precio de \$3 por todo el tiempo que permanezca abierta la feria.

Carácter de estas exposiciones ferias — Es oportuno explicar de nuevo el carácter que tienen las Exposiciones Ferias y Muestras que anualmente organiza el gobierno de la provincia de Buenos Aires, tanto más cuando que la generalidad de las gentes confunden su principal finalidad.

Estas ferias a base de muestras se diferencian fundamentalmente de las simples exhibiciones de artículos en que los concurrentes no sólo exponen sus productos sino que pueden realizar toda clase de transacciones comerciales, vender y comprar al por mayor y realizar contratos directos entre sí, conforme al reglamento interno de la Exposición en condiciones excepcionalmente favorables desde que no participan en las operaciones intermediarias.

Pero si la condición de los concurrentes vendedores es buena, no lo es menos la de los concurrentes compradores, quienes pueden hacer comparaciones entre artículos de un mismo ramo y calidad semejante, observar las novedades presentadas por el progreso de las industrias y degustar la mercadería favorita en poco tiempo y con gran economía de gastos. Estas ferias son en definitiva

verdaderos mercados industriales donde puede venderse y comprarse directamente a base de muestrarios, de modelos, de facsimiles, dibujos, etc.

Quiénes pueden concurrir a la 2ª feria — De la 2ª Exposición Feria Internacional de Muestras pueden participar: todo fabricante o productor directo del país o extranjero; representantes o agentes autorizados para vender artículos con marca determinada; exportadores autorizados para vender artículos con marca determinada. En cuanto a producción agrícola serán admitidos también como productores directos sindicatos, sociedades y cooperativas.

Los interesados pueden inscribirse desde ahora hasta el 1º de setiembre en la Dirección de Agricultura, Ganadería e Industrias de la provincia de Buenos Aires, calle 50 n.º 553, La Plata — República Argentina.

El catálogo oficial — Una vez cerrada la inscripción, la Oficina de Publicidad del Ministerio de Obras Públicas editará el catálogo oficial. El gobierno de Buenos Aires permitirá la inserción de anuncios de propaganda comercial a cuyo efecto se ha establecido una tarifa módica.

En los locales donde funcionará la feria podrán asimismo colocarse carteles y avisos murales de propaganda. Los expositores de la 2ª Exposición Feria Internacional de Muestras que inserten anuncios de propaganda en el catálogo oficial tienen derecho a utilizar, sin cargo alguno, una o más páginas de texto — según sean las dimensiones del aviso contratado — para describir sus establecimientos o bien explicar el funcionamiento y características de las maquinarias y aparatos exhibidos o especificar la calidad de la mercadería que fabrican o introducen al país, etc.

Fuentes de información — Los señores representantes diplomáticos y consulares argentinos tendrán sumo agrado en facilitar a los interesados todas aquellas informaciones referentes a este certamen.

El folleto explicativo recientemente editado por la Oficina de Publicidad contiene un gran número de datos de mucha utilidad. Bastará solicitarlo a las legaciones y consulados argentinos que lo entregarán gratuitamente.

O tempo — Boletim da Directoria do Meteorologia — Previsões para o período do 18 horas do dia 26 até 18 horas do dia 27:

Distrito Federal e Niteroy — Tempo, ameaçador com garoa passando a instavel.

Temperatura — Ainda em declinio com maxima entre 21º e 23º.

Ventos — Predominarão os do sudoeste e sueste.

Estado do Rio — Tempo, centro e oeste instavel passando a bom; serra o littoral: ameaçador com chuvisqueiros passando a instavel; leste: instavel com chuvisqueiros.

Temperatura — Ainda em declinio.

Estados do sul — Tempo, bom em toda a parte. Muito frio com geadas esparsas em Santa Catharina e Paraná, elevando-se a temperatura ligeiramente de dia. Ventos da noroeste a nordeste na Rio Grande e em Santa Catharina e do sul a leste nos demais Estados.

Onda do frio — A onda do frio que foi presentida na Argentina, conforme o boletim de hoje, avançou com enorme velocidade através Santa Catharina e Paraná onde provocou se-

das esparsas, attingindo S. Paulo e Rio de Janeiro, com baixa sensivel de temperatura.

Synopse do tempo occorrido: No Distrito Federal (de 18 horas de ontem ás 15 horas de hoje) — A perturbação prevista hontem para depois de 18 horas de hoje, occorreu pela madrugada, lançando-se o anticyclone por caminho inesperado e onde é fraca a rede meteorologica official. A temperatura manteve-se relativamente alta a noite e baixou sensivelmente de dia. As médias das temperaturas extremas dos postos do Distrito Federal foram 23º e 17º e as temperaturas extremas verificadas no Posto de Meteorologico foram: 23º a 16º respectivamente á 1 h. 00 m. e 14 h. 40 m. Os ventos sopram em geral do quadrante sul com fortes rajadas de SSW pela madrugada.

Em todo o paiz (de 9 horas de hontem ás 9 horas de hoje): Zona norte — Devido a absoluta falta do serviço telegraphico, não podemos fazer a synopse desta zona.

Zona centro — Nas 24 horas, o tempo esteve bom, salvo em alguns pontos do Estado do Rio que choveu e chuveu fracamente. Esta manhã, ás 9 horas, o tempo esteve instavel em grande parte do Estado do Rio e bom nos demais Estados. A temperatura elevou-se ligeiramente em Goyaz e declinou nos demais Estados.

Zona sul — Nas 24 horas, o tempo esteve instavel com chuvas fracas e esparsas. Esta manhã ás 9 horas, o tempo esteve instavel em S. Paulo e bom nos demais Estados. A temperatura elevou-se ligeiramente, no Rio Grande e declinou nos demais Estados. Geou esta manhã, em Palmas, Curitiba, Urussanga, Passo Fundo e Santa Victoria.

Menores temperaturas — 2º (abaixo de zero) em Rio Negro e 1º (abaixo de zero) em Passo Fundo.

Maiores chuvas recolhidas no dia 26: 3 mm em Passo do Bormann e 3 mm em Passo Furtto.

Estado do mar na costa do paiz — Grandes vagas: em Santos e Parana-gua; vagas: em Macahé; pequenas vagas: em Victoria, Distrito Federal; tranquillo: em Laguna; chão: em Itabapoana.

Regiões sem chuvas — Ha mais de 15 dias: parte de Minas; ha mais de 30 dias: Carmo, Rezende, Valença, Matto Grosso e parte de Minas; ha mais de 60 dias: Coxim, Goyaz, parte do Maranhão e de Minas.

Tendencia do nivel das aguas do rio Parahyba — Subindo ligeiramente em Guararema e Anitá; estacionario em Cacapava, Rezende e Barra do Pirahy e baixando no resto do curso. Não recebemos o telegramma de Jacarehy.

Dados anerologicos:

No Distrito Federal — Por motivo de força maior, não foi feita a sondagem habitual. Sondagens realizadas ás 9 horas e 30 minutos.

Em Cuyabá — Cor. variando entre S e SSE até 1.300 metros vel. média, 5 minutos.

Em Florianopolis — Cor. quadr. S até 3.770 metros vel. média 5 minutos.

Em Curitiba, Santos, Mendes e São Sebastião do Paraizo, não foram feitas as sondagens habituaes, devida, estar o céu encoberto por nuvens baixas.

Do S. Paulo dos Agudos e Campos não recebemos os nossos telegrammas.

Directoria de Meteorologia—Instituto Central—Serviço de Previsão da Tempo—Boletim do Tempo—Synopse do tempo em todo o Brasil ao 1/2 dia de Greenwich (9 hs. no Rio de Janeiro) no dia 26 de agosto de 1924.

Zona norte — D evido á a soluta faltá do serviço telegraphico, não podemos fazer a synopse desta zona. Zona centro — Nas 24 horas o tempo esteve bom, salvo em alguns pontos do Estado do Rio, em que choveu fracamente. Esta manhã, ás 9 horas, o tempo esteve instavel em grande parte do Est do do Rio e bom nos demais Estados. A temperatura elevou-se ligeiramente em Goyaz e declinou nos demais Estados. Zona sul — Nas 24 horas o tempo esteve instavel com chuvas fracas e esparsas. Esta manhã, ás 9 horas, o tempo esteve instavel em S. Paulo e bom nos demais Estados. Gcou esta manhã em Palmas, Curitiba, Pas o Fundo e Santa Victoria.

Observações meteorologicas effectuadas simultaneamente ao 1/2 dia de Greenwich (9 horas no Rio de Janeiro) no dia 26 de agosto de 1924. (Resumo do Boletim organizado no Instituto Central).

Estações	Observações do dia							Observações da vespera			
	Pressão atmospherica m/m	Temperatura do ar		Vento		Estado do céo	Estado do mar	Temperatura do ar		Chuva m/m	Estado do tempo e phenomenos diversos
		Observa- ção	Diferença em 24 horas	Direcção	Força			Maxima	Minima		
S. L. do Maranhão (*)											
Barra do Córda (*)											
Fortaleza (*)											
Quixeramobim (*)											
Natal (*)											
Parahyba (*)											
Recife (*)											
Pão de Assucar (*)											
Aracajú (*)											
Bahia (*)											
Cactire (*)											
Jannuaria (*)											
Bello Horizonte (*)											
Theophilo Ottoni	763.4	16.5	-1.0	—	—	2	—	B. (n. o. manhã)	27.0	11.0	
Uberaia	64.6	16.0	-7.0	C	0	9	—	B. n. b. manhã)	30.0	13.3	N. pm.
Caxambu	65.6	12.0	-2.0	C	0	0	—	B. (b. manhã)	27.0	7.0	
Pocos de Caldas (*)											
Goyaz	—	17.0	1.0	E	2	0	—	B. (b. manhã)	35.0	9.0	B. pm.
Santa Luzia	—	20.8	-1.0	SE	2	0	—	B.	21.3	15.8	
Cuyabá	62.0	15.0	-1.0	S	1	0	—	B. ns. (ns. m.)	30.0	1.0	Ns. am. pm.
Corumbá	63.7	14.0	-1.0	SW	4	7	—	B. ns. (ns. m.)	4.0	13.0	Ns. am. pm.
Victoria	65.1	24.0	0.0	W	2	0	Peqs. vagas.	B. (b. manhã)	28.0	17.0	E. pm.
Capital Federal (Instituto Central)	67.2	20.0	2.2	SW	4	10	Peqs. vagas.	M. ch. (ch. vm.)	29.9	13.8	N. am.
Campos	65.7	22.0	2.0	SW	2	0	—	B. ns. (ns. m.)	30.0	15.0	Ns. am.
Friburgo	66.4	14.0	2.0	C	2	0	—	B. (ns. s. m.)	7.0	5.0	B. pm.
Petropolis	—	14.0	4.0	SW	2	0	—	M. ch. (b. m.)	25.0	13.0	B. pm.
Rezende	66.4	16.0	3.0	C	0	9	—	B. ns. (ns. m.)	3.0	11.0	
Cabo Frio	66.4	21.0	0.0	SW	5	9	Peqs. vagas.	I. (o. manhã)	26.0	20.0	I. pm.
Therezopolis	67.5	14.0	-4.0	SE	3	9	—	B. (b. manhã)	25.0	8.0	B. pm.
S. Paulo (*)											
Santos	67.0	15.0	-2.0	SW	6	9	Grds. vagas.	I. (i. manhã)	26.0	16.0	
Paranaguá	69.0	15.0	-2.0	C	0	4	Grds. vagas.	B. (o. manhã)	21.0	12.0	C. v. pm.
Guarapuava	—	6.0	—	SE	8	2	—	B. (ns. manhã)	19.0	5.0	V. pm.
Curitiba	68.1	8.0	-8.0	S	2	6	—	B. (s. ge. m.)	25.0	3.0	Ch. p. m.
Florianopolis	69.4	12.0	-3.0	N	2	2	—	B. i. manhã)	15.0	9.0	1.0 Ch. pm.
Lages	—	9.0	-4.0	SW	2	0	—	B. ns. (c. m.)	5.0	7.0	0.0 C. pm.
Porto Alegre	68.8	70.0	-2.0	C	0	0	—	b. c. manhã)	17.0	2.0	B. pm.
Uruguayana	66.0	9.0	0.0	S	2	2	—	B. (o. manhã)	18.0	5.0	B. pm.
Montevideo	64.8	1.0	1.0	NW	5	—	—				
Buenos Ayres	64.9	7.0	1.0	NW	2	—	—				

Estado do céo em decimos de céo encoberto: 0, totalmente limpo; 10, totalmente encoberto. Estado do tempo: b, bom; i, incerto; m, máo. Phenomenos diversos: c, chuva; ne, neve; ns, nevoa secca; n, nevoeiro denso; nt, nevoeiro tenue; sa, saraiva; ge, geada; tr, trovoadas com relampagos; t, trovões; r, relampagos; o, orvalho; v, ventania.

Os numeros indicativos das torças do vento referem-se á Escala Beaufort de 0 calma a 12 torção. A pressão barometrica achase reduzida a 0° C. ao nivel do mar e á gravidade normal. Observações meteorologicas realizadas em alguns postos da Capital Federal.

Postos	Chuva em 24 horas m/m	Temperaturas extremas		Postos	Chuva em 24 horas m/m	Temperaturas extremas	
		Maxima	Minima			Maxima	Minima
Forte de Copacabana				Corcovado: Temp. 12°2. Hum. relat. 100 %.			
Bangu (X)				Vento: SW 10 m.			
Niteroy	0.2	31.5	17.0	Santa Cruz	0.0	33.0	18.0
Rio Comprido	—	31.4	17.2	Campo dos Afonsos	0.0	3.2	14.0
Haddock Lobo	0.0	31.0	17.2	Olaria	0.0	—	—
Pena	0.0	28.4	16.5	Meyer	0.0	—	—
Encantado	0.0	24.8	15.4	Jacarapaguá	1.0	—	—
Gavea	2.2	29.6	2.4	Realengo	0.0	—	—
Decadere	0.0	29.4	14.6	Atica Campista	0.0	—	—
				Villa Isabel	0.6	—	—

Nota — (*) Não verificado. As temperaturas e a chuva foram lidas no dia 26, ás 7 horas. A maxima corresponde a esta madrugada.

Companhia de Loterias Nacionais do Brasil — Loterias da Capital Federal —
Lista geral dos premios da 9ª Loteria do plano 34, 194ª extracção do anno de 1924, realizada em 26 de agosto de 1924, em beneficio das instituições mencionadas nas leis e decretos em vigor e em virtude do contracto celebrado em 8 de outubro de 1921 na Procuradoria Geral da Fazenda Publica, do Thesouro Federal:

37.070.....	200\$000
59.649.....	500\$000
51.978.....	1:000\$000
12.842.....	2:000\$000
56.487.....	100\$000
53.247.....	100\$000
68.723.....	100\$000
29.581.....	200\$000
51.457.....	200\$000
10.753.....	200\$000
24.317.....	100\$000
10.099.....	100\$000
2.704.....	200\$000
1.027.....	100\$000
37.361.....	1:000\$000
21.877.....	100\$000
54.893.....	100\$000
59.367.....	100\$000
1.035.....	200\$000
56.592.....	100\$000
55.233.....	100\$000
59.344.....	200\$000
56.289.....	200\$000
23.753.....	200\$000
34.182.....	100\$000
28.022.....	20:000\$000
68.864.....	100\$000
5.558.....	100\$000
25.543.....	200\$000
16.612.....	200\$000
68.032.....	200\$000
54.682.....	200\$000
31.934.....	200\$000
3.473.....	100\$000
54.195.....	100\$000
43.772.....	200\$000
17.304.....	500\$000
26.499.....	400\$000
39.626.....	200\$000
13.907.....	500\$000
64.489.....	100\$000
42.986.....	100\$000
58.875.....	100\$000
8.955.....	100\$000
32.303.....	200\$000
66.207.....	100\$000
32.859.....	200\$000
52.639.....	100\$000
67.241.....	200\$000
63.476.....	1:000\$000
61.731.....	500\$000
58.844.....	100\$000
37.413.....	500\$000
69.897.....	500\$000
39.051.....	200\$000
2.668.....	200\$000
53.615.....	100\$000
26.720.....	100\$000
13.091.....	100\$000
61.552.....	100\$000
59.089.....	200\$000
57.457.....	100\$000
40.821.....	200\$000
60.833.....	100\$000
20.068.....	100\$000
22.763.....	500\$000
55.745.....	100\$000
58.216.....	100\$000
66.802.....	200\$000
6.669.....	100\$000
59.848.....	100\$000
42.239.....	100\$000
52.064.....	100\$000

7.634.....	200\$000
5.963.....	100\$000
16.119.....	100\$000
25.436.....	100\$000
49.631.....	100\$000
18.362.....	200\$000
45.967.....	100\$000
66.742.....	100\$000

Approximações

28.021 a 28.023.....	300\$000
51.977 a 51.979.....	150\$000
12.841 a 12.843.....	100\$000

Dezenas

28.021 a 28.030.....	60\$000
51.971 a 51.980.....	40\$000
12.841 a 12.850.....	30\$000

Terminações

Os numeros terminados em 22 teem.....	4\$000
Os numeros terminados em 2 teem.....	2\$000

Exceptuando-se os numeros terminados em 22. — O fiscal das loterias, do Governo da União, *Pereira de Alvea*, ajudante. — O director assistente, *Antonio Olyntho dos Santos Pires*. — O escrivão, *Firmino de Cantuaria*

RENDAS PUBLICAS

Recebedoria do Districto Federal

Renda arrecadada de 4 a 25 de agosto de 1924.....	14.097:401\$952
Renda arrecadada em 26 de agosto de 1924.....	599:239\$250
Em igual periodo de 1923.....	11.696:644\$202
Diferença para mais em 1924.....	10.297:671\$221
Em igual periodo de 1923.....	1.398:969\$981

Alfandega do Rio de Janeiro

Renda arrecadada hontem, 26:	
Em ouro.....	241:982\$041
Em papel.....	221:832\$287
	463:814\$328
Renda arrecadada de 1 a 26 do corrente...	8.681:037\$739
Em igual periodo de 1923.....	6.194:716\$618
Diferença para mais em 1924.....	2.486:371\$121

PARTE COMMERCIAL

CAMARA SYNDICAL

Praças	90 d/v	à vista
Sobre Londres.....	5 27/64	5 3/8
Sobre Paris.....	\$538	\$543
Sobre Italia.....		8145
Sobre Hamburgo	Por milhão	\$001

Sobre Portugal.....	\$288	\$303
Sobre Belgica.....	—	\$501
Sobre Hespanha.....	—	1\$332
Sobre Suissa.....	—	1\$881
Sobre Suecia.....	—	2\$700
Sobre Noruega.....	—	—
Sobre Dinamarca.....	—	—
Sobre Syria e Palestina.....	—	\$512
Sobre Tcheco-Slovacia.....	—	\$301
Sobre Nova York.....	9\$780	9\$938
Sobre Montevideo.....	—	7\$990
Sobre Buenos Ayres (peso-papel).....	—	3\$412
Sobre Buenos-Aires (peso-ouro).....	—	7\$760
Sobre Hollanda (Florim).....	—	3\$883
Sobre Japão (yen).....	—	—
Sobre Rumania.....	—	3053
Sobre Hamburgo (rent-mark).....	—	2\$390
Moedas		
Liras (papel).....		\$450
Escudos (papel).....		\$320
Bolsa		
Apolicês uniformizadas de 1:0000\$, 5 %.....		793\$000
Apolicês emprestimo nacional de 1903, port.....		701\$000
Apolicês diversas emissões de 5 %, mudadas, nom.....		900\$000
Apolicês diversas emissões de 1:000\$, 5 %, nom.....		745\$000
Apolicês diversas emissões de 1:000\$, 5 %, port.....		655\$000
Apolicês diversas emissões de 1:000\$, 5 %, port. (cautela).....		650\$000
Obrigações do Thesouro Nacional, de 1:000\$, 7 %.....		918\$000
Apolicês emprestimo municipal de 1914, port.....		156\$500
Apolicês emprestimo municipal, de 1917, port.....		151\$500
Apolicês emprestimo municipal, de 1920, port.....		149\$500
Apolicês emprestimo municipal, de 7 % port. (decreto n. 1.535).....		158\$500
Apolicês emprestimo municipal de 8 %, port. (decreto n. 1.933).....		169\$000
Apolicês emprestimo municipal de 7 %, port. (decreto n. 1.548).....		156\$000
Apolicês Prefeitura de Niteroy, de 100\$, 6 %, por 1ª serie.....		73\$000
Apolicês Estado do Rio Grande do Sul de 1:000\$, 7 %, nom.....		865\$000
Apolicês Estado do Rio de Janeiro de 500\$, 6 %, nom.....		320\$000
Banco dos Funcionarios Publicos.....		51\$500
Banco Portuguez do Brasil, port.....		184\$000
Banco do Brasil.....		392\$000
Companhia Docas do Santos, nom.....		455\$000
Companhia Panificadora Mixta.....		500\$000
Debentures Companhia Docas do Santos.....		187\$000
Debentures Companhia Usinas Nacionais.....		200\$000
Secretaria da Camara Syndical do Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1924.....		—
— A. Simonsen, syndico.....		—

COTAÇÕES DE CAFÉ

Dia 26 de agosto de 1924

Termo

Mezes	1ª cotação	2ª cotação	3ª cotação	Total de vendas
Janeiro	48\$200	48\$300	—	3.000
Agosto	48\$400	48\$500	—	3.000
Setembro	48\$800	48\$750	—	6.000
Outubro	48\$600	48\$550	—	42.000
Novembro	48\$500	48\$450	—	4.000
Dezembro	48\$400	48\$500	—	2.000
Vendas	Saccas	Saccas	Saccas	Saccas
	21.000	9.000		30.000
Mercado: 1ª cotação, firme; 2ª cotação, calmo, Disponível base tipo 7, 48\$800.				
Mercado, firme.				
Vendas, 20.053 saccas.				
O syndico, J. Severino.				

COTAÇÕES DE ASSUCAR

Dia 26 de agosto de 1924

Termo

Mezes	1ª cotação	2ª cotação	3ª cotação	Total de vendas
Janeiro	58\$500	58\$200	58\$400	3.000
Agosto	S/vend.	58\$700	58\$400	
Setembro	61\$750	S/vend.	61\$700	
Outubro	61\$000	61\$500	61\$000	
Novembro	59\$100	59\$800	59\$000	9.000
Dezembro	58\$800	58\$900	58\$400	4.000
Vendas	Saccas	Saccas	Saccas	Saccas
	15.000	1.000		16.000
Mercado: 1ª cotação, estável; 2ª cotação, calmo, Disponível branco crystal, bom, sacco, nominal.				
Mercado, nominal.				
Vendas de todas as qualidades, 999 saccas.				
O syndico, J. Severino.				

MOVIMENTO DO DIA 23

(Mercado disponível)

Assucar

Entradas de Campos	Saccas
Salidas	2.078
Existencia	2.019
Mercado sustentado.	47.628
Preço do branco crystal, nominal.	
Algodão	
Entradas de Parahyba	Fardos
Entradas do Ceará	242
Salidas	6
Existencia	248
Total	593
	6.175

Mercado frouxo.

Preços por 10 kilos:

Serões	79\$000 a 86\$000
Primeiras sortes	74\$000 a 84\$000
Medianos	70\$000 a 82\$000
Paulista	Nominal

Café

Entradas	Saccas
Salidas	17.528
Existencia	45.262
Mercado firme.	265.963
Preços por:	
Typo 3	50\$300
Typo 4	49\$600
Typo 5	48\$900
Typo 6	48\$200
Typo 7	47\$500
Typo 8	46\$800

Preço do tipo 7, hoje, 47\$800.

Mercado, hoje, firme.

O syndico, J. Severino.

MOVIMENTO DO DIA 25

Mercado do disponível)

Assucar

Entradas de Campos	Saccas
Salidas	2.303
Existencia	3.836
Mercado sustentado.	15.995
Preço do branco crystal, nominal.	
Algodão	
Entradas de Minas	Fardos
Salidas	61
Existencia	270
Mercado frouxo.	5.969

Preços por

10 kilos

Serões	78\$000 a 86\$000
Primeiras sortes	73\$000 a 84\$000
Medianos	70\$000 a 82\$000
Paulista	Nominal

Café

Entradas	Saccas
Salidas	21.460
Existencia	45.831
Mercado firme.	271.622
Preços por tipo:	
Typo 3	50\$600
Typo 4	49\$900
Typo 5	49\$200
Typo 6	48\$500
Typo 7	47\$800
Typo 8	47\$100

Preço do tipo 7, hoje.

Mercado hoje firme.

O syndico, J. Severino.

EDITAIS E AVISOS

MINISTERIO DA FAZENDA

Tribunal de Contas

Pelo presente edital são intimados os herdeiros de ex-encarregado da arrecadação das rendas federais, em Christina, no Estado de Minas Geraes, José Buonochristiano, para, no prazo de trinta dias, contados da primeira publicação deste, allegarem o que tiverem a bem de seu direito, produzindo documento, relativamente ao alicance de 519.258, verificado no processo da tomada de contas do referido ex-encarregado, referente ao período de 12 de agosto de 1898 a 31 de outubro de 1903, sob pena de revelia.

Terceira Directoria do Tribunal de Contas, 19 de agosto de 1924. — Francisco José Pereira de Oliveira, director.

Alfandega do Rio de Janeiro

SENTENÇA

Vistas lidas e estudadas as partes componentes deste processo e

Considerando que as peças de tecido de seda de que trata o mesmo são de evidente fabrico estrangeiro e procedem de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, local que, fora de qua quer duvida, está compreendido na zona fiscal, nos precisos termos do artigo 5º do regulamento que baixou com o decreto n. 12.328, de 27 de dezembro de 1916, aprovado pelo art. 161, da Lei n. 4.631, de 6 de janeiro de 1923;

Considerando que o art. 22 do citado regulamento estatue que nenhuma mercadoria poderá sair da referida zona fiscal, sem guia expedida pela repartição ou estação fiscal competente;

Considerando que os tecidos em causa sahiram desacompanhados de qualquer documento aduaneiro e assim chegaram ao seu destino, nesta cidade, devendo, pois, ser tidos como productos de contrabando, á vista do que, do modo terminante, estabelecem os ns. 1º e 2º do art. 59 daquelle regulamento;

Considerando que a firma Aziz Nader & Comp. consignataria da mercadoria, representada por um de seus socios, no depoimento de fl. declarou não ter ultimado a respectiva compra e isso ficou provado com a certidão de fl.

Considerando, finalmente, que já o Sr. ministro da Fazenda, em decisões de que tratam as ordens da Directoria da Receita e Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul, sob n. 229, publicada no *Diário Oficial* de 2 de julho de 1922, e n. 439, de 16 de outubro de 1923, julgou subsistentes apprehensões effectuadas em circumstancias identicas á de que se trata.

Julgo a apprehensão procedente e condemnno W. A. Maya á perda das mercadorias em apreço, constantes do laudo de fl. e mais ao pagamento de uma multa igual a 50% do respectivo valor official, á vista do que dispõe o art. 631 § 2º da Consolidação das Leis das Alfandegas.

Intime-se e liquide-se, adjudicando-se o producto aos apprehensores José Moreira Filho e Aurelio Flores, deduzidos os 50%.

de que trata o art. 124 da Lei n. 2.074, de 5 de janeiro de 1915.

Remettam-se á autoridade competente cópias das peças deste processo necessárias á instauração do procedimento criminal que o caso requer.

Cumpra-se.

Alfandega do Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924. — *Leoboldo S. Rra.* Confere com o original. Em 26-8-924. — José dos Santos Leal.

Alfandega do Rio de Janeiro

Pela inspectoría desta alfandega se faz publico, para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta repartição os volumes abaixo mencionados, com signaes de avarias e de falta, devendo seus donos ou consignatarios se apresentar no prazo de 15 dias para providenciarem a respeito.

Vapor norueguez *Satta*:

Armazem n. 1 — JB: 4 saccos sem numero, rotos.

Vapor *Hammerhies*:

Armazem n. 2 — B: 10 caixas sem numero, avariadas e repregadas.

ER2: 5 ditos idem, idem idem.

ER7: 6 ditos idem, idem idem.

SAUI: 19 ditos idem, idem idem.

SAUI: 2 ditos idem, idem idem.

Idem: 17 ditos idem, idem idem.

SAEC: 4 ditos idem, idem idem.

Idem: 2 ditos idem, idem idem.

Sem marca: 18 ditos idem, idem idem.

SAUI: 21 ditos idem, idem idem.

Sem marca: 4 ditos idem, idem idem.

ER7: 1 ditos idem, idem idem.

ER1: 16 ditos idem, idem idem.

ER3: 3 ditos idem, idem idem.

JMC: 21 ditos idem, idem idem.

S—A—V—J: 15 ditos idem, idem idem.

SAUI: 6 ditos idem, idem idem.

JMC: 3 ditos idem, idem idem.

1.842: 6 ditos idem, idem idem.

1.857: 5 ditos idem, idem idem.

S—A—U—J: 7 ditos idem, idem idem.

Vapor hollandez *Derchertind*:

Armazem n. 2 — AS: 1 caixa n. 357, avariada e repregada.

FJO&C: 1 caixa n. 19, avariada e repregada.

Garcia da Silva & Comp.: 1 dita sem numero, idem idem.

PRC: 1 dita n. 24, idem idem.

SC: 1 dita n. 2.181, idem idem.

MR3C: 3 ditos sem numero, avariadas.

JCMC: 3 ditos idem, idem.

Vapor francez *Bogainville*:

Armazem n. 2—ARAC: 1 caixa n. 22.302, avariada e repregada.

AMH: 1 dita sem numero, idem idem.

Concado: 1 dita n. 7.931, idem idem.

CP&C: 1 dita n. 1.911, idem idem.

CS: 1 dita n. 303, idem idem.

D&Cd: 1 dita n. 119, idem idem.

EB&F: 1 dita n. 5.045, idem idem.

EP: 1 dita n. 194, idem idem.

GB: 1 barrica n. 938, idem idem.

Idem: 1 caixa n. 101, idem idem.

IF: 1 dita n. 111, idem idem.

JLC: 1 dita n. 2, idem idem.

Japão: 1 dita n. 5, idem idem.

JFMGC: 3 barricas ns. 142, 131 e 134, idem idem.

JBC—156: 1 dita n. 2, idem idem.

JAS3: 1 sacco sem numero, roto.

LSC: 1 caixa n. 9.169, avariada e repregada.

M&C: 1 dita n. 513, idem idem.

M: 1 barrica n. 2, idem idem.

AGC: 3 caixas ns. 39, 42 e 44, idem idem.

Armazem n. 2—DOC: 4 caixa n. 133, repregada.

CF&C: 1 dita n. 3.914, idem.

HC: 1 dita n. 10.619, idem.

Idem: 2 saccos sem numero, rotos.

JFMGC: 1 barrica n. 114, avariada e repregada.

VM—Japão: 1 caixa n. 2, idem.

NASC: 3 ditos sem numero, idem.

SSB: 1 dita n. 3.073, idem.

241: 1 dita n. 1.953, idem.

R&C: 1 barrica n. 2.481, idem.

RH: 1 caixa n. 4.337, idem.

Vapor allemão *Essenick*:

Armazem n. 5—Osiris: 1 barrica n. 3313, avariada e repregada.

P&F: 5 ditos sem numero, idem.

Vapor allemão *Stig-rud*:

Armazem n. 5 — ARPC: 2 amarrados de caixas ns. 9.98 e 9.818, avariados e repregados.

Idem: 1 caixa n. 9.901, idem.

LBHK: 1 caixa n. 17, idem.

V por grego *O. Kz nos*:

Armazem n. 7 — AAB: 1 engradado n. 133, avariado e repregado.

Idem: 30 ditos idem.

BC: 10 ditos idem.

PaC: 20 ditos idem.

Vapor hespanhol *Arbeto Mendi*:

Armazem n. 8—Farkel—Wernel: 2 caixas ns. 1.035 e 1.036, avariadas e repregadas.

Lapa: 1 dita n. 5.085/4, idem.

Idem: 2 ditos ns. 5.085/6 e 5.086/1, idem.

Va or allemão *Santa Fé*:

Armazem n. 9—AHS: 2 caixas ns. 37.53 e 18.010, avariadas.

Va or inglez *Avon*:

Armazem n. 16 — AF: 1 caixa n. 3.43, avariada e repregada.

BI: 1 dita n. 701, idem.

IM: 1 dita n. 527, idem.

MC&C: 1 dita n. 53, idem.

C—G—7 — DORC—P: 1 dita n. 718, idem.

N—63/7 — N: 4 e grada os ns. 1 a 4, avariados.

S—64 — C: 1 caixa n. 1.084, avariada e repregada.

Bri da Ambasso: 1 dita sem numero, avariada.

V por fran ez *Gurajá*:

Armazem n. 7 — SPC: 2 barris numeroes 2.549 e 2.559, avariados.

Idem: 2 ditos ns. 2.557 e 2.552, idem.

Idem: 2 ditos ns. 2.553 e 2.553, idem.

Idem: 2 ditos ns. 2.555 e 2.555, idem.

Idem: 2 ditos ns. 2.557 e 2.557, idem.

Idem: 2 ditos ns. 2.559 e 2.559, idem.

Idem: 2 ditos ns. 2.552 e 2.552, idem.

Idem: 2 ditos ns. 2.553 e 2.553, idem.

Idem: 2 ditos ns. 2.559 e 2.559, idem.

Idem: 2 ditos ns. 2.552 e 2.552, idem.

Idem: 2 ditos ns. 2.553 e 2.553, idem.

Idem: 2 ditos ns. 2.559 e 2.559, idem.

Idem: 2 ditos ns. 2.552 e 2.552, idem.

AD : 4 caixas ns. 37, 44, 45 e 49, avariadas.

AB : 1 dita n. 22 227, idem.
Idem : 1 dita n. 22 229, idem.
Idem : 1 dita n. 22 233, idem.
Idem : 1 dita n. 22 336, idem.
Idem : 1 dita n. 22 234, idem.
Idem : 1 dita c. 22 228, idem.
Idem : 1 dita n. 22 232, idem.

AGFC : 1 dita n. 3.864, avariada e repregada.

Idem : 1 barrica n. 2.051, idem idem.
BLSC : 1 caixa n. 8.016, avariada.
Casa Cruz — 20 159 : 1 dita n. 2, idem.
FC : 2 ditas ns. 1792-1793, idem.

HL — V : 1 dita n. 51, avariada e repregada.

MLP : 1 dita n. 354, idem idem.
A — B 69 C : 1 dita n. 115, avariada.
A — B — 69 — C : 1 dita n. 114, idem.

PS — 5.260 : 2 fardos ns. 24 e 13, idem.

RFC : 1 caixa n. 2 969, idem.
SAPC : 2 barris ns. 1.833 e 8.131, idem.

Vapor inglês *Highland Piper* :

Armazem 17 — AF&P : 12 barris sem números, avariados.

K&C : 11 ditos idem, idem.
MNS : 10 ditos idem, idem.
P—AC : 13 ditos idem, idem.
Lisboa : 19 latas idem, idem.

I—B—R de J—C—S : 5 barris idem, idem.

Vapor inglês *Voltaire* :

Armazem n. 17 — ACM : 2 caixas ns. 117 e 114, repregadas.

A. Dias Silva & Comp. : 1 dita n. 3, idem.

Casa Prat : 1 dita n. 46 idem.

Centro Pan Americano : 1 dita n. 332, avariadas e repregadas.

CJC : 1 dita n. 74.419, idem idem.
Idem : 1 dita n. 74.419, idem idem.
Davico : 1 dita n. 617, idem idem.
G&C : 1 dita n. 103, idem idem.
Idem : 2 ditas ns. 119 e 109, avariadas.
GF : 1 dita n. 15, idem.

Antermas — 831 : 2 ditas ns. 30 e 150, idem.

JABC : 2 ditas ns. 32 e 31, repregadas e avariadas.

HF—HIC : 1 dita n. 40.883, idem idem.
LHFC : 1 dita n. 2.490, avariada.
Idem : 2 ditas ns. 1.596 e 1.592, idem.
Idem : 2 ditas ns. 1.582 e 1.593, idem.
A Cia : 3 ditas ns. 164, 161 e 163, idem.

MVC — E&WW 3760 : 1 dita n. 44.810, idem.

JA—55.214—& Cia. : 1 dita n. 1, avariada e repregada.

148 : 1 pacote n. Pc 8, roto.
Idem : 1 dito P 9, repregado.
OCC : 1 barrica n. 159, idem.
R—18.825 : 1 caixa n. 62, idem.
RG W : 1 dita n. 1.436, idem.
TL : 4 ditas ns. 1, 3, 2 e 5, idem.

USREC : 1 dita n. 41.035, avariada e repregada.

Armazem n. 17—VSREC, 1 caixa n. 36.704, repregada.

TL : 1 dita n. 15, idem.

Vapor norueguês *Karfi Shogland* :
Armazem n. 17—BLSC : 2 caixas ns. 659 e 610, avariadas e repregadas.

Vapor italiano *Duca degli Abruzzi* :

Armazem n. 18—ABC : 1 caixa n. 3.463, repregada.

AS : 1 dita n. 904, avariada.
CPC : 1 dita n. 101, repregada.
ESC : 1 dita n. 34.032, idem.
GC : 1 dita n. 3.786, avariada e repregada.

PC : 1 dita n. 6.262, avariada.
Idem : 5 latas sem numero, avariadas.
AF : 1 caixa n. 3.754, avariada.
Sem marca : 1 mala sem numero, avariada e repregada.

Vapor inglês *Highland* :

Armazem externo—MPC : 4 caixas sem numero, avariadas e repregadas.

CTC : 2 ditas idem, idem idem.
GB : 1 dita idem, idem idem.
357 : 1 dita idem, idem idem.
557 : 1 dita idem, idem idem.

Vapor belga *Patagonia* :

Armazem externo Rio de Janeiro—VFC : 7 barrica sem numero, repregadas com falta.

Idem : 15 ditas idem, avariadas.
AB : 13 ditas idem, repregadas com falta.
Idem : 20 ditas idem, avariadas.

Armazem externo Rio de Janeiro—VFC : 2 barricas sem numero, repregadas com falta.

FB : 6 barricas sem numero, idem idem.
Idem : 25 ditas idem, avariadas.

Alfandega do Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1924.—*Alfredo Scabra*, ajudante do inspector.

Alfandega do Rio de Janeiro

Pela inspeção desta alfandega se faz publico, para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta repartição os volumes abaixo mencionados, com signaes de avarias e de falta, devendo seus donos ou consignatarios apresentar-se no prazo de 15 dias para providenciarem a respeito:

Vapor «Highland Piper» :

Armazem n. 1—HB : 5 saccos sem numeros, rotos.

Vapor norueguês «Tosack Skogland» :

Armazem n. 1—HL : 1 caixa n. 134/1, avariada.

Idem : 1 dita n. 772/5, idem.
Idem : 1 dita n. 77/3, idem.
Idem : 1 engradado n. 133/4, idem.
Idem : 1 dito n. 1 332/2, idem.
Idem : 1 dito n. 133/6, idem.
Idem : 1 peça de ferro n. 133/1, idem.

Vapor francez «Bongainville» :

Armazem n. 2—Barcellos : 1 barrica numero 5.027, avariada e repregada.

CSC : 1 caixa n. 526, idem.
Cançado : 1 dita n. 7.928, idem.
E—C—C—G : 1 dita n. 3.94, idem.
Enila : 1 dita n. 7.495, idem.
EMC : 1 dita n. 7.995, idem.
GL : 1 dita n. 4.311, idem.
JBC : 1 dita n. 134, idem.
LR : 1 dita n. 3, idem.

MC : 2 ditas ns. 323 e 325, idem.

NA&C : 1 dita n. 1, idem.

J—I—183 : 1 dita n. 26, idem.

OMO : 1 dita n. 7.881, idem.

Pacheco : 1 dita n. 7.501/1, idem.

Idem : 1 dita n. 7.594, idem.

Armazem n. 2—Raubertar : 1 caixa n. 2.242, avariada e repregada.

RHC&C : 1 dita n. 7.670, idem.

ZI : 1 dita n. 53, idem.

CF&C : 1 dita n. 154, idem.

Vapor inglês *Raphael* :

Armazem n. 3—AAC : 1 caixa n. 21, repregada.

CAF : 1 dita n. 3.400, idem.

Dia : 2 barricas ns. 9 e 14, idem.

EE : 1 caixa n. 7.249, idem.

RWC : 1 dita n. 6.486, idem.

SWC—C : 1 dita n. 5, idem.

Vapor inglês *Spenburen* :

Armazem n. 3—CEC : 1 caixa sem numero, avariada e repregada.

CF : 2 ditas idem, idem.

HC—Sol : 3 ditas idem, idem.

LMUI : 5 ditas idem, idem.

Sem marca : 4 ditas idem, idem.

CFT : 1 dita idem, idem.

HC—Sol : 1 dita idem, idem.

LMUI : 2 ditas idem, idem.

Sem marca : 2 ditas idem, idem.

Vapor allemão *Steigernald* :

Armazem n. 7 — ARPC : 1 caixa n. 9.494, avariada e repregada.

F. Garcia : 1 dita n. 976, idem.

JLC : 1 dita n. 2.156/11, idem.

Idem : 1 dita n. 2.166/7, idem.

67—FHC : 1 dita n. 3.152/10, idem.

WKh : 1 caixa n. 11, avariado e repregado.

WBC : 1 dita n. 8.433, idem.

Vapor francez *Amiral Yroude* :

Armazem n. 8—HSC : 1 caixa n. 8.006, idem.

Idem : 1 dita n. 8.001, idem.

LEB : 1 dita n. 4140, idem.

RSC : 1 dita n. 249, idem.

RHC : 1 dita n. 9.997, idem.

Idem : 2 ditas ns. 173 e 180, idem.

RCC : 1 dita n. 8.003, idem.

Idem : 1 dita n. 8.005, idem.

Idem : 1 dita n. 8.018, idem.

Roffier : 1 dita n. 3.467, idem.

Teive : 1 dita n. 11.196, idem.

Idem : 1 dita n. 11.195, idem.

(Teive) : 1 dita n. 8.054, idem.

FBC : 1 dita n. 786, idem.

AGC : 1 dita n. 8.027, avariada e repregada.

Idem : 1 dita n. 8.024, idem.

AREIAS : 2 ditas ns. 147 e 119, idem.

BP : 1 dita n. 9.043, idem.

Bragança : 1 dita n. 4.419, idem.

Barcellos : 1 dita n. 8.042, idem.

Decourald : 1 dita n. 7.935, idem.

FBC : 3 ditas ns. 642, 393 e 661, idem.

Idem : 3 ditas ns. 693, 789 e 659, idem.

Idem : 2 ditas ns. 638 e 611, idem.

Ferreira : 1 caixa n. 72, avariada e repregada.

Granado : 2 caixas ns. 337 e 143, idem.

Vapor norueguês *Tiradente* :

Armazem n. 9—Ministerio di Marinha—Aviação Naval : 1 caixa sem numero, avariada.

BNS : 20 tubos idem, idem.

Idem : 20 amarrados de tubos idem, idem.

Vapor allemão *Santa Fe* :

Armazem n. 9—AK : 1 caixa n. 590, avariada e repregada.

ABC : 1 dita n. 305, idem.

BM : 1 dita n. 426, idem.

CSC4 : 1 encapado n. 1, idem.

Casa Austria—13 5 : 1 caixa n. 17, idem.

FSR: 1 caixa n. 317, idem.
 F: 1 dita n. 4.500, idem.
 HM: 1 dita n. 116, idem.
 MG: 1 dita n. 4.335/1, idem.
 Idem: 2 ditas ns. 4.092 e 4.295, idem.
 Idem: 2 ditas ns. 4.46 e 4.299, idem.
 ND: 1 dita n. 9.305, idem.
 Ministerio da Marinha: 2 ditas ns. 28 e 29 idem.
 163—Förke Wernel: 1 dita n. 918/1, idem.
 RVR: 1 dita n. 100, idem.
 C—P—C: 1 dita n. 29.59, idem.
 C—C—S C: 2 encapados ns. 8.134 e 8.151 rotos.
 Idem: 2 ditas ns. 8.145 e 8.141, idem.
 Idem: 1 dito n. 8.30, idem.
 Sem marca: 1 caixa n. 1.011, avariada e repregada.
 C—B—Siemens—R—J: 1 dita n. 9.402, idem.
 Idem: 1 engradado n. 2.220, idem.
 Touro: 1 caixa n. 2.946, idem.
 WBC 106: 1 dita n. 1.039, idem.
 XZ: 16: 2 encapados ns. 7 e 20, rotos.
 BM: 1 caixa n. 429, avariada e repregada.
 CMB 7: 1 encapado n. 4, idem.
 CT: 1 caixa n. 338, idem.
 J—F—HRF: 1 dita n. 9.141, idem.
 Vapor nacional «Curvell»:
 Armazem n. 16—AI: 1 caixa n. 1.619, avariada.
 AAC: 1 dita n. 166, avariada e repregada.
 BM: 1 dita n. 1.730, idem.
 FBR: 1 dita n. 731, idem.
 A—P—C—Rio: 1 barrica n. 55, avariada.
 SRCD: 1 caixa n. 50, idem.
 AI: 1 dita n. 1.618, idem.
 MW: 2 ditas ns. 337 e 332, idem.
 Idem: 2 ditas ns. 339 e 333, idem.
 CLC: 4 ditas ns. 1, 2, 3 e 4, idem.
 Vapor francez «G. ay»:
 Armazem n. 17—CR: 4 engradados ns. 1, 2, 3 e 4, avariados.
 B 84: 2 saccos ns. 7 e 13, rotos.
 Armazem n. 17—NGC: 1 caixa n. 62, avariada e repregada.
 RBJ—2: 2 saccos ns. 14, 19, 20 e 22, rotos.
 VM: 3 ditas sem numero, idem.
 Vapor japoniez «Kangana Maru»:
 Armazem n. 18—GE—Santos—30.654: 1 caixa n. 842, avariada e repregada.
 NS: 1 dita n. 250, idem.
 N: 1 engradado n. 12, roto.
 RO—São Paulo: 3 ditas ns. 8, 25 e 19, avariados e repregados.
 RK: 1 dito n. 19, idem.
 A—W—B—T: 2 fardos ns. 3.845 e 3.595, avariados.
 Vapor francez «Hoedic»:
 Armazem n. 18—AEF: 1 caixa n. 5.744, repregada.
 Anadio: 1 dita n. 11, repregada e avariada.
 AFF: 1 barrica n. 5.738, idem.
 Idem: 1 caixa n. 5, idem.
 CMM: 1 dita n. 713, idem.
 EBF: 2 ditas ns. 310 e 308, repregadas.
 Idem: 1 dita n. 309, idem.
 EPF: 1 dita n. 12.564, avariada e repregada.
 JSC: 1 dita n. 1.245, idem.
 ECC—MHC: 2 ditas ns. 24 e 23, avariada.
 MC: 1 dita n. 27 repregada e avariada.
 PPC: 1 dita n. 2.60, avariada.
 MM—Penna: 1 dita n. 106, repregada e avariada.

SGC: 1 dita n. 330, idem.
 CVS: 1 dita n. 1.419/14, repregada.
 Idem: 1 dita n. 1.419/18, idem.
 CVC: 1 caixa n. 1.419/23, repregada.
 Idem: 1 dita n. 1.419/10, idem.
 Vapor francez «Guarijá»:
 Armazem externo C—FF: 2 caixas sem numero, repregadas.
 FV—Casa Him: 3 engradados idem, idem.
 Idem: 1 dito idem, idem.
 Idem: 1 sacco idem, idem.
 GH: 1 dito idem, idem.
 IS: 2 ditas idem, idem.
 PPM: 2 decimos idem, vasando.
 C—43—N—N—C: 1 encapado, idem.
 Idem: 1 dito idem, vasio.
 FV—Casa Hein: 1 decimo, vasando.
 Vapor nacional «Curvell»:
 Armazem externo C—GP&C: 11 caixas sem numero, repregadas.
 PB&C: 1 dita idem, idem.
 Portuespa: 2 ditas idem, idem.
 VC&C: 5 ditas idem, idem.
 FCC: 5 quintos idem, vasando.
 JCC: 2 ditas idem, idem.
 Vapor holandez «Drehteland»:
 Armazem externo C—CMC: 7 quintos sem numero, vasando.
 LPC: 15 ditas idem, idem.
 AT: 3 ditas idem, idem.
 FVMart ns: 9 ditas idem, idem.
 MV: 15 encapados, idem.
 Vapor francez «Valdivia»:
 Armazem externo C—Angeli: 1 caixa sem numero, repregada.
 Vapor allemão «Essenok»:
 Armazem externo Rio de Janeiro—RS: 2 barricas sem numero, repregadas e com falta.
 Idem: 3 ditas idem, idem.
 Idem: 15 ditas idem, avariadas.

Alfandega do Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1924.—Alfredo Seabra, ajudante do inspector.

Alfandega do Rio de Janeiro

Pela inspectoría se faz publico, para conhecimento dos interessados que foram descarregados para esta repartição os volumes abaixo mencionados com signaes de avarias e de falta, devendo seus donos ou consignatarios apresentar-se no prazo de 15 dias para providenciarem a respeito.

Vapor inglez «Highland Piper»:
 Armazem n. 1—HB: 1 sacco sem numero, roto.
 Idem: 1 dito idem, idem.
 Vapor nacional «Macapá»:
 Armazem n. 1—GFA: 1 fardo sem numero, roto.
 Vapor japoniez «K. nagawa Maru»:
 Armazem n. 1—AC: 7 saccos sem numero, rotos.
 Vapor francez «Bougainville»:
 Armazem n. 2—ARAC: 1 caixa n. 22.304, avariada e repregada.
 Idem: 1 dita n. 19.972, idem idem.
 Idem: 1 dita n. 22.307, idem idem.
 Idem: 1 dita n. 22.310, idem idem.
 AGMI—TARRE: 1 dita n. 5.4, idem idem.
 Baptista: 1 dita n. 554, idem idem.
 CP&C: 1 dita n. 1.836, idem idem.
 CSC: 2 ditas ns. 542 e 545, idem idem.

DS&C: 1 dita n. 116: idem idem.
 EV&C: 1 dita n. 528, idem idem.
 Flogni: 1 dita n. 1.040, idem idem.
 F. Musa: 1 volume de ferro n. 1, avariado.
 GDC: 1 caixa n. 885, avariada e repregada.
 GF: 1 dita n. 457, idem.
 Idem: 1 dita n. 1.6, idem idem.
 JL&C: 1 dita n. 293, idem idem.
 JSC—FCC: 1 dita n. 12.240, avariada.
 M—105—M: 1 amarrado de caixas numero 3.186/45, avariado e repregado.
 Armazem n. 2—S&C: 1 caixa n. 2.537, repregada.
 EMB: 1 barril n. 2.666, vasando.
 Vapor inglez «Loland»:
 Armazem n. 7—Galderson: 1 caixa n. 5, avariada.
 CBR: 2 ditas n. 2, avariada.
 Gaz—3.670: dita n. 6, vasando.
 HSC: 1 dita n. 29, repregada e avariada.
 J—B:—18.790: 1 dita n. 128.632, vasando.
 MYC: 1 dita n. 3, avariada.
 Ri o: 1 dita n. 610, repregada e avariada.
 RLCO: 1 dita n. 2, repregada e avariada.
 R—18.855: 1 dita n. 11.855, repregada e avariada.
 Socob: 1 dita n. 84, repregada e avariada.
 SSMCO: 1 dita n. 3.5, repregada e avariada.
 VULCANCRC: 1 dita n. 100, avariada.
 Idem: 3 caixas ns. 103.93 e 96, avariadas.
 Idem: 2 ditas ns. 97 e 101, avariadas.
 SBL: 20 ditas sem numero, avariadas.
 Vapor allemão «Sleigernald»:
 Armazem n. 7—D'a: 1 caixa n. 3.139/11, repregada e avariada.
 KK: 1 engradado n. 52, repregado e avariado.
 MLC—2.153: 4 caixas ns. 10, 9, 7 e 5, repregadas e avariadas.
 RP—C: 1 engradado n. 43.572, repregado e avariado.
 Idem: 1 dito n. 43.693, repregado e avariado.
 Touro: 1 caixa n. 3.052/63, repregada e avariada.
 Idem: 1 dita n. 3.052/34, repregada e avariada.
 Idem: 2 ditas ns. 3.952/96 e 3.052/11, repregadas e avariadas.
 Vapor francez «Amiral Trude»:
 Armazem n. 8—AH: 1 caixa n. 3.218, avariada e repregada.
 JB: 2 barricas ns. 382-303, idem.
 Idem: 1 dita n. 377, idem.
 LC—EC: 1 dita n. 742, idem.
 MFC: 3 caixas ns. 447, 48 e 443, idem.
 Idem: 2 ditas ns. 452 e 451, idem.
 Vapor italiano «Dori»:
 Armazem n. 8—FS: 12 pedras marmoreas, quebradas.
 Indomar: 96 ditas sem numero, idem.
 LC: 10 ditas idem, idem.
 Societe: 65 ditas idem, idem.
 SMNC: 33 ditas idem, idem.
 SG: 9 ditas idem, idem.
 Vapor allemão «Santa Fé»:
 Armazem n. 8—EBP: 2 caixas ns. 6.925 e 6.819, avariada e repregada.

JIC: 2 ditas ns. 22.724 e 22.725, idem.
 MD: 1 dita n. 176, idem.
 RHC: 1 dita n. 72, idem.
 C-B-Siemens-R: 1 dita n. 9.312, idem.
 Idem: 1 dita n. 14.863/13, idem.
 Idem: 1 dita n. 9.209, idem.
 C-C-S-C-C: 2 encapados ns. 8.147 e 8.148 otos.
 Idem 2 caixas ns. 8.190 e 8.192, avariadas.
 WBC: 2 encapados ns. 53.240 e 53.239, rotos.
 Vapor francez *Als'n*:
 Armazem n. 17-CP: 2 caixas ns. 383 e 384, repregada.
 CA: 1 caixas ns. 377 e 378, repregadas.
 Id m: 1 dita n. 375, idem.
 ACR: 2 ditas ns. 101 e 104.
 CI: 2 ditas ns. 832 e 831, idem.
 Id m: 1 dita n. 854, idem.
 CVR: 1 dita n. 4.732, avariada e repregada.
 NAM: 1 dita n. 421, repregada.
 OM: 2 ditas ns. 39 e 45, idem.
 Idem: 2 ditas ns. 39 e 45 avariadas.
 PS: 1 dita n. 494, idem e repregada.
 NCDCMC: 1 dita n. 118, idem.
 Vapor americano «American Legion»:
 Armazem n. 17-AOB & Comp.: 1 caixa n. 4, avariada e repregada.
 Brazilian Red Cross: 2 ditas ns. 3 e 14, avariadas.
 BAL: 13 barris sem numero, avariados.
 MFC: 1 caixa n. 7.202, repregada.
 MAC: 1 dita n. 1, variada.
 AFC-Rio: 2 ditas ns. 1 e 5, idem.
 SB: 1 dita n. 338, repregada.
 VSMC-00: 1 dita n. 11.038/1, idem.
 WJ: 1 dita n. 1.146, idem.
 Vapor inglez «Albad»:
 Armazem Ext rno A-CTC: 1 caixa sem numero, avariada e repregada.
 Alfandega, 21 de agosto de 1924. — A. Coimbra, ajudante do inspector.

Alfandega do Rio de Janeiro

Pela inspectoría desta Alfandega se faz publico para conhecimento dos interessados, que forem descarregados para esta repartição os volumes abaixo mencionados com signaes de avarias e de falta; devendo seus donos ou consignatarios apresentarem-se no prazo de 15 dias para providenciar a respeito.

Vapor francez *Baugainville*:
 Armazem n. 2-Liberato: 1 caixa numero 5.936, avariada e repregada.
 C-90-c-B: 1 dita n. 764, idem, idem.
 Idem: 1 dita n. 7.301, idem, idem.
 Noé: 1 dita n. 21.205, idem, idem.
 NHI: 2 ditas ns. 730-729, idem, idem.
 I 125: 1 dita n. 861, idem, idem.
 Paheco: 1 dita n. 553, idem, idem.
 Penna: 2 ditas ns. 5.025-5.024, idem, idem.
 RHC: 1 dita n. 4.339, idem, idem.
 S A F T: 1 barrica n. 2.29, idem, idem.
 Victor: 1 caixa n. 2.981, idem, idem.
 De Canruand Sesmenc: 1 dita n. 7.734, idem, idem.
 Drogaria Cordaco: 1 dita n. 7.827, idem, idem.

D S: 387: 1 fardo n. 387, repregado.
 E B F: 1 caixa n. 5.053, avariada e repregada.
 E V C: 1 dita n. 553, idem, idem.
 E M B: 1 dita n. 130, idem, idem.
 Evar sio: 1 dita n. 125, idem, idem.
 Flogny: 2 ditas ns. 1.055-1.035, idem, idem.
 Idem: 2 ditas ns. 1.039-5.343, idem, idem.
 G F: 1 dita n. 471, idem, idem.
 Granado: 2 ditas ns. 5.357-7.891, idem, idem.
 Idem: 1 dita n. 7.832, idem, idem.
 J B: 1 barrica n. 3, idem, idem.
 J S C-G C C: 1 caixa n. 12.243, idem, idem.
 JASS: 1 sacco n. 343, rôto.
 Idem: 1 dita n. 347, idem.
 B: 1 barrica n. 2, repregada.
 KNS-P: 1 caixa n. 1.022, avariada e repregada.
 Arêas: 1 barrica n. 11.453, idem, idem.
 A 3: 1 fardo n. 2.557, avariado e rôto.
 A eas: 1 caixa n. 433, avariada e repregada.
 Arêas: 1 barrica n. 11.452, idem, idem.
 AGMI-TARRE: 1 caixa numero 5.3, idem, idem.
 AAC: 1 dita n. 1.922, idem, idem.
 A anjo: 1 dita n. 2.393, idem, idem.
 AAC: 1 dita n. 2.082, idem, idem.
 Baptista: 2 ditas numero 3.542/543, idem, idem.
 Idem: 2 ditas ns. 999/35, idem, idem.
 Idem: 2 ditas ns. 3.541, idem, idem.
 Caças: 1 dita n. 7, idem, idem.
 F-C & C: 1 dita n. 133, idem, idem.
 CAP: 1 dita n. 5.099, idem, idem.
 Caças: 1 dita n. 21, idem, idem.
 CSC: 1 dita n. 7.833, idem, idem.
 Caças: 1 dita n. 1, idem, idem.
 Cave D. cournaud 1 dita numero 813, idem, idem.
 FC&C: 1 dita n. 3.916, idem, idem.
 Vapor «Orlack Skogland».
 Armazem n. 2-HL: 1 caixa n. 134/2, avariada.
 IC: 2 fardos s/n, idem.
 HW: 3 ditas ns. 29/41/13, avariados e repregados.
 HW: 3 fardos ns. 17, 33 e 104, avariados e repregados.
 Idem: 3 ditas ns. 33, 39 e 40, idem, idem.
 Idem: 3 ditas ns. 32, 112 e 6, idem, idem.
 Idem: 3 ditas ns. 34, 5 e 35, idem, idem.
 Idem: 2 ditas sem numero, idem, idem.
 Ordem: 3 volumes de ferro idem, avariados.
 PC-HW: 2 fardos ns. 6 e 9, avariados e repregados.
 Vapor inglez «Raphael»:
 Armazem n. 3-GB-2-C: 3 caixas numeros 1.070 e 1.061, avariada.
 Idem: 2 ditas ns. 1.037 e 1.069, idem.
 Idem: 2 ditas ns. 1.063 e 1.072, idem.
 Vapor belga «Gallier»:
 Armazem n. 5-RC: 1 caixa n. 4.030, avariada.
 S&C: 1 dita n. 5.006, idem.
 H-61: 1 amarrado de peças de ferro numero 19, quebrado.
 Vapor inglez «Albion»:
 Armazem n. 6-Mestre & Blatgé: 1 caixa n. 563, repregada.
 Vapor inglez «Lalande»:
 Armazem n. 7-Calderon: 1 caixa n. 1, avariada e repregada.
 MW: 2 ditas ns. 1 e 2, avariadas.

SS-RGW: 1 barrica n. 25, avariada e repregada.
 Vapor francez «Amiral Trade»:
 Armazem n. 8-MFM: 1 caixa n. 7.484, avariada e repregada.
 PG: 1 dita n. 133, idem, idem.
 Vapor allemão «Sut Fé»:
 Arma em n. 9-AK: 2 caixas ns. 2.124 e 2.125, avariadas e repregadas.
 Idem: 1 dita n. 2.129, idem, idem.
 CWC: 1 caixa n. 5.450/59, avariada e repregada.
 Idem: 1 dita n. 5.450/60, idem.
 Idem: 1 dita n. 5.450/63, idem.
 LBF: 1 dita n. 6.908, idem.
 A-C-E: 1 dita n. 45.40, idem.
 JAB: 1 dita n. 4.535, idem.
 JYCia: 1 dita n. 5.966, idem.
 E&SC: 1 dita n. 665, idem.
 Idem: 1 dita n. 667, idem.
 MD: 2 ditas ns. 37 e 198, idem.
 AH: 1 dita n. 9.166, idem.
 Ministro da Marinha: 1 dita n. 27, idem.
 C-C-C-100-B: 1 dita n. 4.270, idem.
 G-C-C-100-R: 1 dita n. 5.248, idem.
 Pinheiro: 1 dita n. 5.727, idem.
 RB: 1 dita n. 36, idem.
 C-C-SC: 1 dita n. 8.188, idem.
 SD: 1 barril n. 4.518/9, vasando.
 Toiro: 2 caixas ns. 2.947 e 892, avariadas e repregadas.
 Idem: 2 ditas ns. 3.710 e 3.713, idem.
 Idem: 1 dita n. 3.721, idem.
 WBC: 1 dita n. 35, idem.
 F: 1 dita n. 4.536, idem.
 Vapor inglez *Libor*:
 Armazem n. 9-Oldemar: 5 barris sem numero, vasando.
 HSC: 20 ditas idem, idem.
 Idem: 2 ditas idem, idem.
 MSC: 2 barris sem numero, vasando.
 C-N-145-NC: 1 caixa n. 1, avariada.
 TC: 5 barris sem numero, vasando.
 Vapor italiano *Angelo Toso*:
 Armazem n. 9-CGC: 1 caixa n. 658, avariada.
 Vapor inglez *Thespis*:
 Armazem n. 16-AMP-159: 1 fardo numero 9, avariada.
 ARPC: 1 caixa n. 1.933, avariada e repregada.
 CP&C: 1 dita n. 4.494, idem.
 FAG: 1 dita n. 7.163, idem.
 C-N-I-P-C-N-C: 1 dita n. 3.389, idem.
 Idem: 2 ditas ns. 2.517 e 3.833, idem.
 Idem: 4 latas sem numero, vasando.
 Idem: 250 ditas idem, vasando.
 IPC: 10 barris idem, idem.
 J: 1 caixa n. 7.852, avariada e repregada.
 A-69-B-C: 1 dita n. 243, idem.
 3-1-2: 1 dita n. 2.668, idem.
 RLC: 1 dita n. 5, idem.
 União: 1 dita n. 1, idem.
 RLC: 1 engradado n. 3, avariado.
 Vapor francez *A's né*:
 Armazem n. 17-AC: 2 caixas ns. 380 e 38, repregada.
 Idem: 1 dita n. 379, idem.
 CI: 1 dita n. 853, idem.
 LC: 1 dita n. 9.247, idem.
 F-L-C-L: 1 dita n. 1.12, idem.
 Armazem n. 17-NASC: 3 caixas ns. 17, 469 e 124, repregadas.
 PMF: 1 dita n. 7.015, idem.

RHC: 2 ditos ns. 37.904 e 36.792, avariadas.
Idem: 1 dita n. 36.739, idem.

Vapor americano *America Legion*:

Armazem n. 17—BC: 1 caixa n. 3, repregada.

CF—C: 1 dita n. 59, idem.
Conteville: 1 dita n. 70, idem.
Casa Pratt: 1 dita n. 587, idem.

CMB: 3 amarrados de caixas ns. 14, 49 e 50, idem.

Idem: 3 ditos ns. 39, 38 e 45, idem.
Idem: 3 ditos ns. 41, 34 e 44, idem.
Idem: 3 ditos ns. 40, 48 e 38, idem.
Dia: 1 caixa n. 13, repregada.
DBI: 1 dita n. 3, idem.

John C. Longo & Comp.: 2 ditos ns. 11, 13 e 14, avariadas.

MPC: 1 dita n. 7.201, repregada.
A—C—P—R: 1 dita n. 4, idem.

C—PSNC: 2 ditos, sem numero e 16, idem.

PJCC: 1 dita n. 1.695, idem.
R—R 18.704: 1 dita n. 976, idem.
I—R—Rio: 1 dita n. 736.001, idem.
Raio: 1 dita n. 8.779, avariada.

Idem: 1 dita n. 9.620, avariada e repregada.

Stunberg: 2 ditos ns. 9 e 8, idem idem.
T: 1 dita n. 4, idem idem.

Thesouro Nacional—Contabilidade: 9 ditos n. 2, idem idem.

USMC 200: 1 dita n. 10.810/3, idem idem.

Idem: 1 dita n. 10.816/2, idem idem.
Idem: 1 dita n. 11.037/5, idem idem.
Idem: 1 dita n. 11.020/XA, idem idem.

Vapor francez *Pisine*:

Armazem externo A—Perroni: 5 caixas sem numero, avariadas e repregadas.

Angeli: 2 ditos ns. 5, idem idem.
Idem: 5 bordalezas idem, idem idem.
Vapor nacional *Curvello*:

Armazem externo C—Rangon—RKC: 63 saccos sem numero, rotos.

Idem: 11 ditos idem, idem.
JMC: 3 ditos idem, idem.

Alfandega do Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1924.—A. Coimbra, ajudante do inspector.

Alfandega do Rio de Janeiro

Pela inspeccao desta alfandega se faz publico, para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta reparticao os volumes abaixo mencionados com signaes de avarias e de falta, devendo seus donos ou consignatarios apresentarem-se no prazo de 15 dias para providenciarem a respeito.

Vapor succo *Succia*:

Armazem n. 1 — DD: 4 saccos sem numero, rotos.

CS: 1 sacco sem numero, roto.
SBC: 15 saccos sem numero, idem.

SBC: 15 saccos sem numero, avariados.

Vapor *Highland Piper*:

Armazem n. 1 — HB: 3 saccos sem numero, rotos.

Vapor allemão *Eupatoria*:

Armazem n. 2 — AM&C: 1 caixa numero 1.058/5, avariada e repregada.

BSC: 1 caixa n. 351, idem, idem.

B&C: 3 barricas ns. 39, 38, 41, idem, idem.

JF&C Casa Austriaca: 4 ditos numeros 28, 29, 6 e 7, idem, idem.

CC: 1 caixa n. 50/1, idem, idem.

EL&C: 1 dita n. 319/2, idem, idem.

ELL&C: 1 dita n. 2.595, idem, idem.

JEF: 1 barrica n. 7.614, idem, idem.

RS: 1 caixa n. 229, idem, idem.

MD: 1 dita n. 93.002, idem.

MD: 1 dita n. 92.176, idem.

PR: 1 dita n. 113, idem.

RCP: 1 dita n. 35.000, idem.

RPC: 1 dita n. 2, idem.

KSSF: 1 dita n. 229, idem.

T&J: 1 dita n. 15.063, idem e repregada.

RTSASIEMENS: 1 dita n. 6.249, idem idem.

GRBSIEMENS: 1 dita n. 1.890, idem.

Vapor francez *Bougainville*:

Armazem n. 2 — AG&C: 1 caixa numero 37, avariada e repregada.

GD: 1 barrica n. 938, idem, idem.

JAH: 2 ditos ns. 8 e 99, idem, idem.

JAH: 1 dita sem numero, idem, idem.

WB1891: 1 dita n. 365, idem, idem.

WB: 2 ditos ns. 535 e 532, idem, idem.

WB1988: 2 ditos ns. 63 e 42, idem.

EVC: 1 caixa n. 588, idem, idem.

Idem.

Vapor inglez *Raphael*:

Armazem n. 3 — B130: 10 barris sem numero, vasando.

B91: 8 ditos, idem, idem.

CCVE: 12 ditos, idem, idem.

HD: 4 ditos, idem, idem.

DGC: 10 ditos, idem, idem.

P&C: 10 ditos, idem, idem.

Rainho: 8 ditos, idem, idem.

R387: 15 ditos, idem, idem.

WGS: 6 ditos, idem, idem.

LR: 20 barricas, idem, idem.

A: 5 encapados de louca, idem, quebrados.

Correa: 10 ditos, idem, idem.

BMC: 13 ditos, idem, idem.

RAC: 11 ditos, idem, idem.

Piorenzio: 16 amarrados de louca, idem, idem.

Piorenzio: 20 cepes, idem, idem.

VVVV: 5 encapados de louca, idem, idem.

VVVV: 2 ditos, idem, idem.

Vapor allemão *Slugervald* — Armazem n. 7:

AAC: Uma caixa, n. 16, avariada e repregada.

AJH: Um fardo, n. 84, idem, idem.

Alpanar: Uma caixa, n. 195.848, idem, idem.

Balbi: Uma dita, n. 2, idem, idem.

C—C—100—R: Uma barrica, n. 49, idem, idem.

SAM: Uma caixa, ns. 400/4, idem, idem.

WM: Uma dita, n. 2.650, idem, idem.

JC: Uma dita, n. 1.20, idem, idem.
R—C—P: Um engradado, n. 22.128, avariado.

Vapor francez *Amiral Traude* — Armazem n. 8:

AGC: Uma caixa, n. 274 avariada e repregada.

CHLC: Duas ditos, ns. 198-199, avariadas.

Gradano: Duas ditos, ns. 329-339, idem.

Granado: Uma dita, n. 333, avariada e repregada.

HA: Duas ditos, ns. 478/346, idem, idem.

LC—EC: Uma dita, n. 761, idem, idem.

MFC: Duas ditos, ns. 444-445, idem.

L—H—64—C: Uma dita, avariada.

PF: Uma dita, n. 585, avariada e repregada.

FBC: Uma barrica, n. 36, avariada e repregada.

RHC: Uma caixa, n. 524, idem idem.

Vapor allemão *Santa Fe*, armazem n. 9:

ACC: Vinte latas, sem numero, avariadas.

BC: Cinco ditos, idem, vasando.

BC: Uma caixa, n. 225, avariada.

J—F—Casa Austriaca—C: Uma barrica, n. 1.414, avariada e repregada.

RMC: 1 caixa n. 33.678, avariada e repregada.

SD: 10 barris n. 4.510, vasando.

Touro: 20 barricas, sem numero, avariadas.

BC: 1 lata, sem numero, vasando.

Armazem n. 16 — Vapor inglez *Therpes*:

A: 2 caixas ns. 686 e 635, avariadas e repregadas.

R—M—C: 1 dita n. 550, idem, idem.

CLB: 1 dita, n. 997, idem, idem.

EAG: 2 ditos n. 7.119/7.185, idem, idem.

JL: 1 dita n. 364, idem, idem.

J: 1 dita n. 7.851, idem, idem.

MCC: 1 dita n. 7.913, idem, idem.

Idem: 1 fardo n. 9.151, idem.

SCB: 1 amarrado de pão, com falta.

Casa Facci: 1 amarrado de carretéis, sem numero, idem.

MSC: 10 encapados de louças sem numero, avariados.

CLFP: 2 caixas ns. 803/805, idem.

Armazem n. 17 — Vapor inglez *Darros*:

Norma: 3 barricas ns. 46/49/50, avariadas.

RS — R Vianna — S: 1 gigo n. 36, idem, repregado.

Armazem Externo A — Vapor francez *Alsina*:

Peroni: 4 1/2 bordalezas, sem numero, vasando.

Idem: 4 1/2 ditos, idem.

Angeli: 7 ditos, sem numero, idem.

Idem: 1 caixa, sem numero, avariada e repregada.

Armazem Externo C — Vapor francez *Ilodid*.

Luz do Rezende: 7 caixas, sem numero, repregadas.

Armazem externa C — Vapor francez *Guarujá*.

J: 3 caixas, sem numero, repregada.

BG: 15 ditas, idem, idem.

Paco: 9 ditas, idem, idem.

José Paluffo: 1 dita, idem, idem.

TGG: 9 ditas, idem, idem.

Vapor francez *Bougainville*.

G — M — G: 16 caixas, repregadas.

Ceres: 1 dita, idem, idem.

HMC: 6 ditas, idem, idem.

PDG: 19 ditas, idem, idem.

PLA: 12 ditas, idem, idem.

SKC: 1 dita, idem, idem.

Teivo: 1 dita, idem, idem.

LFC: 20 ditas, idem, idem.

Alfandega, 25 de agosto de 1924. —

A Coimbra, ajudante do inspector.

Alfandega do Rio de Janeiro

Pela inspeccão desta alfandega se faz publico para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta repartição os volumes abaixo mencionados, com sinais de avarias e de falta; devendo seus donos ou consignatarios apresentar-se para providenciarem a respeito.

Vapor norueguês *K ri Skjalgumzu*:

Armazem n. 1—Sem marca: 6 saccos sem numero, rotos.

ACC: 1 dito idem, idem.

LC: 3 ditos idem, idem.

DSC: 2 ditos idem, idem.

Vapor belga *Eglautir*:

Armazem n. 1—AA: 3 saccos sem numero, rotos.

Vapor allemão *Eupatorin*:

Armazem n. 2—PRC: 1 caixa n. 3, repregada.

CB—Siemens—RT: 1 dita n. 4.032, idem idem.

SAM: 1 dita n. 1, idem idem.

MT: 1 dita n. 529/10, idem idem.

Vapor allemão *Eupatorin*:

Armazem n. 2—AFC 207: 1 amarrado de caixas n. 62, avariadas.

AIISC: 1 caixa n. 1.612 A, avariada e repregada.

BM: 1 dita n. 421, idem idem.

BSVC: 1 dita n. 346, idem idem.

B&C: 1 dita n. 200, idem idem.

Bartista: 1 dita n. 1.00/4, idem idem.

CMB: 1 dita n. 2.143/A 2: idem idem.

CC: 1 dita n. 449/1, idem idem.

Idem: 1 dita n. 693/1, idem idem.

Carlos—R&C: 1 engradado n. 2.149, idem idem.

Dia: 1 dita n. 1.383/1, idem idem.

L—FLC: 2 ditas ns. 134 e 4.481, idem idem.

Palsch: 1 dita n. 9, idem idem.

GB: 1 caixa n. 918/2, avariada e repregada.

Idem: 1 dita n. 933, idem idem.

MI: 1 dita n. 4.515, idem idem.

2.000: 1 dita n. 333, idem idem.

Pinheiro: 1 dita n. 5.512/2, idem idem.

Idem: 1 dita n. 5.513/25, idem idem.

RLC: 1 dita n. 17.019/11, idem idem.

Vapor belga *Menapuir*:

Armazem n. 2—Sem marca: 15 fardos sem numero, desmanchadas.

Vapor inglez *Corsicum Prince*:

Armazem n. 3—Ham. Hirnig—Buenos Ayres: 1 caixa n. 5, avariada e repregada.

Vapor belga *Gallier*:

Armazem n. 5—Casa Austria: 1 barrica n. 6, avariada e repregada.

Vapor nacional *Taubaté*:

Armazem n. 6—Auto Americo: 1 caixa n. 1, repregada.

B: 1 sacco n. 3, roto.

HSC: 1 caixa n. 15, repregada.

MM: 2 ditas ns. 2 e 3, idem.

Vapor allemão *Shigeowald*:

Armazem n. 7—AJH: 1 fardo n. 3 513, avariado e repregado.

L—FG—L: 1 caixa n. 10.714, idem idem.

A—59 CC: 1 dita n. 135/1, idem idem.

Tubarão: 1 dita n. 101, idem idem.

C—B—Siemens—R—J: 1 dita n. 5.468, idem idem.

Varina: 3 ditas ns. 2, 5 e 6, idem idem.

LH: 1 dita n. 5.685, idem idem.

Vapor nacional *Ruy Barbosa*:

Armazem n. 7—MVC: 1 barrica sem numero, avariada e repregada.

Vapor francez *Amiral Irude*:

Armazem n. 8—Abelha: 1 barrica n. 41, avariada e repregada.

BD: 1 caixa n. 157/1, idem.

DIA: 2 barricas ns. 149 e 154, idem.

Evaristo: 1 caixa n. 154, idem.

EAG: 1 dita n. 160, idem.

F—Garcia: 1 dita n. 0345, idem.

Liberato: 1 dita n. 752, idem.

MFCL: 2 ditas ns. 4 e 9, idem.

MFC: 1 dita n. 445, idem.

Vapor inglez *Labore*:

Armazem n. 9—CLFP: 2 caixas ns. 122 e 127, avariadas e repregadas.

PA—British Bank of South America Ltda: 1 dita n. 1, idem.

CUF: 231 ditas n. 1, idem.

Vapor americano *West Mahwah*:

Armazem n. 9—ARC 192: 2 encapado: ns. 197 e 198, avariados.

Idem: 3 ditos ns. 189, 195 e 196, idem.

Idem: 2 ditos ns. 193 e 194, idem.

Idem: 2 caixas ns. 6 e 1.189, avariadas e repregadas.

OTC: 1 dita n. 2, idem.

BLW: 1 dita sem numero, idem.

Fecher Iger: 5 ditas ns. 8, 3, 9, 2 e 4, idem.

Idem: 2 ditas ns. 7 e 6, idem.

ARC 192: 1 barrica n. 185, idem.

Idem: 5 caixas sem numeros, vasando.

Vapor allemão *Santa Fé*:

Armazem n. 9—AK: 1 caixa n. 2.126, avariada e repregada.

BC: 200 latas sem numero, vasando.

Idem: 3 ditas, idem, vasando.

M—C—H: 3 ditas, idem, vasando.

GB—AAC: 1 caixa n. 2.153/1, avariada e repregada.

C—C—IC0—B: 18 latas sem numero, idem.

PML: 1 caixa n. 1.207/2, idem.

MG: 1 dita n. 3.111, idem.

Vapor nacional *Curvello*:

Armazem n. 16—A—P—C—Rio: 3 barricas n. 133, 11 e 29, avariadas.

Idem: 3 ditas ns. 98, 111 e 125, idem.

Idem: 3 ditas ns. 124, 76 e 84, idem.

Vapor inglez *Highland Rover*:

Armazem n. 18—ACC—HCH: 5 peças de louça sem numero, avariadas.

Bank of LSALTD: 1 caixa n. 4, idem.

CCCLTD: 1 dita n. 1, idem.

CLFP: 2 ditas ns. 872 e 912, repregadas.

Idem: 1 dita n. 914, idem.

CMC: 1 dita n. 7, idem.

Duarte: 1 dita n. 12, idem.

Lisboa: 1 barrica n. 763, avariada.

MOC—HCH: 5 peças de louça sem numero, idem.

015: 1 caixa n. 427, repregada.

RIC: 1 dita n. 2.198, idem.

RLC—HCH: 5 peças de louça sem numero, avariadas.

Vapor inglez *Sahor*:

Armazem externo A—ACC: 4 caixas sem numero, avariadas e repregadas.

CC: 1 dita idem, idem.

CCC: 5 ditas idem, idem.

CMC: 2 ditas idem, idem.

Côrte Real: 3 dita idem, idem.

HMC: 2 ditas idem, idem.

HBM—AMBASSADOR: 1 dita idem, idem.

Marandes: 15 ditas idem, idem.

NSC: 4 ditas idem, idem.

Ve. melho: 3 ditas idem, idem.

Vapor inglez *Thespis*:

Armazem externo A—230: 2 caixas sem numero, avariadas e repregadas.

150: 6 ditas idem, idem.

100: 2 ditas idem, idem.

APAs 1 dita idem, idem.

Vapor inglez *Synburne*:

Armazem externo A—GE: 1 caixa sem numero, repregada.

RCC: 2 ditas idem, idem.

VMC: 6 ditas idem, idem.

PLC: 1 dita idem, idem.

OLSC: 44 ditas idem, idem.

PGC: 12 ditas idem, idem.

HC: 1 dita idem, idem.

TFC: 1 dita idem, idem.

OLSC: 63 ditas idem, idem.

Vapor inglez *Raphact*:

Armazem externo C—CNL: 3 caixas sem numero, repregadas.

Comunicação de avarias no trapiche da Ilha do Cajú:

Facha n. 112 do vapor americano *West Mahwah* trapiche de deposito n. 274.

1933: 1 barril sem numero, desmanchado.

Facha n. 113 do vapor francez *Bougainville* trapiche de deposito n. 281.

Fontes: 8 caixas ns. 44/51, avariadas.

CF: 7 ditas ns. 1/7, idem.

CBC: 1 dita n. 7.983, idem.

Idem: 6 ditas ns. 7.984/9, idem.

CCC: 7 ditas ns. 5.201/7, idem.

MDC: 20 ditas ns. 803/22, idem.

V—V—V—V: 9 ditas ns. 1/9, idem.

Facha n. 114 do vapor inglez *Raphael* trapiche de deposito n. 284.

CCVF: 1 barril n. 77, vasio.

Facha n. 115 do vapor inglez *Vestris* trapiche de deposito n. 285.

FSC: 3 caixas ns. 45, 49 e 50, avariadas.

Alfandega, 25 de agosto de 1924.—A.

Coimbra, ajudante do inspector.

Alfandega do Rio de Janeiro

Pela inspeccão desta alfandega se faz publico, para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta repartição os volumes abaixo mencionados com signaes de avarias e de falta, devendo seus donos ou consignatarios apresentar-se no prazo de 15 dias para providenciarem a respeito:

Vapor all mão *Eupatoria*:

Armazem n. 2 — APC: 1 caixa n. 60.183, avarada e repregada.

Csrios — R&C: 1 dita n. 2.038, idem, idem.

Dia: 1 dita n. 1.148/1, idem, idem.

Dias: 1 dita n. 11.08/4, idem, idem.

GV&C: 1 dita n. 1.604, idem, idem.

GB: 1 dita n. 934/1, idem, idem.

HS&C: 1 dita n. 7.579, idem, idem.

Idem: 1 dita n. 7.577, idem, idem.

HV: 1 dita n. 110.26/4, idem, idem.

HE: 1 amarrado de caixas n. 4.493, avariado.

Idem: 1 dita n. 4.0, idem.

JR: 1 barrica n. 1.496, avariada e repregada.

Januario: 1 dita n. 6.769, idem, idem.

Suar: 1 caixa n. 2.57, idem, idem.

Idem: 1 dita n. 2.257/5, idem, idem.

V.G: 1 dita n. 215, idem, idem.

MF: 1 dita n. 18.067, avariada.

2.000: 1 dita n. 391, avariada e repregada.

G—C—100: 1 dita n. 11, idem, idem.

Idem: 1 dita n. 6.70, idem, idem.

RHC: 1 dita n. 9.647, idem, idem.

Olite: 1 barrica n. 1.478, idem, idem.

OM&C: 1 dita n. 1.481, idem, idem.

Idem: 1 dita n. 1.483, idem, idem.

Idem: 1 dita n. 1.482, idem, idem.

Armazem n. 2 — OM&C: 1 barrica numero 1.481, repregada e avariada.

Idem: 1 dita n. 1.490, repregada e avariada.

Idem: 1 dita n. 1.483, repregada e avariada.

Idem: 1 dita n. 1.488, repregada e avariada.

Idem: 1 dita n. 1.480, repregada e avariada.

Idem: 1 dita n. 1.492, repregada e avariada.

Idem: 1 dita n. 1.491, repregada e avariada.

T&J: 1 caixa n. 15.091, repregada e avariada.

SJC: 1 dita n. 2.666, repregada e avariada.

S&S: 1 dita n. 223.553, repregada e avariada.

S—AM: 1 dita n. 61, repregada e avariada.

HSC: 1 dita n. 4.453, repregada e avariada.

Vapor belga «Gallier»:

Armazem n. 5—FGEC: 2 caixas ns. 2 e 5, repregadas e avariadas.

Vapor nacional «Taubaté»:

Armazem n. 6—MM—ENCOM. AY—1—Arsenal de Marinha: 2 caixas ns. 1 e 2, repregadas.

Vapor allemão «Stuguwald»:

Armazem n. 7—AJH: 2 fardos n. 3.598 e sem numero, repregados e avariados.

ARPP: 1 caixa n. 9.657, repregada e avariada.

FS: 4 dita n. 17.476, avariada.

Idem: 1 dita n. 17.475, avariada.

SH: 2 caixas ns. 5.679 e 5.678, repregadas e avariadas.

LNF: 1 dita n. 2.258, repregada e avariada.

LB—ALG: 2 ditas ns. 16 e 18, repregadas e avariadas.

A—P—R—C: 1 dita n. 2.675, repregadas e avariadas.

RAC: 1 dita n. 10.195/8, repregada e avariada.

CR—Siemens—BS: dita n. 3.941/1, repregada e avariada.

Armazem n. 7—WK: 1 caixa n. 522/1, avariada e repregada.

L—B—H—K: 2 ditas ns. 15 e 14, avariadas.

Vapor francez «Amiral Trude»:

Armazem n. 8—Abelha: 1 caixa n. 22, avariada.

DAI: 1 barrica sem numero, avariada e repregada.

EAG: 2 caixas ns. 155 e 162, idem, idem.

L—D—E—C: 2 ditas ns. 29 e 28, idem, idem.

EC—MM: 1 dita n. 771, avariada e repregada.

Ministro da Guerra: 1 dita n. 206, idem, idem.

Vapor allemão «Santa Fé»:

Armazem n. 9—BFC: 1 caixa n. 577, avariada e repregada.

BS: 1 dita n. 18.524, idem.

FHC: 1 dita n. 1, idem.

GB: 1 dita n. 426, idem.

RNS 7.530: 1 dita n. 310, avariada e repregada.

PM: 1 dita n. 1.247, idem, idem.

A—P—R—C: 1 dita n. 4.103, idem, idem.

C—R—Siemens—B—A: 1 dita n. 154, idem.

Vapor italiano «Angelo Tono»:

Armazem n. 9—ST: 1 caixa n. 390, avariada.

Idem: 2 ditas ns. 293 e 299, idem.

CLA—Porto Alegre: 1 dita n. 1, avariada e repregada.

ISA—2.910: 1 dita sem numero, idem, idem.

V—A—Rio Pardo—Sul—Pelotas: 1 encapado n. 2, roto.

Vapor inglez «H. Rovel»:

Armazem n. 18—AAC—HCA: 5 peças de louça sem numero, avariadas.

HC—Brasil: 1 caixa n. 4.647, avariada e repregada.

CLFP: 3 ditas ns. 135, 911 e 137, idem, idem.

Idem: 2 ditas ns. 877 e 879, idem, idem.

Davico: 1 dita n. 3.476, idem, idem.

PA—C: 1 dita n. 59, idem, idem.

CA: 1 dita n. 1, idem, idem.

SM—Lisboa: 1 dita n. 779, idem, idem.

MOC—HCH: 5 peças de louça, idem, idem.

EL—3: 1 caixa n. 2.706, idem, idem.

CN—128—NC: 2 ditas ns. 8 e 4, idem, idem.

RLC—HCH: 5 peças de louça, idem, idem.

Vapor inglez «Salvo»:

Armazem externo A—AAC: 1 caixa sem numero, avariada e repregada.

CCC: 3 ditas idem, idem, idem.

CMC: 1 dita idem, idem, idem.

Corte Real: 1 dita idem, idem, idem.

FMC: 2 ditas idem, idem, idem.

Morandes: 1 dita idem, idem, idem.

NSC: 3 ditas idem, idem, idem.

Vermelho: 3 ditas idem, idem, idem.

Vapor americano «West Mahneh»:

Armazem externo B—Pilsem—BS: 13 saccos sem numero, rotos.

Vapor francez «Amiral Treade»:

Armazem externo C—AO: 6 caixas sem numero, repregadas.

EGC: 17 ditas idem, idem.

Armazem externo C—SF: 7 caixas sem numero, repregadas.

Vapor inglez *L. land*.

Armazem externo C—FMC—TC: 3 caixas sem numeros, repregadas.

PLC: 1 dita idem, idem.

CTC—TC: 2 ditas idem, idem.

Idem: 4 ditas idem, idem.

HPBELT: 2 ditas idem, idem.

PMC: 1 dita idem, idem.

HMC—TC: 3 ditas idem, idem.

SN—TC: 4 ditas idem, idem.

PICC: 2 ditas idem, idem.

CRC—TC: 2 ditas idem, idem.

Vapor nacional *Cu va lo*.

Armazem externo C—NMC: 7 saccos sem numeros, rotos.

RKC: 16 ditas idem, idem.

Vapor allemão: *antz*.

Armazem externo Rio de Janeiro—RP: 10 barricas sem numeros, avariadas.

Vapor inglez *Sabor*.

Armazem externo Rio de Janeiro—MB: 9 barricas sem numeros, repregadas com falta.

Idem: 20 ditas idem, avariadas.

SANA—Macam: 1 dita idem, repregada com falta.

Idem: 15 ditas idem, avariadas.

RWC: 1 dita idem, repregada com falta.

Idem: 1 ditas idem, avariadas.

Commuicação de avarias do trapiche da Ilha do Cajá.

Folha n. 117 do vapor inglez *Raphael*:

Trapiche de Deposito n. 293—R—O 269—C—S: 113 caixas sem numero, avariadas.

Idem: 1 dita idem, repregada.

Folha n. 1.6 do vapor allemão *Santa Fé*:

Trapiche do Deposito n. 270—Touro: 44 caixas ns. 934/79 avariadas.

RCP: 3 ditas ns. 29.091/3, avariadas.

Idem: 1 dita n. 30.001, idem.

Idem: 24 ditas ns. 31.001/2, idem.

Idem: 46 ditas ns. 31.011/6, idem.

Idem: 20 ditas ns. 99.001/170, idem.

Brazil: 6 ditas ns. 911/6, idem.

GC&C: 2 ditas ns. 981/2, idem.

CMB: 2 ditas ns. 103/4, idem.

Alfandega, 26 de agosto de 1924.—A. Coimbra, ajudante do inspector.

MINISTERIO DA JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES

Departamento Nacional de Saude Publica

CONCURRENCIA PUBLICA

De ordem do Sr. director geral deste Departamento faço publico que, na conformidade do disposto no edital publicado no *Diário Oficial* do dia 17 de agosto corrente e reproduzido no dia 20, continua aberta, na Secção de Contabilidade desta Secretaria Geral, a concorrência publica para o fornecimento, até 31 de dezembro vindouro, de artigos do grupo 19 — «Material e objectos de electricidade».

Secretaria Geral do Departamento Nacional de Saude Publica, em 27 de agosto de 1924. — Dr. Raul de Almeida Maranhães, secretario geral.

Nomes	Numeros	Especie do vehiculo	Data da infracção			Natureza da infracção	Observações
			Dia	Mez	Anno		
Raul Mondengo.....	6.816	Automovel	23	Agosto	1924	Desobediencia ao signal.....	Motorista.
C. Palhares.....	6.827	"	"	"	"	"	Proprietario.
A. Rocha.....	6.859	"	"	"	"	Excesso de velocidade.....	"
Antonio Araujo.....	6.910	"	"	"	"	"	"
A. de Abreu.....	6.910	"	"	"	"	Desobediencia ao signal.....	Motorista.
W. do Nascimento.....	7.059	"	"	"	"	"	"
A. Pinto Biao.....	7.117	"	"	"	"	"	"
Man fatura Verde.....	7.151	"	"	"	"	Transitar em logar não per-	Proprietario.
A. Barreiros.....	7.67	"	"	"	"	mitido.....	"
D. Hugo Ferreira.....	7.291	"	"	"	"	Desobediencia ao signal.....	Motorista.
Juvenal Rocha.....	7.305	"	"	"	"	"	"
L. Ribeiro Filho.....	7.316	"	"	"	"	"	"
Dr. Raul Farnes.....	7.61	"	"	"	"	Excesso de velocidade.....	"
Antonio Palma.....	7.375	"	"	"	"	Passar meio fio e bouda.....	"
A. Ferreira Filho.....	7.383	"	"	"	"	Desobediencia ao signal.....	"
M. José da Silva.....	7.401	"	"	"	"	"	"
A. Almeida.....	7.485	"	"	"	"	Excesso de velocidade.....	"
Arma do Burros.....	7.433	"	"	"	"	Desobediencia ao signal.....	"
B. Estev e Santos.....	7.602	"	"	"	"	Descarga livre.....	"
E. Almeida So. re.....	7.673	"	"	"	"	Desobediencia ao signal.....	"
Luiz da Silva.....	7.871	"	"	"	"	"	"
Mutzenbecker & Comp.....	7.874	"	"	"	"	Estacionar em logar não per-	Proprietario.
						mitido.....	

A falta de pagamento das multas por infracções importa na remessa dos autos ao Juiz Federal, no prazo regulamentar por cobrança executiva; nos termos do art. 364 do regulamento que baixou com o decreto n. 15.511, de 12 de agosto de 1922. Inspectoria de Vehiculos, em 26 de agosto de 1924. — Pelo inspector, *F. F. de Gasmão Lima*, sub-inspector.

Pellica do Distrito Federal

INSPECTORIA DE VEHICULOS

Ex me de motorista

Chamada para o dia 27 do corrente às 9 horas nesta Inspectoria:

José da Costa Lima, José da Costa Ramos, Jorge Paulo Rodrigues, Luiz Loureiro de Vasconcellos, Arlindo Dutra da Rosa, Levidio Maciel Noronha, Luiz Fernandes Conde e Francisco Góes de Oliveira.

Tam a sua ple ntar

Carlos Francisco Neves, João Ignacio de Souza, Assis Pereira Balona, Amades Siquiera Martinez, Joaquim José Ferreira, José Franco da Silva e Antonio Lopes Marrafa.

Pr va prática

Jacinto de Oliveira, Abilio Pinto de Souza e Americo Augusto Domingues.

Resultado dos exames effectuados em 23 e 25 do corrente:

M toristas aprovados

Benedicto Indalecio Axel Pires, Antonio Joaquim Guerreiro, Antonio Chrisostomo Ferro, Arlindo Rodrigues, Aloysio de Mattos, Aronche, Marcos Muniz Freitas, Antonio Duarte Ramos, Joaquim dos Santos, José Satiro da Silva e Ludgero Freitas.

Reprov des

José Duarte Vasco, José Pessoa do Barros, Luiz Alves dos Santos e Agrippino dos Santos Sá.

Inspectoria de Vehiculos, 26 de agosto de 1924. — Pelo inspector geral, *F. F. de Gasmão Lima*, sub-inspector.

Departamento Nacional de Saude Publica

DIRECTORIA DOS SERVIÇOS SANITARIOS DO DISTRITO FEDERAL

De ordem do Sr. Dr. director, faço saber que, de accordo com o art. 1.095 do regulamento em vigor, será sujeito á vistoria sanitaria, no dia 1 de setembro, ás 13 horas, o prédio n. 35 da rua Moraes e Valle, ficando pelo presente edital citado a comparecer a ella, querendo, o proprietario da alludida imovel, ou seus representantes legaes e demais interessados que existam.

Secretaria da Directoria dos Serviços Sanitarios do Distrito Federal, em 23 de agosto de 1924. — *Joaquim Vidal*, secretario.

Departamento Nacional de Saude Publica

DIRECTORIA DOS SERVIÇOS SANITARIOS DO DISTRITO FEDERAL

De ordem do Sr. Dr. director, faço saber que, de accordo com o art. 1.095 do regulamento em vigor, serão sujeitos á vistoria sanitaria no dia 1 de setembro, ás 14, 14 1/2, 15 e 15 1/2 horas, respectivamente, os prédios ns. 23 da rua Jorge Rudge, 17 e 87 da rua Torres Homem, e 139 da rua Theodoro da Silva, ficando pelo presente edital, citados a comparecer a ellas, querendo, os proprietarios, dos alludidos imoveis, ou seus representantes legaes e demais interessados que existam.

Secretaria da Directoria dos Serviços Sanitarios do Distrito Federal, em 21 de agosto de 1924. — *Joaquim Vidal*, secretario.

MINISTERIO DA MARINHA

Deposito Naval do Rio de Janeiro

De ordem do Sr. capitão de fragata, director, faço publico para conhecimento dos interessados, o seguinte:

Os Srs. fornecedores do Deposito Naval devem preceuar as especificações do material, para que quizerem entrar em concorrência, antes de apresentarem as propostas com os preços.

Uma vez as propostas abertas não poderão ser alterados os preços. Tem esta o fim especial de evitar o inconveniente da recusa de artigos não apropriados ao serviço, depois do necessário processo da concorrência e empenho do valor.

Todos os artigos pedidos devem ser considerados. — Toda Deposito Naval — salvo em caso de especificações particulares.

Deposito Naval do Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1924. — *Antonio da Motta Peres*, capitão de corveta, sub-director.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO

Museu Nacional

Faz-se publico para conhecimento dos interessados que no *Diário Official* de 21 do corrente, paginas 18.888 a 18.889 se achá publicado o edital de concorrência a realizar-se em 8 de setembro, vindouro, para a execução do quadros muareos do Historia Natural.

Secretaria do Museu Nacional, 25 de agosto de 1924. — Pelo secretario, *Oc-tavio da S. Fortes*.

Superintendencia do Serviço do Algodão

Propostas recebidas na concorrência administrativa realizada no dia 25 do corrente, para o fornecimento de mobiliário, no corrente anno, de accordo com o edital publicado no *Diário Official* de 9 de agosto de 1924.

Superintendencia do Serviço do Algodão, 26 de agosto de 1924. — Visto. O superintendente, *F. L. Alves Costa*. — O chefe da Secção do Expediente, *Alcvaro Figueiredo*.

Voloch & Rocha, propõem fornecer, de accordo com os dizeres do edital publicado no *Diário Official* de 9 do corrente, declarando mais que se submettem a todas as exigencias do referido edital, apresentando a seguinte proposta:

Secretaria americana com tampo corrediço, de óleo vermelho, armarios e gavetas, laminas, vidro, segundo dizeres do edital, oitocentos e quarenta e nove mil réis.....	819\$000
Bureau ministro duplo, gavetas segundo dizeres do edital, quatrocentos e cincoenta e seis mil réis.....	455\$000
Mesa de peroba para moringa, segundo dizeres do edital.....	85\$00
Mesa de peroba para machina de escrever e segundo dizeres do edital, quatrocentos e noventa e nove mil réis.....	499\$000
Escritaninha carteira de peroba, segundo dizeres do edital, trescentos mil réis.....	300\$000
Cadeira giratoria de mola madeira, segundo dizeres do edital, cento e setenta e cinco mil réis.....	175\$000
Porta chapéus de peroba, segundo dizeres do edital, cento e quarenta mil réis.....	140\$000
Estante giratoria de peroba, segundo dizeres do edital, trescentos e quarenta e oito mil réis.....	318\$000
Estante americana de peroba, segundo dizeres do edital, cento e noventa e cinco mil réis.....	195\$000
Armario envidraçado de peroba com 4 prateleiras, segundo dizeres do edital, duzentos e noventa e nove mil e quinhentos réis.....	299\$500
Armario envidraçado de peroba, segundo os dizeres do edital, trescentos e dez mil réis.....	310\$000
Estrado de pinho do Paraná, pequeno, e segundo os dizeres do edital, cento e oitenta e nove mil réis.....	189\$000
Estrado de pinho do Paraná, grande, e segundo os dizeres do edital, duzentos e dezenove mil réis.....	219\$000
Armação de peroba, desmontavel, com cinco prateleiras, e de accordo com o tamanho publicado no edital, quatro contos e quinhentos mil réis.....	500\$000

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1924. — *Voloch & Rocha*.

Vasco Ortigão & Comp., negociantes matriculados, brasileiros, estabelecidos á rua Ramalho Ortigão n. 33, nesta Capital, vem submeter á apreciação de V. Ex. a sua relação de preços, conforme edital publicado no *Diário Official* de 9 do corrente, pagina n. 17.909:

Secretaria americana com tampo corrediço, lamina de vidro, dous armarios, lateraes, com tres gavetas cada um e uma gaveta no centro, sendo todos os puchadores de bronze, medindo a secretaria 1,50 x 0,88 x 0,84, uma, oitocentos e vinte e cinco mil réis.....	825\$000
Bureau-ministro duplo, tendo tres gavetas de um lado e um armario de outro, medindo o bureau 1,50 x 0,88 x 0,84, um, quatrocentos e vinte mil réis.....	420\$000
Mesa de peroba para moringa de 0,72 x 0,50 x 0,86, uma, cento e cinco mil réis.....	105\$000
Mesa de peroba para machina de escrever, typo americano, com tampo corrediço, abrindo-se lateralmente, contendo tres escaninhos, e medindo a mesa 0,80 x 0,72 x 1,12, uma, quatrocentos e quarenta e oito mil réis.....	448\$000
Escritaninha-carteira de peroba com tampo inclinado e tres divisões internas, medindo de comprimento e largura, 1,20 e 0,90, e de altura na parte anterior 1,14 e na parte posterior 1,40, uma, duzentos e trinta mil réis.....	230\$000

Cadeira giratoria de mola, toda de madeira, inclusive assento de peroba, uma, cento e noventa e cinco mil réis.....	195\$000
Porta-chapéus de peroba, com 2,05 de altura e 0,78 de largura, com espelho bisauté e gaveta, um, duzentos e dez mil réis.....	210\$000
Estante giratoria de peroba, medindo 0,53 x 0,53 x 1,27, com tres divisões e doze escaninhos, pés torneados, uma, duzentos e vinte e cinco mil réis.....	225\$000
Estante americana de peroba com cinco divisões desmontaveis, tendo cada divisão tampo de vidro, medindo a estante 0,76 x 0,39 x 1,90, uma, trescentos e vinte e cinco mil réis.....	325\$000
Armario envidraçado de peroba com quatro prateleiras, medindo o armario 1,02 x 0,41 x 2,03, uma, duzentos e noventa e oito mil réis.....	298\$000
Armario envidraçado de peroba com quatro prateleiras e tres escaninhos em cada prateleira, medindo o armario 1,02 x 0,41 x 2,03, um, trescentos e vinte mil réis.....	320\$000
Estrado de pinho do Paraná, envernizado, medindo 1,56 x 1,45 x 0,07, um, cento e cincoenta mil réis.....	150\$000
Estrado de pinho do Paraná, envernizado, medindo 2,35 x 1,15 x 0,07, um, cento e oitenta mil réis.....	180\$000
Armação de peroba desmontavel, com cinco prateleiras, com 17,46 de comprimento, e 0,50 de largura e 3,00 de altura, com os respectivos supportes de ferro (envernizada), uma, dous contos oitocentos e noventa mil réis.....	2:890\$000

Observação — A secretaria, bureau e cadeira giratoria serão de óleo vermelho.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1924. — Por procuração, *Jeyme Vasques de Freitas*.

Proposta que faz *Accacio Pereira Cardoso*, estabelecido com fabrica de moveis, firma de Sant'Anna n. 201, á Superintendencia do Serviço do Algodão, Ministerio da Agricultura, para o fornecimento de moveis, de accordo com o edital publicado no *Diário Official* de 9 deste.

O abaixo assignado declara que se submete a todas as condições do edital acima referido e apresenta a seguinte proposta:

Secretaria americana, com tampo corrediço, etc., de accordo com a exigencia do edital, um conto cento e noventa e cinco mil réis.....	1:195\$000
Bureau ministro duplo, etc., de accordo com a exigencia do edital, quinhentos e trinta e cinco mil réis.....	535\$000
Mesa de peroba para moringa e de accordo com a exigencia do edital, sessenta e cinco mil réis.....	65\$000
Mesa de peroba para machina de escrever e de accordo com o edital, seiscentos mil réis.....	600\$000
Escritaninha carteira de peroba, conforme edital, quatrocentos e doze mil réis.....	412\$000
Cadeira giratoria, com mola de accordo com o edital, duzentos e tres mil réis.....	203\$000
Porta chapéus de peroba de accordo com o edital, cento e sessenta e nove mil réis.....	169\$000
Estante giratoria de peroba e de accordo com o edital, trescentos e oitenta e cinco mil réis.....	385\$000
Estante americana de peroba e de accordo com o edital, duzentos e setenta mil réis.....	270\$000
Armario envidraçado de peroba e de accordo com o edital, com quatro prateleiras, trescentos e cincoenta e cinco mil réis.....	355\$000
Armario envidraçado de peroba e de accordo com o edital, com quatro prateleiras e tres escaninhos, trescentos e noventa mil réis.....	390\$000
Estrado de pinho do Paraná, e de accordo com o edital, duzentos e quinze mil réis.....	215\$000
Estrado de pinho do Paraná, e de accordo com o edital, duzentos e oitenta mil réis.....	280\$000
Armação de peroba e de accordo com o edital, cinco contos quinhentos e cincoenta mil réis.....	5:550\$000

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1924 (25/8/24). — *Accacio Pereira Cardoso*.

Escola de Minas de Ouro Preto

EDITAL N. 3

De ordem do Exmo. Sr. director da Escola de Minas de Ouro Preto, esta Secretaria faz sciente que, a partir de hoje, 15 do corrente, até o dia 15 de setembro futuro, em todos os dias úteis, das 11 às 16 horas, estará aberta nesta Secretaria a inscrição para a matrícula nos diversos cursos desta Escola. Secretaria da Escola de Minas, 15 de agosto de 1924. — Como secretario, *Jayme Gesteira*, 1º escripturario.

Escola de Minas de Ouro Preto

EDITAL N. 4

De ordem do Exmo. Sr. director da Escola de Minas de Ouro Preto, esta Secretaria faz sciente que, a partir de hoje, 15 do corrente, até o dia 15 de setembro futuro, em todos os dias úteis, das 11 às 16 horas, estará aberta nesta Secretaria, a inscrição para matrícula no curso de Chimica Industrial. Secretaria da Escola de Minas, 15 de agosto de 1924. — Como secretario, *Jayme Gesteira*, 1º escripturario.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS**Repartição Geral dos Telegraphos**

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA PERMANENTE

Material — 2º semestre de 1924

Grupo G

De ordem do Sr. director geral, faço publico que está aberta a concorrência permanente de que trata o artigo 757 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica e segundo as instruções approvadas pela portaria de 30 de abril de 1923, do Sr. ministro da Viação, para o fornecimento ordinario durante o segundo semestre de 1924 dos artigos pertencentes ao grupo G, segundo a relação e obedecendo ás condições constantes do edital publicado no *Diario Officiel* do dia 17 do corrente a paginas 18.487 e seguintes, devendo ser as propostas abertas no dia 28 do corrente.

RECTIFICAÇÃO

A paginas 18.487, segunda columna, 3ª linha, deve-se ler: folha 46 c/m x 9 c/m, uma.

A paginas 1.488, primeira columna, 72ª linha, deve-se ler: Creayola Rubens, caixa com 24 cores.

A mesma pagina, segunda columna, 83ª linha, deve-se ler: Bros-3-14-125 espaços, uma.

Sub-Directoria Technica, 18 de agosto de 1924. — *A. Couto Fernandes*, sub-director.

Estrada de Ferro Central do Brasil

Tendo cessado, a 28 de julho ultimo, o movimento revolucionario que irrompera no Estado de S. Paulo, ficam intimados, de ordem do Sr. Dr. director, a comparecer ás respectivas sédes, dentro do prazo de 30 dias, contados da data referida, os empregados desta estrada, titulados ou jornaleiros, que, sem causa justificada, se encontram ausentes de seus postos, sob pena de lhes ser applicada a disposição contida em o art. 113

do regulamento approved pelo decreto n. 13.940, de 25 de dezembro de 1919.

Secretaria da Estrada do Ferro Central do Brasil, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1924. — O secretario, *Diocleciano Vasconcellos*.

Repartição de Aguas e Obras Publicas

De ordem do Sr. director geral interino, convido o proprietario do predio abaixo a vir cumprir a intimação e a pagar a multa por que é responsavel.

Rua Marquez de Sapucahy n. 8, casa II, propriedade de Bartholomeu Portella Pessoa de Mello.

Secção de Expediente da Repartição de Aguas e Obras Publicas, 23 de agosto de 1924. — *Casimiro B. Vasconcellos*, chefe de secção, interino.

Repartição de Aguas e Obras Publicas

De ordem do Sr. Dr. director geral, interino, convido os proprietarios dos predios abaixo a virem cumprir as intimações e pagar as multas por que são responsaveis:

Rua Conde de Porto Alegre n. 90, propriedade de Luiz Mendes Andrade Almada.

Avenida Amaro Cavalcanti n. 225, propriedade de Maria de Jesus P. Lazo.

Secção de Expediente da Repartição de Aguas Publicas, 22 de agosto de 1924. — *Casimiro de B. Vasconcellos*, chefe da secção, interino.

Repartição de Aguas e Obras Publicas

Não tendo sido cumpridas pelos proprietarios dos predios abaixo mencionados as intimações que lhes expediu esta repartição, renovo-as de ordem do Sr. Dr. director geral, interino, devendo ser obedecidas dentro de 15 dias a contar de hoje, sob pena de multas regulamentares:

Rua do Rezende n. 46, propriedade de Frederico Henry Larodes, concertar a torneira da pia e o deposito da agua.

Ladeira do Castro n. 181, propriedade de Antonio José Martins Tinoco, concertar a torneira de boia do deposito de agua.

Secção de Expediente da Repartição de Aguas e Obras Publicas, 19 de agosto de 1924. — *Casimiro de B. Vasconcellos*, chefe de secção, interino.

Repartição de Aguas e Obras Publicas

De ordem do Sr. Dr. director geral, interino, convido os proprietarios dos predios abaixo a virem á thesouraria desta repartição, á rua do Riachuelo n. 287, dentro do prazo de 30 dias, a contar de hoje, afim de effectuarem o pagamento das multas por que são responsaveis, sob pena de serem as multas enviadas á cobrança executiva.

Ladeira do Castro n. 181, propriedade de Antonio José Martins Tinoco, 20\$000.

Rua do Rezende n. 46 propriedade de Frederico Henry Larodes, 60\$000.

Secção de Expediente da Repartição de Aguas e Obras Publicas, 19 de agosto de 1924. — *Casimiro de B. Vasconcellos*, chefe da secção, interino.

Repartição de Aguas e Obras Publicas

De ordem do Sr. Dr. director geral interino, convido o proprietario do predio abaixo a vir á thesouraria desta re-

partição, á rua Riachuelo n. 287, dentro do prazo de 30 dias, a contar de hoje, afim de effectuar o pagamento da multa por que é responsavel, sob pena de ser a mesma enviada á cobrança executiva.

Rua Theodoro da Silva n. 80 (fundos), propriedade de Amelia Augusta Fernandes Alves, 150\$000.

Secção de Expediente da Repartição de Aguas e Obras Publicas, 21 de agosto de 1924. — *Casimiro de B. Vasconcellos*, chefe da secção, interino.

Repartição de Aguas e Obras Publicas

De ordem do Sr. director geral interino, convido os proprietarios dos predios abaixo a virem á thesouraria desta repartição, á rua do Riachuelo n. 287, dentro de 30 dias, a contar de hoje, afim de effectuarem o pagamento das multas de concertos de ranaes de penna d'agua por que são responsaveis, sob pena de serem as mesmas multas enviadas á cobrança executiva.

Rua Santa Alexandrina n. 357, propriedade de Antonio Seara, concerto executado no ramal de penna d'agua 11\$140.

Rua Candido Mendes n. 63, propriedade de Orminda Bastos Streckler, substituição do registro do penna d'agua, 18\$695.

Ladeira Smith de Vasconcellos n. 21, propriedade de Mathews Teixeira Nunes, serviço executado no ramal de abastecimento de agua, 1\$899.

Ladeira de Santa Thereza n. 25, propriedade de Augusto Costa Bastos, instalação de hydrometro em substituição á penna, 89\$284.

Rua Cassiano n. 51, propriedade de Valentim C. Bragança, instalação de hydrometro em substituição á penna, 25\$960.

Rua Santa Christina n. 121, propriedade de José A. Rocha Junior, serviço executado no ramal de abastecimento d'agua, 4\$266.

Rua Monte Alegre n. 167, propriedade de Joaquim Lobo Avila, instalação de uma penna d'agua, 56\$785.

Secção de Expediente da Repartição de Aguas e Obras Publicas, 14 de agosto de 1924. — *Casimiro de B. Vasconcellos*, chefe da secção interino.

Repartição de Aguas e Obras Publicas

Não tendo sido cumpridas pelos proprietarios dos predios abaixo mencionados as intimações que lhes expediu esta repartição, renovo-as, de ordem do Sr. director geral, interino, devendo ser obedecidas dentro de 15 dias a contar de hoje, sob pena de multas regulamentares:

Rua Moraes e Silva n. 105, propriedade de Carlos Leopoldo de Souza, collocar hydrometro de 10m/m.

Rua General Bruce n. 74, propriedade de Henrique Tavares, collocar hydrometro de 10m/m.

Rua Amapá n. 1, propriedade de Pierre Rony & Comp., collocar hydrometro de 10m/m.

Rua Mattoso n. 7, propriedade de Adriana M. Nogueira, collocar hydrometro de 10m/m.

Rua Presidente Barroso n. 118, propriedade de Joaquim Ferreira Guimarães, collocar hydrometro de 10m/m.

Rua Mattoso n. 28, propriedade de Dr. Bernardino Esteves de Almeida, collocar hydrometro de 10m/m.

Rua Mattoso n. 24, propriedade de Guilherme Augusto Dias, collocar hydrometro de 10m/m.

Rua Senador Eusebio n. 420, propriedade de João Vicente Passaro, collocar hydrometro de 10m/m.

Rua Mattoso n. 22, propriedade de Senivaldo Francisco Vivane, collocar hydrometro de 10m/m.

Rua Pereira Franco n. 76, propriedade de Henrique Dameré Lima, collocar hydrometro de 15m/m.

Rua Paralyba n. 53, propriedade de Josepha Parra Aftencia, collocar hydrometro de 10m/m.

Secção de Expediente da Repartição de Aguas e Obras Publicas, 23 de agosto de 1924, — *Casimiro B. Vasconcellos*, chefe de secção, interino.

Repartição de Aguas e Obras Publicas

Não tendo sido cumpridas pelos proprietarios dos predios abaixo mencionados as intimações que lhes expediu esta repartição, renovo-as, de ordem do senhor Dr. director geral interino, devendo ser obedecidas dentro de quinze dias, a contar de hoje, sob pena de multas regulamentares:

Rua Hermengarda n. 422, propriedade de Cardoso & Pinto, concertar as torneiras das pias da cozinha;

Rua Boulevard Vinte e Oito de Setembro n. 299, casa V, propriedade de Heitor Ribeiro, concertar a torneira de boia do deposito de agua e substituir a do tanque;

Rua Argentina Reis n. 9, propriedade de Francisco Gomes da Rocha, concertar a torneira da pia da sala de jantar;

Rua Assis Carneiro n. 215, propriedade de D. Maria O. Pereira, concertar o encanamento interno;

Rua Assis Carneiro n. 111, propriedade de Sylvio dos Santos Cardoso, concertar o encanamento interno;

Rua Assis Carneiro n. 67, propriedade de Antonio Adão Teixeira, concertar o deposito de agua e o encanamento interno;

Rua das Mangueiras n. 8, propriedade de David Rodrigues de Almeida, concertar o deposito de agua;

Rua Assis Carneiro n. 108, casa II, propriedade de Elisário Nunes da Fonseca, concertar o deposito e a torneira do tanque;

Rua Paraná n. 154 (loja), propriedade de Manoel da Silva Machado, concertar o deposito de agua;

Rua Assis Carneiro n. 12, propriedade de Dr. Cruz Gonçalves, concertar o deposito e a torneira de boia;

Rua Dr. Jobim n. 32, propriedade de Miguel Garcia Martins, concertar a torneira de boia do deposito de agua;

Rua Conselheiro Ferraz n. 40, propriedade de Sebastião Victorio de Souza, concertar a torneira de boia da caixa de descarga;

Rua Theodoro da Silva n. 80 (fundos), propriedade de Amelia Augusta Fernandes Alves, collocar hydrometro de 10m/m.

Secção de Expediente da Repartição de Aguas e Obras Publicas, 21 de agosto de 1924. — *Casimiro de B. Vasconcellos*, chefe de secção, interino.

SOCIEDADES ANONYMAS

RODRIGUES & COMP.

Sociedade em commandita por acções
"JORNAL DO COMMERCIO"

Srs. accionistas — E' nosso dever imposto pela lei e pelos novos estatutos apresentar-vos o relatorio do anno social que terminou em 30 de junho de 1924, dando conta das occurncias de maior importancia durante esse periodo e bem assim sujeitar á vossa approvação o balanço e as respectivas contas, já conhecidas do digno conselho fiscal, que interpoz o seu parecer.

Procuramos durante a nossa gestão, que data de pouco mais de um anno, do proceder com todo criterio na administração do *Jornal do Commercio* e felizmente podemos afirmar que não decresceu elle no conceito publico e nem tão pouco desmereceu a sua situação financeira, como é facil verificar pelo estudo do balanço e contas, pois os algarismos fallam mais alto que qualquer exposição que fizessemos.

Foi nosso primeiro cuidado, logo que assumimos a direcção desta empresa, remodelar as nossas officinas, de modo a poderem ellas accudir não só ás necessidades da impressão da folha, como também aos trabalhos que nós forem confiados. Assim, installamos as seguintes machinas: um prelo *Diamant*; um prelo *Rollner*, de *König & Bauer*; uma machina de coser; uma de grampear; uma de virar lombadas; uma dobradeira e uma guilhotina; todas providas do respectivo motor electrico; além de material typographico. Acha-mo-nos, pois, aparelhados a fazer com presteza e perfeição qualquer serviço de que sejamos encarregados.

Esse melhoramento concorreu effizamente para melhorar a nossa renda, sem necessidade de grande dispendio. Temos accudido a todos os nossos pagamentos, sem assumir novos compromissos, a não ser a compra de material de que carecemos, e cujas contas temos mantido em dia.

Si bem que ainda tenhamos largo prazo para fazer o resgate do emprestimo por debentures, cogitamos de uma operação que nos habilite a antecipal-o, collocando-nos em situação mais favoravel.

Seria conveniente estarmos habilitados a proceder a tal operação para a qual nos é necessaria uma autorização especial.

Antes de concluir, seja-nos permittido manifestar aqui a grande magua que nos causou o desapparecimento do nosso saudoso consocio e digno membro do conselho fiscal Sr. José Dias Távres. A' operosidade e á dedicação daquelle nosso bom amigo deve o *Jornal do Commercio* assignalados serviços. Propomos, pois, que como justa homenagem á sua memoria se consigne em acta um

voto de profundo pesar pelo seu prematuro fallecimento. Para a sua vaga no conselho foi convidado o supplente Sr. Bernardo Barbosa, que já entrou em funções.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924.
— *José Felix Alves Pacheco*. — *Oscar Rodrigues da Costa*.

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 1924

Activo

Valores sociaes	15.746:164\$340
Contas a receber	599:624\$150
Papel de impressão	240:005\$330
Almoxarifado	21:355\$700
Cauções	10:350\$000
Caixa	61:050\$020
Diversas contas	8.445:856\$670
	25.124:406\$210

Passivo

Capital solidario	100:000\$000
Capital commanditario	7.000:000\$000
Emissão de debentures	7.000:000\$000
Dividendos não reclamados	6:957\$500
Imposto sobre a renda	12:250\$000
Diversas contas	11.005:198\$710
	25.124:406\$210

S. E. ou O. — *G. Ferreira*, guardalivros. — *José Felix Alves Pacheco*. — *Oscar Rodrigues da Costa*.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Srs. accionistas — O conselho fiscal, tendo examinado as contas apresentadas pelos socios gerentes, é de parecer de que sejam as mesmas approvadas, assim como o relatorio.

E' de louvar o criterio que tem presidido á actual administração, convido que seja dada a autorização pedida.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1924.
— *Cezar Palhares*. — *A. A. de Araujo Franco*. — *Bernardo Barbosa*. (5.613)

COMPANHIA RADIOTELEGRAPHICA BRASILEIRA

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 1924

Aos cinco dias do mez de agosto do anno de mil novecentos e vinte e quatro, ás quatorze horas, reuniram-se na séde da Companhia Radiotelegraphica Brasileira, á rua 1º de Março n. 107, nesta cidade, accionistas representando 296.400 acções, conforme se verifica do livro de presenças, para o fim extraordinario de, nos termos das convocações publicadas nos jornaes desta cidade, procederem á eleição de um novo membro do conselho de administração.

Assumindo a presidencia o Dr. Rodrigo Octavio Filho, presidente interino da companhia, expoz os motivos da assembléa extraordinaria lendo as referidas convocações e convidou para secretarios da mesa os accionistas Sir Henry Lynch e Louis Thiebert.

Disso o Sr. presidente que, sendo a assembléa competente, nos termos do § 1º do art. 18 dos estatutos da companhia, para eleger os membros do conselho de administração, os quaes, segundo o disposto no art. 19 dos mes-

mos estatutos, poderiam ser elevados de 5 membros a 13, e considerando que o desenvolvimento dos negócios sociais exigiam que o conselho de administração fosse augmentado de mais um membro, convidava os Srs. accionistas a se munirem das respectivas cédulas, pois ia proceder a eleição. Chamados os Srs. accionistas na ordem da inscrição no livro de presenças e recolhidas as cédulas a uma urna especial, procedeu-se à apuração da qual resultou a eleição para membro do conselho de administração da Companhia Radiotelegraphica Brasileira, do Sr. W. J. Lush, que obteve 296.400 votos.

Em seguida o Sr. presidente proclamou o Sr. W. J. Lush, que se achava presente, sendo empossado pelo Sr. presidente no cargo para que acabava de ser eleito.

Nada mais havendo para ser tratado, o Sr. presidente agradeceu o comparecimento dos Srs. accionistas e mandou lavar a presente acta que vae assignada por todos os presentes.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1924.

— *Rodrigo Octavio Filho*, presidente. — *H. J. Lynch*, secretario. — *L. Thiebert*, secretario. — *Louis Edgar Sanceau*. — Por procuração da Marconis Wireless Telegraph Co. Ltd., *Louis Edgar Sanceau*. — Por procuração de H. A. Lafcock e S. J. Murley, *Louis Edgar Sanceau*. — Banco Alemão Transatlantico. — *L. Lewin*. — *Indewig*. (5.638)

SOCIEDADE ANONYMA "BANCO METROPOLITANO BRASILEIRO"

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA DA SOCIEDADE ANONYMA "BANCO METROPOLITANO BRASILEIRO", REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 1924, ÀS 15 HORAS

Nos quatorze dias do mez de agosto de mil novecentos e vinte e quatro, às 15 horas, nesta cidade do Rio de Janeiro, no predio á rua da Candelaria numero trinta e oito (38), sede do Banco Metropolitano Brasileiro, reunidos em assembléa geral extraordinaria os accionistas do mesmo Banco, representando mais de dous terços do capital social, assumiu a presidencia o doutor Manoel de Andrade Mello Sobrinho, director-presidente do Banco, e declarou haver numero legal, podendo, pois, funcionar a assembléa geral extraordinaria convocada. O senhor presidente convidou para primeiro secretario o senhor Severino Pereira e para segundo dito o senhor Lysippe Ferraz. Em seguida leu o relatorio, expõe os fins da reunião. Conforme o aviso de convocação, a reunião dos accionistas é para tratar do augmento do capital social e modificação dos estatutos. O conselho fiscal, dando parecer sobre a proposta constante do relatorio que tratou da affluencia de operações e da modificação da administração, declara que de facto o numero das transacções tem sido superior ao que esperavam os fundadores deste instituto bancario. Acha, porém, cedo para um novo appello ao capital. A experiencia favoravel é muito curta; a instabilidade do trabalho e do fructo, o consumo diminuido de todas as nossas mercadorias, consequencias essas das perturbacões de que está sendo victima o nosso paiz, aconselham, parece, uma dilação de prazo que ha de facilitar tão

importante operação, como a de levantamento de capitães neste momento. O conselho fiscal é, pois, de opinião que o augmento de capital até cinco mil contos pode e deve ser feito em occasião mais opportuna. Opina igualmente pela creação de mais um lugar de director do Banco. O senhor presidente poz em discussão a proposta e o parecer. O coronel Francisco de Andrade Mello, tendo em vista o relatorio apresentado pelo senhor presidente do Banco e o parecer do conselho fiscal, faz diversas considerações tendentes a apoiar esta ultima e envia á Mesa a seguinte proposta que concretiza o parecer: "Ficam reformados os artigos dos nossos estatutos na forma abaixo: Artigo setimo (7º) — O Banco será administrado por uma directoria composta de tres membros, os quaes, dentro si nomearão o presidente, o secretario e o thesoureiro, que exercerão o mandato por dous annos, podendo ser reeleitos. Artigo quatorze (14) — A directoria delibera com a presença da maioria de seus directores. Paragrapho primeiro (1º) — As suas reuniões ordinarias effectuar-se-hão de trinta em trinta dias e as extraordinarias sempre que o presidente as convocar, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos. Paragrapho segundo (2º) — Supprima-se. Artigo dezeseis (16) — Compete especialmente: Numero um (1) — Ao director-presidente (o disposto nas letras a, b, c, d, e. Numero dous (2) — Ao director-secretario: a) comparecer diariamente ao Banco onde permanecerá durante as horas de expediente para os serviços de sua alçada; b) substituir o presidente nos impedimentos deste." Sobre esta proposta ninguém pediu a palavra e, sendo ella sujeita á votação, foi unanimemente approvada. Declarou então o Sr. presidente da assembléa que, tendo sido creado mais um lugar de director com a approvação da proposta do coronel Francisco de Andrade Mello, como acaba de verificar-se, e não havendo o monsenhor Dr. Fernando Rangel de Mello tomado posse do cargo de suplente dos membros do conselho fiscal, vao-se proceder á eleição para esses dous cargos por meio de votação. Procedendo-se á eleição para director, obteve maioria de votos o accionista doutor Alvaro Baptista, trescentos e vinte votos contra um dado ao accionista Severino Pereira. O doutor Alvaro Baptista, entrando no recinto, agradeceu á assembléa a distincção que lhe foi conferida, prometendo empenhar os seus esforços para corresponder a essa prova de confiança dos senhores accionistas. Procedendo-se tambem á eleição para o cargo de suplente dos membros do conselho fiscal, foi unanimemente eleito o accionista Carlos Martins Moreira, deixando de votar o accionista doutor Alvaro Baptista por ter adquirido accções recentemente. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão para ser lavrada a presente acta. Recaberta a sessão e lida a mesma acta, foi esta assignada por todos os accionistas que compareceram, votaram o que se acham registrados ha mais de um mez. — *Manoel de Andrade Mello Sobrinho*. — *Severino Pereira*. — *Lysippe Ferraz*. — *Francisco de Andrade Mello*, por si e por procuração de Maria Andrade Mello. — *José Silveiro dos Santos*. — *Lauro de Freire*. — *Joaquim Alves*. — *Alice Mello*. — *Guilherme Barcellos de Oliveira*. — *Arthur da Silva Leitão*. — *Willelem*

Mara. — *Antonio Fernandes dos Santos*. — *Carlos J. Martins Moreira*. — *José dos Santos*. — *Carlos Cardoso de Paiva Villela*. — *Demetrio Pereira da Silva*. — *José Augusto Moreira*. — *José de Castro Sampaio*. — *Valdonrio Ribeiro*. — *Antonio da Silveira Linhares*. — *Monsenhor Dr. Fernando Rangel de Mello*. — *Leopoldo Augusto Ribeiro Bering*. — *Attila Nunes Castro*. — *A. Mosquera*. — *Moyssés Menagem Cadji*. — *Joaquim Alves*. — *Salvador Pinto Junior*. — *Antonio Rigoni*. — *João Alves*. — *Francisco de Andrade Mello*, por procuração de Helladio Martins. (5.660)

COMPANHIA INDUSTRIAL DE VALENÇA (*)

ESCRITURA DE TRANSFORMAÇÃO DA COMPANHIA INDUSTRIAL DE VALENÇA, SOCIEDADE ANONYMA COM SEDE NESTA CAPITAL, EM SOCIEDADE COMMERCIAL EM COMMENDITA SIMPLES, SOB A RAZÃO SOCIAL «FERREIRA GUIMARÃES & COMPANHIA», NA FORMA ABAIXO:

Saibam quantos esta virem que, no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e vinte e quatro, aos trinta dias do mez de julho, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital da Republica dos Estados Unidos do Brasil, compareceram, em meu cartorio, perante mim, tabellião, como outorgantes e reciprocamente outorgados, o coronel Benjamin Ferreira Guimarães, Manoel Ferreira Guimarães, Benjamin Ferreira Guimarães Filho e Julio Mourão Guimarães, brasileiros, industriaes e commerciantes, domiciliados nesta cidade, bem como o Dr. Antonio Mourão Guimarães, brasileiro, medico, domiciliado na cidade de Bello Horizonte, Estado de Minas Geraes, sendo os dous ultimos representados neste acto por seu bastante procurador Max Vetter, em virtude dos poderes das procurações que me foram exhibidas e ficam registradas no livro proprio deste cartorio; pessoas todas miúhas conhecidas e das duas testemunhas abaixo nomeadas e assignadas, estas tambem miúhas conhecidas e de cuja identidade e capacidade juridica dou fé, bem como de me haver sido esta distribuida hoje pelo bilhete de distribuição que fica archivado. E, perante as mesmas testemunhas, pelos outorgantes e reciprocamente outorgados me foi uniformemente dito: que são unicos senhores e possuidores de todas as accções (duas mil e quinhentas) do valor nominal de duzentos mil réis cada uma, da Companhia Industrial de Valença, sociedade anonyma fundada em Valença, no Estado do Rio de Janeiro, em dezoito de janeiro de mil novecentos e seis, e cuja sede foi posteriormente transferida para esta Capital, tendo os respectivos estatutos sofrido reformas parciais, em dous de setembro de mil novecentos e dezeseis, dezeseis de agosto de mil novecentos e vinte, vinte e dous de abril de mil novecentos e vinte e um e trinta e um de março de mil novecentos e vinte e dous, estando presentemente as accções, que são nominativas, assim distribuidas: o coronel Benjamin Ferreira Guimarães é senhor de mil quatrocentos e vinte e cinco accções, na importancia total de duzentos e oitenta e cinco contos de réis; Ma-

(*) Reprodiz-se por ter sahido com incorrecções.

noel Ferreira Guimarães é dono de quatrocentos e cinquenta ações, no valor total de noventa contos de réis; Benjamin Ferreira Guimarães Filho tem quatrocentas e cinquenta ações, no valor total de noventa contos de réis; Julio Mourão Guimarães é dono de cem ações, na importância global de vinte contos de réis; o Dr. Antonio Mourão Guimarães é senhor de setenta e cinco ações, na importância total de quinze contos de réis; que, sendo desta forma senhores e possuidores de todas as ações da Companhia Industrial de Valença, representando a totalidade do capital social, que é quinhentos contos de réis e estando os acionistas assim reduzidos a menos de sete, teem todos entre si justo e conveniencioso transformar a dita sociedade anonyma em sociedade commercial em commandita simples, subsistindo com os mesmos fins, o mesmo capital e os mesmos bens, entre as mesmas pessoas, pelo mesmo prazo de duração e com o mesmo activo e passivo, a pessoa jurídica como de facto transformado tem por força desta escriptura e na melhor forma de direito, de accordo com as clausulas e condições seguintes: I) os accionistas, coronel Benjamin Ferreira Guimarães, Manoel Ferreira Guimarães, Benjamin Ferreira Guimarães Filho e Julio Mourão Guimarães, passam a ser socios solidarios da sociedade assim transformada, ficando o accionista Dr. Antonio Mourão Guimarães como socio commanditario; II) a sociedade gyrará sob a firma «Ferreira Guimarães & Companhia», da qual poderão fazer uso todos os socios solidarios. É vedado o uso da firma para fins estranhos aos objectos sociais; III) a sociedade continuará com o mesmo fim, explorando a industria de fiação e tecelagem e industrias annexas e continuará com a sua sede nesta capital, rua Primeiro de Março numero oitenta e seis, sobrado; IV) o capital social será o mesmo da sociedade anonyma, de quinhentos contos de réis, já effectivamente realizado, cabendo aos socios as seguintes quotas identicas ao valor nominal das ações por elles possuidas: ao socio, coronel Benjamin Ferreira Guimarães, duzentos e oitenta e cinco contos de réis; ao socio Manoel Ferreira Guimarães, noventa contos de réis; ao socio Benjamin Ferreira Guimarães Filho, noventa contos de réis; ao socio Julio Mourão Guimarães, vinte contos de réis; ao commanditario Dr. Antonio Mourão Guimarães, quinze contos de réis; V) a administração dos negócios sociais será dividida entre os socios, a criterio destes; VI) o prazo de duração da sociedade será de onze annos cinco mezes e dezoito dias, prazo que restava ainda de duração á sociedade anonyma que nesta é transformada, terminando, portanto, em dezoito de janeiro de mil novecentos e trinta e seis; VII) para as suas despesas particulares, poderão os socios retirar, mensalmente, as seguintes importancias, que serão levadas á conta de despesas geraes: o coronel Benjamin Ferreira Guimarães, tres contos de réis; Manoel Ferreira Guimarães, tres contos de réis; Benjamin Ferreira Guimarães Filho, tres contos de réis; Julio Mourão Guimarães, um conto de réis; VIII) os lucros ou prejuizos verificados em cada balanço, serão partilhados na seguinte base: cincuenta e sete por cento, ao socio coronel Benjamin Ferreira Guimarães; dezoito por cento, ao socio Manoel Ferreira Guimarães; dezoito por cento, ao socio Benjamin Ferreira Gui-

marães Filho; quatro por cento, ao socio Julio Mourão Guimarães; e tres por cento ao commanditario Dr. Antonio Mourão Guimarães; IX) por occasião de cada balanço deverá ser levada á conta de «Fundo movel de liquidação» a importancia correspondente ás contas que tiverem mais de sessenta dias de vencidas sem estar pagas; X) no caso de fallecer algum dos socios, a sociedade continuará entre os demais, pagando-se aos herdeiros do socio fallecido o seu quinhão, tendo-se em consideração a sua quota no capital, quota proporcional a esta sobre o «Fundo de Reserva», a sua quota nos lucros posteriores ao ultimo balanço, que serão presumidamente calculados em proporção aos do semestre anterior, tudo de accordo com o ultimo balanço e accrescidos dos juros de oito por cento (8 %) ao anno, capitalizados semestralmente, em trinta e seis promissorias, de iguaes valores, e de vencimentos mensaes successivos, salvo si a sociedade preferir o reembolso integral de prompto, sem juros, o que lhe é facultado; XI) semestralmente, em trinta de junho e trinta e um de dezembro de cada anno, proceder-se-á a balanço, creditando-se os socios, em suas contas particulares, pelos lucros que lhes cabham, podendo retirá-los. A sociedade abonaará enquanto lhe convier, os juros de oito por cento ao anno ás contas particulares dos socios. Declararam mais os outorgantes e reciprocamente outorgados que as ações pertencentes ao coronel Benjamin Ferreira Guimarães teem os seguintes numeros: 1.395 a 1.709, 1.95 a 2.34, 2.35 a 1.210, 1.377, 1.378, 2.239, 2.411 a 2.420, 1.835 a 1.924, 2.384 a 2.388, 2.380 a 2.383; que as ações pertencentes a Manoel Ferreira Guimarães teem os seguintes numeros: 1.945 a 2.194, 2.229 a 2.238, 81 a 104, 1.355 a 1.358, 185 a 191, 153, 154, 105 a 144, 2.195 a 2.198, 2.35, 1.359 a 1.362, 1.379, 1.305 a 1.314, 1.795 a 1.834, 2.280 a 2.329; que as ações, digo as ações pertencentes a Benjamin Ferreira Guimarães Filho teem os seguintes numeros: 1.710 a 1.794, 2.199 a 2.228, 2.240 a 2.279, 1.915 a 1.944, 1 a 45, 2.421 a 2.500, 2.370 a 2.383, 1.385 a 1.390, 1.221 a 1.304, 1.363 a 1.366, 1.377, 1.378, e 2.330 a 2.359; que as ações pertencentes a Julio Mourão Guimarães teem os seguintes numeros 175 a 184, 145 a 152, 1.367 a 1.376, 1.315 a 1.348, 1.349 a 1.354, 2.360 a 2.369, 2.389 a 2.410; que as ações pertencentes ao Dr. Antonio Mourão Guimarães teem os seguintes numeros 46 a 80, 155 a 164, 1.391 a 1.394, 236 a 241, 165 a 174 e 1.214 a 1.220. Esta escriptura paga de selo um conto de réis pelas estampilhas abaixo colladas: A Companhia Industrial de Valença, sociedade anonyma, ora transformada em sociedade em commandita simples não pagou o imposto sobre dividendos relativo ao exercicio passado, porque segundo declararam os outorgantes-outorgados, está demandando a União, relativamente a esse imposto, mas pagou o imposto relativo ao segundo semestre do anno de mil novecentos e vinte e dois, conforme verba do teor seguinte exarada em uma guia que me foi exhibida: «N. 531 — Réis tres contos e vinte e cinco mil réis. Pagou tres contos e vinte e cinco mil réis sobre cinco, seis e sete por cento dividendo. Recebedoria do Distrito Federal, 19 de janeiro de 1923. O fiel do thesoureiro, (assinatura illegivel). O escripturario, Vasconcellos». Assim disseram, outorgaram e reci-

procamente estipularam, em 27 de janeiro do passado me peliram lavrasse em minhas notas esta escriptura que lhes sendo lida e ás testemunhas, a todo este acto presentes, Manoel Cardoso de Lemos e José Gabriel de Azevedo Coutinho, acharam conforme e assignam todos, Eu, José de Araujo Lima, ajudante, a escrevi. E eu, Alvaro Rodrigues Teixeira, tabellião, subsecrevi. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1924. — Benjamin Ferreira Guimarães. — Manoel Ferreira Guimarães. — B. F. Guimarães Filho. — Manoel Vetter. — Manoel Cardoso de Lemos. — J. G. A. Coutinho. (Selliada com um conto de réis). Traslada hoje. — E eu, Alvaro Rodrigues Teixeira, tabellião, assigno em publico e razo. Em testemunho (signal publico) da verdade. — Alvaro Rodrigues Teixeira. Numero 96.193 folhas 96.196. fica archivado um exemplar de igual teor por despacho da Junta Commercial em sessão de hoje. Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal. Onze de agosto de mil novecentos e vinte e quatro. — Mario Soares Pinto.

ESCRITURA DE RECTIFICAÇÃO EM PARTE DA DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE ANONYMA «COMPANHIA INDUSTRIAL DE VALENÇA» EM SOCIEDADE EM COMMANDITA SIMPLES SOB A RAZÃO SOCIAL «FERREIRA GUIMARÃES & COMPANHIA». NA FORMA ABAIXO:

Saibam quantos esta virem que, no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e vinte e quatro, aos vinte e um dias do mez de agosto, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em meu cartorio, perante mim, tabellião, compareceram, como outorgantes e reciprocamente outorgados, o coronel Benjamin Ferreira Guimarães, Manoel Ferreira Guimarães, Benjamin Ferreira Guimarães Filho, e Julio Mourão Guimarães, brasileiros, industriaes e commerciantes, domiciliados nesta cidade, bem como o Dr. Antonio Mourão Guimarães, brasileiro, medico, domiciliado em Bello Horizonte, Estado de Minas Geraes, sendo os dois ultimos representados por seu bastante procurador Max Vetter, em virtude dos poderes das procurações registradas neste cartorio no livro proprio numero oitenta e folhas sessenta e seis e sessenta e sete e o primeiro representado pelo terceiro, nos termos da procuração lavrada nestas notas no livro quinze a folhas trinta e sete verso e da procuração que me foi exhibida archivada neste cartorio; pessoas conhecidas de mim tabellião, e das duas testemunhas abaixo nomeadas e assignadas, estas minhas conhecidas, do que dou fé, bem como de me haver sido distribuida esta escriptura pelo bilhete que fica archivado. E perante as mesmas testemunhas, por todos os outorgantes e reciprocamente outorgados foi-me uniformemente dito que, como unicos accionistas da Companhia Industrial de Valença, sociedade anonyma com sede nesta Capital, tendo deliberado logo após a redução do numero de accionistas a menos de sete e antes portando de extincta a sociedade pelo decurso do prazo legal de seis mezes, transformada em sociedade commercial em commandita simples, sob a razão social de «Ferreira Guimarães & Companhia», como de facto transformaram por escriptura publica de trinta de julho de mil novecentos e vinte e quatro, lavrada nes-

fas notas o arquivada na Junta Commercial em onze do corrente mez de agosto, sob numero noventa e seis mil cento e noventa e seis, subsistindo a pessoa juridica com o mesmo objectivo, o mesmo capital, as mesmas pessoas, pelo mesmo prazo e com o mesmo activo e passivo, nos termos da já citada escriptura vem, agora, pela presente rectificar a apenas na parte que se refere aos numeros das accções que nella se declarou pertencerem ao antigo accionista e actual socio coronel Benjamin Ferreira Guimarães, as quaes são as de numeros 1.395 a 1.709, 195 a 234, 242 a 1.210, 2.239, 2.411 a 2.420, 1.835 a 1.914, 2.384 a 2.388, 1.380 a 1.384 e não as de numeros 1.395 a 1.709, 195 a 234, 235 a 1.210, 1.377, 1.378, 2.239, 2.411 a 2.420, 1.835 a 1.924, 2.384 a 2.388, 2.380 a 2.383, como ficou por equívoco declarado na alludida escriptura; que, assim, rectificando, como do facto rectificam, nessa parte, a escriptura mencionada de 30 de julho do corrente anno, lavrada nestas notas, elles outorgantes e reciprocamente outorgados em tudo mais a ratificam integralmente. Esta escriptura não paga sello porque o devido já foi cobrado na escriptura referida de trinta de julho deste anno. Assim disseram o outorgaram, do que dou fé, o me pediram lavrasse em minhas notas esta escriptura que lhes sendo lida e ás testemunhas, a todo este acto presentes, Manoel Cardoso de Lemos e José Gabriel de Azeredo Coutinho, acharam conforme o assignam todos, declarando eu, tabellião, em tempo que o primeiro outorgante-outorgado, coronel Benjamin Ferreira Guimarães é neste acto representado, em virtude dos poderes da procuração que me foi exhibida e fica registrada no livro proprio deste cartorio, por seu bastante procurador, o segundo outorgante-outorgado, Manoel Ferreira Guimarães e não pelo terceiro como se declarou por engano. Eu, José de Araujo Lima, ajudante, a escrevi. E eu, Alvaro Rodrigues Teixeira, tabellião, subescrevi. — *Manoel Ferreira Guimarães*. — *B. F. Guimarães Filho*. — *Max Vetter*. — *Manoel Cardoso de Lemos*. — *J. G. A. Coutinho*. Traslada da hoje. E eu, Alvaro Rodrigues Teixeira, tabellião assigno em publico e razo. Em testemunho (estava o signal publico) da verdade. — *Alvaro Rodrigues Teixeira*. — Numero 96.265. Fica archivado um exemplar do igual teor por despacho da Junta Commercial em sessão de hoje. Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal. 21 de agosto de 1924. — *Mário Soares Pinto*. (5.651)

ANNUNCIOS

Centro Militar Beneficente

ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA

São convidados os Srs. socios a se reunirem, de accordo com o art. 51 § 1º, dos estatutos, em assembléa geral ordinaria, no dia 30 de agosto, ás 16 horas, na sede da sociedade, á rua Buenos Aires n. 176, 1º, para tomarem conhecimento do relatório da directoria, parecer do conselho fiscal e balanço encerrado em 30 de junho do corrente anno. — Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1924. — *A directoria*. (5.645)

A Praça

Tendo-se extraviado as seguintes duplicatas:

Numero	Saccado	Vencimento	Importancia
1.011.	Muniz de Aragão,	agosto 31	160\$000
1.167.	Tavares & Lima, de-	zembro 15	2:632\$200
1.116.	Sidani & José, outu-	tubro 31	588\$800
1.168.	Tavares & Lima, de-	zembro 18	9:426\$700
1.147.	Miguel & Comp. no-	vembro 30	2:189\$800
889.	A. H. Costa, outu-	bro 30	293\$000
876.	Manoel Martins Pe-	reira, outubro, 30	150\$000
885.	Scelza & Nicolletti,	outubro 30	179\$000
898.	Octavio Barretto	Coelho, agosto 31.	836\$000
911.	Alberto Ribeiro &	Comp., outubro	269\$600
1.143.	Tinoco Machado &	Comp., setembro	200\$000

por nós emitidas e endossadas, fazemos publicos que já communicamos aos saccados a substituição das mesmas, por triplicatas, ficando desta forma sem nenhum effeito os titulos referidos. — *S. A. Cortume Carioca, W. Marx, director-gerente*. (5.650)

Sociedade Anonyma Reuther-Barry

São convidados os subscriptores de accções da Sociedade Anonyma Reuther-Barry a se reunirem em assembléa geral de constituição no dia 29 do corrente, ás 10 horas, no predio da rua Sachet n. 39, sobrado.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924. — *O incorporador, Fernando Hecksher*. (5.649)

S. A. Usina Nacional de Industrias Chímicas

Rua Barão de Itaipú n. 66

Acham-se á disposição dos Srs. accionistas os documentos de que trata o artigo 147 da lei que rege as sociedades anonymas.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924. — *A directoria*. (5.646)

Companhia Industrial do Itaquary

Sociedade Anonyma

ASSEMBLÉA DE INSTALLAÇÃO

Convocação

Os subscriptores do capital da sociedade anonyma "Companhia Industrial do Itaquary", em organização, são convidados a se reunirem na avenida Rio Branco n. 117, sobre-loja, sabbado, 30 do corrente, ás 14 horas, para tratar da constituição da sociedade e nomear louvados, de accordo com a lei, para a avaliação de bens, cousas e direitos que devem entrar para a formação do capital.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1924. — *Os incorporadores, Gabriel Nascimento, Oscar Rodrigues da Costa*. (5.644)

Companhia Brasileira de Armazen Geraes

(Sociedade Anonyma)

ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA

São convidados os Srs. accionistas a se reunirem em assembléa geral extraordinaria, na sede da companhia, á rua General Camara n. 43, 1º andar, ás 11 horas do dia 11 de setembro proximo para o fim especial de tomarem conhecimento e resolver sobre um alvitre de directoria tendente á dissolução da sociedade, visto terem cessado os motivos que originaram a sua constituição.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1924. — *João Lopes Ribeiro, director*. (5.638)

S. A. de Seguros "Lloyd Atlantico"

106/8 — Avenida Rio Branco

Acham-se á disposição dos Srs. accionistas, no escriptorio da sede social, os documentos de que trata o art. 147 do decreto n. 424, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1924. — *Roberto Cardoso, director-secretario*

Provincia Carmelitana Fluminense

SORTEIO DE CONSOLIDADOS

São convidados os Srs. possuidores de titulos a comparecerem ao Convento do Carmo, largo da Lapa, á 1 hora da tarde, de 27 do corrente, afim de assistirem ao sorteio de 60 consolidados que vão se amortizando.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1924. 5.578

Sociedade em Commandita por Accções Brandão, Prado & Comp.

CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA

São convidados os Srs. socios comanditarios, accionistas de Brandão, Prado & Comp. a se reunirem em assembléa geral extraordinaria no dia 5 (cinco) de setembro do corrente anno, á quatro horas da tarde, no edificio da sede, á rua Treze de Maio ns. 52 e 54 desta cidade, para o fim especial de deliberar sobre a retirada do socio gerente Altuerpio Prado Young e sua substituição, em identicas condições pelo novo socio cessionario Alcine Moreira Machado como gerente e solidario de responsabilidade illimitada.

Campos, 21 de agosto de 1924. — *Socios gerentes: Didimo Pinto Brandão, Altuerpio Prado Young*. Conselho fiscal: *Manoel Torres Guerreiro Bogado, Antonio Pereira Amores, Osca Fraga P. Machado*. (5.600)

Declaração

Tendo sido extraviadas, no Conselho Superior do Ensino, as segundas vias dos certificados de exames prestados no Gymnasio Pedro II, de Portugal, numero 30.556; de Francez, n. 30.555; de Geographia, n. 30.554, e de Arithmetica, n. 30.553, pertencentes ao abaixo assinado, faço esta declaração para bem de meus direitos.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1924. — *Carlos Simon*. (5.611)